



Eliene Novaes Rocha
Leila Maria de Jesus Oliveira
Maria Margarida Machado
(Org.)

Memória e história da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores

Pegadas de Paulo Freire



ELIENE NOVAES ROCHA
LEILA MARIA DE JESUS OLIVEIRA
MARIA MARGARIDA MACHADO (ORG.)

MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS
TRABALHADORES

Pegadas de Paulo Freire

1ª edição

UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA (UNB)

EDITORA
OUTRAS EXPRESSÕES

São Paulo – 2026



Memória e história da educação de jovens, adultos e idosos trabalhadores: Pegadas de Paulo Freire © 2026 by Editora Expressão Popular Ltda is licensed under CC BY-NC-ND 4.0. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Universidade de Brasília – UnB

Reitora: Rozana Reigota Naves - Reitora

Vice-Reitor: Márcio Muniz de Farias - Vice-Reitor

Universidade de Brasília - UnB Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília-DF | CEP 70910-900

Faculdade UnB Planaltina - FUP Diretora

Diretora: Cynthia Bisinoto Evangelista de Oliveira

Vice-Diretora: Otilie Vercillo

Área Universitária 01, Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina-DF | CEP 73345-010

Conselho editorial: Eliseu Sposito, Gaudêncio Frigotto, Juvelino Strozake, Luiz Carlos de Freitas, Maria Victória de Mesquita Benevides, Paulo Ribeiro Cunha, Rafael Litvin Villas Bôas, Ricardo Antunes e Walnice Nogueira Galvão

Produção editorial: Eliene Novaes e Miguel Yoshida

Preparação de texto: Milena Varallo

Revisão: Miguel Yoshida

Projeto gráfico, capa e diagramação Zap Design

Capa: Ezequiel Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCC/UnB)

M533 Memória e história da educação de jovens, adultos e idosos trabalhadores [recurso eletrônico] : pegadas de Paulo Freire / Eliene Novaes Rocha, Leila Maria de Jesus Oliveira, Maria Margarida Machado (org.). – Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, 2026. 296 p. : il.

Inclui bibliografia.

Formato PDF.

ISBN 978-65-87267-14-2 (Faculdade UnB Planaltina).

ISBN 978-65-87389-48-6 (Expressão Popular).

1. Educação de jovens e adultos - História. 2. Educação patrimonial. 3. Educação popular - História. I. Rocha, Eliene Novaes (org.). II. Oliveira, Leila Maria de Jesus (org.). III. Machado, Maria Margarida (org.).

CDU 374.7

Heloiza dos Santos - CRB 1/1913

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: janeiro de 2026

OUTRAS EXPRESSÕES

Alameda Nothmann, 806, Campos Elíseos

CEP 01216-001 – São Paulo – SP

atendimento@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

 [ed.expressaopopular](https://www.facebook.com/ed.expressaopopular)

 [editoraexpressaopopular](https://www.instagram.com/editoraexpressaopopular)

Sumário

Apresentação.....	6
-------------------	---

BLOCO 1 – PESQUISAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Caminhos da memória e história da educação popular e da Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal	10
Educação patrimonial – Patrimônio cultural, educação e participação social	25

BLOCO 2 – ACERVOS DE MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS TRABALHADORAS NO DISTRITO FEDERAL

Entre arquivos e vozes: o tecer da memória viva na Meta 1 da Pesquisa Pegadas Paulo Freire.....	39
Construindo a memória viva dos movimentos sociais e culturais da cidade de Ceilândia e da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores.....	51
O tempo que ensina: relatos de experiência, educação popular e a preservação da memória no Centro Memória Viva da Faculdade UnB Planaltina (CMV-FUP)	64
Entre acervos, teorias e práticas: o CMV do Cedep/Paranoá	79

BLOCO 3 – RECONFIGURAÇÃO DO PORTAL DOS FÓRUNS DE EJA

O Novo Portal dos Fóruns de EJA: entre a luta política e a inovação tecnológica.....	95
Tecnologia social na educação popular: a ação e transformação do Portal dos Fóruns de EJA	121
Organização do acervo do Portal dos Fóruns de EJA	152
Dados públicos sobre a EJA.....	176

BLOCO 4 – EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO EM REDE E REGISTROS DE PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Rede de Formação: Intercâmbio entre universitários do Brasil e de Cuba – aproximando José Martí e Paulo Freire	196
Reciclando Memórias do Movimento de Educação e Cultura da Estrutural.....	228
A práxis no CMV de Goiás: na luta em defesa da EJA.....	236

BLOCO 5 – SONHO POSSÍVEL DE UM MEMORIAL
PAULO FREIRE NO DISTRITO FEDERAL

Projeto de arquitetura do Memorial Paulo Freire	263
---	-----

ANEXO I – Proposta final apresentada na reunião de 3 abr. 2024.....	285
Dados das autoras e dos autores	289

Apresentação

Este livro resulta de um encontro profícuo entre pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), militantes de movimentos sociais do Distrito Federal (DF) e gestores da Coordenação-Geral de Educação, Formação e Participação Social (COGEDU), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), integrada ao Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE).

Os pesquisadores e militantes têm uma longa trajetória de produção coletiva de conhecimentos acerca da luta pelo direito a educação de pessoas trabalhadoras no DF; os gestores do Iphan, por meio do projeto “Incubadora de Projetos de Educação Patrimonial”, estabeleceram parcerias interinstitucionais com as universidades e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

Na UnB a parceria com o IPHAN resultou em um processo impar de formação de sujeitos envolvidos nos movimentos sociais em luta pelo direito a educação de pessoas jovens, adultas e idosas, de articulação das lutas sociais em diálogo com a educação patrimonial, e especialmente desta parceria resulta este livro. Uma síntese de processos formativos e iniciativas político-pedagógicas entre a UnB e Iphan, que contribuem para ampliar o nosso olhar sobre práticas, estratégias políticas pelo fortalecimento do direito a educação pública para os sujeitos, esta parceria tem resultado profícuos, que desejamos que este livro contribua para ampliar.

O compartilhamento dos aprendizados que têm sido produzidos nas pesquisas coordenadas pela UnB, será apresentado em cinco blocos no livro. No Bloco 1, intitulado “Pesquisas na UnB e educação patrimonial”,

as organizadoras do livro apresentam os projetos desenvolvidos pela universidade, em parceria com os movimentos sociais do DF, especificamente: Memória e História da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores – Pegadas de Paulo Freire, Acervo Digital Memorial Paulo Freire: trajetória de luta dos movimentos sociais e populares pela Educação de Jovens, Adultos e Idosos trabalhadores e Formação dos/as coordenadores Estaduais dos Fóruns EJA do Brasil, rede de pessoas e coletivos sociais, visando constituir agentes mobilizadores acerca da memória e história da EJA. Os gestores do Iphan apresentam as ações da COGEDU, especialmente no que se refere ao Programa de Educação Patrimonial.

O Bloco 2, “Acervos de memória e história da educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal”, reúne 4 relatos de experiências dos pesquisadores que atuaram mais detidamente nas atividades de ampliação da organização e do acesso a acervos de memória e história da educação de pessoas trabalhadoras na perspectiva da defesa da emancipação pela educação. O bloco inicia com um texto mais geral sobre a meta e os objetivos que se pretendia alcançar no projeto “Pegadas de Paulo Freire”, seguidos dos relatos das pesquisadoras e pesquisadores que atuaram na pesquisa nos três territórios onde a pesquisa acontece. São os capítulos: “Construindo a memória viva dos movimentos sociais e culturais da Cidade de Ceilândia e da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores”; “O tempo que ensina: relatos de experiência, educação popular e a preservação da memória no Centro Memória Viva da Faculdade UnB Planaltina (CMV-FUP)”; e “Entre acervos, teorias e práticas: o CMV do Cedep/Paranoá”.

O Bloco 3, “Reconfiguração do Portal dos Fóruns de EJA”, composto por um relato de experiência e três capítulos, focam na meta da reestruturação do Portal dos Fóruns de EJA, incluindo na nova configuração uma biblioteca digital, uma base de documentação e dados e um espaço de divulgação, mobilização e organização das lutas em prol da educação como direito de emancipação humana. O relato inicial: “O Novo Portal dos Fóruns de EJA: Entre a Luta Política e a Inovação Tecnológica” tem por finalidade apresentar o que significa, até o momento, a mudança tecnológica proposta no site, seguida de depoimentos de militantes dos fóruns de EJA do Piauí, Goiás e Paraná que alimentam os espaços virtuais de seus estados. Na sequência há três capítulos que abordam com maiores detalhes as mudanças

que resultaram na reconfiguração do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil e estão assim nomeados: “Tecnologia social na educação popular: a ação e transformação do Portal dos Fóruns de EJA”; “Organização do acervo do Portal dos Fóruns de EJA; e Dados públicos sobre a EJA”.

O Bloco 4, “Experiências de formação em rede e registros de práticas emancipatórias de produção de conhecimento”, está composto por três capítulos que compartilham experiências diferentes de redes de formação e compartilhamento de saberes. O primeiro, intitulado “Rede de Formação: Intercâmbio entre universitários do Brasil e de Cuba – aproximando José Martí e Paulo Freire”, associa-se ao cumprimento da Meta 3 do projeto “Pegadas de Paulo Freire” que visou: Formação permanente em rede de pessoas e coletivos que atuam nos diversos movimentos sociais, produzindo práticas emancipatórias de produção de conhecimento, realização de intercâmbios de experiências e estudantes brasileiros e cubanos. Os outros dois capítulos resultaram de convite a instituições parceiras que também trabalham com pesquisa e militância no campo da memória e história das classes trabalhadoras. Essas instituições produziram os seguintes textos: “Reciclando Memórias do Movimento de Educação e Cultura da Estrutural”; e “A práxis no CMV de Goiás: na luta em defesa da EJA”.

O quinto e último bloco do livro, “Sonho possível de um memorial Paulo Freire no Distrito Federal”, conta com um capítulo intitulado “Projeto de Arquitetura do Memorial Paulo Freire”, correspondendo à dedicação do que fora previsto na Meta 4 do projeto “Pegadas de Paulo Freire” que previa a elaboração de projeto arquitetônico de centro físico para o memorial Paulo Freire. As reflexões acompanhadas de registros fotográficos e desenho do espaço, cuidadosamente apresentado pela equipe de arquitetos nos inspira a seguir lutando para que este sonho se concretize.

Como os leitores poderão constatar, por palavras e imagens, cuidadosamente expostas nas páginas que seguem, reafirmamos nosso compromisso com a pesquisa engajada e com a extensão comprometida com a defesa da educação para emancipação das classes trabalhadoras e defendemos que isso é fazer *Memória Viva*.

Nosso desejo é de uma excelente leitura a vocês!

Organizadoras

Bloco 1

Pesquisas na Universidade de Brasília e educação patrimonial

Caminhos da memória e história da educação popular e da Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal

ELIENE NOVAES ROCHA,
LEILA MARIA DE JESUS OLIVEIRA
E MARIA MARGARIDA MACHADO

O texto apresenta o esforço em reconstituir o caminho de promover a pesquisa e o debate sobre a constituição da memória e da história da educação popular e da educação das pessoas jovens, adultas e idosas trabalhadoras no Distrito Federal (DF). Esse esforço está formalizado em projetos de pesquisa e extensão que serão apresentados neste capítulo e têm como antecedentes a identificação da Universidade de Brasília (UnB), na capital e na região metropolitana, como instituição de ensino, pesquisa e extensão que promoveu e promove a práxis freireana, com produção acadêmica multi-inter-transdisciplinar, com participação de movimentos sociais e populares do DF.

A partir das iniciativas já existentes na UnB, os projetos de pesquisa e extensão se constituíram e se consolidaram como espaços de formação para pesquisadores com interesse nos acervos de memória e história voltados para a educação de pessoas jovens, adultas e idosas trabalhadoras. As iniciativas de educação popular, coordenadas pela sociedade civil, fazem parte da história do DF desde a construção da capital, Brasília. A UnB se coloca como parceira nesse desafio e vem participando de forma ativa na construção dessa história, desde a experiência-piloto do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, em 1963, conduzida pessoalmente por Paulo Freire em algumas regiões do DF (Oliveira, 2022).

A criação do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização (GTPA) em 1989 e, posteriormente, a junção ao movimento dos Fóruns de Educação de Jovens

e Adultos (EJA),¹ fortaleceram a mobilização e a organização das ações das iniciativas de educação popular que aproximaram o Distrito Federal das lutas e debates que aconteciam âmbito nacional. Em 2005 foi lançado o Portal dos Fóruns de EJA,² que se constituiu desde o início em Projeto de Extensão da UnB e teve, com estudantes de pedagogia e de outras áreas, a tarefa de sediar a página dos Fóruns Estaduais de EJA, que passou a ser um importante espaço virtual de interlocução e articulação das ações dos movimentos sociais e populares em prol da EJA no país.

Na esteira da organização dos movimentos da EJA e do envolvimento das universidades com sua pesquisa historiográfica, em 2010, foi criado na Faculdade de Educação da UnB (FE/UnB) o Programa Centro de Memória e Documentação em Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais do Distrito Federal – Centro Memória Viva (CMV).³ O programa tem por finalidade instituir a memória coletiva da Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Distrito Federal por meio da coleta, da sistematização e da organização de documentos, imagens, audiovisuais e história oral de atores sociais representativos dessa história para um acervo próprio em dois formatos: físico e virtual (Rocha, 2025).

O projeto de extensão do Portal dos Fóruns de EJA entre os anos de 2005 a 2018 e o programa que incluiu as atividades de pesquisa e extensão do CMV/DF, no período de 2010 a 2021, foram coordenados por professoras e professores da Faculdade de Educação da UnB. Em 2019, assumiu a coordenação do Portal dos Fóruns EJA do Brasil a professora Eliene Novaes Rocha, da Faculdade UnB Planaltina (FUP), que também agregou, em 2021, a coordenação do CMV/DF, articulando as ações da EJA com a organização da memória e da história da Educação Popular e da EJA no Distrito Federal.

¹ Disponível em: <https://forumreja.org.br/historico/>. Acesso em: 12 dez. 2025.

² Disponível em: <https://forumreja.org.br>. Acesso em: 12 dez. 2025.

³ O CMV/DF foi criado no contexto de discussão de centros de referência em EJA, que ocorre com o apoio da Secad/MEC, financiando projetos de pesquisa que se dedicaram à reconstrução da memória e da história do que foi e continua sendo realizado, em termos de processos educativos e formativos a jovens, adultos e idosos do Brasil. Na região Centro-Oeste, esses projetos se denominaram Centro Memória Viva e foram executados entre 2010 e 2012 em rede, sob a coordenação da Universidade Federal de Goiás (UFG). A partir de 2012, já sem financiamento direto do MEC, as universidades tentaram manter suas pesquisas, sendo que, no contexto da publicação desta obra, mantém-se em atividade de pesquisa o CMV/GO e o CMV/DF.

Tanto o CMV/DF quanto o Portal dos Fóruns de EJA caracterizam-se pela constituição de uma rede interinstitucional, com vistas a desenvolver coletivamente pesquisas e atividades de extensão, contribuindo para a formação dos sujeitos envolvidos na educação popular e para a educação de pessoas jovens, adultas e idosas. O CMV e o Portal contam com a parceria e a colaboração do GTPA-Fórum EJA/DF e organizações dos movimentos sociais do Distrito Federal com intensa trajetória ligada à educação popular e à educação de jovens e adultos, que participam das contribuições à memória e documentação a ser trabalhada pelo Programa.

Com uma história de atuação nas políticas públicas no Brasil, os Fóruns de EJA são uma referência para a disseminação da pesquisa de caráter histórico e memorialístico. As organizações sociais e populares, além de sujeitos que compõem a teia de estruturação do GTPA-Fórum EJA/DF e dos demais fóruns estaduais constituem um espaço privilegiado de coleta de documentos, multimídia e geração de conhecimento para a composição da memória e história da educação de pessoas trabalhadoras no País.

Esse estudo da história e da memória presente e passada da educação popular e da EJA no DF tem contribuído para o avanço e a consolidação da área por meio do acúmulo qualificado de estudos e pesquisas, que possibilitam ser um lugar de referência para melhor dialogar com outros Estados e regiões do País. Alcança-se ainda um intercâmbio com outros países, sobretudo os latino-americanos, cuja história se assemelha à brasileira, além de guardar influências, reciprocidades e laços com a educação popular e a EJA.

Neste capítulo, no esforço de consolidar o campo da pesquisa e da extensão na memória e na história viva da educação popular e da educação de pessoas jovens e adultas, apresentamos os projetos de pesquisa dentro da perspectiva do CMV/DF, numa ação integrada com a reconfiguração do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil. Inicialmente abordaremos o conceito em construção de Memória Viva, compreendendo que esse conceito é o eixo norteador do processo de pesquisa e da ressignificação das fontes e dos acervos acessados nos projetos do CMV. Em seguida apresentamos os projetos desenvolvidos no último período, quais sejam, Memória e História da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores – Pegadas de Paulo Freire e Acervo Digital Memorial Paulo Freire: trajetória de luta dos movimentos sociais e populares pela Educação de Jovens, Adultos e Idosos trabalhadores. Por último, o projeto

de Formação dos/as coordenadores Estaduais dos Fóruns EJA do Brasil, rede de pessoas e coletivos sociais, visando constituir agentes mobilizadores acerca da memória e da história da EJA, em parceria com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que motivou a publicação deste livro, atingindo a intersetorialidade e interinstitucionalidade propostas pelo CMV/DF e pelo Portal dos Fóruns de EJA.

Memória Viva: um conceito em construção

A história, entendida como possibilidade para conhecer o passado, pensar o presente e ressignificar o que está por vir, coloca-se em movimento dialógico entre passado-presente-futuro. Uma história que não morre com o passado é uma memória que permanece viva. A temática da memória situa-se no contexto de um debate que envolve diferentes epistemes, passando pela filosofia, pela antropologia, pela sociologia e, sem dúvida, pelo campo da história, no qual, “[...] as várias fontes ou documentos narrativos podem ser tratados, por um lado, como ‘testemunhos de uma época ou situação’, e, por outro lado, como ‘discursos daquela mesma época’” (Barros, 2019, p. 32).

Conceituar “memória”, mesmo se orientando pela história, não é uma tarefa simples, uma vez que a memória é um poderoso instrumento para, desvendando o passado, compreender para onde podemos e devemos seguir. Quando Bosi (2010) se refere às noções de Halbwachs sobre memória afirma que,

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.

[...] Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade. (Bosi, 2010, p. 55)

A essa noção de memória como trabalho e como memória coletiva, nossas pesquisas buscam agregar o exercício de conceituar “Memória Viva”. Primeiro, porque entendemos a memória como um movimento dinâmico, dialogado e longe de se prender aos fatos e acontecimentos do passado, estáticos no tempo. Não se trata, pois, de uma cápsula ou de um carro

mágico no qual se pode entrar, voltar ao passado, mudar o passado para interferir no futuro.

Memória Viva não muda o passado, mas acredita que, ao se aproximar dos fatos passados, compreendê-los e contextualizá-los diante da realidade vivida, é possível alterar o percurso para o futuro, o passado que está por vir. Essa experiência, contudo, não se dá na memória individual, como já afirmado por Halbwachs (2006), mas é alimentada pelas experiências, histórias e vivências coletivas de grupos organizados ou de uma comunidade.

Memória Viva também não é lembrança viva, não são apenas narrativas oficiais, fatos ou registros dos livros de história interpretados por outrem. Memória viva tem a força da construção social, mediada pelos contextos e influências de seus atores, assentada em narrativas contra-hegemônicas, que podem contradizer fatos historicamente apresentados. A Memória Viva, portanto, pulsa na historicidade de coletivos de sujeitos e está guardada em acervos, na história oral em várias vozes, na resistência, na afirmação e na reescrita das suas próprias histórias de vida.

A Memória Viva, por não ser estática, se movimenta pelo fato de permanecer viva, alimentando reflexões pelo e com o presente, abastecendo novas interpretações do passado, influenciando debates sociais e construindo novos paradigmas, novos caminhos, novos embates. Trata-se de um conceito em construção, já que é um elemento vivo que poderá se adequar às reflexões do passado, do presente e de planejamento o futuro.

Reconhecer a Memória Viva como instrumento de luta da classe trabalhadora implica em se comprometer com a história de um coletivo, com o compromisso com a construção dos fatos e com a resistência contra o esquecimento. Ao entender os processos históricos de exclusão, resistência e transformação social, fortalecemos ações interculturais e de educação patrimonial. Somos aprendizes na tarefa de reconstituir e ressignificar a pesquisa historiográfica que, como bem nos alerta Certeau (2011),

Toda pesquisa histórica é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Encontra-se, portanto, submetida a opressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particulari-

dade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia, que se organizam os dossiês e as indagações relativas aos documentos. (Certeau, 2011, p. 47)

As pesquisas no CMV buscam indagar as fontes que localizamos e produzimos na atuação dos coletivos em prol da educação de pessoas trabalhadoras no DF, como será demonstrado ao longo deste capítulo. E como defendido por Barros (2020), também a partir das reflexões de Certeau, o trabalho historiográfico sempre carrega marcas do seu lugar de produção. É nesse sentido que nós, aprendizes do esforço de realizar pesquisa histórica compreendemos que,

A escrita historiadora – que precisa encerrar uma pesquisa histórica que é na verdade interminável com vistas a confluir concretamente para a produção final de um texto fechado em livro, artigo ou conferência – é o reduto último do ‘lugar de produção’, ou o abrigo secreto de um presente do historiador-autor, o qual também se abre para decifrações e análises posteriores, já naquele futuro em que o próprio ‘texto historiador’ terá se transformado também ele em fonte. (Barros, 2020, p. 20)

Nesse sentido, o CMV vem se afirmando como “lugar de produção” da Memória Viva das experiências e vivências da educação da classe trabalhadora, com vistas a enfrentar o silenciamento historicamente imposto a ela em seus diversos campos de luta, ao ouvir as várias vozes que construíram e constroem a nossa história, que se manifestam nos registros e nos acervos.

Para além dos autores acima referenciados, destacamos ainda que Freire (1989; 1992; 2000) e Hobsbawm (2001), também aparecem nas pesquisas do CMV como suporte teórico, metodológico e político. Ambos elaboram, embora de formas distintas, a ideia de história e sua relação com a memória, reconhecendo-as como ferramentas importantes para manter presentes e reconhecidos os saberes e as experiências, que constituem os sujeitos em sua individualidade e na coletividade. É a ação coletiva que fortalece a construção da identidade social de uma comunidade ou segmento social, que possibilita a resistência, o enfrentamento e as mudanças necessárias.

Da concepção dos projetos apresentados

Os projetos apresentados neste capítulo, Memória e História da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores – Pegadas de Paulo Freire;

Acervo Digital Memorial Paulo Freire: trajetória de luta dos movimentos sociais e populares pela Educação de Jovens, Adultos e Idosos trabalhadores e o projeto de Formação dos/as coordenadores Estaduais dos Fóruns EJA do Brasil, rede de pessoas e coletivos sociais, visam constituir agentes mobilizadores acerca da memória e da história da EJA, com o referencial freireano em parceria com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Esses projetos se entrelaçam e são contínuos em suas ações e objetivos.

A pesquisa histórica dispõe atualmente de diferentes suportes técnicos para garantir a memória e preservação de documentos, objetos, monumentos e outros recursos que nos reportam a fatos e acontecimentos que adquirem significado na compreensão da realidade passada e presente. As tecnologias têm interferido nas pesquisas históricas, não apenas pela rapidez com que permitem a preservação de acervos, como também pelas mídias disponíveis que permitem a digitalização de imagens e sons e disponibilizar o que foi organizado. Nossa compreensão é que a pesquisa histórica documental, aliada à possibilidade de tornar públicos os diferentes registros pelos recursos tecnológicos, contribui para o acesso e para a problematização da realidade investigada.

Disponibilizar os documentos da história e da memória da educação de jovens e adultos pode permitir aos pesquisadores revelar a história por meio do diálogo e da indagação com o documento. Possibilita também ampliar estudos, debates e confrontos necessários para compreender as diferenças e permanências das práticas educacionais, além de trazer à tona registros de trabalhos educacionais realizados em diferentes tempos e espaços e favorecer debates entre história e sujeitos nos âmbitos local, regional e nacional, valorizando a compreensão dos processos pedagógicos ao longo da história.

O histórico envolvimento dos Fóruns de EJA na defesa de políticas públicas de educação para as pessoas jovens, adultas e idosas é uma referência importante para as pesquisas historiográficas e de memória do direito à educação. As organizações sociais que compõem a teia de estruturação dos Fóruns de EJA têm um privilegiado acervo de documentos e multimídia da educação de pessoas trabalhadoras. No entanto, apesar do esforço empreendido por esses fóruns em preservar parte da documentação, as iniciativas quanto à memória e à história da educação popular e da EJA ainda estão

dispersas e desorganizadas, o que impossibilita novas pesquisas e produções com base nesses registros.

A alimentação do Portal dos Fóruns de EJA vem se somando a outras iniciativas de constituição de espaços de memória e história. Apesar do número significativo de materiais disponíveis nas páginas estaduais do portal, nota-se que ainda há muitas fontes a ser “garimpadas”, identificadas, organizadas e socializadas para futuras investigações, bem como para contribuir com a organização das lutas dos movimentos sociais e populares. Constata-se que muito do que é produzido na educação popular permanece disperso, ocultado e indisponível ao acesso público ou guardada apenas na memória individual de sujeitos que constituíram a história em seus coletivos.

Há muito a se fazer, pois, em um país que pouco preserva a memória e a história de seu povo, faz-se necessário ir em busca de traços e de vestígios que a história e a memória deixaram, também como forma de combater o efeito devastador da velocidade de uma sociedade presentista.

Quanto à metodologia dos projetos, o caminho percorrido tratou de uma abordagem qualitativa, de pesquisa historiográfica e documental. O trabalho de investigação, tratamento, recuperação e organização de fontes documentais envolveu uma equipe multidisciplinar, com historiadores, cientistas da comunicação e da biblioteconomia, pedagogos, museólogos, professores, artistas, engenheiros etc. Esse envolvimento possibilitou ampliar o olhar sobre o acervo tratado no âmbito do projeto.

Além do polo central do CMV, assentado na FUP/UnB, foram constituídos polos do CMV em instituições parceiras, com vasto material de acervo historiográfico pertinente à Educação Popular e à Educação de Jovens e Adultos. São eles o CMV do Centro de Educação Paulo Freire (Cepafre), situado na Região Administrativa (RA) de Ceilândia/DF e o CMV do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (Cedep) situado na RA do Paranoá/DF. Esses polos e suas experiências no tratamento com o acervo estão amplamente apresentados nos relatos de experiência constantes mais adiante, em capítulos desta publicação.

Do acesso ao material localizado nos polos do CMV emerge a necessidade de coleta dos dados que podem ser obtidos diretamente das peças, bem como o seu significado funcional e simbólico. É fundamental compreender os múltiplos desdobramentos do documento para contextualizar a trama histórica

e, com isso, realizar o tratamento dos dados para a catalogação, que não se restringe à descrição física dos objetos, mas abarca também a ciência de que são a expressão das formas simbólicas de organização social, a materialização de determinada maneira de pensar, sentir e fazer a educação popular, a EJA e os processos educativos presente nos movimentos sociais e populares.

Após o processo de seleção e catalogação, o documento seguiu para a digitalização, que é importante pois viabilizou a construção do Centro Memória Viva; garantiu a preservação do documento original; possibilitou o acesso por meio digital e/ou virtual e forneceu aos pesquisadores a possibilidade de encontrar um conjunto de documentos que antes estavam dispersos, agora, digitalizados. A organização e o registro dos documentos demandaram estudos e pesquisas, para definição de categorias de análise dos documentos e as análises orientaram a forma de organização e registro.

Todo esse esforço de pesquisa acompanhou a reconfiguração do espaço do Portal dos Fóruns de EJA, para disponibilização e mobilização desse site, como ambiente virtual de aprendizagem em rede. A metodologia de reconfiguração do portal contou com atualização da sua base de dados, tornando-o mais atrativo, interativo visando ser uma referência de ação e atuação interativa da educação de jovens, adultos e idosos trabalhadores, bem como dos movimentos sociais de luta popular.

Os projetos desenvolvidos pela FUP/UnB articularam parcerias institucionais nacionais e internacionais constituindo uma rede de apoio e interesses voltados ao tema dos projetos. Essas parcerias representam instituições, movimentos e coletivos que, além dos Fóruns Estaduais de EJA, somaram-se ao processo, como a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Cátedra Paulo Freire da UnB/FUP, o Núcleo de Estudos Cubanos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (NESCUBA/CEAM/UnB), a Faculdade UnB Ceilândia (FCE), o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoá (Cedep), o Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (Cepafre), a Associação dos Docentes da UnB (ADUnB- S.Sind. do Andes-SN) e o Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Além dessas parcerias, os projetos de extensão da UnB, Portal dos Fóruns e Centro Memória Viva, contam com o apoio do Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento, (CDTC/UnB), da Biblioteca Central da UnB (BCE) especialmente o Centro de Digitalização, das Bibliotecas Setoriais

da Faculdade UnB Planaltina e da Faculdade UnB Ceilândia e do Centro Memória Viva da Universidade Federal de Goiás (CMV/UFG).

Atuam no projeto, distribuídos nos Polos do CMV (Planaltina, Cedepe, Cepafre), além de professores pesquisadores, estudantes da graduação e pós-graduação, com incentivo de bolsas para pesquisa científica. Esses agentes atuaram em níveis teóricos, metodológicos e de desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, organização e interação, bem como na compreensão dos processos de organização das políticas públicas, educação popular, movimentos sociais e populares, especialmente nos espaços de atuação e contribuição da UnB no Distrito Federal.

A formação da equipe de atuação nos projetos foi desenvolvida em oficinas, momentos de estudos, participação em seminários, buscando integrar as diferentes áreas de formação dos estudantes às perspectivas e objetivos de cada etapa/meta dos projetos. A formação e capacitação sobre o tema da pesquisa é uma preocupação necessária para assegurar as condições políticas e técnicas para sua execução.

O projeto Memória e história da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores – Pegadas de Paulo Freire – 1ª fase

O projeto de pesquisa Memória e História da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores – Pegadas de Paulo Freire foi proposto como uma das ações celebrativas do centenário de nascimento de Paulo Freire, primeiro patrono da Educação Brasileira em 2021. Realizado no período de 2022-2023, teve como foco o mapeamento, a organização e a disponibilização da produção no campo da memória e da história vividas e vivas da educação voltada a pessoas trabalhadoras no Distrito Federal. Vincula-se ao programa de extensão que já incluía o Centro de Memória e Documentação em Educação Popular, EJA e Movimentos Sociais do DF e o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil.

Como objetivo geral, o projeto Pegadas de Paulo Freire possibilitou constituir “espaço” vivo de produção e recriação de memória e história da educação de pessoas trabalhadoras, partindo do referencial freireano de práticas emancipatórias, para acesso aos conhecimentos gerados e produção de novos conhecimentos, que fortaleçam a luta pelo direito a estes conhecimentos.

Ainda dentro dos objetivos, o projeto se propôs a:

- a) ampliar a organização e o acesso a acervos de memória e história da educação de pessoas trabalhadoras, na perspectiva da defesa da emancipação pela educação, tendo como ponto partida o trabalho já realizado pelo Centro Memória Viva;
- b) reestruturar o Portal dos Fóruns de EJA, incluindo na nova configuração uma biblioteca digital, uma base de documentação e dados e um espaço de divulgação, mobilização e organização das lutas em prol da educação como direito de emancipação humana;
- c) constituir espaço de formação permanente em rede de pessoas e coletivos, que atuam nos diversos movimentos sociais, produzindo práticas emancipatórias de produção de conhecimento, intercâmbios de experiências e pessoas, com vistas a ampliar a rede nacional e internacional de educação;
- d) Elaborar projeto arquitetônico de centro físico para o Memorial Paulo Freire.

Os recursos envolvidos para a execução do projeto tiveram origem em Emenda Parlamentar de bancada dos deputados do Distrito Federal e de outros projetos já em andamento: pesquisadores professores e estudantes que já estão à frente das ações do Centro Memória Viva e do Fórum de EJA, contando também com voluntários dos movimentos sociais com interesse nas pesquisas de memória e história da educação de pessoas trabalhadoras.

Somam-se importantes resultados deste projeto de pesquisa, considerados fundamentais para esta primeira fase: i) organização do acervo científico, com livros, capítulos e produção audiovisual relacionados à pesquisa, que continua na fase 2 do projeto; ii) diagnóstico e reestruturação da arquitetura de informação da versão em processo de atualização do Portal dos Fóruns de EJA, tendo como base plataformas de *software* livre, trabalho que será continuado na fase 2, além de ampliado para a formação dos representantes estaduais dos Fóruns de EJA para atualização e alimentação específica dos portais dos Fóruns Estaduais; iii) construção da Acervo Virtual do Centro de Memória e Documentação em educação popular, EJA e movimentos sociais; iv) reestruturação do Portal dos Fóruns EJA do Brasil com a consolidação da Biblioteca Virtual da Educação Popular e dos Centros Memória Viva (UnB, UFG e outras); v) início da reestruturação dos 27 portais estaduais

e distrital da Educação de Jovens e Adultos na perspectiva de potencializar as plataformas interativas na construção de políticas públicas de EJAI; vi) Seminário Nacional de Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos, Memória e História e vii) minuta elaborada do projeto arquitetônico do Memorial Paulo Freire (os passos para a construção do projeto arquitetônico têm seguimento na segunda fase do projeto).

O projeto Acervo Digital Memorial Paulo Freire: trajetória de luta dos movimentos sociais e populares pela Educação de Jovens, Adultos e Idosos trabalhadores – 2ª fase

O projeto de pesquisa Acervo Digital Memorial Paulo Freire: trajetória de luta dos movimentos sociais e populares pela Educação de Jovens, Adultos e Idosos trabalhadores, possibilitou dar continuidade e ampliar as ações do projeto Memória e História da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores – Pegadas de Paulo Freire, realizado no período anterior, de 2023 a 2025. Nesse contexto, agregando os projetos já citados, buscou-se dar continuidade à articulação dialógica entre ensino, pesquisa e extensão na universidade, em parceria com os movimentos sociais e populares de luta pelo direito à educação das pessoas jovens, adultas e idosas trabalhadoras no DF.

Para avançar nessa construção, dando continuidade às pesquisas em andamento, influenciadas por estes projetos, os processos de reconstituição, identificação, catalogação, higienização e manutenção da memória e da história vivida e viva da educação de pessoas trabalhadoras no DF são uma tarefa ainda presente. Assim como a organização para disponibilização para estudos, pesquisas do acervo físico e virtual oriundo deste tratamento, possibilitando contribuir com a política de Educação de Jovens e Adultos no DF e no Brasil.

O projeto de formação os/as coordenadores Estaduais dos Fóruns EJA do Brasil, rede de pessoas e coletivos sociais, visando constituir agentes mobilizadores acerca da memória e história da EJA em parceria com o Iphan

As tratativas do projeto junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) se deu a partir de uma visita do presidente do Instituto ao polo do CMV no Cedep em ocasião do Fórum de Extensão do Polo UnB no Paranoá.

Para tanto, o projeto se justifica no desejo de ampliação das ações já desenvolvidas, tendo como antecedentes o Projeto Pegadas de Paulo Freire e o Projeto Acervo Digital. O projeto se propôs a consolidar e a ampliar essas iniciativas, promovendo a formação para agentes estaduais mobilizadores para a história e memória da educação das pessoas jovens, adultas e idosas trabalhadoras considerando que os Estados tenham acervos de memória e história, também voltados para a educação de pessoas trabalhadoras.

Historicamente, as iniciativas de educação popular – e, nela, a educação de jovens e adultos – acompanham a construção das cidades. O apagamento histórico das iniciativas populares ocorrido com o golpe de 1964 e a violenta repressão empreendida pelos governos militares, impactou os registros e memórias dessas iniciativas, gerando uma lacuna na história e memória sobre o assunto.

Com a redemocratização do país, houve a ampliação das práticas pedagógicas de educação popular e experiências baseadas nos pressupostos da educação popular na sociedade civil ganharam visibilidade, influenciando programas desenvolvidos em comunidades e na rede pública de ensino.

A Formação dos/as coordenadores Estaduais dos Fóruns EJA do Brasil, rede de pessoas e coletivos sociais, visando constituir agentes mobilizadores acerca da memória e história da EJA, com o referencial freireano, é uma iniciativa que pretende, por meio de oficinas de estudo e trabalho, em formato virtual e presencial, formar agentes estaduais, coordenadores dos Fóruns de EJA do Brasil, para fomentar a formulação, produção e realização de projetos locais ligados ao tema aqui tratado.

Na UnB esse projeto está vinculado e articulado aos projetos: Memória e História da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores – Pegadas de Paulo Freire que abarca os Projetos de Extensão: a) Centro de Memória e Documentação em Educação Popular, EJA e Movimentos Sociais do DF e b) Portal dos Fóruns de EJA do Brasil.

O projeto de formação dos(as) coordenadores estaduais dos Fóruns EJA do Brasil, rede de pessoas e coletivos sociais, visando constituir agentes mobilizadores acerca da memória e história da EJA, em parceria com o Iphan foi desenvolvido por meio de oficinas junto aos representantes dos Fóruns de EJA, sendo realizadas quatro dias em formato virtual para estudo e compreensão dos temas memória, história, fontes históricas, educação

patrimonial, plataforma Tainacan com os fóruns estaduais. As oficinas foram alternadas, sendo o primeiro bloco com as regiões Norte e Nordeste e o segundo bloco com as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Além das oficinas virtuais, houve um encontro presencial de dois dias, realizando o Seminário de Formação e Intercâmbio com representantes dos Fóruns EJA, rede de pessoas e movimentos sociais envolvidos no projeto, visando a troca de experiências com compartilhamento e sistematização das práticas formativas que se pautam pelas práticas emancipatórias de educação e da educação com referencial freiriano.

As ações do projeto de formação dos/as coordenadores Estaduais dos Fóruns EJA do Brasil, rede de pessoas e coletivos sociais, visando constituir agentes mobilizadores acerca da memória e história da EJA, em parceria com o Iphan estão entrelaçadas às atividades em desenvolvimento nos projetos do Centro Memória Viva e resultam na publicação deste livro como um mapeamento inicial e introdutório dos registros e resultados, das reflexões das pesquisas, estudos e conhecimentos e da vivência na práxis dialógica-emancipatória-freireana dos caminhos da memória e história da Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.
- BARROS, José D'Assunção. *A fonte histórica e seu lugar de produção*. Petrópolis/RJ: Vozes. 2020
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- OLIVEIRA, Leila Maria de Jesus. *“PEGADAS” HISTÓRICAS: educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal (1957 a 1998)*. Tese defendida no Programa de

Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/41b271a5-2ae9-49c4-93ca-6411a432d84c/content>. Acesso em: jun. 2025.

ROCHA, Eliene Novaes; PEREIRA, Maria Luiza Pinho; COSTA, Michelli; OLIVEIRA, Leila Maria de Jesus; GOMES, Beatriz Miranda. *Pegadas de Paulo Freire: a experiência da pesquisa no Centro Memória Viva no Distrito Federal*. In: MACHADO, Maria Margarida; PARANHOS, Rones de Deus (Org.). *As diferentes expressões da educação de pessoas trabalhadoras em Goiás* [livro eletrônico]. Goiânia, GO: Cegraf UFG, 2025. Disponível em: <<https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/671/643/2663>>. Acesso em: 06 jun. 2025.

Educação patrimonial – Patrimônio cultural, educação e participação social

COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO,
FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL (COGEDU)



A Coordenação Geral de Educação, Formação e Participação Social (COGEDU), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), integrada ao Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE), foi convidada para contribuir com o presente texto, a fim de compor esta publicação sobre Histórias e memórias de trabalhadores – aprendendo com pesquisas no Centro memória Viva do Distrito Federal. O Iphan, instituição parceira do projeto que resulta na presente publicação, tem a missão de “promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma sustentável, contribuindo para a cidadania plena e para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade cultural, na aceção do art. 216 da Constituição Federal” (Portaria 141, 2023, p. 1).

Em 2023, o Iphan, com o trabalho da equipe da COGEDU, iniciou um projeto intitulado “Incubadora de Projetos de Educação Patrimonial”, uma linha de atuação institucional baseada no estabelecimento de parcerias interinstitucionais na esfera federal, firmadas, portanto, entre o Iphan e instituições de ensino superior, como as universidades e os Institutos Federais

de educação, ciência e tecnologia. O intuito é a realização de cursos diversos voltados para agentes sociais nos territórios, que visam, entre seus objetivos, ampliar a criação e a apresentação de projetos culturais de Educação Patrimonial em diferentes localidades do território nacional. De forma que:

Com este projeto pretende-se realizar cursos, em diversos formatos (oficinas, seminários, capacitações), destinados a capacitar agentes sociais comunitários para formulação/produção e apresentação de projetos culturais, inclusive de educação patrimonial. [...] Essas parcerias visam a implementação de um conjunto articulado de processos formativos e pedagógicos que ampliem a participação social na política de Patrimônio Cultural. Os resultados esperados serão a ampliação do quadro de agentes sociais capacitados a acessar e gerir instrumentos de políticas públicas de cultura, assim como a ampliação de estímulos para uma maior apropriação das Políticas de Patrimônio Cultural por grupos e comunidades historicamente pouco contempladas. (COGEDU, 2023, p. 2)

As primeiras parcerias firmadas no escopo dessa linha de atuação da área central do Iphan na seara da Educação Patrimonial foram estabelecidas usando como ferramenta para a pactuação do repasse de recursos orçamentários à instituição parceira, o instrumento chamado “Dispensa de Termo de Execução Descentralizada” (D-TED), o qual é regido legalmente pelo Decreto n. 10.426, de 16 de julho de 2020, em especial ao Inciso I, § 3º do Art. 3º, que regulariza e normatiza os fluxos processuais acerca da Dispensa de TED.

Nessa linha, ressalta-se que tais parcerias estabelecidas no âmbito da “Incubadora” foram celebradas entre o Iphan e Institutos de Ensino e universidades públicas federais, tendo por intuito primeiro a realização de processos formativos no campo da Educação Patrimonial para as comunidades locais, parcerias estas que possibilitam estabelecer um conjunto articulado de processos formativos e pedagógicos que fomentam e ampliam a participação social na política de Patrimônio Cultural.

Importa ressaltar que por participação social se compreende algo para além da mera “consulta”, ou do simples “chamamento público” para contribuições. Por tais razões, gostaríamos de destacar que se almeja, nesse campo, estarem os agentes sociais dos territórios no foco principal das propostas de formação orientadas para as Incubadoras de Projetos. Assim, busca-se ampliar a participação dos sujeitos sociais inseridos como protagonistas do processo, em contraste com outras políticas, historicamente, pouco participativas.

Em conformidade, destaca-se abaixo um excerto do projeto da iniciativa de Incubadora em foco:

Considerando que a Educação Patrimonial é um campo legitimado para que as Comunidades acessem as Políticas Públicas de Patrimônio, uma vez considerada a definição de patrimônio estabelecida pela Constituição Cidadã de 1988 (Art. 216). Assim sendo, propõe-se o estabelecimento institucional de uma ‘Incubadora de Projetos’ como uma ação estratégica, a ser desenvolvida no âmbito das políticas públicas culturais educativas. Com a Incubadora de Projetos pretende-se formar redes de parcerias, atingir as extremidades da teia social e promover/incentivar a preservação e valorização de elementos identitários, mnemônicos bem como sentido de pertença de todos os segmentos étnicos, culturais e sociais, componentes históricos da formação do povo brasileiro, em conformidade com o exarado pela Portaria Iphan n. 137/2016.

Escopo: Formar/capacitar agentes de Organizações da Sociedade Civil – OSCs para produzir/elaborar Projetos Culturais qualificados para concorrer a recursos provenientes de editais públicos que visem a realização de parcerias para execução de ações no âmbito do patrimônio cultural no ano de 2025. (COGEDU, 2023, p. 01)

Ou seja, o projeto “Incubadoras” busca a ampliação do contingente de agentes sociais capacitados a acessar e gerir instrumentos de políticas públicas de cultura. Assim como estimular maior apropriação dos instrumentos das Políticas de Patrimônio Cultural por parte de grupos e comunidades historicamente apartadas, como por exemplo os povos originários e as populações de matriz africana, inclusas as comunidades tradicionais, tais como quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, extrativistas, camponeses, agricultores familiares, pescadores, marisqueiras e outros.

Com efeito, foi por essa linha de ação que se articulou a presente parceria entre o Iphan e a Faculdade de Planaltina (UnB), visando contemplar o Projeto “Pegadas de Paulo Freire”, com recursos orçamentários descentralizados sendo aplicados na esfera da Educação de Jovens e Adultos, mais especificamente no âmbito da educação popular, uma vez que a proposta versa sobre a “Memória e história da educação de trabalhadores”. Nesse sentido, referir-se à memória da educação popular é se referir igualmente à contínua luta de trabalhadores(as) por direitos, cidadania e autonomia, seara onde os movimentos sociais atuaram historicamente em constante disputa por dignidade e melhores condições de vida em um cenário social

elitista no qual, como diria o *rapper* Criolo (2006), o “trabalhador brasileiro é tratado que nem lixo [...]”:

Eu quero aprender, eu quero saber
Eu quero passar pra depois desenvolver
Eu quero comer, eu quero beber
Saneamento básico, cacete, isso é o mínimo
Dignidade do poeta que vai se diluindo
Numa luta covarde, vou seguindo, tossindo
O que mais me incomoda é sua pobreza de espírito
O que mais te incomoda é que eu sou feliz fazendo isso
Desistir, nunca, não sou covarde
Queira ou não, rap é uma realidade
Desistir, nunca, meu povo não é covarde
Queira ou não, rap é uma realidade de luta
Luta, luta, luta
Luta, luta, luta
Luta, luta, luta
Luta, luta, luta... (CRIOLO; RAEL, 2018).

Assim sendo, cada projeto contemplado pela Incubadora buscou valorizar as características de cada instituição em seu contexto específico, possibilitando a valorização de projetos de extensão, corpo docente e envolvimento de comunidades e alunos, a partir da potencialização de suas próprias redes de parcerias já estabelecidas nos territórios, com lideranças comunitárias, OSC's, mestras e mestres detentores de saberes locais, cooperativas, associações etc.

Nesse sentido, esperamos estimular oportunidades de formação para agentes multiplicadores no campo do Patrimônio Cultural. Com a possibilidade de envolvimento de pessoas que poderão estender o alcance dos conhecimentos trabalhados nos cursos e trazer para os espaços formativos conhecimentos referenciais dos saberes locais. Com efeito, esse processo dialético poderá produzir a inclusão de diversos grupos sociais nas políticas de patrimônio cultural, pois conecta os temas e necessidades de cada realidade ao amplo campo do Patrimônio Cultural e dos direitos culturais.

Outro efeito desejável das Incubadoras é o próprio reconhecimento, por grupos e comunidades, da importância das políticas públicas de patrimônio cultural e a mobilização e engajamento no sentido da participação social nos processos e ações.

Em última análise, trata-se de uma educação patrimonial que permite o acesso de mais pessoas à gestão e administração dos instrumentos e recursos governamentais, como incentivo à participação e engajamento com relação aos trabalhos do Iphan. Ainda assim, o núcleo principal da iniciativa é o desenvolvimento cultural, social e político de grupos e comunidades, reconhecendo e valorizando as populações locais como sujeitos sociais mobilizados no campo da cultura.

Educação patrimonial: um campo em construção

A Educação Patrimonial, importante área de atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), tem origem com o início das próprias noções de patrimônio cultural. Porém, podemos considerar que começou a ser implementada institucionalmente, nesses termos, nos anos 1980.

Nessa época, resultavam concepções que tinham uma perspectiva de Educação Patrimonial pautada na frase “conhecer para preservar”. A ideia era promover a preservação com a imposição de conhecimentos. Mesmo considerando que garantir o acesso aos conhecimentos seja importante, essa perspectiva não considerava a estrutura social e as características desiguais das relações educativas. Esse pensamento trazia aspectos de uma educação bancária, na qual especialistas depositariam conhecimentos em pessoas que ainda não teriam consciência do valor do que é considerado Patrimônio cultural.

Posteriormente, em contraposição a esse olhar, ganha força no campo da Educação Patrimonial uma concepção educativa construtivista. Ou seja, as críticas das concepções bancárias de educação demonstram que a Educação Patrimonial deve partir da construção conjunta das relações de ensino e aprendizagem, das referências culturais das pessoas, ou seja, dos valores das próprias comunidades.

A Educação Patrimonial constitui-se, atualmente, em um campo plural e dinâmico de práticas educativas voltadas à valorização do patrimônio cultural em suas múltiplas dimensões. Ela pode ser compreendida como um conjunto de processos formativos que envolvem sensibilização, reconhecimento e mediação cultural, partindo da premissa de que os bens culturais são fundamentais para a construção da identidade coletiva e para o entendimento das trajetórias sociais e históricas das comunidades.

Sob essa perspectiva, a Educação Patrimonial não se restringe a ações pontuais ou institucionais, mas se realiza na vivência cotidiana, no território e nas relações que as pessoas estabelecem com o patrimônio. É nesse contexto que se inserem as diretrizes formuladas pelo Iphan, que defendem uma abordagem democrática, participativa e intersetorial, capaz de integrar diferentes saberes, práticas e experiências.

O marco normativo que orienta essas ações é a Portaria Iphan n. 137/2016 (Brasil, 2016), que define as seguintes diretrizes:

- I – Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;
- II – Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;
- III – valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;
- IV – Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;
- V – Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;
- VI – Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas;
- VII – incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;
- VIII – considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar. (Brasil, 2016)

Essas orientações reconhecem também que a educação e a preservação do patrimônio se dão em contextos marcados por conflitos e negociações, exigindo articulações entre diferentes setores e políticas públicas, como as de cultura, educação, meio ambiente, saúde e desenvolvimento urbano. A transversalidade e a interdisciplinaridade são, portanto, pilares estruturantes dessa política.

Portanto, todo conjunto de processos educativos, mobilizações de sensibilização e mediação sobre o campo cultural, sobre os bens culturais que constituem o patrimônio são entendidos como base para compreensão

sócio-histórica, voltadas para a sua apropriação social, reconhecimento valorização e preservação.

Dessa forma, os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades produtoras das referências de patrimônio cultural e que, por sua vez, são permeáveis de distintas cosmovisões e epistemologias que constituem a identidade cultural.

Nos últimos anos, o Iphan vem consolidando instrumentos e propostas que fortalecem essa concepção de educação. A Carta do Beijódromo, formulada em 2024 pela Coordenação-Geral de Educação, Formação e Participação Social (COGEDU) em diálogo com superintendências, escritórios técnicos, comunidades e instituições parceiras, apresenta recomendações para a reestruturação da Política de Educação Patrimonial. Esse documento reafirma a importância de uma atuação integrada e sensível às especificidades dos territórios e das populações envolvidas.

Figura 2.2 – Carta do Beijódromo: Recomendações para a retomada da Política de Educação Patrimonial no Iphan.



Fonte: Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/educacao-patrimonial/carta-do-beijodromo>.

Outro instrumento fundamental nesse processo são os Inventários Participativos, que têm como objetivo mobilizar as comunidades para que identifiquem e valorizem suas próprias referências culturais. Mais do que um levantamento técnico, o inventário participativo é um processo de escuta, troca e construção coletiva de conhecimento. Ele permite acessar os valores afetivos atribuídos aos bens culturais e favorece o diálogo entre diferentes saberes e gerações. Para isso, são utilizadas estratégias diversas como pesquisas de campo, construção de mapas afetivos, rodas de conversa, oficinas, metodologias colaborativas como o Café Mundial (World Café), além do mapeamento de atores locais e alinhamento de expectativas.

Figuras 2.3 – Educação Patrimonial: Inventários Participativos



Fonte: Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf

Assim, a Educação Patrimonial, tal como vem sendo desenvolvida pelo Iphan, afirma-se como uma política comprometida com a transformação social, com a escuta dos sujeitos históricos e com a construção e a manutenção de vínculos mais profundos entre as pessoas, suas memórias e seus territórios. Ao articular afetividade, participação e conhecimento, ela amplia a compreensão do patrimônio cultural como um bem vivo, em constante diálogo com o presente e com o futuro.

**Figuras 2.4 – Educação Patrimonial:
Inventários Participativos // Manual de Aplicação**



Fonte: Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventarios_participativos_manual.pdf

Considerações finais

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

Paulo Freire, 1999, p. 31

Com esperança e alegria, neste ano de 2025, por meio do apoio institucional do Iphan ao Projeto “Pegadas de Paulo Freire” sob o intermédio da “Incubadora de Projetos” da COGEDU, podemos ver e apoiar pessoas envolvidas e engajadas na luta por uma educação popular engendrada pela preservação de importantes componentes do patrimônio cultural brasileiro, no caso em particular, trata-se a respeito da “memória viva” sobre a história da educação de trabalhadoras e trabalhadores, de jovens e adultos, de idosos, manifestada e refletida no Portal dos Fóruns do EJA.

Nessa seara, abordar a questão da Educação Patrimonial no âmbito dos processos de ensino-aprendizagem de jovens e adultos (EJA), sobretudo considerando a história dos movimentos sociais e da Educação Popular, é

também abordar suas profundas conexões com outras histórias: histórias contadas nas periferias das grandes cidades; nas margens, beiradas e fronteiras; nos campos, nas águas e nas florestas; na zona rural, nas comunidades tradicionais, nas matas; nas vilas, nas favelas, nas quebradas, nos morros, nos quilombos, nas aldeias; nas batalhas de rap, nas feiras, nas rodas de capoeira, de samba e nos terreiros, nos batuques; nas roças, nos assentamentos e acampamentos; no cerrado, na caatinga, no sertão e na Amazônia, histórias estas que cingem sobre memórias e pertencas, sobre saberes e conhecimentos, sobre tradições, sobre arte e cultura populares, a respeito de experiências, de celebrações e festividades, de práticas e de costumes enfim, sobre modos de vida e visões de mundo específicos.

Por tais caminhos, torna-se relevante mencionar Aílton Krenak, quando aborda a importância da experiência cotidiana do povo, em função da necessidade hodierna e premente, de estarmos presentes no mundo, aqui e agora, de maneira crítica e consciente, em contrapartida a uma sociedade de consumo e ode à mercadoria, de acumulação, competitividade e alienação, por caminhos trilhados pela prática educativa emancipatória, em um tempo em que falar de legado, tradição e ancestralidade esbarra, via de regra, na indústria cultural e mercantilização da cultura:

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande em relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim. (Krenak, 2020, p. 26-27).

Em conformidade, frisa-se que, pelo apoio e acompanhamento da iniciativa orquestrada por este projeto de extensão, foi possível contemplar o alinhamento institucional ao comprometimento do Ministério da Cultura, em consonância com as diretrizes governamentais em voga, com a missão de democratizar o acesso às políticas públicas culturais, descentralizando e contribuindo para a horizontalização da disponibilização de recursos, por

meio da redistribuição dos instrumentos de repasse, facilitando assim a adesão ao mote da valorização e preservação do patrimônio cultural.

Dessa maneira, considera-se a relevância da Educação Patrimonial como pauta em destaque para compor as estratégias do Iphan, entendendo a pertinência de possibilitar a capacitação dos sujeitos sociais demandantes por acesso às políticas públicas para o patrimônio e a consequente distribuição horizontalizada dos recursos, a partir da proposta de promover formações direcionadas ao conjunto ampliado da sociedade para acessar os investimentos sociais na área do Patrimônio Cultural.

Assim, entende-se o sentido do projeto “Memória e história da educação de trabalhadores” dentro do contexto de trabalho do Iphan, pela realização de atividades formativas e capacitadoras, no modelo “oficinas”, as quais têm por mote a preparação/instrumentalização dos agentes sociais beneficiários da proposta, atuando na constituição de rede de agentes mobilizadores, buscando a produção de projetos culturais no campo do patrimônio, onde as oficinas são ministradas por professores/orientadores das instituições parceiras, ainda em conjunto com as mestras e mestres detentores dos saberes locais.

Nesse sentido, cabe relembrar Nego Bispo, florestano avoengo, trabalhador da roça, cuja epistemologia quilombola apregea um pensamento orgânico que discorre sobre a concepção de tempo não linear das comunidades tradicionais afrodiáspóricas. Ele afirma: “o saber de vocês é sintético, o nosso é orgânico. Vocês pensam de forma linear, por isso chegam ao limite. Nós pensamos de forma circular, por isso a nossa vida não tem limite. A roda é começo, meio, começo; ela não tem fim” (Santos, 2023). Em tal contexto, o quilombola ressalta ainda: “Enquanto a sociedade se faz com os iguais, a comunidade se faz com os diversos. Nós somos os *diversais*, os cosmológicos, os naturais, os orgânicos” (Santos, 2023, p. 29). Portanto, no âmbito do pensamento do pensador, está que:

Até hoje tivemos um processo de colonialismo potente e bem articulado, que usou a política com todas as suas nuances. Agora, entretanto, está acontecendo algo interessante. Os seres estão começando a falar em autogestão. Estamos em um momento muito especial. Falamos de cosmologia em vez de teoria ou ideologia. Falamos de território, em vez de falar de fábrica. Falamos de aldeia, quilombo e terreiro, em vez de espaço de tra-

balho. O mundo do trabalho não é mais o mundo em debate, não está mais impondo a pauta, está sendo substituído pelo mundo do saber, pelo mundo do viver. (Santos, 2023, p. 52)

Destaca-se nesse contexto o contínuo desenvolvimento do campo da Educação Patrimonial, no qual se acessam os principais processos educativos e as estratégias envolvendo o trabalho pedagógico elaborado sobre a valorização e preservação dos diversos elementos constituintes da cultura brasileira.

Os resultados esperados a partir da parceria com o Portal dos Fóruns do EJA são a ampliação e a qualificação do quantitativo de agentes sociais participantes que desenvolvem interesses em acessar e gerir instrumentos de políticas públicas de cultura. Assim como, estimular a apropriação das políticas de Patrimônio Cultural por grupos e comunidades historicamente pouco contempladas. Resultando dessa forma em um maior número de projetos produzidos pelos atores sociais citados, consequentemente se elevará o percentual de propostas submetidas e contempladas, possibilitando a democratização, a descentralização e a redistribuição dos recursos disponibilizados pelo Governo nesse segmento, atingindo as metas delineadas pelo escopo da “Incubadora de Projetos de Educação Patrimonial” da COGEDU-Iphan, trilhando as pegadas de Paulo Freire, uma senda “criticamente esperançosa” (Freire, 1999, p. 81).

Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº. 119/2022. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022.
- CRIOLO; RAEL. “Tô pra ver”. In: *Rael convida*: Criolo (Acústico). Ep. 01. Álbum: Single, 03 Tracks (3 songs): 10 min 42 sec. São Paulo: Lab Fantasma Estúdio, 2018.
- CRIOLO. “Demorô”. In: CRIOLO. *Ainda há tempo* (Álbum). CD. 22 faixas, 69:46. São Paulo: Sky Blue Music, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra S/A, 1999.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Ante-projeto*: Incubadora de Projetos de Educação Patrimonial do Iphan”. Brasília: COGEDU/DAFE-IPHAN, 2023. Processo administrativo SEI nº. 01450.006313/2023-31 (protocolo nº. 4725438) Documento interno.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Carta do Beijódromo*: recomendações para a retomada da Política de Educação Patrimonial no Iphan. Brasília: CEPF/COGEDU/DAFE-IPHAN, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/educacao-patrimonial/carta-do-beijodromo>.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº. 137*, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União nº. 81, 29/04/2016, seção I, p. 06. Brasília: DOU, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Regimento Interno do Iphan*. Portaria nº. 141, de 12 de dezembro de 2023. Publicado no Diário Oficial da União em 13/12/2023, Edição 236, Seção 1, p. 31. Brasília: Iphan, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2023/portaria-no-iphan-no-141-de-12-de-dezembro-de-2023>.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A Terra dá, a Terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.

Bloco 2

Acervos de memória e história da educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal

Entre arquivos e vozes: o tecer da memória viva na Meta 1 da Pesquisa Pegadas Paulo Freire

BEATRIZ MIRANDA GOMES E ELIENE NOVAES ROCHA

Este relato de experiência nasce do desejo de dividir, de forma reflexiva e com os pés fincados na prática, o caminho que percorremos na meta 1 do Projeto de Pesquisa “Pegadas Paulo Freire”. Nessa etapa, como já dito, nos dedicamos a ampliar a organização e o acesso aos acervos que guardam a memória e a história da educação das pessoas trabalhadoras do Distrito Federal. Desde que teve início em 2021, essa pesquisa tem buscado se afirmar como um espaço vivo onde o acesso ao conhecimento caminha lado a lado com a produção e a reinvenção de saberes sobre a memória e a história de vida das pessoas trabalhadoras do Distrito Federal.

Na meta 1, se evidenciam os detalhes metodológicos, os desafios enfrentados e as conquistas que, aos poucos, vão dando corpo à proposta. Nosso principal objetivo com essa etapa tem sido contribuir de forma concreta para o mapeamento, organização, higienização, preservação, classificação, catalogação, seleção, digitalização e acesso do acervo físico e disponibilização do acervo digital do Centro Memória Viva (CMV-DF), ampliando o acesso às memórias que contam as lutas e práticas emancipatórias da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores (Ejait).¹

Para entender como chegamos ao Centro Memória Viva do Distrito Federal (CMV-DF) é necessário retomar os caminhos que começaram a

¹ Para o GTPA/Fórum EJA-DF, a denominação “Educação de Jovens e Adultos” não contempla os idosos e nem a especificidade dos estudantes pertencerem à classe trabalhadora, por isso utiliza-se da expressão Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores (Ejait) que já está incorporada à Lei Distrital n. 5.499, de 14 de julho de 2015, que aprovou o Plano Distrital de Educação-PDE (2015-2024) como Plano de Estado e dá outras providências.

ser desenhados nos debates e encontros dos fóruns de EJA do Brasil. Foi nesse ambiente de articulação coletiva que emergiu a urgência de zelar pela memória e da história da educação das pessoas trabalhadoras, não apenas no sentido de resgatá-la, mas também de torná-la acessível de forma ampla e democrática às investigações futuras. Essa demanda, construída ao longo das reflexões do movimento dos Fóruns de EJA do Brasil, lançou as bases para o que hoje se consolida como o CMV-DF.

Na Meta 1, seguimos uma abordagem qualitativa conforme delineada por Gil (2021a), que nos ajudou a estruturar o olhar investigativo. A natureza historiográfica da pesquisa se ancorou nos estudos de Barros (2019), permitindo que olhássemos os acervos não apenas como registros documentais, mas como vestígios vivos de trajetórias. Para além da técnica, nos guiamos pela perspectiva de pesquisa-ação proposta por Barbier (2004), que reafirma a importância da escuta ativa, da coautoria das pessoas trabalhadoras envolvidas e da crítica social como caminhos indispensáveis para transformar práticas educativas e fomentar processos emancipatórios.

Além disso, nossa caminhada na Meta 1 foi guiada pelo princípio freireano da dialogicidade, ideia de que o conhecimento se constrói junto, em escuta e troca constantes. Esse princípio ganhou corpo nas estratégias metodológicas que combinavam prática, reflexão crítica e análise historiográfica de fontes primárias e secundárias. Vivenciamos isso de forma muito concreta nas ações realizadas nos polos do CMV-DF em Planaltina, Ceilândia e Paranoá, onde atuamos lado a lado com pesquisadores, extensionistas, professores e membros das comunidades locais.

Dessa forma, articulam-se às ações desenvolvidas pela meta 1 os projetos de extensão universitária vinculados à Universidade de Brasília (UnB): “Portal dos Fóruns de EJA do Brasil” e “Centro Memória Viva – Documentação e Referência em Educação Popular, EJA e Movimentos Sociais do Distrito Federal (CMV-DF)”.² Eles foram implementados, nos últimos anos, em três polos descentralizados: territórios históricos de atuação e resistência dos movimentos sociais e populares. Esses polos, estão localizados no Paranoá,

² O CMV-DF compõe a rede de pesquisa dos Centros de Referência em Educação de Jovens e Adultos. Para conhecer esse histórico sugerimos Valdez *et al.* (2015), Machado e Costa (2021) e Portal Fóruns EJA: www.forumeja.org.br.

no Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoá (Cedep³); em Ceilândia, no Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (Cepafre⁴); e em Planaltina, na Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB). Tais espaços configuram-se como núcleos de construção coletiva, onde se articulam universidade, comunidades locais e lutas populares.

Viver essa experiência reforçou, para nós, o papel fundamental da universidade pública quando se conecta de forma orgânica com os movimentos sociais e populares – sujeitos históricos na luta por direitos. Essa parceria viva e horizontal tem possibilitado dar forma concreta ao direito à memória, à história e à educação das pessoas trabalhadoras do Distrito Federal. Nesse encontro, alimentado pelas lutas e pela pedagogia freireana, observamos práticas emancipatórias que expressam um compromisso coletivo com a justiça social e com a dignidade humana.

Desenvolvimento

Olhar para a história das políticas públicas educacionais no Brasil é reconhecer que elas chegaram tarde, e não por acaso. Essa demora está diretamente ligada à formação do Estado e da sociedade brasileira, marcada pela exploração e opressão do sistema escravocrata colonial, cujas consequências repercutem na consolidação da República. O direito à educação foi, ao longo do tempo, profundamente afetado por esse passado. Os vestígios da colonização, os períodos de golpes e regimes ditatoriais militares, assim como as reformas de caráter liberal, deixaram marcas profundas nas políticas educacionais, que passaram a oscilar entre indefinição, avanços e retrocessos.

No Distrito Federal, essas marcas históricas e políticas ganham contornos próprios, refletindo os desafios, a força das lutas sociais e o protagonismo das comunidades populares. As reivindicações por acesso à educação co-

³ Fundado em 1987, o Cedep é uma instituição dedicada ao fortalecimento da identidade cultural e ao desenvolvimento comunitário nas regiões de Paranoá-DF e Itapoá-DF, que oferece atividades culturais, oficinas e eventos que promovem a inclusão social e a valorização das tradições locais. Além disso, o centro atua em projetos voltados para a educação popular e alfabetização de jovens, adultos e idosos.

⁴ Fundado em 1989, o Cepafre nasceu da iniciativa do Núcleo Paulo Freire de Alfabetização de Adultos, composto por um grupo de estudantes da extinta Escola Normal de Ceilândia com alunos do mestrado em Educação da Universidade de Brasília (UnB) que, em 1985, iniciaram uma experiência de alfabetização de adultos, baseada na metodologia do educador Paulo Freire.

meçaram ainda antes da inauguração de Brasília. Desde então, temos visto movimentos sociais, coletivos e organizações comunitárias conduzirem ações que vão além do simples acesso: lutam pela permanência, pela qualidade e por uma educação que forme cidadãos socialmente engajados e que valorize as identidades populares.

Nesse caminho de acúmulo histórico e político, um marco importante foi a criação, em 1989, do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização (GTPA-Fórum EJA/DF). Nascido com base nos princípios da educação libertadora de Paulo Freire, o grupo foi pensado, inicialmente, para contribuir com a formulação e implementação das políticas de alfabetização de jovens e adultos no Distrito Federal. Impulsionado pela urgência de enfrentar a “dívida histórica” com os operários que construíram Brasília, o GTPA acabou se consolidando como um espaço de formação, articulação e resistência dentro do movimento da Ejait.

É nesse contexto histórico que a meta 1 do projeto “Pegadas de Paulo Freire” mergulha em um acervo inédito, valioso e carregado de sentido. São registros que narram, com força e detalhe, as lutas e resistências construídas ao longo da trajetória da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores no DF. Esse acervo guarda experiências educativas protagonizadas por pessoas com pouca ou nenhuma escolarização, cujas demandas surgiram antes da inauguração de Brasília e, como apontam as análises de Oliveira (2022), continuam vivas e urgentes até hoje.

Ao longo do projeto, tivemos contato com documentos e arquivos pessoais que revelam o papel fundamental das organizações da sociedade civil e dos coletivos populares em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) na oferta de ações educacionais críticas. Esses esforços ajudaram a consolidar práticas que reconhecem e valorizam as vozes das pessoas trabalhadoras, vozes que, por muito tempo, foram silenciadas na história oficial.

Inspirada no referencial freireano de práticas emancipatórias, a meta 1 tem se dedicado a fortalecer a educação popular no DF por meio de mapeamento, organização, higienização, preservação, classificação, catalogação, seleção, digitalização e difusão dos acervos constituídos ao longo das lutas. Compreendemos esses acervos como patrimônios educativos, culturais e políticos, frutos da resistência. Ao trabalhar com eles, reafirmamos o papel

da educação patrimonial como ferramenta essencial para democratizar a memória, estimular a participação ativa e valorizar as identidades coletivas.

Como nos lembra Freire (1987), a memória viva das pessoas trabalhadoras é parte essencial de qualquer processo educativo verdadeiramente libertador, pois está diretamente ligada à construção de novos caminhos de dignidade e justiça social. Com esse olhar, a meta 1 vai além dos aspectos técnicos da organização documental. Para nós, a memória é também território vivo, espaço de disputa, de resistência e de reinvenção coletiva. É o que também expressa o documento do projeto de pesquisa:

[...] a reconstituição, identificação, catalogação, higienização e manutenção da memória e da história vivida e viva da educação de pessoas trabalhadoras constituem pilares de um processo que envolve múltiplos sujeitos, linguagens e saberes, conectados por um compromisso social e político de transformação. (Projeto Pegadas Paulo Freire, 2025, p. 12)

Ao analisarmos os documentos coletados, buscamos mais do que sua organização: nosso esforço esteve voltado a resgatar e contextualizar experiências e narrativas educativas que, ao longo do tempo, foram silenciadas pelo Estado e pelas políticas públicas limitadas que foram implementadas. Esse olhar crítico sobre as fontes nos permitiu não apenas iluminar práticas pedagógicas significativas, mas também reconhecer estratégias de organização e resistência construídas por educadoras, educadores e movimentos sociais e populares. A cada leitura, reafirmamos a memória como uma ferramenta promissora de denúncia e de esperançar.

Resultado do trabalho

Entre os principais resultados, destaca-se o conjunto de técnicas e estratégias que estabeleceram o mapeamento, a organização, a higienização, preservação, classificação do acervo físico, além da seleção cuidadosa de documentos inéditos destinados à digitalização e difusão, etapa que dará origem ao acervo virtual do Centro Memória Viva – Documentação e Referência em Educação Popular, EJA e Movimentos Sociais do Distrito Federal (CMV-DF). Esse trabalho culminou na constituição de quatro lotes de documentos, organizados para comportar a diversidade cultural dos registros guardados nos polos do CMV-DF.

O processo de digitalização, ainda em andamento, reforça o compromisso com o acesso público e a valorização de memórias que, por muito tempo, foram silenciadas. A dimensão e a complexidade do acervo impressionam: nele, encontramos registros pedagógicos, históricos escolares, materiais didáticos, cartas de educandos e educadores, atas de reuniões, depoimentos manuscritos, vídeos, fotos, registros financeiros, cartas de reivindicações, cartazes, panfletos, correspondências com ministérios e trabalhos ligados à educação popular e à Ejait. Esses documentos ampliam significativamente o potencial de investigação e reflexão crítica sobre a história da educação popular no DF.

Nesse sentido, o processo evidenciou a complexidade de lidar com documentos de diferentes naturezas, contextos e temporalidades. A equipe criou estratégias para integrar registros escolares, materiais pedagógicos, atas de reuniões e depoimentos orais, sempre respeitando os contextos locais e as trajetórias das comunidades e territórios. Esse desafio foi além das competências técnicas, exigindo uma prática socialmente referenciada e um compromisso ético e político com a valorização da diversidade de vozes e experiências.

Construído a partir das lutas sociais, esse acervo é um patrimônio vivo que denuncia as injustiças históricas ainda presentes, mas também aponta caminhos para uma sociedade mais justa. Ele reafirma o papel central das práticas de memória como base para processos educativos comprometidos com o reconhecimento e a valorização da história das pessoas jovens, adultas e idosas trabalhadoras no DF.

Com os dados já sistematizados, foi possível delinear um panorama abrangente da memória viva da educação popular no Distrito Federal. A análise do acervo evidencia a atuação concreta da sociedade civil na construção de políticas públicas eficientes e eficazes, destacando a concepção de uma Ejait que legitime o direito à escolarização das(os) sujeitas(os) historicamente marginalizadas(os).

Por meio de oficinas, rodas de conversa e formações voltadas à organização, seleção e ao cuidado com os documentos, a meta 1 vem fortalecendo o protagonismo histórico da Ejait. Com base na pesquisa-ação e no respeito às trajetórias de vida, essa construção coletiva confirma que a memória viva

é, ao mesmo tempo, resistência e semente de esperança para transformar as realidades sociais.

A qualidade e a legitimidade do trabalho foram fortalecidas por meio de processos formativos voltados às equipes de pesquisa, às coordenações dos polos e metas, aos estudantes extensionistas e aos movimentos sociais. Também participamos de momentos de formação conduzidos por lideranças da educação popular no Distrito Federal. Essa tessitura formativa articulou saberes da universidade com os das lutas sociais, evidenciando o caráter dialógico e democrático do projeto e reafirmando a escuta e a participação coletiva como fundamentos de práticas educativas emancipadoras.

As atividades desenvolvidas abordaram o contexto histórico e político do Distrito Federal, a memória social e o uso de tecnologias baseadas em *softwares* livres e abertos, como o Tainacan⁵. Tais elementos desempenharam um papel fundamental não apenas no fortalecimento das competências técnicas das(os) participantes, mas também na ampliação do olhar crítico sobre os objetivos da pesquisa, seu legado para a educação popular e seu compromisso social com o direito à educação.

Em cada polo, o trabalho de organização física dos acervos foi integrado a processos formativos que envolveram a leitura e a discussão de textos teóricos fundamentais, como fontes históricas (Barros, 2019) e as abordagens sobre história oral e memória social (Alberti, 2011; Bosi, 2010). Esses momentos de formação, se tornaram espaços de reflexão e revisitação aos documentos, dimensão política e pedagógica importante para o resgate das memórias e tratamento dos documentos.

As frequentes reuniões dos polos, a supervisão das equipes pelas(os) coordenadoras(os) de polo, o acompanhamento e auxílio da coordenação da meta 1, bem como os momentos com a coordenação geral, tornaram-se espaços importantes para partilha de desafios, permitindo a construção conjunta de estratégias para superar os entraves encontrados.

A aproximação inicial com GTPA/Fórum EJA/DF possibilitou a participação das(os) membras(os) do projeto em reuniões, atividades e encontros

⁵ Tainacan é um *software* livre desenvolvido pelo Laboratório de Inteligência de Redes da Universidade de Brasília (UnB) para construção de repositórios e acervos digitais livres e gratuitos, utilizado em diversas instituições de ensino e museológicas de todo Brasil. Acessível em: <https://tainacan.org/>.

fundamentais para a construção coletiva e representativa, alinhadas às lutas e demandas dos territórios. Contudo, vale reconhecer que essa aproximação, embora relevante, precisa ser aprofundada e fortalecida, uma vez que representa um eixo estratégico que busca a garantia efetiva dos direitos da Ejaít no Distrito Federal.

A atividade de digitalização acompanhou um processo cuidadoso de higienização, preservação e conservação dos documentos, compreendidos como patrimônio coletivo. Esse cuidado com o acervo físico esteve sempre articulado à preocupação com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), materiais de manuseio com os documentos, acessibilidade e democratização do conteúdo.

Entre os desafios enfrentados, destacou-se a necessidade de consolidar critérios e orientações para a seleção dos lotes de documentos, assegurando os objetivos de pesquisa e a coerência metodológica. Essa etapa exigiu ainda a definição de parâmetros técnicos rigorosos, como a identificação das fontes documentais, o estado de conservação física, medidas de preservação documental, e análise da relevância histórica e social dos registros, considerando o potencial de contribuição para investigações futuras.

Paralelamente, foi essencial definir padrões de qualidade para a digitalização, como resoluções mínimas de imagem e o uso de formatos pesquisáveis por meio do *OCR* (Reconhecimento Óptico de Caracteres), que transforma imagens em texto digital editável e facilita a busca e a citação em pesquisas. Também foram adotados formatos compatíveis com repositórios públicos e critérios de indexação que respeitam a diversidade e a integridade das memórias registradas. Todo esse processo foi guiado pela observância dos direitos autorais e pela conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo o uso ético e responsável do acervo digital.

Essas exigências demandaram uma articulação contínua entre a coordenação da meta 1 e o arquivista da empresa contratada, garantindo lisura entre os objetivos do projeto e as etapas de execução técnica. Essa perspectiva reafirma o compromisso do projeto com a democratização do acesso a esse patrimônio, entendendo a memória viva e a história como bens comuns e inalienáveis da coletividade. Ao priorizar práticas de transparência, respeito às diversidades e cuidado ético, o projeto busca não apenas preservar e disponibilizar o acervo, mas também ampliar a possibilidade de que esse

patrimônio seja apropriado pelos trabalhadores, fortalecendo o direito à educação e à memória.

Até o ano de 2025, as etapas de digitalização foram organizadas em quatro lotes por polo, considerando as singularidades e especificidades de cada acervo. Essa abordagem diferenciada permitiu não apenas identificar o perfil documental de cada conjunto, mas também elaborar estratégias adequadas e contextualizadas para o tratamento técnico e pedagógico em cada uma das localidades do CMV-DF.

Em Planaltina-DF, foram digitalizadas 15.766 páginas organizadas em 40 caixas; em Ceilândia-DF, 14.033 páginas organizadas em 33 caixas; e no Paranoá-DF, 6.562 páginas organizadas em 12 caixas. Esses dados, embora representem apenas parte do acervo mapeado, já revelam a amplitude e a complexidade do processo. Com base nesses números, os resultados parciais da meta 1 demonstram avanços significativos na digitalização e organização do acervo do Centro Memória Viva (CMV-DF), consolidando a memória como prática de resistência e afirmação de direitos. Ao todo, foram digitalizadas 36.361 páginas e organizadas 85 caixas de documentos em categorias. Esse volume expressivo reafirma a diversidade das experiências educativas inéditas registradas.

O trabalho realizado nos polos CMV-DF de Planaltina,⁶ Ceilândia⁷ e Paranoá⁸ evidenciam que a memória viva da Ejaít vai muito além de um arquivo documental. Ela se configura como um instrumento político estratégico, capaz de denunciar as desigualdades históricas, mobilizar sujeitos coletivos e impulsionar processos de transformação social. Ao reunir vozes, trajetórias e práticas educativas oriundas dos coletivos e movimentos sociais, essa memória fortalece a construção de uma educação popular comprometida com a justiça social e o reconhecimento dos saberes produzidos nos territórios. Mais do que conservar registros, os acervos se tornam espaços vivos de resistência e inspiração para a luta cotidiana por direitos.

⁶ Coordenado por Rafael Barcelos Santos. Mestre em Ciência da Informação (UnB) e técnico-administrativo da Universidade de Brasília.

⁷ Coordenado por Magnólia Pereira de Moura. Graduada em Pedagogia (UCB) e pós-graduada em Gestão Escolar e Orientação (UniSaber). Professora aposentada.

⁸ Coordenado por Ricardo Gonçalves Pacheco até 4/2025. Doutor em Educação (UnB). Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

A concretude desses resultados ultrapassa a dimensão técnica, afirmando o valor político-pedagógico do projeto de pesquisa ao reconhecer e valorizar as trajetórias históricas de jovens, adultos e idosos trabalhadores. O processo de digitalização e sistematização não se limita à organização documental; constitui uma prática emancipatória que une pesquisa, ensino, extensão e formação em diálogo contínuo com movimentos sociais, comunidades e territórios. Sob essa perspectiva, a meta 1 do projeto “Pegadas Paulo Freire” destaca-se como uma etapa promissora, denunciando desigualdades históricas e anunciando caminhos de esperança, reafirmando a memória como horizonte de luta para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Desse modo, a meta 1 não apenas avançou nos aspectos técnicos de organização dos arquivos como consolidou um espaço de diálogo, memória e formação da educação popular. Os resultados alcançados até o momento evidenciam de maneira contundente a urgência de reconstruir a trajetória da Ejait como base para a formulação de políticas educacionais comprometidas com a justiça social.

Considerações finais

Os resultados que alcançamos até aqui mostram com clareza a importância de reconstituir a trajetória da Ejait, como base para políticas educacionais que realmente respondam às demandas históricas desse público pelo direito à educação. O projeto também tem sido um espaço formativo, onde a própria equipe, composta por estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores e professores de diferentes áreas, mergulham na perspectiva da educação popular, da história e da memória viva em diálogo constante com os movimentos sociais e os Fóruns Estaduais de EJA do Brasil.

A meta 1 do projeto “Pegadas Paulo Freire” reafirma o compromisso com o direito à educação como inegociável, sustentado por práticas emancipatórias e pela valorização da memória viva das lutas populares. Os resultados parciais já mostram avanços importantes na organização e digitalização dos acervos, mas também deixam evidente a urgência de seguir com as ações e fortalecer a articulação contínua entre universidades e movimentos sociais. Como lembra Machado (2024), a luta pela Ejait precisa ser constante e articulada, convocando educadoras, educadores, estudantes e pesquisadores a manter viva a história da educação popular.

A escolha metodológica permitiu que a etapa de digitalização fosse acompanhada por reflexões críticas sobre os processos educativos e as desigualdades históricas que atravessam a trajetória da Ejait. Essa articulação entre ação e reflexão demonstra que o trabalho desenvolvido não se restringe ao campo técnico. Ele é, acima de tudo, uma prática política e cultural de resistência, que questiona estruturas de opressão e fortalece o coletivo.

A caminhada da meta 1 evidencia que a memória e a história das pessoas trabalhadoras não podem ser tratadas como simples arquivos a ser armazenados. Elas são, na verdade, ferramentas políticas e pedagógicas que sustentam a luta diária pelo direito à educação. As práticas vivenciadas ao longo do projeto, como oficinas formativas, rodas de conversa e a criação colaborativa de um *e-book*, reforçam a importância do diálogo e da participação popular na construção coletiva do conhecimento. Esses espaços e processos têm sido essenciais para desafiar lógicas excludentes e enfrentar as estruturas que historicamente apagaram as vozes e trajetórias da Ejait.

Os aprendizados construídos ao longo do caminho, lado a lado com os desafios enfrentados, evidenciam a urgência de políticas públicas que reconheçam e garantam a preservação da memória viva das pessoas trabalhadoras. Essa urgência torna-se ainda mais evidente diante das persistentes desigualdades educacionais e sociais que atravessam a história do Brasil. As articulações promovidas pela meta 1 com fóruns, universidades e organizações populares apontam caminhos promissores para o fortalecimento de redes de resistência e para a ampliação das possibilidades de emancipação, sempre pautadas no protagonismo das(os) sujeitas(os) históricas(os) e na luta por justiça social. O que se construiu até aqui representa apenas um capítulo de uma trajetória que precisa continuar viva, coletiva e corajosa. Como ensina Freire (1987), é na prática da liberdade e na memória das lutas que se cultiva a esperança ativa e se alimenta o sonho de um futuro mais justo para todas e todos.

Mais do que uma etapa, a meta 1 simboliza um movimento contínuo, tecido por vozes que resistem, histórias que insistem em ser lembradas e sujeitos que se recusam a desaparecer. Cada acervo organizado, cada memória resgatada, cada escuta realizada, reafirma que a educação popular não é apenas um método, mas um modo de estar no mundo. Nesse processo, não arquivamos documentos; costuramos legados. É nesse entrelaçamento entre

passado e presente que seguimos, com coragem, tecendo as possibilidades de um futuro mais justo, em que a memória viva seja não só preservada, mas reconhecida como direito e acolhida como força transformadora.

Referências

- ALBERTI, V. *Fontes orais: histórias dentro da História*. In: PINSK, C. B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 181.
- BARBIER, R. *A pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.
- BARROS, J. D'. A. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO. *Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal (GTPA-Fórum EJA/DF)*. Disponível em: <https://forumeja.org.br/df-2/>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- MACHADO, M. M. *Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação e nos Planos Estaduais de Educação*. Goiânia: UFG, 2024.
- MACHADO, M. M.; COSTA, C. B. (org.). *Trajetórias da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores: pesquisas a partir do CMV/Goiás: a memória e história da EJA na produção do Centro Memória Viva de Goiás: volume 1*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.
- OLIVEIRA, L. M. J. *Pegadas históricas: educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal (1957 a 1998)*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.
- Projeto de Pesquisa Memória e História da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores – Pegadas de Paulo Freire. Faculdade UnB Planatina. UnB, 2025. Documento interno.
- VALDEZ, D.; FERREIRA, M. S.; RODRIGUES, M. E. C.; MACHADO, M. M. (org.). *A história guardada no Centro Memória Viva: Educação de Jovens e Adultos, educação popular e movimentos sociais*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2015.

Construindo a memória viva dos movimentos sociais e culturais da cidade de Ceilândia e da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores

**KARLA DOS SANTOS MARQUES, LÍVIA FLORÊNCIO DE LIMA LOPES PEREIRA,
MAGNÓLIA PEREIRA DE MOURA E MILENA PEREIRA DA SILVA**

O presente relato trata das experiências vividas pelas extensionistas e coordenadora do polo do Centro Memória Viva do Cepafre, durante o trabalho de catalogação, higienização e digitalização dos documentos provenientes dos movimentos populares, sociais e culturais; do Centro de Educação Paulo Freire (Cepafre); Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal (GTPA); do Partido dos Trabalhadores (PT); Sindicatos; Movimento por uma Ceilândia Melhor (MOPOCEM); Associação Comunitária da Expansão do Setor O (ACESO) e entre outros.

A produção do relato de experiência tem o objetivo de registrar os momentos de manuseio, conhecimento e aprofundamento documental no polo de Ceilândia. A escrita é fundamentada em Barros (2019); Freire (1968, 1996); Nascimento (2019); Tôrres (2019); Xavier (2019); Rêses (2015); Valdez (2017); Silveira, Rêses & Pereira (2017) e Gadotti (1991).

A aprendizagem foi a importância da organização e arquivo de documentos, pois trata-se de um acervo de vivências, cujo valor histórico e cultural deve ser levado em consideração, considerando a fragmentação memorial apresentada no país. As contribuições levantadas pelo CMV à vida das extensionistas se relacionam ao conhecimento dos movimentos sociais e populares, culturais, técnicas de conservação documental e aprofundamento na história de Ceilândia e da educação popular de jovens e adultos.

A pesquisa pautada no polo Cepafre/Ceilândia do Centro Memória Viva foi desenvolvida durante 2023 e 2024, inicialmente com as extensionistas Emanuelle Alves e Mariana Galvão, posteriormente, com o acréscimo de Karla Marques e Lívia Florêncio. A coordenadora Magnólia Moura e a extensionista Milena Pereira participaram de todo o processo.

Inicialmente, foi necessário realocar os documentos para uma sala com melhores condições de organização e conservação. Em seguida, houve o processo de mapeamento do que já existia no CMV, para depois separá-los conforme a orientação da oficina realizada na Faculdade de Planaltina (FUP), na metade do ano de 2023. Com isso, também houve a aprendizagem de catalogação do acervo na plataforma Tainacan. A partir da leitura do livro de José Barros (2019), foi possível aprimorar a seleção e entender a relevância do acervo.

Na segunda etapa, que foi realizada em 2024, o trabalho com os documentos se tornou mais fácil, pois houve aprofundamento teórico em fontes históricas a partir da continuação da leitura do livro e de roteiros disponibilizados pela coordenação do projeto, para nortear o trabalho na escolha de documentos a serem digitalizados.

Figuras 3.1 – Organização de documentos para digitalização no CMV-Ceilândia. Da esquerda para a direita: Karla dos Santos Marques, Lívia Florêncio de Lima Lopes Pereira, Magnólia Pereira de Moura e Milena Pereira da Silva. Ceilândia-DF, janeiro de 2025



Fonte: acervo CMV Polo Ceilândia.

De forma complementar, também houve o estudo do “Caderno Alfabetizar é libertar” e da metodologia freiriana, formações baseadas nos livros de Paulo Freire e homenagens aos participantes dos movimentos sociais e culturais da Ceilândia.

Desenvolvimento, resultados e discussão

Durante o ano de 2023, os resultados esperados no desenvolvimento do projeto no polo CMV Ceilândia foram: 1) organização do acervo e memória da educação popular e dos movimentos sociais da Ceilândia; 2) diagnóstico, catalogação, digitalização de acervo no polo Ceilândia; 3) material organizado compondo o acervo no site do portal dos fóruns EJA do Brasil.

Nesse período, o projeto não se limitou somente ao diagnóstico de documentos, como também inseriu os/as estudantes extensionistas no universo das lutas populares, envolvendo-os profundamente com o meio histórico da alfabetização de jovens e adultos. O projeto CMV dedicou-se a mapear, organizar e disponibilizar a história da educação popular voltada para trabalhadores, compreendendo a grande relevância tanto social quanto acadêmica do projeto.

O projeto CMV se articula com o ensino e com a pesquisa de maneira significativa a partir da sua relevância social, como contribuição para a educação, visando defender a educação como um direito humano para pessoas trabalhadoras. Bem como a preservação da memória, com mapeamento referente à história da educação popular e para trabalhadores, tratando do acervo que historicamente preservou a memória das lutas populares e sociais da Ceilândia, destacando a importância dessas práticas para a constituição da cidade.

De relevância acadêmica, o projeto tem sua contribuição ao conhecimento por meio da coleta, análise e sistematização de dados e informações sobre a história da educação popular; preenchimento de lacunas de pesquisa, abordando uma área que frequentemente é negligenciada na literatura acadêmica; estímulo à colaboração entre pesquisadores de diferentes instituições públicas, fortalecendo o elo de pesquisa na área; articulação com o ensino, pesquisa e extensão por meio do fortalecimento do ensino, agregando os resultados ao currículo dos cursos de história e terapia ocupacional (curso das extensionistas de 2023), enriquecendo o conhecimento e permitindo uma compreensão mais ampla da educação no contexto brasileiro, além do estímulo à pesquisa acadêmica tanto na graduação, como na pós-graduação.

Figuras 3.2 – Fórum do Polo de Extensão Ceilândia. Da esquerda para direita: Magnólia Pereira de Moura (coordenadora), Milena Pereira da Silva (extensionista), Carlos Eduardo Moraes e Livia Florêncio de Lima Lopes Pereira (extensionista). Faculdade UnB Ceilândia, 19 out. 2024



Fonte: acervo CMV Polo Ceilândia.

Durante a execução do projeto no ano de 2024, pautou-se o diagnóstico e o mapeamento da organização do conteúdo dentro do portal dos fóruns de EJA, na página do DF, com a identificação das principais categorias utilizadas para representar o conteúdo e sua rotulação. O mapeamento também deverá contemplar a identificação do volume e tipologia dos arquivos disponíveis no portal, com novo modelo conceitual e nova arquitetura da informação.

Os resultados alcançados em 2024 foram principalmente no campo da organização do acervo em caixas-arquivo, enumeradas em uma sequência de quatro números, de acordo com os acordos feitos pelos coordenadores. Essa sequência possibilitou que todos os polos ficassem com o mesmo formato de numeração, possibilitando padronizar a organização do acervo respeitando as especificidades e particularidades de cada polo.

É importante esclarecer que, no ano de 2024, diferentemente do ano de 2023, as extensionistas não tiveram contato com a plataforma Tainacan por orientação da coordenação do projeto, priorizando a análise e seleção de parte do acervo para digitalização. O trabalho desenvolvido permitiu o aprofundamento nas instituições, movimentos sociais e políticos do DF,

além de proporcionar maior engajamento por meio da participação das estudantes em atividades e eventos, como: Fórum social do Polo de Extensão – Ceilândia, com a apresentação do projeto à comunidade; Fórum Geral de 2024 com a realização de palestras sobre os polos de extensão; homenagem a Eurípedes Camargo, um dos primeiros moradores e figura histórica ceilandense; formação no Cepafre sobre a pedagogia da autonomia, de Paulo Freire; Formação sobre o Centro Memória Viva, Grupo de Trabalho Pró – alfabetização do Distrito Federal e Núcleo de Estudos Cubanos da Universidade de Brasília, oferecido ao estudante cubano, intercambista, Johansen Reyes e a participação na formação de alfabetizadores populares do Cepafre.

De acordo com as formações feitas com a professora Margarida, Maria Luiza, Leila, Rafael e Ricardo foi sugerido a leitura do livro José Barros para nortear a compreensão do acervo e seleção dos documentos existentes no CMV, além disso, houve a leitura de outros livros que nos deram embasamento para o estudo referente à documentação.

A seguir apresentamos os relatos individuais da equipe do projeto no polo Cepafre/Ceilândia, onde registra-se a individualidade e particularidades na compreensão, atuação e aprendizados com a participação no projeto.

Karla dos Santos Marques

Entrei no projeto em julho de 2024, enquanto cursava o primeiro semestre de Serviço Social na Universidade de Brasília. Não posso deixar de citar a importância do Centro Memória Viva no quesito aprendizado, em que tive a oportunidade de entrevistar uma educadora que já atuou na área de assistência social, a professora Maria Luiza Pereira Pinho, além de ser um lugar que me impulsionou a descobrir e defender ainda mais a história do nosso país, entendendo a importância da preservação da documentação do acervo.

Ao ingressar no CMV, tive acesso a uma nova perspectiva em relação à conservação de documentos, pois além de classificar e separar esse material, fui surpreendida com uma sensação de identificação com o acervo. Nasci e cresci em Ceilândia, e deparei com inúmeros materiais que descrevem e ensinam a história dessa cidade, tendo como exemplo a cartilha “Ontem Hoje... E Amanhã?” feito pela Pró-gente, que me fez conhecer ainda mais

o lugar onde eu me reconheço. Tive a chance de apresentar o projeto para o intercambista Johansen Reyes durante sua vinda a Brasília, por meio do projeto de intercâmbio Brasil-Cuba, adquirindo trocas muito interessantes em relação às nossas diferenças culturais e proporcionando um conhecimento mais amplo do próprio projeto do qual participei. Acredito que essas vivências acrescentaram muito às minhas trajetórias pessoal e acadêmica, porque também aprimorei as minhas habilidades de comunicação, essenciais para a vida e para a carreira.

Essa experiência com certeza me incentivou a participar de projetos futuros, pois acredito que seja de extrema importância a contribuição de jovens nos movimentos sociais e sindicatos, que tem como objetivo lutar pelos direitos da população.

Livia Florêncio de Lima Lopes Pereira

O Centro Memória Viva trouxe impactos a minha perspectiva e formação sobre o curso acadêmico com que dialoga diretamente. O CMV armazena muitos arquivos, dentre eles, dos movimentos sociais e sindicatos. Traz informações detalhadas sobre os alfabetizando, alfabetizadores. Vimos uma biografia de cada indivíduo, o que deu uma noção do quadro social na época. Esse projeto de extensão e o meu curso na UnB se mostraram importantes e dialogaram entre si. Inclusive, o curso obtém uma matéria obrigatória do componente curricular chamada movimentos sociais, dando mais embasamento e consciência às lutas sociais.

Para mim, extensionista, um forte senso crítico sobre a sociedade e as políticas em si foram desenvolvidos, mas também sobre o campo de trabalho mais precarizado, por exemplo, o ramo da educação nas escolas públicas.

O Centro Memória Viva é um acervo de pesquisa historiográfica, bibliográfica e documental que guarda relatos que tenham ligação com a educação de pessoas trabalhadoras. Possui participações e parcerias com uma rede de movimentos sociais, educacionais e sindicatos. O Centro Memória Viva possui dois formatos de documentos disponíveis para a pesquisa, que é física e virtual. Esse acervo possui participações e parcerias com os movimentos sociais, sindicatos, EJA e principalmente com a educação popular e buscam a inclusão, a diversidade, e reduzir a desigualdade social com a educação. Além disso, abrange a cultura de

diversas comunidades e faixas etárias, preservando assim os patrimônios e memórias materiais e imateriais.

Mas também serve para pesquisas históricas, culturais, políticas ou sociais; para a comunidade em geral e para o ganho de conhecimento pessoal, crítico, filosófico, científico, acadêmico e coletivo. Também nos traz reflexão sobre o projeto. Se os arquivos antigos que contam a história dos dias atuais mostram as consequências do agora, podemos pensar se houve melhora significativa ou modificação, ou se não houve mudanças nos cenários da educação, políticos, políticas públicas, protestos, sindicatos, projetos sociais, de extensão, programas sociais, movimentos sociais.

O meu ponto de vista sobre o projeto de extensão do qual fiz parte e a importância em minha vida acadêmica, pessoal, consistiu em uma experiência bastante importante para enxergar e ressignificar o lugar onde vivo. Que possa servir de conhecimento para repassar o que aprendi para outras pessoas.

Magnólia Pereira de Moura

Ao iniciar o trabalho no CMV – polo Ceilândia, não tinha ideia da amplitude dos documentos existente nele. No primeiro momento, fui me familiarizar com o formato desse projeto, pois nunca tinha desenvolvido nada nessa área. Então, fui em busca de orientação, que foi dada pelas professoras Eliene Novaes, Leila Maria, Margarida e Maria Luíza e nas oficinas proporcionadas pelo projeto. Em seguida, apropriei-me do edital disponibilizado na página da UnB, para ter um norte e buscar conhecer as normas existentes nele, e com isso chamar as extensionistas selecionadas e que iriam trabalhar comigo no polo Ceilândia em 2023.

Figuras 3.3 – Primeira formação com representantes dos movimentos sociais de Ceilândia e do DF. Extensionistas: Emanuelle Alves, Maria Galvão, Mariana [completar sobrenome] e Milena Pereira da Silva. Ceilândia-DF, 18 nov. 2023



Fonte: arquivo CMV Polo Ceilândia

Depois fui conhecer o espaço que seria destinado a agregar os documentos do Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (Cepafre) e de outros grupos de movimentos sociais e culturais de Ceilândia e, ao mesmo tempo, para o meu conhecimento, participei da Formação dos Alfabetizadores, ministrada pela Maria Madalena Tôrres, para conhecer o método usado na alfabetização de Jovens Adultos e Idosos Trabalhadores e, com isso, ter um parâmetro dessa documentação existente no CMV desde 1984, em que consta a fundação do Cepafre, entre outros documentos relacionados aos anos de alfabetização.

Começamos em março de 2023, com Emanuelle, Maria, Mariana, e Milena, abrindo as pastas em que constavam os documentos existentes do Cepafre, mas, no decorrer do processo, percebi que as extensionistas não tinham uma dimensão do conhecimento sobre os documentos e que precisavam de uma formação com as pessoas que participam desses movimentos que fizeram e fazem a diferença nas questões sociais e culturais da Ceilândia; Cepafre (Maria Madalena), Mopocem (Gilberto), Centro de Cultura e Informação (CCI Maria Aparecida e Francisca Aguiar), GTPA (Maria Luiza e Waldek), Pró-Gente, o incansável Moradores de Ceilândia

(Eurípedes Camargo), ACESO (Viridiano), Folia do Divino (Teresinha Aguiar), com o propósito de conhecerem a história de Ceilândia e desses movimentos e das pessoas que lutam pelo povo em Ceilândia. Com isso, surgiu a primeira formação, em que elas conheceram as histórias relacionadas à criação da Região Administrativa: Ceilândia. O CMV tem uma documentação muito diversificada que vai dos trabalhos desenvolvidos com os alfabetizando até documentos relacionados à luta das pessoas pela EJA, a conquista de um lote, as lutas para melhorar a vida dos ceilandenses na saúde, no transporte, na educação, no lazer, enfim, que busca uma vida digna para toda a população de Ceilândia.

Outro fator importante foi a continuação da formação com as extensionistas com as leituras já citadas, que nos nortearam. “Fontes Históricas – Introdução aos seus usos historiográficos”, de José D’Assunção Barros, ensinou a importância das fontes históricas e como identificá-las naquela documentação. Aprendemos a selecionar, separar e classificar a documentação para ser lançada na Plataforma Tainacam e fizemos a seleção dos documentos que saíram para digitalização. Participei dos seguintes eventos: Cultural e Social em Ceilândia, na FUP e na UnB (campus) que trouxeram mais aprendizado. Tivemos outros encontros de extrema importância com o Eurípedes Camargo (Pró-Gente e Incansáveis Moradores de Ceilândia, em julho de 2024, em Ceilândia e com o Viridiano (ACESO), 20/11/2024, pessoas que lutam até hoje por uma Ceilândia melhor.

Enfim, participar do CMV me trouxe um ensinamento, mesmo vendo meu nome em vários documentos de movimentos em que tive a participação em outros tempos: quem é do movimento jamais pode parar, por isso tentei trazer ao CMV Ceilândia essa leveza de movimentação com os círculos de cultura buscando debater as notórias fragilidades que a comunidade de Ceilândia ainda tem no seu dia a dia e, ao mesmo tempo, trazer pessoas “das antigas” para o hoje na perspectiva da continuação desse movimento, sempre em movimento de dias melhores.

Milena Pereira da Silva

Desenvolver o projeto de extensão Centro Memória Viva (CMV) foi sem dúvida, uma experiência transformadora, tanto no âmbito acadêmico quanto pessoal. Durante os dois anos em que me envolvi com a preservação memorial

de documentos históricos, pude testemunhar de perto a importância de preservar a memória de movimentos sociais, educacionais e culturais, especialmente em um país como o Brasil, em que a história é muitas vezes negligenciada ou desvalorizada. Eu, como estudante de História, observo isso de perto.

A experiência de lidar com uma documentação rica e diversificada, que vai de 1984 até os dias atuais, revelou a complexidade e a necessidade urgente de conservar dados que contém não apenas informações sobre a educação, mas também sobre a vida social, política e econômica de pessoas que fazem parte da história da Ceilândia. Esses documentos que trabalhamos, como as fichas de inscrição de alfabetizandos, apresentam informações essenciais sobre as trajetórias que muitas vezes não são reconhecidas da forma que deveriam, seja em termos de oportunidades educacionais ou valorização de sua própria história.

A documentação trabalhada no CMV era muito ampla e incluía desde os primeiros passos na formação de alfabetizadores até informações detalhadas sobre os alfabetizandos do Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia, como idade, estado civil, ocupações, escolaridade, condições de saúde, entre outros aspectos que segundo a pedagogia freiriana, são aspectos relevantes para cada indivíduo. Ao analisar as fichas, entendi que há panoramas sociais mais amplos, que revelam aspectos invisíveis de nossa sociedade, como a falta de oportunidades educacionais e a desigualdade social. A possibilidade de disponibilização dessas informações para a comunidade e para estudiosos é um dos maiores legados do projeto, pois ajuda a construir uma memória mais acessível e representativa.

O estudo e a organização dos documentos exigiam uma reflexão profunda sobre o papel de cada peça no contexto histórico e social. Em 2023 e 2024, nos dedicamos ao estudo do livro “Fontes Históricas – Introdução aos seus usos historiográficos”, de José D’Assunção Barros. Esse trabalho coletivo, realizado pela equipe se tornou fundamental para nossa compreensão das fontes históricas e nos ajudou a entender a metodologia necessária para separar e classificar os documentos de maneira precisa e responsável. Cada leitura e cada discussão nos permitiram absorver os principais conceitos e técnicas de tratamento documental, que por sua vez, aprimoraram a qualidade do trabalho desenvolvido no Centro Memória Viva.

Um dos momentos mais enriquecedores dessa experiência foi o intercâmbio Brasil-Cuba, que teve um impacto significativo no meu entendimento sobre a importância de memória histórica. A vivência em Cuba, um país com uma história de resistência e luta política e social, me proporcionou uma perspectiva única sobre a força da união e da solidariedade entre os povos, bem como a valorização das lutas sociais. O contato com a realidade cubana possibilitou uma comparação entre as experiências vividas pelos dois países e aprofundou minha compreensão sobre o papel da memória como uma ferramenta de luta e afirmação da identidade de um povo. Aprendi, por exemplo, como a preservação de documentos não é apenas um exercício acadêmico, mas um ato político essencial para garantir que a história não seja apagada ou manipulada. A relação com Cuba me fez perceber que a memória e a história não são apenas contadas através de grandes feitos ou eventos, mas também nas narrativas cotidianas dos indivíduos que vivem as realidades mais marginalizadas e que, muitas vezes, não têm voz nos livros didáticos.

Figuras 3.4 – Formação sobre educação popular com o intercambista cubano Johansen Reyes. Da esquerda para direita: Karla dos Santos Marques, Livia Florêncio de Lima Lopes Pereira, Magnólia Pereira de Moura, Maria Auxiliadora César, Maria Luiza Pinho Pereira e Milena Pereira da Silva. CMV-Ceilândia, 8 out. 2024.
Atividade do intercâmbio Brasil-Cuba



Fonte: arquivo CMV Polo Ceilândia

Refletindo sobre esses dois anos de vivências e aprendizados, posso afirmar que o trabalho no Centro Memória Viva me proporcionou uma imersão profunda em questões que vão além do tratamento de documentos. A experiência de lidar com essas fontes históricas me ajudou a entender a importância da preservação da memória, não só como uma ferramenta acadêmica, mas também como um instrumento de justiça social e política. Em um contexto como o do Brasil, onde frequentemente se busca apagar ou distorcer o passado, esse trabalho de preservação se torna ainda mais urgente, pois é a memória coletiva que nos permite compreender de onde viemos e, assim, traçar caminhos para o futuro. O Centro Memória Viva, com seu esforço contínuo para tornar esses documentos acessíveis e compreensíveis para a comunidade, cumpre um papel fundamental em garantir que a história não seja esquecida, mas sim preservada, e acima de tudo, respeitada.

Considerações finais

O projeto tem cumprido os objetivos propostos, que foram alcançados em práticas reflexivas e dialogadas no contato com o acervo. O trabalho desenvolvido tem contribuído com a preservação do acervo, aprimorando as técnicas de conservação de documentos, contextualizando e ressignificando o seu valor histórico e de memória.

Observou-se que, ao lidar com o acervo, houve uma inserção dos/as estudantes Extensionistas no universo das lutas populares, envolvendo-os/as com o meio histórico. Também a colaboração de pesquisadores de diferentes instituições públicas, dando embasamento tanto na coleta e análise de arquivos, quanto no intelecto, assim desencadeando e impactando na perspectiva e narrativa social, na prática nas esferas acadêmicas e sociais, ampliando conhecimentos.

Figuras 3.5 – Oficina com a professora Maria Luiza Pinho Pereira durante visita ao CMV-Ceilândia. Participação das extensionistas e coordenadora do polo. Ceilândia-DF, 17 nov. 2024



Fonte: arquivo CMV Polo Ceilândia

Referências

- BARROS, José de Assunção. *Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir (org.). *Educação de Jovens e Adultos – A experiência do MOVA – SP*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1996.
- NASCIMENTO, Gilberto Ribeiro do. *Ceilândia e Memórias de vida na Educação de Jovens e Adultos: a história do lugar na formação do trabalhador e da trabalhadora*. Brasília: 2019.
- RÊSES, Erlando da Silva. *Pedagogia socialista, trabalho e educação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. 274 p
- VALDEZ, Diane; FERREIRA, Maira Soares; RODRIGUES, Maria Emília de Castro; MACHADO, Maria Margarida. *A história guardada no Centro Memória Viva, Educação de Jovens e Adultos. Educação Popular e Movimentos Sociais*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2015.
- SILVEIRA, Dimitri Assis; RÊSES, Erlando da Silva; PEREIRA, Maria Luiza Pinho. *Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: análise crítica do programa Brasil Alfabetizado*. Brasília: Editora Paralelo 15, 2017.
- TÔRRES, Maria Madalena; NASCIMENTO, Gilberto Ribeiro do; XAVIER, Danielle Estrela. *Caderno Alfabetizar é Libertar*. Brasília, DF : Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia - Cepafre, 2020.

O tempo que ensina: relatos de experiência, educação popular e a preservação da memória no Centro Memória Viva da Faculdade UnB Planaltina (CMV-FUP)

**RAFAEL BARCELOS SANTOS, ALLANI SOUSA REIS, ELIANE DE JESUS PEREIRA
DA CUNHA, MARCO AURÉLIO PEREIRA DA SILVA SANTOS, AIMÊ FERNANDES
MONTEIRO & LETÍCIA MARTA DE OLIVEIRA EDWARDS**

A educação de jovens, adultos e idosos trabalhadores no Distrito Federal (DF) tem sido historicamente impulsionada por movimentos sociais e coletivos populares, que lutam pela garantia desse direito como instrumento de emancipação social. Freire (2000, p. 67) enfatiza que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, ressaltando seu papel na transformação social.

Na Faculdade UnB Planaltina (FUP), a proposta de educação popular se fortalece com a atuação do Centro Memória Viva (CMV-FUP), que visa preservar e documentar experiências e trajetórias da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse esforço coletivo busca organizar, catalogar e disponibilizar registros históricos de movimentos sociais e instituições que atuaram na EJA no DF, garantindo a preservação dessa memória para futuras gerações.

A metodologia do projeto está fundamentada na pedagogia freireana, que orienta a construção do conhecimento por meio do diálogo e da reflexão crítica. Freire (2014, p. 40) afirma que “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”, reforçando a importância da análise coletiva das experiências vividas para fortalecer práticas pedagógicas emancipatórias.

Neste capítulo, serão apresentados os relatos de memória do coordenador e dos bolsistas extensionistas do CMV-FUP, destacando os desafios enfrentados, os processos metodológicos adotados e os impactos

acadêmicos e sociais da iniciativa. O objetivo é reafirmar o compromisso com uma educação que valoriza a memória coletiva e a construção de saberes libertadores, alinhando-se às práticas freireanas de resistência e transformação social.

Etapas da Análise Documental no CMV-FUP

A análise documental no CMV-FUP foi conduzida com procedimentos sistemáticos para organizar, preservar e digitalizar o acervo histórico da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA). Essa etapa garantiu a identificação, classificação e digitalização dos registros, assegurando seu acesso à comunidade acadêmica e aos pesquisadores.

O processo incluiu desde a abertura e análise dos documentos até seu encaminhamento para digitalização, com o objetivo de inserção futura no Portal Fórum EJA Brasil. Freire (2014, p. 81) enfatiza que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”, refletindo o caráter dinâmico desse trabalho.

Ao democratizar o acesso a essa memória histórica, o projeto fortalece a valorização das trajetórias dos trabalhadores da educação popular. A seguir, apresentam-se as principais etapas desse processo.

Início da análise documental no CMV-FUP

A abertura das caixas com documentos históricos sobre a educação popular no Distrito Federal ocorreu em 15 de abril de 2023, marcando simbolicamente o início da análise documental no CMV-FUP. O evento reuniu estudantes, professores e pesquisadores para refletir sobre a importância da preservação desse acervo, destacando as contribuições dos movimentos sociais na consolidação da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A etapa inicial revelou um acervo diversificado, composto por livros, cartilhas, manuscritos, mapas, fotografias e registros audiovisuais, cuja dispersão dificultava sua recuperação e organização. Marques e Stampa (2012) destacam que a fragmentação documental torna desafiadora a preservação da memória dos trabalhadores, reforçando a relevância desse trabalho.

Os documentos identificados abrangeram diferentes categorias temáticas, incluindo registros sobre política e democracia, que demonstram a relação

entre práticas educacionais e contextos políticos; guias e manuais de tecnologia, refletindo a evolução das metodologias de ensino; e manifestações culturais, como poesias e cantigas populares, que evidenciam o papel da cultura na educação.

Temáticas como religião, gênero e diversidade educacional também estavam presentes. Documentos sobre religiões de matriz africana ilustraram sua influência no ambiente educacional, enquanto registros sobre feminismo abordaram a equidade nas políticas educacionais. Materiais sobre a educação do campo e educação a distância mostraram as adaptações pedagógicas para diferentes contextos sociais.

Além disso, documentos sobre greves, movimentos sociais e manifestações políticas destacaram a interseção entre educação e mobilização social. Pareceres técnicos, editais e fichas acadêmicas permitiram compreender aspectos administrativos das instituições educacionais.

Mais do que um marco físico, esse momento fortaleceu a consciência crítica dos bolsistas extensionistas, ao evidenciar o papel da memória na construção de uma educação emancipadora. A partir dessa abertura, iniciou-se a organização sistemática do acervo, com diretrizes para armazenamento e catalogação, conduzidas sob a orientação do coordenador do projeto. O trabalho foi guiado por metodologias da pedagogia freireana, promovendo a reflexão crítica e o diálogo sobre a memória da educação popular.

Diagnóstico do acervo

Após a identificação inicial dos documentos no CMV-FUP, iniciou-se o diagnóstico do acervo, etapa essencial para sua organização e acessibilidade. Para isso, foi adotado o *software* Tainacan, que permitiu a indexação dos assuntos, associando metadados descritivos como título, autor, ano de publicação e palavras-chave, facilitando futuras pesquisas (Martins; Carvalho Júnior; Germani, 2018).

A organização seguiu um critério único de notação sequencial (ex.: CMV-FUP 001), garantindo localização precisa e evitando dispersão do material. O processo incluiu a higienização e acondicionamento dos documentos em caixas-arquivo, assegurando sua preservação. Foram enfrentados desafios, como a remoção de grampos metálicos para evitar oxidação e a falta de informações explícitas em alguns registros, exigindo análise detalhada

para correta classificação. A participação de bolsistas de Biblioteconomia, Ciências Naturais e Educação do Campo foi fundamental, permitindo um olhar interdisciplinar e soluções colaborativas para o manejo do acervo.

Além da preservação documental, essa etapa proporcionou uma experiência formativa e enriquecedora para os bolsistas. O contato direto com os registros históricos desenvolveu habilidades técnicas e aprofundou a compreensão sobre a importância da memória na educação popular. A organização do acervo do CMV-FUP reafirma seu compromisso com a democratização do conhecimento e a valorização da memória coletiva, fortalecendo sua atuação como iniciativa de pesquisa, ensino e extensão voltada para a educação emancipatória.

Digitalização do acervo

Após o diagnóstico do acervo físico, iniciou-se a digitalização dos documentos no CMV-FUP, visando à preservação, à acessibilidade e à democratização das informações históricas. Esse processo seguiu critérios técnicos e metodológicos para garantir a integridade dos registros e sua disponibilização digital de forma sistemática, respeitando direitos autorais e políticas de acesso público do Portal dos Fóruns de EJA.¹

O primeiro passo foi uma revisão minuciosa dos documentos a serem digitalizados, evitando redundâncias e assegurando a qualidade do material. Isso incluiu a conferência de metadados no *software* Tainacan e a identificação de arquivos já digitalizados em outras plataformas, incorporando seus *links* ao banco de dados do projeto para evitar duplicações.

A digitalização foi realizada por uma empresa especializada, priorizando, inicialmente, arquivos em formato folha A4. Foram seguidas diretrizes para garantir que somente materiais autorizados fossem disponibilizados no repositório digital, respeitando boas práticas arquivísticas e a legislação vigente.

Essa etapa representa um avanço na preservação e ampliação do acesso ao conhecimento histórico da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores. O CMV-FUP reafirma seu compromisso com a memória coletiva e a disseminação de saberes em uma perspectiva emancipatória, alinhada ao legado de Paulo Freire.

¹ Disponível em: <<https://forumaja.org.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2025.

Procedimentos metodológicos

A metodologia adotada no CMV-FUP segue o conceito de Memória Viva, garantindo que registros históricos da educação popular e da EJA sejam preservados e acessíveis para as gerações presentes e futuras. Esse método reconhece que a história educacional não se encontra apenas em livros, mas também nas experiências e relatos dos sujeitos que as vivenciaram.

A pesquisa no CMV-FUP é de caráter qualitativo, historiográfico e documental, analisando fontes históricas e reconstruindo registros de forma contextualizada (Barros, 2019). Também incorpora a pesquisa-ação, unindo investigação, prática e reflexão crítica sobre os arquivos (Barbier, 2004). Segundo Appolinário (2006), essa abordagem permite uma interpretação subjetiva das fontes, ampliando a compreensão dos registros históricos. A memória, nesse contexto, é vista como uma ferramenta de educação e transformação social. Ao preservar e divulgar documentos sobre educação popular e EJA, o projeto fortalece a identidade coletiva e inspira novas práticas pedagógicas emancipatórias.

O processo metodológico foi estruturado em três etapas. A primeira consistiu na higienização dos documentos, essencial para garantir sua preservação ao longo do tempo. Para evitar deterioração, foram removidos resíduos, poeira e grampos metálicos, adotando-se cuidados específicos, como o uso de luvas, máscaras e pincéis, para manuseio seguro do acervo. A segunda etapa envolveu a classificação e catalogação dos documentos no *software* Tainacan, que permitiu uma organização detalhada do material. Com os metadados descritivos de título, autor, ano e palavras-chave, tornou-se possível localizar e recuperar documentos com mais eficiência (Mey; Silveira, 2009). Além disso, cada item recebeu uma notação sequencial (ex.: CMV-FUP 001), assegurando sua correta identificação e armazenamento no acervo. Por fim, a terceira etapa correspondeu à digitalização dos documentos, priorizando, inicialmente, arquivos em folhas A4 e garantindo a qualidade da preservação digital. Antes desse processo, foi realizada uma pesquisa para verificar a disponibilidade prévia dos documentos em bases digitais, evitando duplicações desnecessárias. Apenas conteúdos sem restrições de direitos autorais foram digitalizados, assegurando conformidade com as diretrizes legais do Portal Fóruns EJA.

A metodologia adotada no CMV-FUP não apenas assegura a preservação do patrimônio documental, mas também potencializa seu uso como um recurso ativo para a educação e a conscientização social. Esse processo reafirma a importância da memória na luta por direitos e na valorização da trajetória dos trabalhadores na educação, fortalecendo o compromisso do projeto com a democratização do conhecimento.

Resultados e memória: relatos de experiência no CMV-FUP

Esta seção apresenta os relatos de experiência do coordenador e dos bolsistas extensionistas, compartilhando suas vivências e aprendizados ao longo da execução do projeto. Os relatos refletem a construção coletiva de saberes e práticas, destacando desafios, contribuições e impactos da experiência no CMV-FUP.

Rafael

A atuação no projeto Memória e História da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores tem sido uma experiência enriquecedora, marcada pelo compromisso com a preservação da memória dos movimentos sociais e populares pela educação. Como coordenador de polo, minha trajetória no CMV-FUP tem sido de desafios, descobertas e envolvimento crescente com a história da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) no Brasil.

Compreendi que o acervo não é apenas um repositório documental, mas uma expressão viva das lutas dos trabalhadores e educadores populares. Desde o início, percebi que organizar e digitalizar os documentos era essencial para garantir acesso público a esse material histórico. A busca por um método eficiente de classificação e indexação tornou-se uma etapa fundamental do trabalho.

A abertura das caixas de documentos foi um momento simbólico e emocionante. Cada item recuperado carrega narrativas essenciais para compreender conquistas e desafios da EJA, reforçando nosso compromisso com a memória coletiva. Trabalhar com bolsistas de Biblioteconomia, Ciências Naturais e Educação do Campo proporcionou uma troca de saberes enriquecedora, ampliando a compreensão das diversas dimensões da memória e da documentação. A formação de uma equipe coesa possibilitou avanços

significativos na higienização, catalogação e digitalização dos registros, garantindo sua preservação e acessibilidade.

O comprometimento dos bolsistas foi essencial para o andamento do projeto. A seleção criteriosa dos participantes garantiu a presença de pessoas motivadas, com habilidades técnicas e profundo interesse pela educação popular. Encontros, oficinas e momentos de formação fortaleceram a identidade do grupo e a compreensão crítica sobre o material analisado.

Entre os desafios, destacam-se o estabelecimento de um fluxo de trabalho que garantisse a preservação da história viva da EJA e a organização de um vasto conjunto documental. A proposta de seguir o princípio da proveniência foi essencial para compreender os arquivos não de forma isolada, mas a partir de suas conexões e contexto de produção, assegurando a manutenção dos vínculos orgânicos entre os registros.

Minha experiência como coordenador tem sido profundamente transformadora. A cada etapa, reafirma-se a educação como direito humano e a memória como ferramenta de resistência e emancipação. O legado desse trabalho vai além da preservação documental, estendendo-se à formação de sujeitos críticos sobre a história da educação. O acervo digitalizado permitirá que futuras gerações ouçam as vozes daqueles que lutaram por uma educação libertadora, reafirmando que a memória dos trabalhadores não se apaga, mas se fortalece com cada nova geração que se compromete com sua defesa.

Allani

Minha jornada no Centro Memória Viva começou em 2023, quando tive a oportunidade de integrar o projeto de documentação e referência em Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Movimentos Sociais do DF. Esse foi meu primeiro projeto de extensão e logo percebi que seria uma experiência transformadora, despertando meu interesse pela pesquisa e proporcionando aprendizados significativos.

Embora minha formação seja na Biblioteconomia, o contato com a pedagogia freireana me permitiu enxergar a interseção entre minha área e a EJA. Nas reuniões com os coordenadores e colegas formandos em Licenciatura em Educação do Campo, compreendi que tanto a Biblioteconomia quanto a Educação Popular têm como propósito a democratização do acesso ao conhecimento e à informação. A troca de experiências me fez perceber a

força do conhecimento na transformação da realidade e a importância da resistência na luta por direitos educacionais e sociais.

A participação ativa no projeto permitiu que eu aplicasse meus conhecimentos em Biblioteconomia na catalogação, classificação e indexação de documentos. Durante a análise do acervo, encontrei relatos manuscritos de educadores que registravam a evolução de seus alunos no processo de alfabetização pelo método freireano. Esses documentos evidenciam o impacto positivo do ensino na vida dos educandos e reforçam a necessidade de preservar essas memórias como parte da história da EJA.

O trabalho de organização do acervo envolveu a separação de livros, revistas e jornais relacionados à EJA e aos movimentos sociais. Em 2024, passamos para a classificação e digitalização de documentos manuscritos e arquivos. As discussões em equipe foram essenciais para definir parâmetros que garantissem o acesso a esse material sem comprometer a riqueza dos detalhes contidos nos registros.

No decorrer do projeto, participei ativamente das discussões sobre a estruturação dos documentos para digitalização. Com base em meu conhecimento, contribuí para a definição da classificação das caixas utilizando o padrão (CMV-FUP 000), auxiliando na organização para o envio do material à empresa contratada. Criamos uma planilha detalhada para registrar cada documento, assegurando o seu acompanhamento durante todo o processo.

Em maio de 2024, participei das oficinas dos Fóruns EJA, onde debatemos a acessibilidade dos documentos no portal. Durante três dias de discussões, analisamos formas de democratizar o acesso à informação e alinhar as estratégias do projeto às demandas sociais.

No segundo semestre de 2024, tivemos a visita das professoras Margarida e Maria Luiza, que trouxeram contribuições valiosas sobre a documentação e a memória. Suas experiências enriqueceram nossa visão sobre o impacto de um arquivo bem organizado na preservação do conhecimento histórico e na formação de novas gerações.

A experiência como extensionista no Centro Memória Viva foi fundamental para meu crescimento acadêmico e pessoal. A interação com diferentes áreas do conhecimento demonstrou que a memória não se limita ao passado, mas está viva na construção de um futuro mais justo. Minha participação reforçou meu compromisso com a preservação documental

e com a democratização do acesso à informação, contribuindo para que a história da educação popular continue sendo contada e valorizada.

Eliane

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um campo essencial para garantir o direito à educação e promover a inclusão social de pessoas que, por diversas razões, não tiveram acesso à escolarização formal na idade convencional. Compreender os desafios e trajetórias desse segmento educacional requer o acesso a documentos históricos e acadêmicos que registrem suas experiências, políticas e práticas pedagógicas. Nesse contexto, a organização e digitalização de acervos tornam-se fundamentais para preservar e democratizar esse conhecimento.

Iniciei minha participação no projeto no começo de 2023, acompanhando as primeiras reuniões e me familiarizando com os objetivos e metodologias adotadas. A proposta central era a organização e a digitalização de um acervo físico composto por livros, documentos, revistas, jornais e cartilhas relacionadas à EJA no Distrito Federal e região do entorno.

Minha principal função no projeto envolveu a separação e catalogação dos materiais armazenados em caixas, garantindo uma classificação sistemática para posterior digitalização e disponibilização *on-line*. Essa etapa foi essencial para estruturar o acesso às informações e facilitar futuras pesquisas sobre a história da EJA.

Ao longo da minha experiência no projeto, tive contato direto com materiais que documentam a história da educação no Brasil, os desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o papel essencial dos movimentos sociais e estudantis na luta pela educação pública e inclusiva. Esse processo permitiu um aprofundamento na compreensão das políticas públicas de ensino, evidenciando como a legislação educacional impacta a democratização do conhecimento. Também possibilitou uma análise mais detalhada das metodologias e desafios da EJA, incluindo a permanência e o aprendizado de seus estudantes, além de destacar a atuação de organizações civis e o ativismo estudantil e sindical na formulação de políticas educacionais.

Essa experiência ampliou minha compreensão sobre a importância da preservação da memória educacional como ferramenta para o fortalecimento da educação crítica e transformadora.

O Centro Memória Viva, Documentação e Referência em Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais do DF – Faculdade UnB Planaltina representa um avanço significativo na preservação da história educacional brasileira. O acesso facilitado a esses documentos possibilitará pesquisas mais abrangentes sobre a EJA, contribuindo para a formulação de políticas mais eficazes no setor.

Minha participação no projeto foi enriquecedora, permitindo-me colaborar na organização e catalogação do acervo e aprofundar meus conhecimentos sobre educação, história e movimentos sociais. Essa vivência reforçou minha convicção sobre a importância da educação como instrumento de transformação social e a necessidade de garantir o acesso democrático à informação para promover uma sociedade mais equitativa e consciente.

Marco

O projeto CMV (Centro Memória Viva) representou uma experiência enriquecedora, tanto no aspecto acadêmico quanto no pessoal. Durante minha participação, pude compreender melhor o processo de escolarização no Distrito Federal e seu entorno, bem como os desafios históricos enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse contato direto com documentos e registros históricos ampliou minha percepção sobre o papel transformador da educação e a importância de preservar a memória das lutas pela escola pública.

Um dos momentos mais significativos para mim foi o estudo aprofundado da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Compreender sua evolução e impacto na estruturação da educação brasileira foi fundamental para consolidar minha formação como educador. Mais do que um documento legal, a LDB reflete uma história de lutas, debates e resistências que moldaram o sistema educacional que temos hoje.

O projeto CMV também me permitiu conectar a teoria vista em sala de aula com a realidade concreta. Estudava determinados conceitos na universidade e, ao chegar ao acervo, encontrava registros, documentos e testemunhos que ilustravam como essas ideias foram aplicadas ao longo do tempo. Essa vivência tornou o aprendizado mais significativo e reforçou meu entendimento sobre o impacto da educação popular. Paulo Freire era um nome constantemente mencionado, e perceber a presença

de suas ideias nos documentos e na prática educativa me fez valorizar ainda mais seu legado.

No início do projeto, confesso que me perguntava sobre a relevância de todo aquele trabalho. No entanto, conforme me aprofundava na documentação, compreendi que cada arquivo guardava histórias de luta, resistência e transformação social. Revisitar esses registros era como voltar no tempo e enxergar os esforços de tantos educadores e estudantes que batalharam por uma educação mais justa e acessível.

Fui o caçula do projeto e permaneci nele por menos de um ano, mas o aprendizado que adquiri vale por muitos anos. O CMV não foi apenas um espaço de pesquisa e organização de documentos; foi um ambiente de reflexão, troca de saberes e amadurecimento acadêmico e pessoal. Essa experiência me mostrou que preservar a memória da educação é essencial para compreender nosso presente e construir um futuro mais justo e inclusivo.

Aimê

A memória desempenha um papel fundamental na construção da identidade e na valorização da história da educação e dos movimentos sociais. O projeto Centro Memória Viva Paulo Freire foi criado com o propósito de preservar documentos, registros e relatos que representam as lutas e conquistas dos movimentos populares na educação. Essa iniciativa permitiu não apenas a organização de um acervo valioso, mas também proporcionou um mergulho profundo na importância da preservação da memória coletiva e no impacto social que ela pode gerar.

Minha participação no projeto teve início com o objetivo de aprender sobre a conservação de acervos, um conhecimento essencial para contribuir com a biblioteca Carolina Maria de Jesus, localizada no Assentamento Pequeno William, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No início, eu não compreendia plenamente a relevância de cada documento, mas, ao longo do processo, fui adquirindo conhecimentos sobre a classificação e a conservação de arquivos, incluindo cartas, artigos, planos de aula e registros históricos do MST. Essa vivência me permitiu compreender, com mais profundidade, a trajetória da educação de jovens e adultos e, principalmente, o legado de Paulo Freire para a educação popular.

Durante esse processo, participei de reuniões, oficinas e rodas de conversa que foram essenciais para entender como a memória pode ser organizada e protegida de forma eficiente. Esses encontros não apenas ampliaram meu aprendizado técnico sobre gestão de acervos, mas também fortaleceram minha percepção sobre a importância de documentar e resgatar histórias que, muitas vezes, são silenciadas. A troca de experiências com outros participantes reforçou a ideia de que a memória coletiva é um instrumento de resistência e emancipação social.

A experiência adquirida no projeto ampliou minha visão sobre a necessidade de conservar documentos e livros, permitindo que eu aplique esses conhecimentos na biblioteca da minha comunidade. A prática de organização e conservação de acervos deixou de ser apenas um aprendizado técnico e se tornou uma missão: garantir que as histórias de luta dos trabalhadores e trabalhadoras da educação popular não sejam esquecidas, mas reconhecidas e disseminadas.

Com o encerramento das atividades do projeto, é possível avaliar os avanços conquistados e refletir sobre a importância desse trabalho, não apenas para a preservação da memória dos movimentos sociais, mas também para seu reconhecimento no meio acadêmico. O aprendizado que adquiri ao longo dessa jornada contribuiu para minha compreensão sobre a gestão de acervos e seu impacto na construção do conhecimento. Esse saber agora será levado para minha comunidade, fortalecendo a valorização da memória e da história daqueles que constroem a educação popular todos os dias.

Letícia

Minha jornada no projeto Centro Memória Viva (CMV), no polo da Faculdade UnB Planaltina (FUP), estendeu-se por dois anos (2023 e 2024), um período de intensa aprendizagem e reflexão. Ter contato direto com o acervo me permitiu valorizar ainda mais a educação, especialmente a educação libertadora proposta por Paulo Freire. Durante esse tempo, pude observar como a educação transforma vidas e como uma história pode influenciar tantas outras, questionando paradigmas estabelecidos desde a infância.

Atuei no CMV de forma coletiva, em um ambiente de trocas constantes, onde cada interação contribuiu para a construção do trabalho. O acesso a um acervo tão diverso, que incluía revistas, livros, fotografias, fitas K7,

disquetes, recortes de jornais e revistas, cartas e e-mails, foi uma experiência enriquecedora. Esses materiais, cuidadosamente preservados ao longo dos anos pela professora Maria Luiza, revelavam não apenas registros históricos, mas também memórias vivas de uma trajetória dedicada à educação popular. Sempre que a ouvia falar sobre sua experiência, ficava encantada com sua sabedoria e sua capacidade de transmitir conhecimento.

Dentre os arquivos aos quais tive acesso, um dos aspectos que mais me marcou foi a forma concreta e significativa de aprendizado dentro da realidade dos educandos. Descobri histórias de adultos alfabetizados em um curto período por meio de um projeto coletivo que surgiu na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e se expandiu para diferentes regiões do país e, possivelmente, para outras partes do mundo. Além disso, pude me aprofundar em conceitos como etnoeducação, destacando a etnomatemática, que propõe um ensino de matemática adaptado às realidades indígenas, inspirado nos princípios freireanos. O uso de jogos simbólicos segundo Piaget e diversas outras abordagens pedagógicas foram alguns dos conhecimentos que adquiri ao longo dessa trajetória.

O trabalho desenvolvido pelos coordenadores, supervisores e extensionistas do CMV é inspirador. O projeto tem um potencial imenso para transformar vidas, assim como transformou a minha. Por meio dele e da educação do campo, comecei a compreender a educação de maneira diferente: não como algo estático e fechado, mas como um processo dinâmico, vivo e construído coletivamente. Cada pessoa envolvida traz consigo experiências e perspectivas que enriquecem essa construção, promovendo transformações tanto pessoais quanto coletivas.

Essa experiência não marca um fim, mas sim um novo começo. A memória viva do CMV continua a crescer, e levo comigo os aprendizados e inspirações que obtive ao longo desse percurso.

FIM, ou melhor, até breve.

Considerações finais

O projeto desenvolvido no CMV-FUP consolidou-se como uma iniciativa essencial para a preservação e disseminação da memória histórica da EJA no Distrito Federal. A higienização, a organização, a catalogação e a digitalização do acervo garantiram não apenas o acesso a documentos

fundamentais, mas também reflexões sobre a importância da memória na luta por uma educação emancipatória e inclusiva.

Os relatos de memória evidenciam o impacto dessa experiência na formação acadêmica e cidadã dos envolvidos. A interação com documentos históricos permitiu compreender melhor os desafios da EJA e o papel dos movimentos sociais na consolidação do direito à educação. A abordagem metodológica baseada na pedagogia freireana possibilitou uma vivência de pesquisa-ação, unindo teoria e prática de forma dinâmica e reflexiva.

Desafios como a higienização, a classificação e a digitalização dos documentos foram superados por meio do trabalho colaborativo e interdisciplinar, reafirmando o potencial da memória como instrumento de transformação social. A utilização do Tainacan facilitou a organização do acervo e democratizou o acesso ao patrimônio histórico, tornando-o disponível para pesquisadores, educadores e a comunidade.

O CMV-FUP não é apenas um arquivo documental, mas um espaço de produção de conhecimento, diálogo e reflexão crítica sobre a educação popular. Freire (2007, p. 47) destaca que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”, reforçando a importância do CMV-FUP como um espaço vivo de aprendizagem e não apenas de preservação documental. Seu acervo assegura que as histórias e lutas pela educação continuem sendo reconhecidas, valorizadas e utilizadas como referência para políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Além disso, esse espaço se mantém como um ambiente de aprendizado e ressignificação da memória histórica, promovendo o diálogo entre estudantes, pesquisadores e integrantes dos movimentos sociais. Essa abordagem, inspirada na pedagogia freireana, transforma a memória em instrumento para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

As ações do projeto continuam em andamento, com foco na materialização da meta 4, que prevê a criação de um centro físico de memória. Esse espaço será fundamental para que a comunidade de Planaltina e a UnB possam interagir com o trabalho realizado, ampliando ainda mais o alcance e impacto das ações desenvolvidas.

Referências

- APPOLINÁRIO, F. *Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- BARBIER, R. *A pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.
- BARROS, J. D'. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 57. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- MARQUES, A. J.; STAMPA, I. T. *Arquivo do mundo dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/arquivo02.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.
- MARTINS, D. L.; CARVALHO JÚNIOR, J. M. C.; GERMANI, L. Projeto Tainacan: experimentos, aprendizados e descobertas da cultura digital no universo dos acervos das instituições memoriais. *Pesquisa TIC Cultura*, p. 59-68, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.tainacan.org/repositorio-de-pesquisa/projeto-tainacan-experimentos-aprendizados-e-descobertas-da-cultura-digital-no-universo-dos-acervos-das-instituicoes-memoriais/>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. *Catálogo no plural*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

Entre acervos, teorias e práticas: o CMV do Cedep/Paranoá

RICARDO GONÇALVES PACHECO, GEOVANA RAMOS DE OLIVEIRA,
FLAVIA FERNANDES DE MORAES, MARIA CLARA ALVES DO NASCIMENTO
E MICHAEL COSTA FRANÇA DO NASCIMENTO

O texto aborda o relato de experiência vivenciado no polo do Centro Memória Viva (CMV) do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã (Cedep), pela equipe do projeto, composta pelo coordenador de polo, estudantes extensionistas da UnB e estudante voluntário. A experiência no CMV Cedep aproximou a equipe da história de lutas e conquistas da comunidade de Paranoá e Itapoã, mas principalmente da experiência da educação popular de pessoas jovens, adultas e idosas desde os idos da década de 1980 nestas cidades por meio da investigação no acervo de memória e história da instituição. Acervo esse que é o objeto principal do CMV Cedep.

O texto está organizado de forma que inicialmente apresenta uma aproximação sobre o Projeto Pegadas Paulo Freire, responsável pela articulação do CMV em seus três polos (Ceilândia, Paranoá e Planaltina). Em seguida, busca reconstituir sinteticamente a história da construção de Brasília contextualizando o surgimento da Vila Paranoá, de onde inicia toda a compreensão do acervo do CMV Cedep. Posteriormente, o texto relata a fundação do Cedep e a sua constituição, dando suporte ao Polo do Centro Memória Viva do Paranoá e Itapoã. Por último, o texto aborda uma análise da experiência vivenciada no CMV Cedep, buscando aproximações e distanciamentos entre teorias e práticas vivenciadas no projeto, em confronto às vivências acadêmicas e curriculares nos cursos de graduação aos quais os estudantes estão ligados.

O que pode ser apreendido no percurso da experiência vivida diz respeito principalmente às possibilidades de, por meio do acervo de memória e história do CMV Cedep, conhecer melhor o passado, compreender o presente e contribuir para a emancipação dos sujeitos em seus territórios, construindo-os seres autônomos e conscientes de sua contribuição aos processos históricos nas lutas sociais.

O projeto Pegadas Paulo Freire

As cidades do Paranoá, Ceilândia e Planaltina possuem acervos que registram a história e memória da educação das pessoas jovens, adultas e idosas do Distrito Federal, abrangendo trajetórias que se conectam à luta e à resistência no DF e das classes subalternas por melhores condições de vida, moradia, trabalho e educação, além de outros serviços do Estado que, geralmente, não atendem a população da periferia ou, quando atendem, o fazem de forma precária. Este relato aborda a experiência do projeto nas cidades do Paranoá e Itapoã.

Na busca pelo aprofundamento do resgate das fontes históricas definidas como “tudo aquilo que, por ter produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente” (Barros, 2019, p.15), sediadas em vasta documentação do CMV-DF da educação de pessoas jovens, adultas e idosas do Distrito Federal, o Projeto Pegadas Paulo Freire é apresentado, estruturando-se em 4 metas: 1 – ampliação da organização e o acesso a acervos de memória e história da educação de pessoas trabalhadoras na perspectiva da defesa da emancipação pela educação; 2 – reestruturação do Portal dos Fóruns de EJA, incluindo na nova configuração uma biblioteca digital, base de documentação, dados e um espaço de divulgação, mobilização e organização das lutas em prol da educação como direito de emancipação humana; 3 – formação permanente em rede de pessoas e coletivos que atuam nos diversos movimentos sociais, produzindo práticas emancipatórias de produção de conhecimento, realização de intercâmbios de experiências e estudantes; e 4 – elaboração do projeto arquitetônico de um centro físico para o memorial Paulo Freire.

O trabalho de pesquisa conta com o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) e com bolsas para pesquisadores/as vinculados/as à

Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), sendo essas últimas com recursos oriundos de Emenda Parlamentar, da bancada federal do DF. No polo Paranoá/Itapoã compõe atualmente o projeto de extensão um coordenador do polo, professor-doutor em educação que atua na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), três estudantes bolsistas da UnB (uma com bolsa da Finatec e duas do DEX), sendo duas do curso de Museologia e uma do curso de Ciência Política, além de um estudante voluntário de Psicologia de uma universidade privada do Distrito Federal. Vale ressaltar que o coordenador de polo e as estudantes extensionistas são moradores do Paranoá, estudaram etapas da educação básica em escolas dessa cidade e vivenciaram parte da história que está registrada e vem sendo organizada pelo projeto Pegadas de Paulo Freire.

A construção da nova capital e o aparecimento da Vila Paranoá

A epopeia que marcou o surgimento de Brasília é marcada por aspectos históricos, místicos e políticos. No primeiro, a formação geológica onde se ergueu a nova capital é composta por rochas sedimentares numa região banhada pelo mar há 1 bilhão de anos e onde pode se comprovar a presença humana em sua pré-história por meio de vestígios de sítios pré-históricos (Bertran, 2011).

No aspecto místico é conhecida a profecia de São João Bosco que em 1883 sonhou que “entre o grau 15 e 20, havia uma enseada bastante extensa, que partia de ponto onde se formava um lago... quando se vierem cavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, que jorra leite e mel. Será uma riqueza inconcebível” (Oliveira; Pacheco, 2021 p. 4). A previsão do santo italiano situa a localização precisa da capital federal. Por fim, no aspecto político, em 1892 o astrônomo e geodesta belga Luiz Cruls liderou a expedição que viajou até o Planalto Central com a finalidade de estabelecer os limites da nova Capital.

Em 1955, logo após ser eleito presidente da República, Juscelino Kubitschek passou a executar o que havia prometido em sua campanha eleitoral: iniciar a construção da nova capital. Nesse sentido, algumas providências foram tomadas, como a realização do concurso internacional para a seleção do projeto do plano piloto de Brasília, vencido pelo urbanista brasileiro Lúcio Costa. Além disso, compõem a equipe outros profissionais renomados como

o arquiteto Oscar Niemeyer e o paisagista Burle Marx. Em 1956, iniciam-se as primeiras edificações como o Catetinho, o Palácio da Alvorada, o aeroporto e a Barragem do Paranoá.

Para a construção de Brasília, milhares de trabalhadores se deslocaram de diversos estados do país, principalmente os do Nordeste, do Sudeste com destaque para o estado de Minas Gerais e do Centro-Oeste, provenientes principalmente de Goiás, no movimento migratório para construir a nova capital do País no ermo do Planalto Central. Esse volume migratório trouxe para o Distrito Federal a maior taxa de densidade demográfica do período, saltando de 1 para 11 habitantes por km² no intervalo de 1956 a 1959. Chegando ao crescimento médio mensal de 2.500 pessoas entre julho de 1957 a maio de 1959. A população salta de 64.314 habitantes em contabilizados pelo Censo Experimental de Brasília em maio de 1959 para 139.796 no Censo Demográfico de 1960. Uma explosão de pessoas chegando na busca de trabalho e moradia.

A barragem do Lago Paranoá foi construída para represar as águas do rio de mesmo nome e de seus afluentes como o ribeirão do Gama, do Torto, do Riacho Fundo e do Bananal. Sua construção foi iniciada em 1957 e dois anos depois as águas estavam represadas dando início à formação de um enorme espelho d'água que banha a região central de Brasília e adjacências. Além da beleza proporcionada pelo lago artificial, a sua utilização como atrativo para atividades de lazer e esporte, o Lago Paranoá tem a função de elevar a umidade do ar que no período de seca – entre maio e setembro – atinge níveis muito baixos.

A construção da barragem que daria origem ao lago Paranoá tornou-se um atrativo político, de exuberante e importante obra para a capital do País. Contam os relatos de moradores antigos de que a presença e visitas de Juscelino Kubitschek ao canteiro de obras da Construtora Camargo Corrêa era frequente, o que enchia de orgulho e esperança cerca de sete mil trabalhadores que ali entregavam a sua força bruta de sol a sol, com jornada de 15h, para dar conta do calendário de inauguração.

Os chamados candangos, trabalhadores e familiares que se deslocaram para o planalto central com o objetivo de construir a nova capital e buscar melhores condições de vida e trabalho, construíram, entre outras edificações, a barragem do Paranoá. Suas moradas eram casas de madeira num local

que passou a ser denominado de acampamento situado nas proximidades da futura barragem do Paranoá na subida do morro, local que abrigou milhares de pessoas que paulatinamente chegavam à Vila Paranoá no decorrer dos anos. Com a inauguração da barragem, em 12 de setembro de 1959, na data de aniversário do presidente da República, as expectativas dos governantes eram que fosse desmontado o acampamento. No entanto, tal pretensão foi frustrada devido à resistência dos trabalhadores que lutaram e conseguiram permanecer no local, embora residindo de forma precária, marcada pela ausência de serviços públicos essenciais.

Com o passar dos anos, a Vila Paranoá foi se expandindo com a chegada dos familiares dos operários que resistiram à derrubada do antigo acampamento. Essas pessoas, juntamente com os operários que tinham concluído a edificação da barragem, começaram a prestar serviços domésticos, jardinagem, construção civil, motorista, entre outros, para aos moradores dos Lagos Sul e Norte, dois bairros nobres que sitiavam a Vila Paranoá.

Ao longo dos anos, com a crescente migração para o Distrito Federal, a Vila Paranoá foi se consolidando, a despeito das péssimas condições de moradia que aumentavam conforme o crescimento do número de moradores. Depois de trinta anos de muita luta e resistência, os moradores do Paranoá, liderados por entidades como a Associação dos Moradores e Cedep conseguiram se fixar num local, adjacente à antiga Vila, no início da década de 1990, uma vitória expressiva para um contingente de famílias que eram ameaçadas constantemente de serem removidas para locais periféricos do Distrito Federal onde não tinham história e identidade.

Depois de 35 anos o Paranoá está consolidado, urbanizado, embora ainda não totalmente regularizado devido a problemas relativos à propriedade da terra em que está localizado. Além disso, o aumento populacional das regiões adjacentes exaure seus equipamentos urbanos e precariza a prestação de serviços públicos de qualidade para sua população.

O Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã – Cedep como sede do polo CMV Paranoá

A Associação Moradores do Paranoá foi a primeira entidade comunitária de organização e mobilização da população na luta por moradia digna. Criada em 1979, a entidade iniciou o processo de mobilização para conseguir

reivindicações básicas como oferta de água e melhoria da energia elétrica nas residências e espaços públicos, aumento da frota de ônibus, construção de mais escolas etc.

Com a ascensão de grupos conservadores na diretoria da Associação dos Moradores, as lideranças ligadas aos movimentos sociais criaram o Cedep em 1987 no processo de luta pela fixação da Vila Paranoá. Nesses 37 anos de existência, a entidade priorizou, além da luta pela moradia, da qual foi uma das entidades protagonistas, a cultura e a educação como área de atuação. Esta foi direcionada, principalmente, para o atendimento de jovens e adultos que por diversos motivos não conseguiram iniciar ou dar continuidade aos estudos.

É a história dessa luta por melhores condições de vida, que teve no Cedep uma das entidades protagonistas, que o Centro de Memória e Documentação em Educação Popular, EJA e Movimentos Sociais do Distrito Federal (CMV-DF), por meio do projeto Pegadas Paulo Freire, busca reconstituir e analisar no presente relato experiência.

O Cedep está localizado numa área estratégica do Paranoá próxima a vários equipamentos urbanos como escolas, hospital, Administração Regional, Fórum Judiciário, Defensoria Pública, Companhia de Água, Ministério Público, Departamento de Trânsito, agências bancárias, dentre outros. Ademais, da sua sede se contempla uma vista maravilhosa do Lago Paranoá e do Plano Piloto de Brasília.

A sede da entidade é composta por diversas salas, um espaço multifuncional e semiaberto onde ocorrem reuniões, festas, prática de atividades culturais e de lazer etc., uma cozinha semi-industrial, salas de aula para a educação infantil e de jovens e adultos e depósito.

Uma das salas, com cerca de 40 m², foi cedida para abrigar o acervo do Centro Memória Viva do Paranoá e o Projeto Pegadas Paulo Freire. Nesse espaço, são realizados os trabalhos de seleção e catalogação do acervo. Três estudantes extensionistas da UnB e um voluntário de uma universidade privada, além do coordenador do polo, compõem a equipe que está à frente do projeto no Polo Paranoá no período relacionado a este relato.

Figuras 5.1 – Sede do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã (Cedep). Paranoá-DF



Fonte: acervo Polo CMV Paranoá

Figuras 5.2 – Bolsistas e extensionistas do CMV-Cedep durante tratamento do acervo documental. Paranoá-DF



Fonte: acervo Polo CMV Paranoá

O estado de conservação da sala do CMV apresenta vulnerabilidades. O fornecimento de energia elétrica é oscilante e já danificou equipamentos. A cobertura precisa de reforma para não comprometer objetos e materiais que podem perecer com a umidade. Os armários são insuficientes para organizar as caixas de polipropileno para arquivos, em que o acervo está armazenado. Como o espaço é limitado diante de tantas atividades desenvolvidas pela entidade, às vezes outras pessoas que atuam no Cedep têm acesso ao local

do acervo. A sala tem dois ventiladores e mesas para trabalho, que são utilizadas para empilhar as caixas. Possui também três computadores, mas somente um com acesso à internet que foi utilizado para elaborar a relação das listas dos documentos para digitalização. As extensionistas contaram com materiais de Equipamento de Proteção Individual (EPIs) como luvas, máscaras, toucas e jalecos, todos descartáveis.

Entre o acervo, a teoria e a prática vivenciada

Inicialmente vale destacar que fazer o debate da relação dialógica entre teoria e prática vivenciadas no projeto, nas descobertas e aprendizagens coletivas na lida com o acervo em pesquisa, requer uma escrita no plural, revelando as percepções dos sujeitos envolvidos na experiência da memória viva do projeto.

Ao relatarmos a experiência de tratamentos de materiais históricos que compõem o acervo no trabalho de extensão que vem se desenvolvendo, demarcamos a importância entre o saber e o fazer, entre a teoria e a prática: a extensão universitária surgiu como uma forma de complementar a formação acadêmica. A equipe conta com estudantes de Museologia, Ciências Políticas e Psicologia e o coordenador de polo.

Para os/as estudantes envolvidos/as, enquanto as aulas forneciam a base teórica sobre diversos temas das graduações em curso, o projeto de extensão ofereceu a oportunidade de vivenciar a prática.

A respeito da utilização de metodologia própria da ciência histórica em outros campos do conhecimento, Barros (2018) afirma que isso é compreensível “uma vez que cada um deles também apresenta como uma sessão importante do seu universo de interesse a própria história do campo científico em questão”. Dessa forma, “quando a história de determinado campo de saber é investigada e repensada por um pesquisador da área de Educação, Biologia, Enfermagem, Física, Matemática, Música”, dentre outros, “ele se torna também um historiador por excelência, e por isso precisa se aproximar do mesmo tipo de trabalho com as fontes históricas que fazem os historiadores *stricto sensu*” (Barros, 2019, p. 8).

Assim, foi possível envolver diretamente as atividades como higienização, documentação, conservação de acervos e a pesquisa acadêmica em nossas áreas de estudo na experiência no CMV, no contato direto com o

rico acervo disponível a ser trabalhado. Esse acervo – que anteriormente fora encontrado amontado e empoeirado –, estava destinado a passar por processos museológicos para que o acesso à informação fosse garantido.

No projeto Pegadas Paulo Freire, foi possível compartilhar as atividades realizadas e os impactos que essas atividades tiveram em nossa trajetória acadêmica bem como no campo profissional e pessoal, resultando no compromisso com o território, com a memória, a educação popular e a valorização das lutas sociais.

Durante a organização das caixas, nos deparamos com uma quantidade rica de textos utilizados por educadores, um dos que mais nos marcaram foi o do líder comunista italiano Antonio Gramsci, que estudava numa universidade. Nele, o líder, antes de reunir homens para uma revolução que os levou a cargos de tomada de decisão, tornou-os autônomos e protagonistas da sua própria história.

Aconteceu o reconhecimento de aspectos curriculares do curso de graduação no qual as/os estudantes extensionistas estão inseridas/os. Houve reflexões teóricas e metodológicas, sobre a relação entre a universidade e o território que habitamos.

No curso de Museologia da Universidade de Brasília, por exemplo, o fluxo curricular é dividido em duas etapas. A primeira, que vai do 1º ao 4º semestre, é voltada para a teoria crítica, método que busca analisar de forma crítica a construção da sociedade e provocar mudanças e transformações sociais. Já a segunda etapa, que abrange do 5º ao 8º semestre, é composta por disciplinas focadas nas práticas museológicas, que constituem um conjunto de técnicas utilizadas no campo da museologia, como a conservação, preservação, curadoria, entre outras.

Ao iniciar o projeto, cursando o 4º semestre, a estudante extensionista ainda não possuía experiências práticas na área. O projeto “Acervo Digital Memorial Paulo Freire: trajetória de luta dos movimentos sociais e populares pela Educação de Jovens, Adultos e Idosos trabalhadores” foi o primeiro projeto de extensão de que ela participou e foi nele que deu início às práticas museológicas, em um contexto muito diferente do que o curso apresentara e diante de uma oportunidade de trabalhar com o rico acervo presente no Centro Memória Viva do Paranoá.

Para o estudante de psicologia, as motivações para participar do projeto surgiram após o convite para uma reunião na qual professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) compartilharam suas experiências em sala de aula, enfatizando a importância do processo de alfabetização na vida das pessoas. Esses relatos remeteram aos estudos de Lev Vygotsky, especialmente em sua obra *A formação social da mente* (1998), em que o autor destaca que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação social e que a linguagem desempenha um papel crucial nesse processo.

Além de toda motivação acadêmica, era grande o desejo em aprofundar os conhecimentos sobre a história do Paranoá, região onde crescemos e estudamos durante grande parte da vida escolar. Percebemos que, apesar de termos feito quase todo o ensino fundamental e médio nessa cidade, os professores raramente abordavam o aspecto histórico da região. Pressentimos no projeto uma oportunidade valiosa para explorar e compreender melhor o contexto histórico e cultural do Paranoá, enriquecendo nossa conexão com a comunidade. Tivemos a oportunidade de participar de um projeto que transcende os limites da sala de aula, focando na preservação das memórias de uma zona periférica.

Essa experiência proporciona um diferencial significativo para nossa trajetória acadêmica e profissional. Por meio da Psicologia, contribuímos oferecendo um olhar especializado com enfoque nas questões sociais e em como estas influenciam diretamente a nossa *psiqué*. Além disso, a preservação de histórias e a maneira como são contadas desempenham um papel fundamental na forma como percebemos e interpretamos o mundo. Essa experiência reforçou a importância de conectar a Psicologia com o contexto social, valorizando as narrativas locais e reconhecendo seu impacto na construção das subjetividades individuais e coletivas.

O Paranoá faz parte de nossas vidas, pois foi onde cursamos o ensino médio e, a partir de uma das escolas de lá, sonhamos em ingressar no ensino superior. Levamos para a UnB um olhar particular sobre pessoas vindas das periferias e acreditamos contribuir com a mudança da visão estigmatizada sobre o Paranoá, uma visão limitada de que só existem violência e pessoas carentes.

Em outro olhar, o curso de Ciência Política da Universidade de Brasília foi importante para eu ter os olhos abertos e a mente curiosa sobre o

que estava conhecendo. Acredito que podemos contribuir com um olhar politizado sobre alguns fenômenos que existem dentro das periferias brasileiras. Referimo-nos a periferias de modo geral, porque pude observar que algumas coisas não se restringiam apenas ao Paranoá e/ou ao Itapoã, região que também contemplamos em nossa pesquisa.

As atividades de extensão ocorriam numa sala dedicada anteriormente a aulas de informática no Cedep, equipada com alguns computadores e várias cadeiras, onde desenvolvemos a maior parte das tarefas. O acervo foi constituído a partir da iniciativa de pioneiros do então chamado Paranoá Velho, jovens conscientes da importância e da necessidade de lutar por condições básicas de sobrevivência, educação e dignidade em um espaço marginalizado pelo Estado e que foi construído inicialmente para ser uma espécie de acampamento temporário para as pessoas que vieram construir Brasília. Atualmente, o acervo conta com fotografias, relatos de professores, alfabetizadores, revistas, panfletos e uma série de outros materiais que podem ser usados como fontes históricas e contribuir para tornar a história dessa cidade uma memória viva.

Inicialmente não havia uma orientação clara e específica quanto à seleção dos documentos, pois o objetivo inicial era organizá-los para inserção no Tainacan e assim publicar as atuações dos movimentos sociais organizados que lutam pelas garantias de direitos dos residentes na Vila Paranoá. Atuamos para organizar o acervo sobre a história dos movimentos sociais e populares na perspectiva da defesa da emancipação pela educação – materializado na seleção, higienização, organização e categorização do acervo do CMV Paranoá para posteriormente se tornar acessível para os moradores, escolas, pesquisadores etc. A ideia inicial de dispor a documentação no Tainacan não teve continuidade, porém o acervo selecionado está sendo digitalizado por uma empresa que ganhou a licitação para essa finalidade.

Quanto ao tratamento do acervo a partir da abertura das caixas e acesso aos documentos, logo percebemos a importância de registrar e preservar a memória da construção e do desenvolvimento de uma comunidade. Cada item guarda um fragmento da história vivida e a recuperação dessas informações possibilita que o conhecimento seja acessado e compartilhado. Assim, torna-se possível conhecer mais profundamente a história do Paranoá

e reconhecer o valor de preservar a memória para evitar que parte dessa história se perca.

Inicialmente, fomos “apresentados” aos documentos dispostos em caixas de polipropileno para arquivos. As caixas estavam numeradas e já com uma ordenação anterior, pois no ano de 2023 outros estudantes haviam iniciado atividades de organização do acervo presente no Centro Memória Viva do Paranoá. Este é majoritariamente composto por documentos em papel, tendo também fotografias, fitas cassetes, cartazes e jornais.

Portanto, abordando o tratamento ao acervo trabalhado, o papel foi o principal material em contato nos meses de atuação do projeto. Essa característica do acervo do Polo Paranoá vai ao encontro do que afirma Barros (2019, p. 79) “a fonte textual tem dominado amplamente o universo historiográfico, ainda que tenha crescido muito o trabalho dos historiadores como fonte iconográfica e fontes sonoras [...], e que haja também muito trabalho significativo sobre as fontes da cultura material”.

Figuras 5.3 – Caixas-arquivo organizadas no Cedep para encaminhamento à digitalização. Acervo do CMV-Paranoá



Fonte: acervo Polo CMV Paranoá

O tratamento das fontes escritas, sobretudo das manuscritas, requer do pesquisador adaptação a esses materiais para apreender e compreender a escrita e, em muitas situações, decifrar o que foi registrado pelo autor. Conforme Barros (2019, p. 81), “é também preciso que o historiador que trabalha com documentação manuscrita adquira uma habilidade maior de

ler o manuscrito com rapidez e eficiência, o que se adquire apenas com a prática e o hábito”.

Utilizando as ferramentas museológicas, primeiro acessando os documentos e fazendo um diagnóstico de seu estado de conservação, foi possível categorizar para depois fazer o acondicionamento, ou seja, guardar de forma mais adequada mitigando as possibilidades de futuras deteriorações. Ao entrar em contato com os documentos foi possível dar continuidade na organização dos dados contidos neles, o que facilitou o acesso às informações.

Os documentos tinham grampos e cliques antigos e enferrujados, sujidades e amassos em algumas folhas. Realizamos um trabalho mecânico de remoção de grampos, cliques antigos e enferrujados, e utilizamos também borracha e trinchas para a higienização, atividades essas que tomaram a maior parte do tempo. Concomitante a este trabalho mecânico, os documentos também recebiam uma análise de conteúdo, pois o interesse por documentos relativos à educação de jovens, adultos e idosos trabalhadores se destacou dos outros tipos já mencionados. Dessa forma, foi possível criar categorias para sistematizar a catalogação e o armazenamento nas caixas de polipropileno para arquivos. Essa categorização também foi fundamental para a ação de separar documentos para serem digitalizados e publicados. Portanto, a atividade de higienização e digitalização no acervo do Centro Memória Viva do Paranoá foi relevante para que o conteúdo disponível nos documentos em papel fosse acessado e garantisse a preservação, pois são documentos antigos de grande importância para a história local, social e cultural da comunidade.

Finalizada a etapa com o envio de cinco caixas para digitalização, observou-se a importância de selecionar os documentos que envolvessem a História dos movimentos sociais do Paranoá e Itapoá. Dessa forma, foram separadas novas caixas para realização da mesma atividade anterior, porém considerando as lutas da população por melhores condições de vida ao pressionar o governo a investir na construção de equipamentos públicos nas diversas áreas sociais.

Ao utilizar as ferramentas museológicas, primeiro acessando os documentos e fazendo um diagnóstico de seu estado de conservação, foi possível categorizar e fazer o acondicionamento da melhor forma possível com os recursos disponíveis. A categorização foi utilizada para facilitar a busca pelos

documentos, pois organizando em lista o tipo de conteúdo, não é necessário consultar o documento em si para saber as informações contidas nele. O acondicionamento é a forma de guarda mais adequada para mitigar as ações de futuras deteriorações, providência esta que no CMV Paranoá foi possível ao utilizarmos as caixas de polipropileno para arquivos e separar internamente as categorias e similaridades utilizando folhas de papel branco, comum, tipo A4.

Outro aspecto destacado foi a metodologia adotada pelo projeto, fundamentada nos princípios pedagógicos de Paulo Freire. Essa perspectiva contribuiu para a construção da autonomia dos estudantes que consistiu na reflexão crítica e possibilitou obter autonomia na tomada de decisões dentro do polo de atuação, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma prática educativa mais participativa.

Considerações finais

O tripé que sustenta a universidade pública para materializar sua função social de assegurar uma formação integral para seus estudantes é composto pelo ensino, a pesquisa e a extensão. Esta é a mais frágil uma vez que o conhecimento produzido por meio de investigações científicas nem sempre retorna às comunidades pesquisadas por meio de intervenções que contribuam com a melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo das famílias que residem em bairros periféricos e, portanto, pertencentes aos segmentos majoritários da sociedade que vive do trabalho. Ao mesmo tempo, a extensão não recebe a mesma atenção que as atividades de ensino e pesquisa na maioria das universidades

No Paranoá, a Universidade de Brasília (UnB) realiza trabalho de campo há mais de 40 anos e sua presença é marcada por alguns departamentos, sendo a faculdade de educação uma das pioneiras, com início dos seus trabalhos em meados da década de 1980 por meio da educação de jovens e adultos em parceria com os movimentos sociais locais. Naquela época era algo raro um jovem morador tornar-se estudante da UnB, pois não havia ensino noturno e boa parte deles já trabalhavam desde sua tenra idade, o que fazia as raríssimas exceções virarem manchete de jornais.

É com muita satisfação que constatamos a mudança desse cenário devido a políticas do Estado que têm contribuído para o maior acesso de mora-

dores da periferia nas universidades públicas, o que as tem tornado mais democráticas. Essa constatação ficou mais clara quando o projeto Pegadas Paulo Freire ofereceu vagas para extensão onde a residência no Paranoá e Itapoá, além de localidades adjacentes, era um dos pré-requisitos exigidos. Para nossa grata surpresa, centenas de jovens na região são estudantes da UnB, sendo que no último edital, 22 participaram do processo seletivo.

Nos depoimentos da equipe do projeto, é notória a nossa satisfação na participação e na contribuição por meio dos saberes que vem adquirindo na formação acadêmica, nos cursos de graduação sobretudo, para o conhecimento da história dessas comunidades. No entanto, a estrada é de mão dupla e, nesse processo, atuaram simultaneamente acessando documentos históricos registrados por meio da escrita, gravação e ilustração que lhes possibilitaram desvelar uma realidade que, em boa parte, até então desconheciam.

É nesse sentido que o projeto Pegadas Paulo Freire, por meio de sua meta 1 (Ampliação da organização e o acesso a acervos de memória e história da educação de pessoas trabalhadoras na perspectiva da defesa da emancipação pela educação) vem sendo desenvolvido no Polo Paranoá. Temos perseguido, por meio do rico acervo que documenta a luta histórica dos moradores por melhores condições de vida, trabalho e educação de qualidade social referenciada acessar, higienizar, categorizar, selecionar e, num futuro próximo, disponibilizar por meio físico e digital o conhecimento produzido historicamente por essa comunidade com vistas a conhecer melhor sua realidade e contribuir para sua emancipação.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- COUTINHO, Carlos Néelson. *Cadernos do cárcere, volume 1*. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1999.
- OLIVEIRA, L. M. J.; PACHECO, Ricardo Gonçalves. Paranoá: entre lutas, memórias e resistências. In: Erlando da Silva Reses; Meire Cristina Cunha; Maria Luiza Pinho Pereira. (Org.). *Trabalho, educação de jovens e adultos e tecnologias emancipatórias*. 1. ed. Brasília: Hildebrando Editora & Autores Associados, 2021, v. 1, p. 221-266
- VYGOTSKY, Lev. *A formação social da mente*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

Bloco 3

Reconfiguração do Portal dos Fóruns de EJA

O Novo Portal dos Fóruns de EJA: entre a luta política e a inovação tecnológica

EZEQUIEL NEVES E ELIENE NOVAES ROCHA

Figura 7.1 – Página do Portal do Fórum EJA na versão Drupal e na versão HTML



A Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é apenas um campo educacional, mas uma conquista histórica e uma prática de cidadania ativa que enfrenta desafios e pulsa na contracultura das demandas por justiça social. Criado em 2005, o Portal dos Fóruns de EJA é um marco que transcende a mera digitalização do saber: trata-se de um espaço de mobilização e de luta em que a tecnologia, aliada aos princípios do *software* livre, serve como instrumento para a democratização, a inclusão e o empoderamento de todos os sujeitos da EJA.

Este capítulo apresenta um relato de experiência que compara a trajetória do Portal desde a sua fase inicial (desenvolvido em Drupal) até a nova plataforma implementada com WordPress e Tainacan. Essa evolução não só reflete avanços tecnológicos, mas também documenta um profundo

compromisso político e popular, promovendo a mobilização dos Fóruns Estaduais de EJA de todo o Brasil. Assim, o Portal reafirma seu papel para a construção coletiva dos saberes, para a cobrança dos entes públicos e para a consolidação de uma rede de resistência e transformação em sintonia com os ideais de uma educação emancipadora.

Histórico do Portal: da concepção em Drupal à plataforma atual em WordPress/Tainacan

Após aprovação pela Plenária do VII Eneja em 2005, impulsionado pela efervescência das novas tecnologias e pela urgência de ampliar o acesso à educação, o Portal dos Fóruns de EJA foi lançado utilizando o sistema Drupal, uma ferramenta de código aberto reconhecida pela sua robustez e flexibilidade. Nesta fase, a plataforma possibilitou interatividade e colaboração, acolhendo a contribuição de estudantes, professores e gestores públicos dos movimentos populares e sociais. Essa estrutura permitiu a consolidação de um acervo que registrava debates, encontros, teses, dissertações e outros documentos relevantes para a memória viva e coletiva da EJA em nível nacional.

Inspirado nos ideais da gestão participativa e colaborativa, o Portal se administrava de forma coletiva, promovendo uma corresponsabilidade que se refletia na contínua luta por melhores condições e políticas para a EJA. Além disso, o Portal também se consolidou, com o tempo, como um espaço de preservação histórica das práticas e lutas dos Fóruns, cujo acervo passou a ser reproduzido e consultado por milhares de sujeitos envolvidos na EJA, tanto no Brasil quanto em outros países.

Apesar das inovações iniciais, o uso do Drupal apresentou limitações que se fizeram cada vez mais perceptíveis com o avanço das tecnologias e das demandas dos usuários. A complexidade na gestão de conteúdo, com módulos e atualizações que exigiam expertise técnica elevada, dificultava a manutenção e aumentava a curva de aprendizado dos novos colaboradores. Assim, ao longo dos anos, a interface passou a ser considerada pouco intuitiva, comprometendo a experiência dos usuários, especialmente daqueles com menor familiaridade com tecnologias digitais. Além disso, a necessidade de incorporar conteúdos em múltiplos formatos (vídeos, áudios, imagens, entre outros) expôs os limites da plataforma frente às exigências de uma era digital cada vez mais interativa.

Utilizado na concepção inicial do Portal, o Drupal se destacou por sua concepção flexível e capacidade de suportar projetos de grande escala. No entanto, sua complexidade técnica restringia a autonomia dos usuários na atualização e manutenção do site. Em busca de maior acessibilidade e eficiência, o Portal migrou para o WordPress, uma plataforma reconhecida pela usabilidade simplificada, ampla comunidade de suporte e integração nativa com múltiplos formatos de mídia, facilitando a ampliação do alcance e a dinamização dos conteúdos. A esta estrutura foi integrado o Tainacan, uma solução especializada na curadoria e na difusão de acervos digitais, desenvolvida para atender instituições culturais e educativas. A plataforma oferece recursos avançados para a organização, busca e exibição pública dos documentos, consolidando o Portal como um verdadeiro repositório da história e das práticas da EJA, acessível a pesquisadores, educadores e demais interessados no campo.

Compromisso com o software livre: uma alternativa de inclusão e transformação

A escolha por tecnologias de código aberto sempre foi um pilar fundamental na construção dos Portais dos Fóruns de EJA. Esse compromisso com o *software* livre se reflete em aspectos como a transparência e a participação coletiva. O uso de plataformas como Drupal, WordPress e Tainacan assegura que o desenvolvimento e a manutenção do Portal sejam acessíveis à comunidade, permitindo que educadores, estudantes e técnicos participem ativamente de seu aprimoramento.

Além disso, o *software* livre promove sustentabilidade e autonomia tecnológica, possibilitando atualizações contínuas e personalizadas que independem de sistemas proprietários. Isso se traduz em economia de recursos financeiros, que podem ser redirecionados para capacitações e criação de conteúdos pedagógicos. A metodologia colaborativa e o ambiente aberto também incentivam a experimentação e a cocriação, fatores determinantes para a evolução do Portal e o empoderamento dos atores da EJA.

Como destacam estudiosos que aplicam os princípios de Paulo Freire à tecnologia educacional, o uso do *software* livre não é apenas uma escolha técnica, mas um ato político que reforça a autonomia e a liberdade dos sujeitos na construção do conhecimento. Manuel Castells, por exemplo, reforça essa ideia ao enfatizar a importância das redes e do compartilhamento na sociedade da informação, apontando como o *software* livre se alinha a esse contexto (Castells, 2018).

Quando abrimos o código e convidamos a comunidade a trabalhar nele, estamos reforçando a ideia de que todos podem participar da construção das nossas ferramentas e tecnologias. Cada contribuição ao Portal parte da compreensão de que compartilhar o conhecimento é uma ação política. Assim, o *software* livre deixa de ser apenas uma licença e torna-se prática de autonomia e cooperação dentro da EJA.

O Portal como espaço de mobilização e cobrança política

Mais do que um simples repositório digital, o Portal dos Fóruns de EJA é um território político em disputa e um espaço vivo de articulação, denúncia e resistência. Ele não apenas abriga documentos e relatos, mas mobiliza sujeitos, conecta territórios e fortalece a ação coletiva em defesa do direito à EJA. Ao integrar os Fóruns Estaduais de EJA, o Portal se torna instrumento estratégico na construção de uma rede nacional de luta por políticas públicas que reconheçam e atendam às especificidades da EJA.

Nos estados, o uso ativo do Portal revela sua potência como espaço de visibilidade e de memória das lutas regionais. Cada fórum registra suas práticas, desafios e vitórias, compondo um mosaico plural que dá forma à trajetória coletiva da EJA no Brasil. Esses registros são, ao mesmo tempo, documentação e denúncia: revelam a negligência histórica do poder público, mas também a força de sujeitos que cotidianamente reinventam estratégias de resistência.

Na prática, o Portal funciona como um canal de incidência política, permitindo a formalização de denúncias, a divulgação de relatórios e a articulação de pautas junto aos entes municipais, estaduais e federais. A transparência da plataforma confere visibilidade às demandas, o que auxilia na pressão institucional e na interlocução sobre a formulação de políticas educacionais.

Para além da cobrança, o espaço integra os diferentes fóruns, servindo de base para a troca de metodologias e estratégias de mobilização. Essa conexão digital ajuda a mitigar o isolamento dos territórios e consolida a ação coletiva nacional, especialmente em contextos de retrocessos de direitos. O Portal atua, portanto, como uma ferramenta política construída colaborativamente para subsidiar a defesa da educação crítica.

As demandas registradas partem diretamente das vivências locais – do interior do Pará às periferias de Goiânia. Ao centralizar essas realidades, a plataforma

organiza a busca por respostas das instâncias governamentais, transformando a mobilização digital em um recurso objetivo para a agenda pública.

Os Fóruns Estaduais de EJA são espaços coletivos fundamentais na articulação de ações e na defesa do direito à educação para jovens e adultos em todo o Brasil. Presentes em todos os estados e no DF, esses fóruns reúnem educadores, estudantes, movimentos sociais e instituições comprometidas com a construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Além de sua atuação local, eles têm desempenhado um papel crucial na construção e desenvolvimento do Portal dos Fóruns de EJA. A seguir, apresentamos relatos dos fóruns do *Piauí*, *Goiás* e *Paraná* que evidenciam suas trajetórias, desafios e estratégias para fortalecer a EJA nos diferentes contextos.

Relatos dos Fóruns Estaduais

Fórum Piauiense de EJA e o portal



A Educação de Jovens e Adultos tem se consolidado ao longo da história como política de reparação social. Reparação de direitos negados pelo Estado aos indivíduos em seu período elementar comum ou mantendo-o longe dele por causa da falta de oferta regular de vagas de ensino bem como pela realidade socioeconômico desfavorável. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), como uma modalidade da educação básica, recebeu no Piauí um tratamento diferenciado desde o ano de 2003, melhorando os indicadores de matrículas e a assistência técnico-pedagógica aos educadores e educandos dessa modalidade. Garantia-se aos educadores formação continuada com conteúdos voltados para as especificidades da EJA, material didático para auxiliar no trabalho docente e aos educandos, livro didático produzido pelos professores da rede de ensino, merenda escolar,

dentre outras. Há uma acentuada elevação das matrículas de EJA, sobretudo de ensino fundamental, que decresce em anos posteriores, mas em níveis aceitáveis. Em termos financiamento, havia recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, através do Programa Fazendo Escola, para ações como: Remuneração de professores de EJA, formação continuada de docentes, produção e/ou aquisição do livro didático para o estudante, merenda escolar. Era o período do governo Lula I, no Brasil e de Wellington Dias, no Piauí. Uma grande expectativa se criava em torno de avanços na Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Piauí. Época da criação da Secretaria de Educação Continuada (Secad), Alfabetização e Diversidade no MEC sob a administração de Cristovam Buarque e, no Piauí, criava-se a Unidade de Educação de Jovens e Adultos (Ueja), em substituição ao Departamento de EJA.

Com a perspectiva de contribuir mais ainda para o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos, estando a frente da Ueja, decidimos articular as várias organizações e movimentos que trabalhavam com a EJA em nosso Estado instituir o Fórum Piauiense de EJA. Em 29 de junho de 2004, o Fórum Piauiense da EJA foi criado em reunião da qual participaram diversas instituições, entidades da sociedade civil e organizações governamentais que trabalham com a EJA. Participaram do processo de criação do Fórum a Secretaria Estadual de Educação do Piauí através da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos, da época, Undime, Sesi, UFPI, Uespi, Alfalit, MEB, Pajaat, Fundação Madre Juliana, SESC, MST-PI, Fetrap, Fetag-PI, Colégio Diocesano, MPA, CUT-PI, Apecil, Sinte, IFPI. O Fórum foi concebido como uma articulação de educadoras, educadores e entidades do poder público, de universidade, de organizações não governamentais, de movimentos sociais e de setor privado interessadas na formação de uma rede de práticas na EJA se comprometendo com as discussões, o fortalecimento e a proposição de caminhos para a educação de jovens e adultos no âmbito do Estado do Piauí. O Fórum pretende constituir-se num espaço crítico de defesa e divulgação da Educação

de Jovens e Adultos e de monitoramento das políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal. Em 2005, o Fórum organiza e realiza o primeiro Encontro Estadual da EJA, que contou com a participação de 240 pessoas inscritas representando os diversos segmentos que trabalham com EJA. O I Encontro Estadual da EJA teve como objetivo preparar a participação do Fórum no VII Eneja, realizado de 31/08 a 03/09/2005, em Brasília-DF. A partir daí e até 2012, o Fórum de EJA realizou reuniões mensais com seus membros e encontros anuais para discutir as temáticas voltadas para os problemas e as políticas voltadas para a educação de jovens e adultos. Integrou-se as ações da Campanha pelo Direito à Educação, na Semana de Ação Mundial (SAM), realizando inclusive audiência pública na Assembleia Legislativa do Piauí para denunciar problemas e apontar saídas para a EJA no Piauí. No período seguinte, de 2013 a 2018, realiza reuniões especiais para preparação dos Enejas e Erejas e enfrenta dificuldades de mobilização dos seus membros e de engajamento nas lutas em favor da EJA. Essa crise se aprofunda em 2019, com a pandemia. Com a pandemia, a partir de 2019 e até o presente, os encontros presenciais foram substituídos por reuniões online. Em 2021, o Fórum fez parceria com o Instituto Paulo Freire, de Recife, e várias instituições locais para realização do Pré-colóquio Paulo, dias 10 e 11/06/2021, celebrando os 100 anos de Paulo Freire e organizando um Livro com os trabalhos apresentados. Em 2022, participou da organização e realização da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape) 2022, etapa do Piauí.

O Fórum Piauiense da EJA tem uma organização pautada no regimento e possui uma estrutura informal, com uma coordenação e uma secretaria escolhidos pelos membros permanentes. A coordenação tem a função de representar o Fórum, convocar as reuniões ordinárias (mensais) e extraordinárias, buscar apoio financeiro para realizar encontros estaduais, regionais e Eneja.

Uma ação importante que o Fórum Piauiense desenvolveu ao longo da sua trajetória foi a utilização da ferramenta do Portal dos

Fóruns de EJA do Brasil. No início, com o apoio da Equipe da UNB/ Fórum de EJA Distrital/EQ.Portal, foi criada a página do Fórum de EJA do Piauí, com uma logomarca de identificação do Estado, em formato GIF. Para manter a página do Fórum EJA do Piauí contávamos com dois bolsistas que faziam a manutenção e alimentação da página. Esses bolsistas eram, um estudante da UFPI e o outro, técnico que se submeteu a uma seleção pública e foi aprovado, recebendo ambos os incentivos financeiro provenientes de bolsa de extensão da UNB/UFPI. Usamos a página para dar visibilidade ao Fórum e para apresentar as demandas e problemas da Educação de Jovens e Adultos no Piauí. Na época, foram criadas na página redes sociais como Facebook, X/Twitter e que foram atualizadas enquanto durou a bolsa de incentivo financeiro a estudante e ao técnico. Sem essa equipe, a página do Fórum no Portal dos Fóruns não teve mais atualização sistemática, mas só eventualmente e por longos períodos ela era alimentada. Atualização atual foi realizada durante a Oficina que ocorreu em Brasília pelo representante do Piauí, indicado para assumir a coordenação da página, mas ao retornar decidiu não mais permanecer alegando diversas razões, entre as quais a de tempo por ter assumido um novo trabalho na sua escola.

Reconhecemos a importância da página do Fórum no Portal dos Fóruns de EJA como ferramenta de visibilização da EJA e das ações do FÓRUM, mas reconhecemos também a necessidade de sua atualização, desde a logomarca, que precisa ser modernizada, passando pelas redes sociais que se encontram defasadas e desatualizadas, enfim, uma nova formatação da página.

Antonio Ferreira de Sousa Sobrinho
Representante – Fórum EJA Piauí

*O Fórum Goiano de EJA e sua vinculação
com o Portal dos Fóruns EJA Brasil*



O Fórum Goiano de EJA, desde sua criação em 1999, tem atuado na luta em defesa da EJA de qualidade social, promovendo discussões, encontros e articulações com diversos setores da sociedade, visando à melhoria e implementação das políticas públicas educacionais relacionadas à EJA. Nesse contexto, o Portal dos Fóruns de EJA Brasil, do qual o Fórum Goiano faz parte, é um espaço fundamental de difusão e ferramenta de luta política, pesquisa histórica, acesso à informação e espaço de formação.

Uma das características essenciais do Portal do Fórum Goiano de EJA é sua natureza democrática e participativa, construído permanentemente e coletivamente por estudantes, professores, membros de movimentos sociais e gestores estaduais e municipais que atuam na área da EJA. Essa colaboração permite a publicação de uma ampla variedade de conteúdos, incluindo textos, artigos, teses, dissertações, documentos audiovisuais e materiais didáticos (Bomfim; Ferreira; Rodrigues, 2012).

Pesquisa histórica, formação e luta política na era digital

Nos últimos anos, o advento da tecnologia digital tem revolucionado a forma como são acessadas informações, como é produzido e compartilhado o conhecimento científico e, no caso da educação escolar, revolucionou e transformou também os modos como professoras e professores podem dar continuidade à sua formação inicial e melhorar a qualidade do trabalho pedagógico realizado nas escolas. Dentro desse contexto, o Portal do Fórum Goiano de EJA emerge

como uma plataforma virtual de pesquisa e disseminação do conhecimento histórico e pedagógico sobre a EJA em Goiás.

Segundo Freire (1984, 1995), as tecnologias podem em muito contribuir para uma educação emancipadora, crítica e libertadora, mas não apenas como recursos ou instrumentos de veiculação, como meios fechados de transmissão de alguma coisa, mas como imensos e abertos repositórios das atividades políticas e educativas das pessoas. As tecnologias oferecem suporte para a apropriação e criação do conhecimento, num movimento dinâmico, crítico e criativo de educadores e educandos da EJA, porém, como ressalta o autor, “[...]depende de quem as usa, a favor de quê e de quem e para quê” (Freire, 1995, p. 98).

O Portal representa um marco na democratização do acesso ao conhecimento histórico e pedagógico no estado de Goiás. Mantido pelo Centro Memória Viva: Documentação e Referência em Educação Popular, Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos (CMV), esse portal funciona como um repositório digital que abriga uma vasta gama de recursos educacionais, pesquisas acadêmicas, materiais didáticos e metodologias de trabalho pedagógico direcionados à EJA.

Criado e desenvolvido por meio do trabalho de ensino, pesquisa e extensão das professoras Maria Emília de Castro Rodrigues (*in memoriam*) e Maria Margarida Machado, volta-se, há mais de 20 anos, para a preservação e a pesquisa da memória e da história da EJA e da educação popular em nosso estado, realizando a busca, tratamento e digitalização de documentos referentes à EJA junto aos movimentos sociais, às secretarias municipais e estadual de educação e às pessoas que fizeram e fazem parte da EJA em nosso estado.

O CMV desempenha um papel crucial na preservação da história da EJA e na formação de educadores de jovens e adultos em Goiás. Realizando um minucioso trabalho de pesquisa histórica em acervos e arquivos das secretarias e escolas públicas do estado, o Centro assegura que os materiais selecionados sejam devidamente tratados, digitalizados e catalogados antes de serem disponibilizados para consulta pública no Portal. Essa iniciativa não apenas amplia o acesso a fontes

históricas relevantes, mas também contribui para o desenvolvimento profissional dos educadores, oferecendo subsídios para a melhoria da qualidade do ensino na modalidade de EJA. A reestruturação do portal melhorou significativamente suas funcionalidades e a busca por informações, garantindo que as produções científicas e multimídias estejam armazenadas de maneira sistematizada e acessível ao público interessado na EJA.

Desafios e avanços na reestruturação do Portal do Fórum Goiano de EJA

Em Goiás, a organização e alimentação do Portal do Fórum Goiano de EJA é realizada pela Coordenação Colegiada do Fórum Goiano de EJA em parceria com a Faculdade de Educação da UFG, onde se localiza o Centro Memória Viva (CMV). O CMV abriga atualmente um grande acervo material relativo ao Fórum ao Portal, realizando, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, todo o processo de digitalização, organização e inserção de materiais e documentos no Portal. O Portal de Goiás tem sido mantido, desde sua origem em 2005, quando foi criado o Portal Nacional com a coordenação da Universidade de Brasília, por meio da colaboração de membros do Fórum Goiano, professores da FE/UFG, bolsistas de extensão e iniciação científica, mestrandos e doutorandos do PPGE/FE/UFG, que ao longo destes anos procuraram mantê-lo ativo e atualizado em sua missão de ser um centro irradiador de informações, organização política, formação e conhecimentos sobre a EJA no Brasil e no estado de Goiás.

A participação do Fórum Goiano de EJA no atual processo de reformulação e reestruturação do Portal Nacional e do Portal local tem sido uma experiência desafiadora e enriquecedora, uma ação política e pedagógica estratégica cujo objetivo é fortalecer os processos de comunicação, mobilização e salvaguarda da memória das lutas e conquistas pelo direito à EJA no Brasil e no nosso caso, em Goiás. A iniciativa foi motivada pela necessidade de adequar a plataforma às demandas tecnológicas, políticas e científicas contemporâneas, ampliando a pos-

sibilidade de que o portal chegue cada vez mais junto aos docentes, pesquisadores e estudantes sujeitos da EJA, em concordância com os princípios que regem os Fóruns de EJA em âmbito nacional: gestão democrática, educação popular, participação social e valorização dos saberes populares e acadêmicos.

O antigo portal, no entanto, apresentava diversas limitações em termos de navegabilidade, organização de conteúdos e acessibilidade, dificultando o acesso aos materiais disponíveis, especialmente para aqueles que não acompanhavam regularmente as atualizações da plataforma. A estrutura do portal não possuía filtros adequados de busca e categorização, o que comprometia sua eficácia como ferramenta de pesquisa e formação.

Uma das etapas centrais desse processo consistiu na seleção, download e catalogação de aproximadamente 600 arquivos multimídia presentes no portal anterior. Esses arquivos contemplavam uma ampla variedade de conteúdos, como recursos pedagógicos, artigos acadêmicos, registros audiovisuais, legislações e documentos institucionais relacionados à EJA. A catalogação foi realizada por meio de uma planilha sistematizadora.

Com a migração desses conteúdos para a nova plataforma, agora estruturada em WordPress, cada arquivo foi incorporado de forma individual, respeitando uma taxonomia padronizada, que permitiu mapear e classificar os documentos a partir de metadados essenciais, como título, autor, ano de publicação, assunto, tipo de material e local de origem, garantindo a organização eficiente e a busca facilitada pelos usuários. A curadoria dos metadados mostrou-se uma tarefa detalhada e rigorosa, exigindo atenção especial para evitar a criação de categorias redundantes, que poderiam comprometer a lógica organizacional do novo repositório digital. Mesmo diante da natureza mecânica e cansativa da atividade, o trabalho foi concluído com êxito ao longo de alguns meses, resultando em uma biblioteca digital coesa, acessível e alinhada aos princípios da gestão da informação.

O portal reformulado amplia significativamente a visibilidade das ações do Fórum Goiano de EJA e fortalece seu papel como instância articuladora e mobilizadora em defesa de uma educação pública, gratuita, democrática e com qualidade social. Mais do que um simples espaço virtual, a nova plataforma configura-se como um ambiente político-pedagógico vivo, construído coletivamente, que expressa a trajetória de resistência, luta e compromisso com o direito à educação ao longo da vida para jovens, adultos e idosos em Goiás.

A nova configuração do Portal amplia sua potência como ferramenta de mobilização, formação e preservação da memória da EJA, tornando-se um espaço acessível, dinâmico e conectado às necessidades contemporâneas dos sujeitos da educação popular. Ao sistematizar e democratizar o acesso a acervos históricos, materiais pedagógicos e produções acadêmicas, o Portal não apenas fortalece a atuação dos educadores, mas também contribui para a visibilidade e valorização da EJA como modalidade essencial à construção de uma sociedade mais justa, crítica e igualitária.

Ainda que desafios persistam, sobretudo no que diz respeito à finalização da migração de conteúdos e à manutenção contínua da plataforma, os avanços já alcançados evidenciam a potência do trabalho coletivo e da resistência ativa em defesa da educação pública de qualidade. O Portal do Fórum Goiano de EJA reafirma, assim, seu papel como um território de luta, memória e esperança.

Geovana Gomes

Licenciada em Ciências Biológicas pela UFG, professora da
Escola Geração Vencedora, membro do Centro Memória Viva
Goiás e do Fórum Goiano de EJA

Sandra Valéria Limonta

Professora da Faculdade de Educação da UFG, membro do
Centro Memória Viva Goiás, representante da UFG no Fórum
Goiano de EJA



O Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi criado em 2002 e, como os demais Fóruns do país, surgiu como espaço democrático e plural, reunindo instituições públicas, ONGs, movimentos sociais, sindicatos e universidades, com o objetivo de promover a defesa e a valorização da EJA e de acompanhar políticas públicas em âmbito municipal, estadual e nacional. Por meio de mídias digitais e de encontros periódicos, presenciais e virtuais no âmbito do estado, e da participação em encontros regionais (Erejas) e nacionais (Enejas) propõe e participa de discussões de temas relevantes à Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

A atuação do Fórum Paranaense tem influenciado em políticas públicas, incidindo, em âmbito estadual e municipal, em proposições à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED- PR), ao Conselho Estadual de Educação (CEE-PR), ao Ministério Público do Estado (MPE- PR), à Comissão de Educação da Alep e na criação do Plano Estadual de Educação do Paraná, não só elaborando documentos, mas também atuando, de acordo com as possibilidades do período, na mobilização de segmentos que atuam na EJA direta e indiretamente. Em âmbito nacional, o Fórum tem participado da construção da política nacional de EJA, através da participação nas Conaes, na CNAEJA/Secad, na DPAEJA e em audiências no CNE, no Congresso Nacional, bem como nos processos de formação de quadros da EJA.

O Fórum Paranaense tem também parceria com o movimento sindical, colaborando na escrita de documentos elaborados por sin-

dicatos da educação como, por exemplo, na conferência de educação da APP-Sindicato, instância que organiza o posicionamento e atuação dos(as) trabalhadores(as) da educação básica na realização da política de EJA no estado e em muitos municípios. Essa colaboração acontece de forma propositiva também nas instituições de ensino superior na formação inicial, inclusive incidindo sobre o currículo na temática EJA e na formação continuada, estabelecendo parcerias e articulações em relação às demandas formativas em EJA e nas atividades de extensão dirigidas a sujeitos e organizações interessados em refletir e atuar na oferta pública de qualidade na/da modalidade EJA, seja na educação básica, seja no ensino superior e na educação não escolar, quando identificado, sempre no viés da educação popular.

Como um movimento social que faz as lutas por uma EJA de qualidade socialmente referenciada, O Fórum Paranaense, ao longo de sua atuação, tem buscado se aproximar de estudantes, professores/as e outros profissionais da educação, compartilhando informações, divulgando notícias e eventos e fazendo a formação por meio de tecnologias e ambientes digitais, utilizando para esse fim o Instagram, o Facebook, o Whats app e o Portal dos Fóruns de EJA, disponibilizando conteúdos que promovam discussões e reflexões sobre a Educação de Jovens, Adultos e Idosos no estado e no país.

O Portal do Fórum Paranaense de EJA, criado em 2006, é um espaço em que se tem buscado disponibilizar conteúdo e registrar a memória coletiva da EJA no Paraná, associando-a ao contexto da educação no país. Inicialmente desenvolvido em Drupal, uma plataforma popular para a criação de websites de conteúdo, o Portal destacou-se pela gestão colaborativa e pela interatividade que oferecia à época de sua criação. Mas, com o tempo, as limitações técnicas desse tipo de plataforma e o fato de ser menos intuitiva e mais restrita, já que requeria conhecimento prévio para edição, comprometeram a experiência de uma parte dos usuários. Mesmo sendo flexível e permitindo inserção de mídia, o que é visto por seus usuários como aspecto bastante positivo, apresentava limitações em usabilidade e visualização direta, se

comparada com as possibilidades que a plataforma Wordpress/Tainacan apresenta no novo Portal. Nesse aspecto, a plataforma anterior oferecia menor incentivo à interação com o público, com foco mais institucional e técnico, sendo mais voltada a desenvolvedores. Tinha capacidade de arquivamento de conteúdo, mas dispunha de menos recursos dedicados à interatividade, à curadoria e à memória cultural.

O espaço do Paraná no Portal dos Fóruns de EJA do Brasil sempre foi tido como locus estratégico para dar visibilidade às ações realizadas, como também oportunidade para manifestar sua concepção da oferta pública de qualidade, além de tornar público posicionamentos de período, fazer o registro histórico e acomodar material multimídia, o que contribuiu no processo organizativo e formativo do movimento. Porém, o portal web veio num tempo em que também ganhavam força e visibilidade os aplicativos de mensagens e as redes sociais, os quais se caracterizam pela fluidez de conteúdos e pela rapidez da circulação de informações, o que fez com que o portal não conseguisse ter alcance proporcional ao processo organizativo, mesmo sempre tendo sido um instrumento de atuação do Fórum Paranaense.

Considerando as mudanças trazidas pelo avanço da tecnologia e das mídias sociais e as limitações colocadas pelo ambiente em que o Portal estava alojado, foi necessário que se pensasse nacionalmente no desenvolvimento de um novo Portal. Do pensamento para a ação, realizou-se um encontro em Brasília em que foi apresentada aos Fóruns de EJA do Brasil a plataforma do Wordpress, somada ao Tainacan, software livre que permite criar repositórios de acervos digitais. Essa associação se propõe a oferecer uma interface mais moderna e intuitiva, com a navegação facilitada e acessível a diferentes perfis de usuários. A gestão de conteúdo, utilizando taxonomias, filtros e metadados, tem o intuito de facilitar as buscas e dinamizar o processo. Para quem estava habituado(a) a lidar com a inserção de conteúdo no ambiente antigo, pode acontecer certo estranhamento e uma confusão inicial até que se entendam as lógicas e os mecanismos da nova plataforma. Toda mudança exige que se tenha uma

postura de abertura, disponibilidade para aprender e um tempo em que se possam exercitar os novos conhecimentos, além de formação e acompanhamento técnico para que a proposição seja efetivada a contento. Apesar das dificuldades iniciais no trabalho de mudança de arquivos da plataforma antiga para a nova e da criação ou inserção de novos conteúdos no Portal, acreditamos que essas dificuldades serão sanadas à medida que continuarmos a ter o processo de formação e o acompanhamento técnico necessário para nos familiarizarmos com a plataforma Wordpress/Tainacan e suas ferramentas e possibilidades. A fluidez e a capacidade de interação que esse novo ambiente oferece, entendidas como uma necessidade nos processos comunicativos da atualidade, materializam-se no novo Portal pela integração entre multimídia, vídeos e documentos, que são exibidos de forma interativa, e pela possibilidade de inserção de comentários que estimulam a colaboração e contribuições que ampliarão o acervo cultural e patrimonial da EJA no estado e no país.

Os avanços tecnológicos da atualidade exigem ambientes mais fluídos e interativos, com navegação facilitada e que estimulem usuários(as) a buscarem conteúdos que sejam relevantes. O novo Portal contribui para isso e funciona como um mecanismo que mantém viva a interação com estudantes e profissionais da EJA, bem como com diferentes instituições. Além desse aspecto, funciona como um espaço de preservação da memória da Educação de Jovens, Adultos e Idosos em cada um dos estados, e pode contribuir na construção de um país que reconheça a educação como direito e que promova políticas públicas educacionais que contemplem pessoas que, pelas suas condições sociais e trajetos de vida, tiveram esse direito negado. O Portal dos Fóruns de EJA, e aqui incluímos o do Fórum Paranaense, é um dos espaços em que se pode contribuir para essa luta.

Elza de Fátima Dissenha Costa
Fórum Paranaense de EJA

É fundamental contextualizar os relatos destes fóruns estaduais porque eles constituem a base para uma análise da transformação ocorrida no Portal. Provenientes de diferentes regiões, esses relatos oferecem uma visão coletiva dos desafios, conquistas e impactos da migração do sistema antigo para a nova plataforma. Cada depoimento destaca experiências que vão desde as dificuldades técnicas enfrentadas na era do Drupal até os ganhos decorrentes da implementação do WordPress e Tainacan, refletindo, igualmente, as dimensões políticas e sociais dessa mudança.

Partindo dessa coletânea de experiências e dados empíricos, o quadro comparativo a seguir sintetiza as principais diferenças entre o Portal antigo e a nova versão, considerando não apenas aspectos técnicos, mas também os impactos na mobilização, na gestão coletiva e na articulação dos saberes. Essa análise integrada, apoiada pelos relatos dos fóruns, reforça a importância de uma transformação que valorize tanto a inovação tecnológica quanto o fortalecimento do movimento em defesa da EJA.

Quadro 7.1 – Comparativo entre o Portal antigo e o Portal novo

Aspecto	Portal antigo (Drupal)	Novo portal (WordPress/Tainacan)
Acessibilidade e navegação	Interface considerada menos intuitiva e pouco responsiva.	Navegação fluida, responsiva e com usabilidade adaptada para diferentes perfis de usuários.
Gestão de conteúdo	Demandava conhecimento técnico elevado para alimentação e atualização do site.	Sistema simplificado, com maior autonomia para educadores e bolsistas atualizarem conteúdos.
Integração de mídias	Limitada à inserção de textos e documentos simples.	Suporte aprimorado para vídeos, áudios, imagens e links interativos.
Preservação da memória	Acervo consistente, mas com uma estrutura técnica que dificultava a recuperação da informação.	Organização do acervo em coleções, com metadados e um sistema de busca eficiente.
Mobilização política	Facilitava o registro de denúncias e ações, mas com pouca visibilidade e alcance.	Amplia a visibilidade das lutas e articulações, reforçando o poder de mobilização especialmente por meio da integração com as redes sociais.
Formação e compartilhamento	Ferramenta útil, mas com limitações ao compartilhamento em rede.	Incentiva ações formativas, oficinas e trocas entre fóruns estaduais.
Sustentação técnica	Dependência de bolsistas e técnicos com expertise em Drupal.	Maior estabilidade, com menor curva de aprendizagem e suporte contínuo em software livre.
Exemplos locais	Paraná utilizava o Portal como espaço de registro; Piauí deixou de usar após o fim de bolsas; Goiás mantinha via CMV.	Paraná retoma atualizações com mais autonomia; Piauí planeja reativar uso; Goiás digitalizou mais de 600 itens.

Fonte: elaborado pelos autores.

Avanços em acessos e interações: uma leitura qualitativa dos nossos resultados

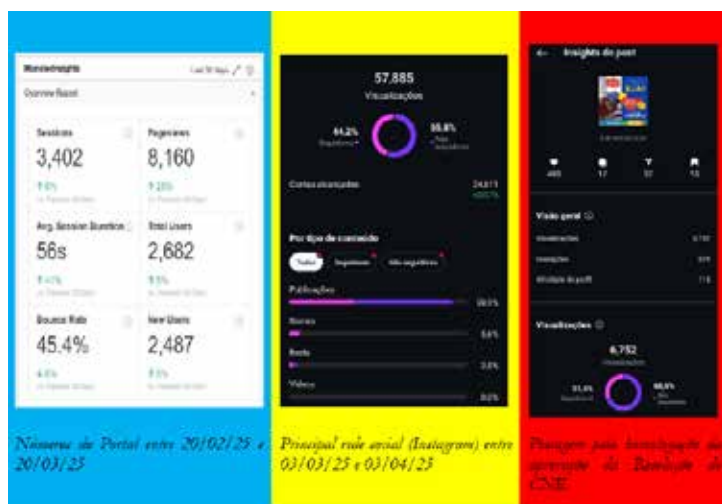
Os dados apresentados a seguir reafirmam a eficácia da estratégia adotada com o lançamento do novo Portal e a intensificação das ações nas redes sociais. O crescimento expressivo no número de acessos e interações reflete não apenas o alcance ampliado da nossa comunicação, mas também o fortalecimento do vínculo com os nossos sujeitos da EJA.

Como se pode observar, o novo Portal apresenta um salto qualitativo significativo. O aumento de usuários únicos e sessões demonstra maior interesse e mobilização do nosso conteúdo. Assim, a navegação mais fluida, o design responsivo e a curadoria (memória viva) de informações relevantes contribuíram para tornar o Portal um canal mais acessível, atrativo e funcional.

Já nas redes sociais, os indicadores revelam uma audiência engajada e em expansão. O crescimento do número de seguidores, curtidas, comentários e compartilhamentos é resultado de uma produção de conteúdo mais alinhada com os interesses e necessidades dos Fóruns. A linguagem visual e textual passou a dialogar melhor com os diversos perfis e sujeitos, favorecendo a identificação, o engajamento e o sentimento de pertencimento.

Mais acessos, mais encontros, mais movimento!

Figuras 7.5, 7.6 e 7.7 – Estatísticas de acessos ao portal e às redes do Fórum EJA



Fonte: elaboradas pelos autores.

Esse avanço não é apenas quantitativo, mas revela uma transformação qualitativa nas formas de interação e na experiência digital proporcionada. Estamos falando de um ecossistema de comunicação mais moderno, acessível e focado nas lutas reais, que amplia a visibilidade das nossas ações e impulsiona a missão do nosso movimento.

Por fim, mais do que números, esse engajamento revela potência de mobilização. Um exemplo emblemático foi a articulação em torno da *homologação da Resolução no Conselho Nacional de Educação*. A ampla circulação de informações, os conteúdos produzidos pela Coordenação e o envolvimento direto de toda nossa rede contribuíram para sensibilizar diferentes setores da sociedade. Essa mobilização digital, fortalecida pela estratégia coletiva de comunicação, ampliou a pressão pública e foi fundamental para que o Ministério da Educação reconhecesse a legitimidade da pauta e homologasse a resolução do CNE. Assim, os resultados da campanha reafirmam o poder da comunicação como ferramenta de ação política e transformação social.

A recente Resolução CNE/CEB n. 3, de 8 de abril de 2025, que prioriza a oferta presencial na EJA, reforça a necessidade de práticas educativas que valorizem a interação direta entre educadores e educandos. Essa diretriz se contrapõe à tendência de cursos a distância que, muitas vezes, reduzem a educação a uma simples emissão de certificados, desconsiderando o processo formativo integral. Nesse contexto, o letramento digital deve desenvolver não apenas a habilidade de utilizar ferramentas tecnológicas, mas também a capacidade de compreender, criticar e produzir conteúdos digitais de forma autônoma e significativa. A presencialidade, portanto, não exclui o uso das tecnologias, mas as integra de maneira crítica e contextualizada, promovendo uma educação que reconhece e valoriza as trajetórias de vida dos sujeitos da EJA.

A modernização do Portal dos Fóruns de EJA ultrapassa o campo técnico e se alinha aos princípios da pedagogia crítica e da ação política transformadora. As mudanças promovidas evidenciam como a tecnologia pode ser integrada à mobilização popular e à educação emancipadora, estabelecendo um diálogo construtivo entre práticas sociais e ambientes digitais.

Hoje, a EJA acontece muito além das salas de aula: vive nas conversas virtuais, nas trocas de arquivos e nos encontros presenciais e online. Assim, o Portal assume o papel de conectar quem está espalhado pelo Brasil e serve de ponto de partida para que cada um traga sua experiência e luta. Nesse

sentido, é mais do que um site, é um espaço de colaboração, onde tecnologia e prática social se encontram para reforçar a educação como direito.

A pedagogia crítica e o legado de Paulo Freire

Paulo Freire (1996) defendia uma educação dialógica, libertadora e centrada na práxis, na qual educadores e educandos constroem conhecimento de forma coletiva. Esses princípios se refletem no Portal, que convida todos os participantes – educadores, alunos e gestores – a participar ativamente da construção de saberes. Além disso, ao registrar lutas, práticas e desafios enfrentados ao longo dos anos, o Portal atua como instrumento de preservação da memória coletiva e da identidade da EJA.

Freire também abordou a relação entre tecnologia e educação, enfatizando a importância de uma compreensão crítica das tecnologias. Para o autor, a educação deve encarar a tecnologia como uma intervenção humana e política que, quando utilizada de forma consciente, pode expandir a capacidade crítica e criativa dos estudantes que estejam a serviço da humanização e da libertação dos oprimidos.

Nesse sentido, o Portal não é apenas uma ferramenta digital, mas um espaço que materializa a pedagogia freireana promovendo o diálogo, a participação ativa e a construção coletiva do conhecimento. Ao integrar tecnologias digitais de forma crítica e consciente, o Portal fortalece a mobilização social e a luta por uma educação emancipadora.

Redes sociais e a sociedade em rede

Manuel Castells (2002) destaca que, por sua capacidade de comunicação horizontal e articulação de movimentos coletivos, as redes digitais são ferramentas potentes de transformação social. Nesse sentido, ao facilitar conexões entre os diferentes atores da EJA e integrar os fóruns estaduais, a nova versão do Portal cumpre um papel estratégico de promoção de trocas de experiências e fortalecimento de redes de solidariedade. Além disso, ao dar visibilidade a denúncias, relatos e propostas, o Portal se transforma em um canal de cobrança e pressão popular por políticas públicas mais eficazes.

Castells (2015) argumenta que a comunicação em rede atua na revitalização democrática ao possibilitar a organização autônoma da sociedade civil e o

exercício de contrapoder perante as instituições. No contexto dos Fóruns de EJA, essa dinâmica reflete-se no uso do Portal como dispositivo de articulação e mobilização. A plataforma integra as instâncias estaduais e sistematiza o intercâmbio de experiências, o que operacionaliza redes de apoio e cooperação entre os fóruns. Dessa forma, o Portal funciona como um mecanismo de comunicação horizontal que, ao subsidiar a ação coletiva digital, alinha-se à perspectiva teórica de Castells sobre a influência das redes na esfera pública.

A complexidade da educação

Autores como Edgar Morin (2002), Maria Luiza Pinho Pereira (2016) e Maria Margarida Machado (2008) enfatizam que os processos educativos são, por natureza, complexos e interdisciplinares, envolvendo múltiplas dimensões do saber. Essa perspectiva integral é parte fundamental da proposta do Portal, que adota uma abordagem holística ao integrar aspectos técnicos, políticos e afetivos para oferecer uma experiência de aprendizagem ampla e significativa. Ao reunir conteúdos que vão desde documentos acadêmicos até relatos populares, o Portal reforça a valorização dos saberes diversos e a necessidade de uma construção coletiva do conhecimento, elemento essencial para a emancipação dos sujeitos e para a transformação social. Essa complexidade, evidenciada na prática, não apenas amplia o acesso à informação, mas também estimula um processo educativo que rompe com os paradigmas reducionistas, abrindo caminho para uma educação verdadeiramente democrática e libertadora.

Desafios, perspectivas futuras e recomendações

Mesmo diante dos avanços conquistados com a modernização da plataforma dos Fóruns de EJA, persistem desafios estruturais que refletem as desigualdades históricas enfrentadas por educadores, educandos e militantes da educação de jovens e adultos. A necessidade de formação contínua dos sujeitos envolvidos na gestão e no uso da ferramenta digital revela não apenas uma demanda técnica, mas uma urgência política: garantir que todos, independentemente de sua origem social ou territorial, tenham condições reais de participar ativamente desse espaço coletivo. A apropriação crítica da tecnologia, nesse sentido, não pode ser privilégio de poucos, mas um direito de todos os que constroem a EJA cotidianamente.

A sustentabilidade técnica e financeira da plataforma também é uma preocupação central. A manutenção de sistemas livres, atualizados e responsivos exige planejamento de longo prazo e o fortalecimento de alianças institucionais que permitam que a continuidade do projeto não dependa exclusivamente de editais ou recursos esporádicos. Essa sustentabilidade precisa ser compreendida como parte da própria luta política em defesa da EJA, mobilizando os fóruns, poder público, universidades, entidades parceiras e a sociedade civil para garantir que a tecnologia continue a serviço da emancipação, e não da exclusão.

Outro desafio crucial é a inclusão digital efetiva. Em um país marcado por profundas desigualdades regionais, raciais e econômicas, não basta dispor de uma plataforma moderna se grande parte da população ainda encontra barreiras materiais para acessar e interagir com os conteúdos disponíveis. A exclusão digital é, em última instância, uma negação do direito à voz, à memória e à ação política, e por isso deve ser enfrentada como parte da agenda da justiça social.

Nesse contexto, é fundamental ampliar as estratégias de formação política e técnica. A realização de oficinas, seminários e cursos regionais deve articular o uso das ferramentas digitais à reflexão crítica sobre sua função na luta por direitos. O fortalecimento de uma cultura colaborativa e horizontal, onde a autonomia dos fóruns estaduais seja respeitada e incentivada, pode consolidar a plataforma como um território virtual de resistência e construção coletiva do conhecimento.

Também é necessário estabelecer um sistema permanente de monitoramento e avaliação dos indicadores de participação, visibilidade e impacto político do Portal. Essa prática não apenas qualifica a gestão, mas alimenta os fóruns com dados que subsidiam suas reivindicações diante dos poderes públicos, fortalecendo o caráter propositivo e combativo da plataforma.

Por fim, também é preciso ampliar e efetivar as redes de colaboração interinstitucional. A aproximação com universidades públicas, escolas, sindicatos, coletivos populares, pesquisadores e movimentos sociais pode potencializar a produção de conteúdo, gerar apoio técnico e ampliar o alcance político do Portal. Essa articulação é essencial para consolidar o Portal como um instrumento estratégico na luta pela efetivação da EJA como política

pública permanente, comprometida com a transformação social e a superação das desigualdades que ainda marcam a realidade brasileira.

Considerações finais

Ao concluir este capítulo, fica claro que o principal saldo das mudanças operadas no Portal não foram as novas linhas de código, mas a forma como a ferramenta aproxima pessoas e organizações na luta pela EJA. Cada fórum estadual que participa ativamente, cada educador que publica um texto ou cada estudante que acessa um material mostra que a plataforma cumpre seu papel político. A tecnologia, neste caso, é uma ferramenta de empoderamento e de construção coletiva de soluções.

A trajetória do Portal dos Fóruns de EJA é um testemunho da potência que emerge quando tecnologia, mobilização social e educação emancipadora se entrelaçam. A migração do sistema Drupal para a nova plataforma, construída com WordPress e Tainacan e sustentada pelos princípios do *software* livre, vai além de uma modernização técnica: trata-se de um movimento político e pedagógico que fortalece a autonomia dos sujeitos da EJA e amplia a mobilização dos fóruns estaduais na luta por políticas públicas que garantam a educação como direito.

Ao registrar a evolução técnica e as experiências coletivas, este capítulo convida à reflexão sobre o papel da tecnologia na promoção de uma educação crítica, democrática e solidária. O legado do Portal dos Fóruns de EJA é justamente manter vivo o diálogo entre passado, presente e futuro, fazendo da memória e da ação coletiva instrumentos de transformação social e resistência às desigualdades.

Paulo Freire (2011) nos ensina que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Hoje, o mundo que precisamos ler pulsa em telas, algoritmos, redes sociais e plataformas digitais. Para os sujeitos da EJA – em sua maioria, cidadãos historicamente excluídos das tecnologias e do acesso à informação –, o letramento digital não é apenas uma habilidade técnica, mas uma ferramenta de emancipação. Ler o mundo, hoje, é decifrar *fake news*, navegar com criticidade, produzir conteúdos que expressem lutas e narrativas. É transformar o celular em megafone, a rede em rede de apoio, o clique em ato político. Por isso, é urgente que os fóruns de EJA, educadores e movimentos populares assumam o compromisso de construir práticas pedagógicas que

integrem o digital como território de disputa, criação e pertencimento. Não se trata de somente se adaptar ao mundo virtual, mas de ocupá-lo com intencionalidade, garantindo que cada sujeito da EJA possa, além de acessar, também reescrever esse mundo com sua própria voz. Porque, como diria Freire, ler o mundo é o primeiro passo para transformá-lo.

O compromisso com a EJA se expressa, assim, no fortalecimento de espaços como o Portal dos Fóruns, que não apenas acolhe as vozes dos educadores e educandos, mas também impulsiona sua articulação em rede. Essa plataforma, tecnicamente renovada e politicamente engajada, é hoje um espaço de luta viva pela EJA emancipadora.

Convidamos, por fim, todos os participantes dos Fóruns Estaduais a seguirem alimentando esse espaço com suas vivências, propostas e lutas. Que o Portal siga sendo um espaço de escuta, construção coletiva e mobilização onde a tecnologia, colocada a serviço do bem comum, contribua para uma educação transformadora e verdadeiramente democrática.

Referências

- BOMFIM, Manoel de Oliveira; FERREIRA, Nilce de Souza; RODRIGUES, Maria do Socorro. O Portal dos Fóruns de EJA do Brasil: um instrumento de articulação e formação. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 4., 2012, Brasília. Anais... Brasília: Fórum EJA, 2012.
- CASTELLS, Manuel. A comunicação em rede está revitalizando a democracia. [Entrevista concedida a] Malu Fontes. Fronteiras do Pensamento, 11 mai. 2015. Disponível em: <https://www.frenteiras.com/leia/exibir/manuel-castells-a-comunicacao-em-rede-esta-revitalizando-a-democracia>. Acesso em: 9 jun. 2025
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 19. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FREE SOFTWARE FOUNDATION. *About free software*. Disponível em: <https://www.fsf.org/about/>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'Água, 1995.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MACHADO, Maria Margarida. "A construção da identidade na educação popular: desafios e perspectivas." *Educação e Sociedade*, v. 38, n. 3, p. 789-812, 2008.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação*. São Paulo: Cortez, 2002.

- PEREIRA, Maria Luiza Pinho. “Educação de jovens e adultos: entre práticas e políticas públicas.” *Revista Educação & Sociedade*, v. 10, n. 19, p. 45-66, 2016.
- PORTAL DOS FÓRUNS DE EJA DO BRASIL. Disponível em: <https://forumeja.org.br>. Acesso em: 25 de mar. 2025.
- PORTAL MEMÓRIA DOS FÓRUNS DE EJA. Disponível em: <http://memoria.forumeja.org.br>. Acesso em: 26 de mar. 2025.
- STONE, David; RAYMOND, Eric S. *The cathedral and the bazaar: musings on Linux and open source by an accidental revolutionary*. Sebastopol: O’Reilly Media, 1999.
- VITOR, Sérgio Ricardo. *Software livre, mais presente do que nunca: Eixo 02 – Educação a Distância, Formação, Currículo, Avaliação e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II; NUMILI, 2018.

Tecnologia social na educação popular: a ação e transformação do Portal dos Fóruns de EJA

MICHELLI COSTA, ANA FLAVIA LUCAS DE FARIA KAMA,
DALTON LOPES MARTINS E RODRIGO FREIRE DE OLIVEIRA

Tecnologia social e o *software* livre Tainacan

O uso de tecnologia e do ambiente web é uma realidade para a organização, potencialização e execução das ações dos Fóruns de EJA do Brasil. Nesse contexto, é importante entender o papel de preceitos da ciência aberta e do uso de tecnologias sociais (TS) voltadas às dinâmicas de movimentos sociais nas esferas nacional e internacional.

As TS emergem como uma alternativa às Tecnologias Convencionais (TC), priorizando soluções voltadas para a inclusão social e a melhoria das condições de vida das populações marginalizadas. Diferentemente das TC, cujo desenvolvimento e domínio estão concentrados em grandes corporações e grupos restritos, as TS são concebidas de maneira participativa, em uma interação direta com as comunidades que permite sua apropriação e replicação. Essa abordagem busca ressignificar o conceito de tecnologia ao associá-lo à democratização do conhecimento e ao empoderamento das coletividades, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável (André; Oliveira-Melo, 2024).

A noção de TS está intrinsecamente ligada à Economia Solidária (ES), pois esse tipo de tecnologia visa criar alternativas que rompam com a lógica do lucro e da exploração do trabalho assalariado. Em vez de se restringirem à geração de empregos, as TS propõem formas inovadoras de organização do trabalho, possibilitando maior autonomia e distribuição justa da renda

(Dagnino, 2014). Corroborando com André e Oliveira-Melo (2024), essa perspectiva se contrapõe ao modelo tradicional das TC que, ao estarem orientadas para a maximização dos lucros e a concentração do poder econômico, frequentemente reforçam desigualdades (Dias; Dagnino, 2007).

Além disso, as TS são impulsionadas pela necessidade de reconfigurar a maneira como as tecnologias são concebidas e implementadas na sociedade. Enquanto as TC seguem um modelo predominantemente hierárquico e de controle centralizado, as TS exploram o potencial das redes e das interações sociais, favorecendo a colaboração e a cocriação. A crescente digitalização e o uso de plataformas online ampliam as possibilidades de articulação e engajamento em torno das TS, tornando-as ferramentas poderosas para fortalecer movimentos sociais e práticas coletivas (Bateman; Gray; Butler, 2011; Bennett; Segerberg, 2011). Essa relação entre tecnologia e participação ativa reforça a importância das TS na construção de soluções que não apenas respondem a desafios sociais, mas também promovem transformações estruturais nas formas de organização econômica e política da sociedade.

Outro aspecto essencial das TS é sua capacidade de se adaptar às realidades locais, assegurando que suas soluções sejam tanto acessíveis quanto sustentáveis. Esse princípio exige a modificação das TC para que reflitam valores e necessidades diversas, em vez de atenderem exclusivamente aos interesses de grandes corporações (Dagnino, 2014). Dessa forma, assim como no caso da Ciência Aberta, as TS se destacam por sua flexibilidade e potencial de replicação, permitindo que diferentes comunidades desenvolvam soluções autônomas e resilientes frente aos desafios sociais e econômicos contemporâneos.

Assim, o uso de TS pode ser integrado à perspectiva da Ciência Aberta, que promove a disponibilização livre e gratuita de resultados de pesquisa (acesso aberto), a disseminação da cultura livre digital por meio de plataformas digitais colaborativas e o desenvolvimento de ferramentas e materiais científicos abertos. Isso inclui, mais especificamente, *softwares*, *hardwares*, insumos, padrões, códigos, metodologias e instrumentos de pesquisa acessíveis e livres (Albagli; Clinio; Raychtock, 2014). A produção, distribuição e uso de *softwares* livres colaboram para a expansão e democratização do conhecimento e de sua comunicação, tanto em termos sociais quanto científicos. Da mesma maneira como as TS se diferenciam das TC em aspectos

sociais e tecnológicos, os *softwares* livres enfrentam a oposição de grupos contrários ao deslocamento de poder que essas ferramentas podem promover, muito embora as comunidades que os apoiam e os mantêm sejam verdadeiros celeiros de resistência e desenvolvimento tecnológico de alta ponta.

A relação entre tecnologias sociais e ciência aberta reforça a importância do desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que não apenas atendam às necessidades das comunidades, mas também promovam a democratização do conhecimento. Nesse sentido, o *software* livre Tainacan emerge como um exemplo significativo de TS aplicada ao campo da organização da informação e da memória coletiva. Criado para facilitar a difusão e interoperabilidade de acervos digitais, o sistema responde diretamente à necessidade de oferecer uma solução acessível e adaptada à realidade das instituições culturais e sociais brasileiras (Martins; Martins, 2020). Seu desenvolvimento se baseia em princípios da cultura digital, garantindo que o conhecimento armazenado e compartilhado em repositórios digitais possa ser apropriado e reutilizado pelas comunidades interessadas.

No contexto dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil, o Tainacan desempenha um papel essencial na construção de uma memória coletiva e na valorização da luta histórica pela educação popular. Os Fóruns de EJA são espaços de articulação política e produção de conhecimento, nos quais diferentes segmentos da sociedade – ONGs, universidades e institutos federais, sindicatos, estudantes, educadores, professores, orientadores, movimentos sociais populares, gestores públicos e sistemas “S” – compartilham experiências, documentos e reflexões sobre políticas educacionais (Pereira; Cunha; Neves, 2021).¹

A implementação do Tainacan como ferramenta de organização e disseminação dos acervos dos Fóruns fortalece a circulação de informações e permite que esses registros históricos sejam preservados e acessíveis para consulta e pesquisa. Assim, a plataforma atua como um instrumento de resistência e fortalecimento da EJA, contribuindo para a manutenção da memória dos movimentos sociais e sua articulação em rede.

¹ O Sistema S é composto por um conjunto de instituições paraestatais: Senai/Sesi, Senac/Sesc, Senar, Senat/Sest, Sebrae e SESCOOP.

A escolha do Tainacan como solução tecnológica para os Fóruns de EJA reflete um alinhamento com os princípios das tecnologias sociais, pois sua concepção se dá a partir da interação com as necessidades reais das comunidades envolvidas. Seu caráter de *software* livre assegura que os Fóruns possam gerenciar seus próprios repositórios digitais sem depender de soluções proprietárias ou de alto custo, permitindo maior autonomia na gestão da informação. Além disso, ao promover a interoperabilidade dos acervos, o Tainacan possibilita o compartilhamento de dados entre diferentes instituições e redes de pesquisa, ampliando o impacto social do conhecimento produzido no âmbito dos Fóruns. Dessa maneira, ao garantir que os registros da luta pela educação popular estejam disponíveis para consulta pública e possam ser reutilizados em novos contextos de pesquisa e mobilização social (Martins; Martins, 2020), a plataforma se insere em uma perspectiva de ciência aberta e cultura digital.

Ao atuar como um catalisador da cultura digital nos Fóruns de EJA, o Tainacan demonstra como a apropriação de TS pode potencializar a organização de movimentos sociais e fortalecer a produção colaborativa do conhecimento. A digitalização e sistematização dos acervos não apenas facilitam a preservação da memória dos Fóruns, mas também ampliam sua visibilidade e capacidade de mobilização. Dessa forma, o Tainacan exemplifica como uma solução tecnológica baseada em princípios de acesso aberto e *software* livre pode atender a demandas concretas de movimentos sociais, assegurando que o conhecimento gerado coletivamente continue sendo um bem público acessível a todos.

Por se tratar de um instrumento de fortalecimento da luta dos Fóruns de EJA, o Portal se consolidou como uma estratégia essencial que reúne, organiza e dissemina conteúdos de interesse coletivo. Trata-se de uma tecnologia social alinhada aos interesses dos Fóruns e resultante de sua atuação política. Enquanto ação coletiva, o Portal está inserido em seu contexto histórico e é desenvolvido de acordo com as possibilidades socio-técnicas de cada período. Assim, suas transformações não refletem apenas avanços tecnológicos, mas também o amadurecimento da coletividade. Na sequência, relatamos e refletimos sobre as transformações operadas no Portal a partir dos anos 2020.

Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil

Historicamente, as iniciativas de educação popular (incluindo a EJA) acompanharam a formação do Brasil. Nesse sentido, a implementação do que hoje se entende como EJA é vista como um percurso plural, multicêntrico e de natureza heterogênea (Viegas; Moraes, 2017).

Entretanto, o histórico dessa modalidade de ensino não se construiu apenas sobre avanços. Ao longo de sua trajetória, diversos momentos colocaram em xeque a concretização bem-sucedida desse movimento. Ainda hoje, persiste o anseio por uma educação que, sendo humanizada, de qualidade, emancipadora, crítica e alinhada à realidade daqueles que dela se beneficiam, assegure o acesso e a permanência de jovens e adultos trabalhadores.

Em seu livro acerca do histórico de implementação dos portais online dos Fóruns Estaduais de EJA, Cunha (2017, p. 23) elabora um entendimento sobre o que seria a EJA. Segunda a autora, trata-se de

Uma modalidade de ensino na qual jovens, com quinze anos ou mais, adultos e idosos – inseridos no mundo do trabalho – não conseguiram concluir a educação básica na idade considerada apropriada. A definição dessa idade foi instituída pelo art. 38 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que inclui adolescentes, de 15 a 17 anos, entre os educandos da EJA TRABALHADORES.

Portanto, de acordo com a autora, a EJA tem como público trabalhadoras e trabalhadores que foram excluídos do sistema de ensino formal “por não disporem de condições socioeconômicas capazes de mantê-los em sala de aula” (Cunha, 2017, p. 23). Tal desigualdade na permanência dos estudos na idade correta decorre de uma série de desigualdades – social, econômica, capital cultural etc. – presentes desde as primeiras experiências alfabetizadoras deste país.

Partindo dos estudos de Strelhow (2012), Cunha (2017) e Viegas e Moraes (2017) e com o objetivo de compreender melhor as bases que levaram à atual estruturação da EJA, apresentamos a seguir um recorte dos marcos educacionais, em formato de linha do tempo, que a atravessam.

Dentre os marcos que compõem a história da EJA, analisaremos com maior detalhe os da década de 90 do século XX. Segundo Cunha (2017), o período representou uma continuidade da reconstrução e consolidação da democracia no Brasil, conformando um cenário em que a mobilização

social em torno da construção de políticas públicas para a educação passou a ser reconhecido e legitimado por diferentes entidades. Assim, foi naquele quadro de efervescência política e democrática que o coletivo do EJA Rio de Janeiro enxergou no universo virtual a possibilidade de novos arranjos e mudanças nas dinâmicas de sua organização. Em 1996, um ano antes da V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia), que ocorreria em Hamburgo, na Alemanha, surgiu o primeiro Fórum de EJA do Brasil. A criação deste fórum digital tinha como pano de fundo a necessidade de organização das reuniões estaduais, regionais e nacional preparatórios à V Confinteia, uma vez que:

os primeiros encontros confirmaram a desarticulação entre as esferas de poder federal, estadual e municipal, indicando, ainda, a falta de informações sobre aspectos pedagógicos, financeiros e legais e um profundo desejo, por parte dos participantes, de estruturar um espaço que possibilitasse a troca de experiências e a construção de parcerias, apesar das diferenças existentes de cunho político pedagógico. Gerido por instituições governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos e educadores que dele participam, o Fórum do RJ consolidou a plenário mensal como instância deliberativa e espaço de socialização de informações e de formação continuada, visando o fortalecimento dos profissionais para a luta em defesa do direito e da qualidade de atendimento na área da educação de jovens e adultos trabalhadores (Fóruns de EJA do Brasil, 2011, p. 1 *apud* Cunha, 2017, p. 31).

Figura 8.1 – Marcos no histórico da EJA no Brasil

Marcos no histórico da EJA no Brasil

1549	Jesuítas iniciam as primeiras práticas de educação de adultos no Brasil. Após sua expulsão, em 1759, o ensino entra em colapso e torna-se elitista, excluindo negros e indígenas.
1824	Primeira Constituição no Brasil Imperial: D. Pedro I garantiu "A Instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos" (Art. 179, XXXII)
1879-81	Reformas políticas ligam o analfabetismo à incapacidade. A exclusão do voto aos analfabetos, Lei Saraiva de 1881, institucionaliza o preconceito.
1891	Segunda Constituição no Brasil República. Nova Constituição não garante acesso à educação e mantém analfabetos fora da vida política.
1915	A Liga Brasileira contra o Analfabetismo busca combater a ignorância e integrar o analfabeto à produção nacional.
1921	Proposta de ensino supletivo e alfabetização em um ano, para conter o alto índice de analfabetismo.

1934	Constituição reconhece a educação como direito de todos e institui o primeiro Plano Nacional de Educação.
Déc. 1940	Educação de adultos vira política pública. Campanhas e órgãos como o Serviço de Educação de Adultos (SEA) e a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos são criados.
1952	Criação da Campanha de Educação Rural (CENER) para levar educação a populações rurais, ampliando o acesso fora dos centros urbanos.
1958	II Congresso Nacional de Educação de Adultos reúne educadores e lança a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), campanha nacional para alfabetizar adultos das camadas populares.
Déc. 1960	O início da déc. de 60 foi um dos períodos em que mais houve afinção entre os objetivos educacionais e as políticas governamentais. Foram anos marcados pela ascensão de diversas campanhas e movimentos de educação popular. Destacando-se: Movimento de Educação de Base (MEB); Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), diretamente organizado por Freire; Centro Popular de Cultura (CPC), associado a União Nacional dos Estudantes (UNE), Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Movimentos como Movimento de Educação de Base (MEB) e Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), organizado por Paulo Freire, e o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) do Minist. da Educação e Cultura (MEC) defendem uma educação popular e libertadora. Paulo Freire ganha destaque.
1964	Golpe militar desmonta projetos de educação, sobretudo da educação de jovens e adultos e criminaliza o método Paulo Freire. O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido e desmantelado, seus dirigentes, presos e os materiais apreendidos.
1967	Consolidação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Projeto infrutífero e preconceituoso do governo do General Costa e Silva, extinto em 1985 pelo então presidente José Sarney.
1988	A nova Constituição de 1988 prevê que TODAS as pessoas tenham acesso à educação.
Déc. 1990	Programas como o Movimento de Alfabetização (Mova) e o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania buscam reduzir o analfabetismo, com resultados limitados.
1996	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou LDB, oficializou a nomenclatura EJA nos documentos oficiais. Apesar disso, o Governo de Fernando Henrique Cardoso alterou o Art. 208 da Constituição de 1988, retirando a obrigação do Estado de oferecer Ensino Fundamental obrigatório e gratuito aos alunos que não o cursaram quando na idade própria, configurando um retrocesso no ensino de adultos. Primeiro site dos Fóruns EJA é lançado no estado do Rio de Janeiro, articulando reuniões estaduais, regionais e nacional preparatórias à V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA).
1997	A V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA). é realizada em Hamburgo, tendo como principal objetivo universalizar os propósitos gerais da educação de adultos. Brasil adere à Declaração de Hamburgo.
1998	Surge o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) é criado para alfabetizar assentados. Criação dos Fóruns EJA nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.
1999	Criação dos Fóruns EJA nos estados da Paraíba, São Paulo e Santa Catarina.
2000	CNE/CEB: A Câmara de Educação Básica (CEB) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovaram o Parecer CNE/CEB nº 1. Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA são aprovadas. Novo PNE estabelece metas educacionais. Criação do Fórum EJA do estado do Tocantins.
2001	Criação dos Fóruns EJA nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
2002	Criação dos Fóruns EJA nos estados do Paraná, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás e Alagoas.

2003	Lançamento do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), cujo objetivo era alfabetizar jovens e adultos de 15 anos ou mais que não puderam estudar na idade apropriada. Criação dos Fóruns EJA nos estados de Rondônia, Maranhão e Amazonas.
2004	Criação dos Fóruns EJA nos estados de Sergipe, Pernambuco, Piauí, Roraima e Acre.
2006	Criação do Fórum EJA do estado do Amapá.
2007	Criação do Fórum EJA do estado do Pará.
2009	VI CONFINTEA mobiliza lideranças brasileiras da EJA em ações coordenadas.
2010	A EJA tem participação discreta na Conferência Nacional de Educação (CONAE), mostrando baixa prioridade na agenda nacional.
2011-20	Novo PNE de 2010 prevê erradicação do analfabetismo e valorização da qualificação profissional para jovens e adultos.

Fonte: Strelhow (2012), Viegas e Moraes (2017) e Cunha (2017).

A etimologia da palavra “fórum”, do latim *fórum*, possui alguns significados segundo Cavalcante Neto (2020): espaço físico onde está localizado o poder judiciário, praça pública ou mesmo assembleia ou reunião cujo propósito é discutir um tema. Em um contexto contemporâneo, a palavra fórum usualmente se refere a um local virtual específico, um website, no qual participantes podem fazer comentários e debater acerca de um determinado tema. Conforme Cunha (2017, p. 29), “os fóruns são coletivos organizados, com base na dinâmica política territorial – municipal, estadual/distrital, regional e nacional – e representados por diferentes segmentos integrantes: educandos, educadores, movimentos populares, universidade, ONGs etc.”

Em sentido similar, Haddad (2009, p. 360) caracteriza os Fóruns de EJA como

grande espaço de articulação e participação do movimento de educação de jovens e adultos. Por sua natureza horizontal e pela participação crescente de uma diversidade de atores, públicos e privados, suas características passam a ser de 25 articulação para a formação, troca de informações e atualização sobre o campo da educação de jovens e adultos.

Através deste grande espaço de articulação em rede foi possível a organização dos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (Enejas). Os Enejas são um ambiente coletivo no qual, segundo Cunha (2017), os Fóruns de EJA do Brasil praticam a construção coletiva e o debate de propostas para uma pedagogia diferenciada, além da convivência com outras formas de se pensar, uma vez que o coletivo possui diferentes estruturas ao longo do país.

O primeiro Eneja foi realizado no Rio de Janeiro, em 1999, seguido por Campina Grande, na Paraíba, em 2000. O terceiro encontro ocorreu em São Paulo, em 2001; o quarto, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 2002; o quinto, em Cuiabá, Mato Grosso, em 2003; o sexto, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 2004; e o sétimo, em Brasília, em 2005. Ainda em 2005, aconteceu o oitavo encontro em Luziânia, Goiás. Em 2006, foi realizado o nono encontro em Recife, Pernambuco, seguido pelo décimo, em Faxinal do Céu, Paraná, em 2007. Em 2008, o Eneja chegou a Rio das Ostras, Rio de Janeiro, e, em 2009, a Belém, Pará. Em 2011, o décimo segundo encontro aconteceu em Salvador, Bahia; o décimo terceiro, em Natal, Rio Grande do Norte, em 2013; o décimo quarto, em Goiânia, Goiás, em 2015; o décimo quinto, em Petrolina, Pernambuco, em 2017; o décimo sexto, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 2019; e, por fim, o décimo sétimo encontro foi realizado em Florianópolis, Santa Catarina, em 2022.

Entre os diversos Enejas realizados, merece destaque a sétima edição, ocorrida em Brasília, em 2005. Esse encontro foi especialmente significativo por apresentar a proposta de criação e desenvolvimento do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, com o objetivo de fortalecer a integração do coletivo. A iniciativa surgiu da percepção do coletivo nacional de que os encontros anuais eram insuficientes e que a utilização das tecnologias interativas oferecidas pelo ambiente virtual seria uma solução eficaz para ampliar a comunicação e a articulação entre os participantes (Cunha, 2017).

Cunha (2017) relata que as origens do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil remontam à Universidade de Brasília (UnB), especialmente ao Grupo de Pesquisa Aprendizagem, Tecnologia e Educação a Distância (Gatead), formado por professoras e professores da Faculdade de Educação (FE-UnB). Através da colaboração entre o Gatead, a Unesco e o então estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia da UnB, Ezequiel Neves, deu-se início às pesquisas para desenvolver o Observatório de Inclusão Educacional e Tecnologias Interativas com o tema “Alfabetização de Jovens e Adultos”, demonstrados na Figura 8.2, os resultados da pesquisa desenvolvida foram apresentados no VI Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos – VI Eneja/2004.

Figura 8.2 – Site do Observatório de Inclusão Educacional e Tecnologias Interativas em 1998



Fonte: Cunha (2017, p. 43).

Segundo Cunha (2017), foi também no ambiente do Observatório da UNESCO na UnB em que outros esforços de pesquisa contribuíram para a formação do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil. Uma dessas pesquisas foi “Desenvolvimento e a manutenção de página web em *software* livre”, de Maria Luiza Pinho Paiva. O trabalho abriu espaço para a utilização do Drupal, uma solução com código-fonte aberto que foi escolhida “pelo fato dessa tecnologia – além de se impor à hegemonia capitalista dos *softwares* proprietários – conceber a liberdade necessária para colocar as TIC a serviço dos movimentos sociais” (Cunha, 2017, p. 44).

A cultura dos *softwares* livres e o movimento do Acesso Aberto estão presentes nas raízes do projeto do Portal, sendo concebidos como política estratégica para a construção do ambiente. Esses princípios objetivavam a articulação do coletivo e o armazenamento e compartilhamento das informações e memória ali elaboradas ao longo do desenvolvimento do projeto (Cunha, 2017). Por cultura dos *softwares* livres, entende-se

A característica mais importante do *software* livre é a liberdade de uso, cópia, modificações e redistribuição. Esta liberdade é conferida pelos autores do programa e é efetivada através da distribuição do código-fonte dos programas, o que os transforma em bens públicos, disponíveis para *Software* livre utilização por toda a Figura 1 – Site do Observatório de Inclusão Educacional e Tecnologias Interativas, em 1998 comunidade e da maneira que seja mais conveniente a cada indivíduo. A liberdade para usar, copiar, modificar e redistribuir *software* livre lhe confere uma série enorme de vantagens sobre o *software* proprietário. A mais importante delas é a disponibilidade do código-fonte, porque isto evita que os usuários se tornem reféns de tecnologias proprietárias. Além desta, as vantagens técnicas são também consideráveis. A comunidade de desenvolvimento de *software* livre está espalhada pelo mundo todo e seus participantes cooperam nos projetos através da Internet. Estima-se que participam desta comunidade mais de 100 mil programadores e projetistas, com a grande maioria deles trabalhando voluntariamente em um ou mais projetos. Estima-se também que existem mais de 10 milhões de usuários regulares de sistemas operacionais e aplicativos distribuídos como *software* livre (Hexsel, 2002 *apud* Silveira, 2004, p. 10).

A liberdade também é uma pauta do movimento político-social Acesso Aberto, que “defende o livre acesso à produção acadêmica e ao conhecimento científico, principalmente, por meio de acessos digitais, irrestritos e livre tanto da necessidade de assinatura como o pagamento de licenças” (Cunha, 2017, p. 48). Assim, conceitos fundamentais como *ler, baixar, copiar, distribuir, buscar, utilizar e liberdade* estão associados ao Acesso Aberto. Cada um desses termos é orientado pela lógica de ausência total de barreiras, sejam elas financeiras, legais ou técnicas.

Em 2005, o Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização (GTPA) do Fórum EJA/DF apresentou um piloto para o Portal dos Fóruns de EJA. Ainda naquele ano, durante a plenária do VII Eneja, foi votada e aprovada pelos delegados a proposta dos professores da FE/UnB para a criação de um “ambiente com o objetivo de reunir, virtualmente, o coletivo nacional dos fóruns em suas singularidades complementares” (Cunha, 2017, p. 45).

Foi assim que, como uma extensão virtual do movimento dos vinte e sete fóruns estaduais e distrital de EJA, surgiu o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil². As Figuras 8.3 e 8.4 apresentam duas versões lançadas em 2005, a primeira sob o domínio .unb e a segunda sob o domínio ‘.org’.

² Disponível em: <http://forumeja.org.br>.

Figura 8.3 – Portal dos Fóruns de EJA do Brasil sob o domínio .unb, em 2005



Fonte: Cunha (2017, p. 47).

Figura 8.4 – Portal dos Fóruns de EJA do Brasil sob o domínio .org, em 2005



Fonte: Cunha (2017, p. 47).

Em sua essência, tal como apresentado na página “O que é o Portal”, o site

busca a conexão entre o movimento social pela EJA e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), no momento em que se constitui como ambiente virtual interativo multimídia de mobilização destes movimentos. O Portal é construído em *software* livre e desenvolvido de forma descentralizada por estudantes, professores, integrantes dos movimentos sociais e governos que atuam na área de Educação de Jovens e Adultos. Esse projeto surgiu, portanto, integrando o sistema do Observatório de Inclusão Educacional e Tecnologias Digitais [...] O Portal disponibiliza

um acervo virtual multimídia com a publicação de textos, artigos, teses, dissertações, banners, documentos, relatórios dos encontros, livros links, imagens, produções em áudio e audiovisual. Além do caráter informativo, o Portal possibilita a comunicação entre as pessoas, fortalecendo uma rede de trocas onde se favorece o diálogo, surgindo a possibilidade de produção de novos conhecimentos acerca das problemáticas da Educação de Jovens e Adultos (Fóruns de EJA do Brasil, 2011, p. 1).

A combinação entre a necessidade do coletivo de articular, comunicar e armazenar informações e as práticas sociais realizadas no espaço digital possibilitou aos fóruns de EJA a criação de um espaço que, nas palavras de Cunha (2017, p. 49), promove “discussão, organização, mobilização, encaminhamentos, deliberações, formação política, pedagógica e tecnológica para a compreensão político-social do uso crítico das tecnologias a serviço de um coletivo, em luta política”. O ambiente de desenvolvimento do Portal necessitava de uma atualização para aprimorar sua funcionalidade, tornando-o mais eficiente como espaço de organização e disseminação de conteúdo, além de fortalecer o engajamento com as comunidades vinculadas aos Fóruns de EJA. Foi a partir dessa necessidade que foi desenvolvido, em 2019, o projeto de reestruturação do Portal dos Fóruns de EJA.

Reestruturação do Portal dos Fóruns de EJA

O Portal dos Fóruns de EJA (<http://forumeja.org.br/>) integra uma iniciativa mais ampla voltada à criação de espaços dinâmicos para a organização, preservação e valorização da memória e da história da educação das pessoas trabalhadoras. A concepção de educação que orienta a iniciativa se baseia em perspectivas freirianias, promovendo ações emancipatórias e ampliando o acesso a diferentes formas de conhecimento. Nesse sentido, o Portal dos Fóruns de EJA representa uma estratégia para a ampliação do acesso às diferentes formas de conhecimento e auxilia a articulação da histórica luta dos Fóruns de EJA pela promoção de uma educação emancipadora para os jovens e adultos trabalhadores no Brasil.

Para realizar a reestruturação do Portal dos Fóruns de EJA foi necessário, primeiramente, compreender as estruturas e práticas informacionais implementadas desde sua primeira versão (v.1). Isso porque, desde sua concepção, o Portal já era utilizado como instrumento estratégico para

a preservação da memória e articulação das lutas em torno da EJA. A reestruturação do Portal não teve por objetivo reinventar o instrumento, mas otimizar o espaço a partir de uma repactuação com os Fóruns e a modernização de tecnologias.

O compromisso da reestruturação do Portal se manifestou em uma atualização que, ao mesmo tempo em que aprimorou funcionalidades, preservou características essenciais do projeto original. Um dos principais desafios dessa atualização foi a necessidade de manter uma estrutura de gestão compartilhada entre os 28 estados que compõem os Fóruns de EJA no Brasil. Essa característica exigiu a modelagem de páginas, perfis de usuários e níveis de permissão que garantissem a administração descentralizada de determinados espaços do portal, ao mesmo tempo em que restringissem o acesso a outros módulos. Além disso, a diversidade tipológica dos documentos armazenados no portal e sua organização na v.1 demandaram uma análise aprofundada para identificar os diferentes níveis de armazenamento e descrição dos conteúdos, bem como definir formas adequadas para sua representação na nova versão.

A segunda versão do portal (v.2) foi desenvolvida em uma nova plataforma composta pelo WordPress em conjunto com o plugin Tainacan. Para viabilizar a execução das ações planejadas e discutir os desafios do projeto, a equipe se reunia semanalmente. Além disso, foram realizadas reuniões esporádicas com a coordenação nacional do Portal e com as equipes responsáveis por outras metas do projeto. O objetivo dessas interações era compreender as demandas dos usuários do sistema, de modo que as modificações implementadas atendessem às necessidades de uso e otimizassem as funcionalidades mais relevantes.

Para sistematizar as etapas do projeto e organizar os esforços voltados à reestruturação do Portal foram definidas cinco fases principais: 1. diagnóstico da arquitetura de informação do Portal na sua primeira versão; 2. modelo conceitual para a segunda versão; 3. implementação do Tainacan; 4. migração dos dados do Portal v.1 para o Portal v.2 e 5. *design* para a segunda versão. Este texto se ocupa somente das três primeiras fases, enquanto os processos relacionados à proposta de design serão discutidos em um capítulo específico deste livro.

Diagnóstico da arquitetura de informação do Portal na sua primeira versão

A primeira etapa do projeto consistiu no mapeamento da arquitetura de informação da versão 1 do Portal dos Fóruns de EJA. Criado em 2005, a ferramenta foi concebida para refletir a estrutura descentralizada da organização política dos Fóruns de EJA no Brasil. Assim, cada estado e o módulo Brasil apresentavam tanto elementos compartilhados quanto configurações específicas.

Para orientar o diagnóstico da arquitetura do portal, adotou-se a abordagem de Rosenfeld, Morville e Arango (2015), que explica que a arquitetura da informação é a forma como as informações são organizadas e apresentadas em ambientes digitais como *sites* e *intranets*. Segundo os autores, essa arquitetura é composta por diferentes sistemas que trabalham juntos para estruturar os conteúdos, permitindo que as pessoas encontrem o que precisam por meio de menus, categorias, etiquetas e ferramentas de busca. A proposta sistematiza quatro componentes fundamentais para a arquitetura da informação: sistema de organização, sistema de rotulação, sistema de navegação e sistema de busca.

O diagnóstico foi um trabalho de análise descritiva que identificou as configurações de arquitetura da informação das múltiplas páginas do Portal do Fórum EJA e se estruturou seguindo a organização do Portal, que apresenta segmentação nacional, estadual e distrital. Essa segmentação é representada por vinte e seis páginas de fóruns estaduais, uma distrital e uma nacional, totalizando vinte e oito ambientes digitais com informações relacionadas aos debates de EJA de cada localidade. A seguir, apresentamos de forma resumida alguns resultados fundamentais para o estudo do caso em questão.

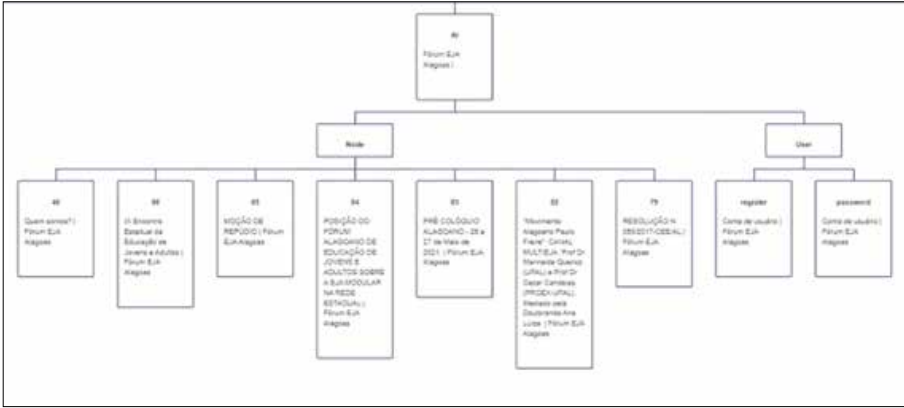
Após analisar os componentes de arquitetura da informação do Portal dos Fóruns de EJA sob a ótica de Rosenfeld, Morville e Arango (2015), identificamos as principais características e as especificidades e segmentações do Fórum EJA em relação aos critérios de organização, navegação, rotulagem e busca. Nota-se que apesar de apresentar uma estrutura visualmente padronizada em relação ao estilo de organização e representação das informações, as páginas apresentam níveis distintos de organização, representação e atividade.

Em relação aos critérios de organização e navegação da v.1 do Portal, nota-se que não há uso de vocabulário controlado. Percebem-se diversas estratégias para rotular, organizar e representar a informação. Por um lado, há autonomia e liberdade por parte do administrador do Portal. Pelo outro, entretanto, há conflitos em relação ao acesso pois a linguagem usada para descrever a informação não é padronizada e isso impacta a experiência de uso, gerando possíveis confusões: as informações aparecem repetidas em diferentes categorias e formatos de organização e representação da informação, além de apresentar ambiguidades em relação aos termos e conceitos associados, que dificultam o acesso à informação.

No momento do diagnóstico, poucos eram os portais EJA que estavam atualizados e mantinham uma rotina de publicação. Os portais do RS, SC, PA, AL, BA, PB, RR, PI, MT, AM, PE, MS, AP, SE, AC, PR, RN, RJ, CE e MA categorizaram a informação com poucos ou em alguns casos nenhum “menu”. Por outro lado, os portais TO, GO, BR, MG, DF, ES, RO e SP organizaram a informação com uso expressivo de abas e subseções. Assim, nota-se que não há padrão em relação a hierarquia das categorias, pois elas variam de acordo com os elementos de organização e representação da informação nos diversos portais EJA da v. 1. No entanto, ao adotar o padrão “menu” vinculado a seções, a informação é representada por uma trilha que marca o caminho de acesso durante a navegação. De modo geral, independentemente do Portal adotar o uso do formato “menu” e/ou bloco lateral para organizar e representar a informação, o usuário encontra dificuldades de acesso à informação devido à falta de padronização e definição de vocabulário controlado. Isso impacta sua experiência de uso e acessibilidade, uma vez que as informações são organizadas e representadas com camadas que dificultam o acesso.

A avaliação da navegação pela v.1 do Portal também apontou para existência de muitos níveis de segmentação e hierarquização de páginas e do armazenamento de mídias. Como forma de identificar os níveis de páginas e subpáginas no Portal, utilizou-se uma ferramenta de geração de mapa de site, o XML Site Maps. Para cada página do Portal referente aos Fóruns Estaduais e Fórum Brasil foi gerado um arquivo XML descrevendo a estrutura de links e sublinks presentes nas páginas, como demonstrado na Figura 8.5.

Figura 8.5 – Mapa do site do Fórum Estadual de Alagoas



Fonte: elaborada pelos autores.

A partir dessa estratégia foi possível identificar 442 páginas ou subpáginas no Portal, conforme demonstrado na Tabela 8.1.

Tabela 8.1 – Páginas e subpáginas da versão 1 do Portal

Estado	Contagem	Estado	Contagem
Acre	23	Pará	5
Alagoas	11	Paraíba	10
Amapá	7	Pernambuco	13
Amazonas	16	Piauí	39
Bahia	19	Rio de Janeiro	13
Ceará	1	Rio Grande do Norte	19
Distrito Federal	20	Rio Grande do Sul	13
Espírito Santo	21	Rondônia	2
Goiás	31	Roraima	16
Maranhão	8	Santa Catarina	22
Mato Grosso	32	São Paulo	21
Mato Grosso do Sul	8	Sergipe	5
Minas Gerais	10	Tocantins	39
		Total	442

Fonte: elaborada pelos autores.

O recurso utilizado permitiu identificar os primeiros níveis de estruturação de páginas, mas se mostrou insuficiente para mapear todas as estruturas informacionais contidas no Portal, tais como *posts*, comentários e outros documentos de texto. Portanto, para essa fase do projeto, considerou-se

como objeto para a formulação da estratégia de migração do conteúdo todas as mídias armazenadas e disponibilizadas no Portal. Via requisição XLM também foi possível identificar as mídias e seus formatos. A coleta das mídias foi realizada em cada um dos 27 Fóruns estaduais de EJA e na página do Fórum Brasil. O resultado numérico do conteúdo identificado, por sua vez, foi sistematizado na Tabela 2.

Tabela 8.2 – Conteúdo digital das páginas e subpáginas da versão 1 do Portal

Fórum	Quantidade de documentos
BR	858
GO	684
RJ	124
DF	97
RS	67
MT	35
MG	29
SP	27
SC	17
AM	16
PR	14
MA	11
AL	10
PE	8
TO	8
CE	7
PA	6
AC	4
BA	4
ES	4
AP	3
MS	3
Total	2.036

Fonte: elaborada pelos autores

Essa estratégia permitiu identificar cerca de duas mil mídias armazenadas no Portal v. 1. Todas as mídias foram baixadas do Portal e, posteriormente, os títulos, tipos, formatos e tamanho dos documentos foram sistematizados.

Os documentos foram sistematizados em 31 categorias que permitiram identificar sua frequência na listagem obtida. A sistematização dessa informação foi realizada a partir da extração dos dados da planilha csv e

da contagem das ocorrências com o auxílio da ferramenta ChatGPT 3.5 (Tabela 8.3).

Tabela 8.3 – Tipologia de conteúdo digital das páginas e subpáginas da versão 1 do Portal

Categorias	Quantidade aproximada de ocorrências
Apresentações	168
Dissertações e teses	110
Livros e livros didáticos	89
Documentos normativos e oficiais	70
Relatos e relatórios	69
Artigos	60
Documentação pedagógica	50
Textos	41
Folders e folhetos	35
Encontros virtuais	19
Palestras	16
Fotos	15
Revistas	14
Cartas e comunicados	13
Manifestações e mobilizações	13
Formulários	11
Notas e notas críticas	11
Atas e audiências	10
Informativos	10
Cronogramas	8
Boletins e cadernos	6
Entrevistas	5
Jurídicos	4
Programações e propostas	4
Ensaio	3
Pautas e posicionamentos	2
Resenhas	2

Fonte: elaborada pelos autores

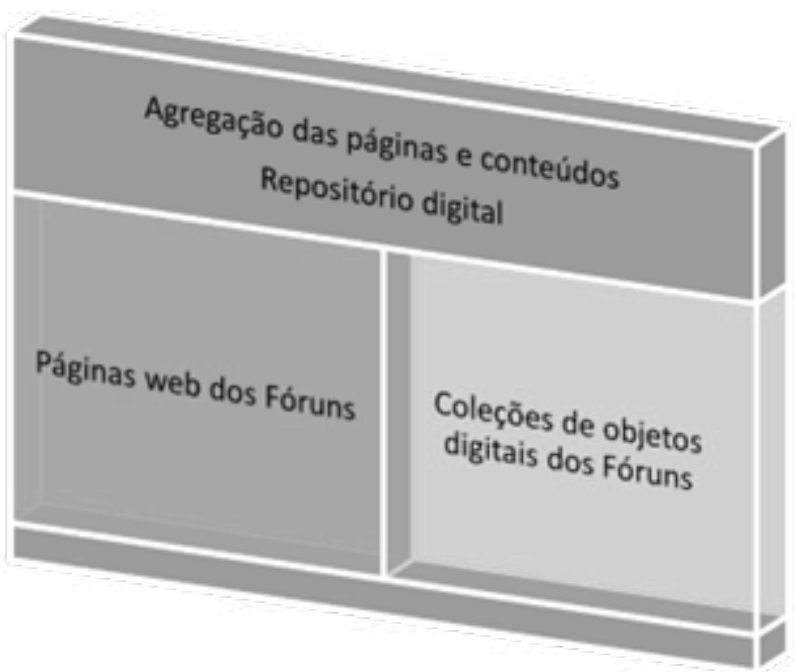
Os dados das mídias identificadas no Portal v.1 indicam a complexidade e variedade dos documentos migrados para o Portal v.2. Além disso, os dados revelam a concentração das atividades em poucas instâncias do Portal. Dentro do conjunto de quase dois mil documentos, observou-se que mais de 75% deles estavam concentrados em duas páginas apenas, a saber: Fórum Brasil (42%) e Fórum Goiano (34%). A maior parte dos Fóruns estaduais de EJA armazena 1% ou menos do total das mídias identificadas.

Modelo conceitual para a segunda versão do portal

O modelo conceitual do Portal v.2 considerou três elementos estruturantes: uma página web para cada um dos Fóruns Estaduais e para o Fórum Brasil, uma coleção no repositório de objetos digitais para cada um dos Fóruns Estaduais e para o Fórum Brasil e uma instância de agregação de todas as páginas e conteúdos (Figura 8.6). Cada uma das estruturas será descrita a seguir.

A página web de cada um dos fóruns estaduais e do Brasil foi construída seguindo elementos de imagem e texto das suas respectivas páginas Portal v.1 e apresentando as novas estruturas relacionadas à organização dos documentos no repositório digital. Os elementos de identidade visual das páginas dos fóruns estaduais foram reorganizados nos blocos de imagem e texto. A conexão com o repositório dos objetos digitais, por sua vez, foi estabelecida a partir de link e exibição de conteúdos (Figura 8.7).

Figura 8.6 – Elementos do modelo conceitual



Fonte: elaborada pelos autores.

Figura 8.7 – Modelo conceitual – Fóruns estaduais de EJA

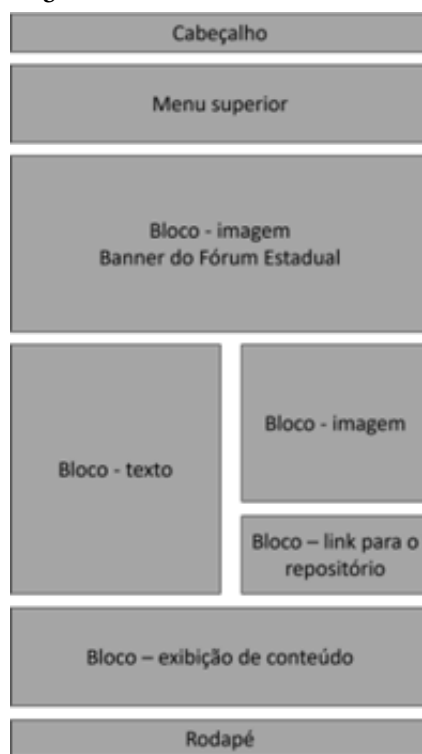


Fonte: elaborada pelos autores.

O repositório de objetos digitais foi desenvolvido a partir do plugin Tainacan e é constituído de 28 coleções. A estrutura de coleções dentro permite a configuração de permissões diferenciadas para grupos de usuários. Desta maneira, é possível conferir permissões de gestão da coleção para um Fórum Estadual sem que este interfira nas demais coleções do repositório. As coleções também permitem a visualização e a interação com os conteúdos disponibilizados por cada um dos Fóruns de maneira sistematizada, respeitando a divisão de conteúdos identificada no Portal v.1.

A seção que centraliza as páginas e conteúdos está localizada na página inicial do Portal, conforme ilustrado na Figura 8.8.

Figura 8.8 – Modelo conceitual – Home



Fonte: elaborada pelos autores.

O cabeçalho do portal inclui um sistema de busca e links para redes sociais dos Fóruns de EJA, embora nem todas tenham sido identificadas. O segundo bloco mantém o menu original da Página do Fórum EJA Brasil, conforme orientação da coordenação, e organiza conteúdos sobre a identidade dos fóruns, coleções estaduais e eventos (Eneja e Ereja). O terceiro bloco, por sua vez, estrutura o conteúdo em 28 seções representadas pelas bandeiras estaduais. Além disso, há blocos dinâmicos para exibição de imagens, notícias e curadorias, o que permite personalizações periódicas. Os filtros e ferramentas de busca auxiliam na recuperação da informação, podendo ser ajustados conforme avaliação da equipe gestora. Por último, o rodapé preserva as informações da versão anterior do portal.

Implementação do Tainacan

A instalação e configuração do plugin Tainacan foi feita colaborativamente entre a equipe do Projeto e a equipe da Giga Candanga, instituição que hospeda o Portal, desde sua primeira versão. Para o desenvolvimento do Portal foi realizada uma instalação do Wordpress 6.4.2. e do Tainacan versão 0.20.6 (Figura 8.9).

O Tainacan é um plugin para o Wordpress que tem como objetivo suportar o desenvolvimento de repositório de objetos digitais. Conforme descrito anteriormente, ele foi configurado a partir de 28 coleções, uma para cada Fórum estadual mais o Fórum Brasil.

O *software* livre é uma solução tecnológica significativa para a gestão de acervos digitais, fruto de um contexto histórico marcado pela necessidade de políticas públicas voltadas à preservação cultural. Sua origem remonta a 2014, quando pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG), em parceria com o Ministério da Cultura do Brasil, iniciaram estudos para avaliar ferramentas de gestão de acervos. A constatação de que as instituições brasileiras enfrentavam limitações técnicas e financeiras motivou a criação de uma plataforma adaptada cuja primeira versão estável foi lançada em 2018, integrada ao projeto Plataforma Acervo do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Essa evolução reflete uma estratégia de combinar acessibilidade técnica, aproveitando a infraestrutura amplamente difundida do Wordpress, e funcionalidades avançadas como a personalização de metadados, a interoperabilidade via API RESTful e a curadoria colaborativa.

A arquitetura do Tainacan prioriza a flexibilidade, permitindo a definição de metadados heterogêneos (texto, datas, taxonomias) e a implementação de buscas facetadas essenciais para instituições GLAM (galerias, bibliotecas, arquivos e museus). Sua integração com o Wordpress viabiliza a exibição dinâmica de acervos por meio de blocos Gutenberg, adaptáveis a temas variados, enquanto a capacidade de exportação em formatos como JSON e CSV facilita a interoperabilidade com repositórios externos. Além disso, funcionalidades de submissão pública de itens e painéis analíticos incentivam a participação comunitária, alinhando-se a princípios de democratização do acesso à informação cultural.

Figura 8.9 – Instalação e configuração do sistema Tainacan

Tainacan: Diagnóstico de Sistema

Esta página faz um diagnóstico da sua instalação para os requisitos básicos exigidos pelo Tainacan. Ite ajuda a descobrir se o seu servidor está configurado corretamente.

Se você deseja diagnósticos mais completos da sua instalação, nós recomendamos que instale o plugin [Health Check & Troubleshooting](#).

Versão do WordPress

6.4.2

Versão do PHP

7.4.33

Versão da base de dados

10.5.16-MariaDB-1:10.5.16-maria-10.5-log

Versão do Tainacan

0.20.6

Modulos PHP

All required and recommended modules are installed.

Tempo máximo de execução do PHP

Ótimo! Sua configuração atual é 600s.

Algumas funções do Tainacan, como alguns processos importantes, podem precisar de algum tempo extra para sua execução. Por isso, recomendamos que o tempo de execução máximo do PHP seja estendido para um valor maior que o Default, embora isto não seja obrigatório. Mas, se forem exibidos logs de erros com "tempo máximo de execução de XX segundos excedido" então você realmente deve alterar este valor.

Estrutura de links permanentes

OK

Upload de pasta

Sua pasta de upload está gravável.

Tamanho máximo do arquivo para upload

1024M

Este é o tamanho máximo de cada upload individual do seu site. Você pode aumentar este valor dependendo da sua necessidade.

Protegendo pastas de arquivos privados

Suas pastas privadas não estão protegidas. Verifique nossa documentação sobre como proteger arquivos privados.

Quando arquivos são anexados a itens ou coleções privadas, são salvos em pastas especiais e o URL real deles nunca é exibido. Contudo, é recomendado bloquear o acesso a essas pastas no seu servidor.

Cron

É altamente recomendável que você configure um "cron job" no seu servidor, conforme descrito [aqui](#).

Não podemos testar se há ou não, um conjunto de tarefas de gravação, então se você já as configurou, ignore isso.

Diagnosto por e-mail com [BlueDots](#)

Versão: 6.4.2

Fonte: elaborada pelos autores.

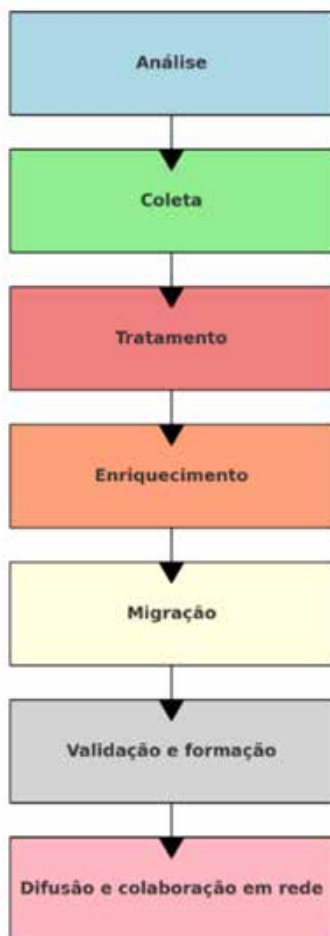
No âmbito prático, o plugin tem sido instrumental em projetos nacionais e internacionais. No Brasil, destaca-se a digitalização do acervo do Museu do Índio (Rio de Janeiro), que disponibilizou mais de 19 mil itens relacionados à cultura indígena (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Tainacan>), e a adoção pioneira pelo Museu Histórico Nacional (MHN), vinculado ao

Ibram. Iniciativas como o Projeto Afro Digital (<http://afro.culturadigital.br>, atualmente fora do ar) demonstram seu uso na preservação de acervos afro-brasileiros, enquanto estudos acadêmicos, como o conduzido no ABC Paulista, analisam seu potencial na gestão de coleções regionais em sinergia com projetos da Wikimedia. Internacionalmente, a Universidad Nacional Autónoma de México (Unam) adotou o Tainacan para acervos museológicos, impulsionando a tradução do plugin para o espanhol, e instituições uruguaias relataram sua aplicação em repositórios digitais, conforme documentado em avaliações públicas na plataforma WordPress.

O impacto do Tainacan transcende a esfera técnica e a posiciona como ferramenta estratégica para a preservação digital inclusiva. Ao reduzir a dependência de infraestruturas complexas, o plugin democratiza o acesso a tecnologias de gestão de acervos, particularmente para instituições com recursos limitados. Sua comunidade ativa, sustentada por fóruns colaborativos e projetos de pesquisa contínuos, amplia constantemente funcionalidades como a incorporação de relatórios analíticos e suporte a metadados compostos. Esses avanços reforçam seu papel na construção de ecossistemas digitais abertos e alinhados a diretrizes internacionais de preservação cultural. Para aprofundamento, recomenda-se consultar o site oficial, o repositório de códigos e a documentação técnica, recursos que sintetizam sua evolução e aplicações multifacetadas.

Em relação a implementação do Tainacan, foi necessário o desenvolvimento de um processo técnico que é constituído pelas etapas da Figura 8.10.

Figura 8.10 – Etapas do processo de Extração, Transformação e Carga de dados para implantação do Tainacan



Fonte: elaborada pelos autores.

O processo de ETL (Extração, Transformação e Carga) para construção de repositórios digitais, conforme delineado no fluxo apresentado, envolve uma sequência integrada de etapas que garantem a organização, migração e disponibilização de dados com eficiência e consistência. A primeira fase, Organização e Estruturação da Informação, inicia-se com a Análise, etapa crítica para compreender a natureza, estrutura e qualidade dos dados provenientes de fontes heterogêneas como bancos de dados legados ou *websites*. Nesta fase, realiza-se o mapeamento conceitual dos metadados identificando

inconsistências, redundâncias e lacunas. A análise técnica inclui a avaliação de formatos de dados (CSV, XML, JSON), protocolos de acesso (APIs, raspagem de dados na web) e requisitos de interoperabilidade.

Essa etapa é importante porque é nela que se definem as diretrizes para as fases subsequentes, evitando problemas como incompatibilidade de esquemas ou perda de dados durante a migração. Seu resultado é um documento de especificação técnica que detalha regras de transformação e critérios de validação. Entre os cuidados metodológicos, destacam-se a perfilagem de dados e a colaboração com especialistas de domínio para assegurar a precisão semântica.

A Coleta corresponde à extração efetiva dos dados das fontes originais, utilizando métodos adaptados à complexidade dos sistemas envolvidos. Técnicas como consultas SQL diretas, APIs RESTful ou ferramentas de extração de dados para páginas web são empregadas, priorizando a integridade dos dados e a minimização de interrupções nos sistemas fonte. Esta etapa é fundamental para garantir a completude do conjunto de dados, mas exige atenção a aspectos técnicos como o gerenciamento de grandes volumes de dados (*big data*), a implementação de extrações incrementais para atualizações periódicas e a prevenção de corrupção durante transferências. Os resultados são conjuntos de dados brutos, armazenados em repositórios intermediários (como *data lakes*), que servirão de base para o processamento posterior.

O Tratamento e Enriquecimento constituem a fase de transformação, onde os dados brutos são submetidos a processos de limpeza, normalização e aprimoramento. A limpeza envolve a correção de erros (valores nulos, duplicatas, formatação inconsistente) e a padronização de convenções (datas, unidades de medida). O enriquecimento, por sua vez, agrega valor aos dados, incorporando metadados contextuais, vinculações a vocabulários controlados (como *Linked Open Data*) ou técnicas de aprendizagem das máquinas para classificação automática de conteúdo. Esta etapa é vital para assegurar a qualidade e a relevância dos dados no repositório final, mas demanda rigor na definição de *pipelines* de transformação reproduzíveis e na documentação de alterações realizadas. Os resultados são conjuntos de dados estruturados, alinhados a modelos conceituais predefinidos (como Dublin Core ou METS) prontos para carga.

Na etapa de Migração, os dados transformados são transferidos para o repositório digital de destino, que pode ser baseado em sistemas como Tainacan, DSpace ou Fedora. Técnicas de carga em lote ou fluxos contínuos são aplicadas, dependendo dos requisitos de latência e escalabilidade. A migração exige atenção a aspectos como a preservação de relacionamentos entre entidades (via chaves primárias/estrangeiras), a otimização de índices para buscas eficientes e a implementação de mecanismos de retorno para mitigar falhas. A validação pós-carga (Validação e Formação) assegura a integridade funcional do repositório através de testes de consistência (checagem de integridade referencial) e desempenho (tempo de resposta em consultas complexas). Paralelamente, a formação de usuários (como curadores ou administradores) é essencial para garantir a adoção eficaz da ferramenta, incluindo treinamentos em gestão de metadados e uso de interfaces administrativas.

Por fim, a Difusão e Colaboração em Rede transcende o escopo tradicional do ETL, focando na disponibilização dos dados para usuários finais e na integração com ecossistemas digitais. Isso inclui a implementação de APIs OAI-PMH para *harvesters*, a publicação em formatos abertos (JSON-LD, RDF) e a adoção de licenças Creative Commons para incentivar a reutilização. A colaboração em rede, mediada por plataformas como Wikidata ou redes sociais acadêmicas, amplia o impacto dos repositórios, mas exige cuidados com a governança de dados (controle de acesso, atualizações colaborativas) e a adesão a padrões de interoperabilidade (FAIR principles). Os resultados são repositórios dinâmicos, capazes de suportar pesquisas transdisciplinares e iniciativas de ciência cidadã, consolidando-se como infraestruturas críticas para a preservação e democratização do conhecimento digital.

Conclusão

O estudo apresentado demonstra que o Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil é uma tecnologia social alinhada aos princípios da ciência aberta e da cultura digital que, em sua reestruturação, integrou práticas colaborativas e ferramentas de *software* livre. A migração para o WordPress e a adoção do *plugin* Tainacan evidenciaram a viabilidade de soluções tecnológicas acessíveis para a gestão de acervos digitais, superan-

do desafios críticos da versão anterior, como a despadronização de metadados e a fragmentação da arquitetura da informação. A análise diagnóstica do Portal v.1 revelou uma estrutura complexa, com 442 páginas e cerca de 2.000 mídias dispersas, e destacou a necessidade de um modelo conceitual que harmonizasse a autonomia dos 28 Fóruns estaduais com a centralização de dados. A implementação do Tainacan, com coleções e permissões customizáveis, permitiu a organização sistêmica de documentos heterogêneos (textos, vídeos, imagens), promovendo interoperabilidade e ampliando as possibilidades de preservação e articulação em torno da memória da EJA.

Ao priorizar a participação ativa dos atores envolvidos na definição de requisitos técnicos e fluxos de trabalho, a reestruturação do Portal reforçou a importância das tecnologias sociais como instrumentos de empoderamento comunitário. O processo de ETL (Extração, Transformação e Carga) foi fundamental para a migração eficiente dos dados, envolvendo etapas como a análise de inconsistências, a coleta via raspagem de dados, o tratamento de metadados e a validação pós-carga. A integração de APIs RESTful e a adoção de padrões como Dublin Core asseguraram a qualidade e acessibilidade dos acervos, enquanto a formação de usuários (curadores e administradores) fortaleceu a governança colaborativa. Essas ações refletem um alinhamento metodológico com os princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*), ampliando o potencial de reutilização do conhecimento gerado pelos Fóruns.

Os resultados obtidos evidenciam que a nova arquitetura do Portal v.2 não apenas otimizou a gestão técnica, mas também ampliou seu potencial como instrumento para a articulação social da EJA. A implementação de mecanismos de busca facetada e a exibição dinâmica de conteúdos via blocos Gutenberg têm por objetivo melhorar a experiência do usuário, enquanto a difusão em redes sociais e plataformas como Wikidata podem dar maior visibilidade às lutas pela educação popular. Esses avanços reforçam o papel do Portal como infraestrutura crítica para a articulação política, preservando registros históricos e fomentando novas formas de mobilização digital.

Por fim, o Portal dos Fóruns de EJA ilustra como a combinação entre *software* livre, participação comunitária e metodologias abertas podem transformar desafios técnicos em oportunidades de inovação social. Futuros desdobramentos devem incluir a expansão de funcionalidades analíticas e

a integração com iniciativas globais de educação aberta, consolidando o Portal como referência para as articulações políticas em torno da EJA, para a preservação da memória educacional e para a luta por equidade no acesso ao conhecimento.

Referências

- ALBAGLI, Sarita; CLINIO, Anne; RAYCHTOCK, Sabryna. Ciência aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. *Liinc em Revista*, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 434-450, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v10i2.749>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- ANDRÉ, Maria Valéria de Carvalho; OLIVEIRA-MELO, Felipe Guilherme. Modelo de referência para processo de desenvolvimento de tecnologias sociais. *Rev. Gest. Soc. Ambient.*, [s. l.], v. 18, n. 4, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n4-078>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- BATEMAN, Patrick J.; GRAY, Peter H.; BUTLER, Brian S. Research note – The impact of community commitment on participation in online communities. *Information Systems Research*, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 841-854, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1287/isre.1090.0265>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. Digital media and the personalization of collective action: social technology and the organization of protests against the global economic crisis. *Information Communication and Society*, [s. l.], v. 14, n. 6, p. 770-799, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1369118X.2011.579141>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- CAVALCANTE NETO, Delmar Almeida. *O uso do fórum como meio auxiliar do ensino*. 2020. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, PR, 2020.
- CUNHA, Meire Cristina. *Formação política e as tecnologias: um estudo sobre as possibilidades deste diálogo*. Brasília: Editora Paralelo 15, 2017. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/formacao_politica_tecnologias.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.
- DAGNINO, Renato. *Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas*. Florianópolis: Ed. Insular, 2014.
- DIAS, Rafael; DAGNINO, Renato. A política científica e tecnológica brasileira: três enfoques teóricos, três projetos políticos. *Revista de Economia*, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 91-113, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/re.v33i2.6511>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- FÓRUNS DE EJA DO BRASIL. *Portal dos Fóruns de EJA*. [S. l.], 2011. Disponível em: <https://forumeja.org.br>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- HADDAD, Sérgio. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI. *Rev. Bras. Educ. [online]*, [s. l.], v. 14, n. 41, p. 355-369, 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 mar. 2025.

- MARTINS, Luciana Conrado; MARTINS, Dalton Lopes. Experimentações sociotécnicas para organização e difusão de coleções digitais universitárias: o caso do Projeto Tainacan. *Rev. CPC*, [s. l.], v. 15, n. 30 esp., p. 34-61, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i30p34-61>.
- PEREIRA, Maria Luiza Pinho; CUNHA, Meire Cristina; NEVES, Ezequiel Antônio Rezende Pereira. O Portal dos Fóruns Estaduais e Distrital de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil – 2005-2019: origem, possibilidades e desafios no ciberespaço. In: TRABALHO, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E TECNOLOGIAS EMANCIPATÓRIAS. Brasília: Hildebrando Editor & Autores Associados, 2021. p. 14-63. Disponível em: https://forumaja.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/151616/451010/livro_eja.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.
- ROSENFELD, Louis; MORVILLE, Peter; ARANGO, Jorge. *Information architecture: for the web and beyond*. O'Reilly Media, 2015.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Software livre: a luta pela liberdade do conhecimento*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/handle/123456789/299>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, [s. l.], v. 10, n. 38, p. 49, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- VIEGAS, Ana Cristina Coutinho; MORAES, Maria Cecília Sousa de. Um convite ao retorno: relevâncias no histórico da EJA no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 456-478, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21723/riace.v12.n1.7927>. Acesso em: 31 mar. 2025.

Organização do acervo do Portal dos Fóruns de EJA

ANA FLÁVIA LUCAS DE FARIA KAMA,
MICHELLI COSTA E ANA BEATRIZ OLIVEIRA

A organização de acervos informacionais é uma prática que combina técnicas e métodos para representar documentos de forma a otimizar sua recuperação posterior. Há registros de experiências nesse campo desde a Antiguidade, como evidenciam as descobertas da biblioteca do rei do Império Assírio, datada de aproximadamente 600 a.C. Na década de 1970, arqueólogos encontraram cerca de 30 mil tabuletas de argila organizadas nesse espaço, indicando que já havia, naquele contexto, princípios de representação e ordenação da informação (Campbell, 2015). O que nos permite olhar para essa experiência e considerá-la como uma biblioteca é justamente o fato de que o material estava organizado a partir da técnica da representação e ordenação. Tais técnicas carregam a essência das práticas de organização que perpassam as experiências humanas de criação de grandes acervos, visando sua propagação e preservação. Em diferentes tipos de suportes informacionais, sejam eles em barro, couro, papel ou dispositivos digitais, a organização de acervos foi e é um objetivo perseguido e desenvolvido ao longo dos tempos.

Entre esses interesses, destaca-se a influência que a organização dos acervos exerce sobre a constituição da memória coletiva. A seleção e disposição dos documentos não são ações neutras ou meramente técnicas; pelo contrário, carregam intencionalidades que determinam quais narrativas

serão privilegiadas e quais serão marginalizadas. Decidir quais materiais integrarão um acervo é, em última instância, um ato político, pois implica escolhas sobre o que será lembrado e o que poderá ser esquecido. Mesmo quando um documento é incorporado ao acervo, sua classificação e indexação influenciam diretamente sua acessibilidade e visibilidade. Nesse sentido, Olson (2001) argumenta que os sistemas de recuperação da informação, ao buscar uma abordagem universal, acabam por adotar perspectivas dominantes que ignoram a diversidade epistemológica e identitária. Dessa forma, a organização da informação não apenas reflete estruturas hegemônicas, mas também as reforça, contribuindo para a exclusão de grupos marginalizados por razões de gênero, raça, etnia, sexualidade e outras categorias sociais.

A marginalização de saberes e identidades nos sistemas de organização do conhecimento também se manifesta em classificações amplamente utilizadas, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD). Esse sistema tem sido criticado nas últimas décadas por sua ineficácia na representação de grupos minoritários, consolidando estereótipos e silenciamentos. Sullivan (2015) aponta que, historicamente, a comunidade LGBTQ+ foi classificada em categorias associadas a crimes ou doenças, enquanto Green (2017) discute a negação da soberania indígena na estrutura da CDD. Por sua vez, Higgins (2016) e Furner (2007) analisam, respectivamente, as representações problemáticas de asiáticos americanos e afro-americanos, reforçando a ideia de que esses modelos classificatórios perpetuam desigualdades estruturais.

Reconhecer que os sistemas de organização da informação são instrumentos de poder é fundamental para construir uma memória coletiva mais plural e justa. Para que esses sistemas promovam a diversidade de saberes e a justiça informacional, é imprescindível que profissionais da informação adotem abordagens críticas, contextualizadas e participativas. A constante revisão da terminologia e das estruturas classificatórias é um caminho essencial para ampliar as perspectivas representadas, transformando a organização da informação em um instrumento de inclusão e justiça social.

Nesse contexto, a organização dos acervos desempenha um papel central na materialização da memória, configurando-se como um processo de inscrição de discursos sobre um determinado momento histórico, seus valores e suas disputas. As vozes que narram o passado estão registradas nos documentos que compõem o acervo, e sua projeção no presente e no futuro

pode ser ampliada ou restringida conforme os interesses que orientam sua institucionalização. Assim, a memória monumentalizada por meio de acervos não apenas documenta o passado, mas também molda o presente e rascunha as possibilidades de futuros. Dessa forma, a organização da memória é um campo de disputas e interesses muitas vezes antagônicos.

Compreendendo essas múltiplas dimensões da constituição e promoção da memória coletiva, o Portal dos Fóruns de EJA tem, ao longo de mais de duas décadas, desenvolvido ações voltadas à coleta, organização, disseminação e promoção de acervos sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Sua consolidação como um instrumento de memória e articulação das lutas da EJA está fundamentada em entendimentos políticos coletivos que orientam a aplicação de suas diretrizes técnicas. Neste capítulo, comentaremos os principais conceitos relacionados à organização da informação no contexto web, suas características e desafios. Além disso, também relataremos as experiências e desafios envolvidos na migração e reorganização do acervo do Portal dos Fóruns de EJA em sua segunda versão, destacando os processos, estratégias e princípios que guiaram sua organização.

Organizar para quê?

Com o advento da *World Wide Web* (WWW), concebida em 1989 por Tim Berners-Lee, tornou-se possível democratizar o acesso à informação, possibilitando a difusão de conteúdos mediante a criação de *websites* por quaisquer pessoas (Pascoal, 2008). Em virtude disso, o desenvolvimento da *web* ocorreu por meio de diversas etapas com características distintas que moldam as formas como os indivíduos se conectam e interagem no ambiente digital. As principais etapas desse processo evolutivo foram a Web 1.0, plataforma de leitura centrada na originalidade do conteúdo dos produtores; a Web 2.0, orientada para a criatividade do conteúdo tanto de usuários quanto de produtores; e a Web 3.0, com redes de dados interconectados (Choudhury, 2014).

Contudo, o aumento significativo da produção de conteúdo devido ao crescimento de usuários na *Web* levou a uma saturação de informações dentro da *Internet*. Além disso, também surgiram vários problemas na organização e estruturação das informações que dificultaram sua recuperação. Portanto, “[...] a *Internet* passou a sofrer impactos e perder o controle da ordem,

tornando sua estrutura funcional desordenada, anárquica, inconsistente, caótica, desenrolando o caos informacional de hoje” (Schons, 2007, p. 6). Além disso, a quantidade de informações e dados aumenta substancialmente a cada ano, “transformando a web em um ‘Oceano de Informações’, onde todos com acesso à Internet podem acessar e usufruir da informação” (Burger, 2014, p. 14).

Para melhorar a gerência desse conteúdo disponível na *web* surgiram, no final de 1990, ferramentas para a gestão de conteúdo chamadas Content Management System (CMS). Conhecidas no Brasil como Sistema de Gerenciamento de Conteúdo (SGC) (Chagas; Carvalho; Silva, 2008), essas ferramentas são fundamentais para a adequada estruturação da informação disponível na Internet, operando também como facilitadoras no gerenciamento do conteúdo em websites, pois não é necessário ter um conhecimento aprofundado em programação para criá-los, o que antigamente era um requisito (Neumann, 2025). Ademais, possuem a capacidade de simplificar, de forma substancial, a criação, edição, organização e publicação de conteúdos, além de otimizar os processos de catalogação, indexação e personalização dentro de um website e de viabilizar o controle do acesso, a segurança e disponibilização de conteúdos (Maculan *et al.*, 2011).

Esses conteúdos, em um CMS, permitem a apresentação e sincronização de vários tipos de mídias que “que exemplificam a sequência dos processos mais complexos, que podem ser visualizados por meio de animações e comentários” (Maculan *et al.*, 2011, p. 277). Dessa maneira, por meio da construção de aplicações com conceitos de hipermídia e movimentação livre, mecanismos de pesquisa e navegação auxiliam na recuperação da informação pelo interesse do usuário (Maculan *et al.*, 2011).

Essa tecnologia não apenas proporciona uma gestão eficiente das informações que estão dispersas, mas se adapta às finalidades e necessidades específicas de um amplo espectro de usuários. Em um mercado cada vez mais competitivo, plataformas como Joomla!, o Drupal, o Wix, o Shopify e o WordPress se destacam, por sua flexibilidade e facilidade de uso, como as mais proeminentes (Neumann, 2025).

Atualmente o CMS WordPress é o mais utilizado no mundo. De acordo com a plataforma W3Techs (2024), uma empresa que fornece informações sobre o uso de tecnologias na web, o WordPress é usado por 43,6% de

todos os websites ativos. Como demonstrado na Figura 9.1, isso representa uma participação de 62,0% do mercado de sistemas de gerenciamento de conteúdo:

Figura 9.1 – CMSs mais populares

Content Management Systems				
Most popular content management systems				
© W3Techs.com	usage	change since 1 November 2024	market share	change since 1 November 2024
1. WordPress	43.6%		62.0%	-0.4%
2. Shopify	4.7%	+0.1%	6.7%	+0.2%
3. Wix	3.3%	+0.2%	4.6%	+0.2%
4. Squarespace	2.2%		3.2%	+0.1%
5. Joomla	1.6%		2.2%	-0.1%
percentages of sites				

Fonte: W3Techs (2024).

Outro exemplo significativo no contexto de CMS é o Tainacan. Voltado para a administração de bibliotecas digitais e acervos, o sistema oferece uma solução eficaz para a organização e disponibilização de coleções virtualmente:

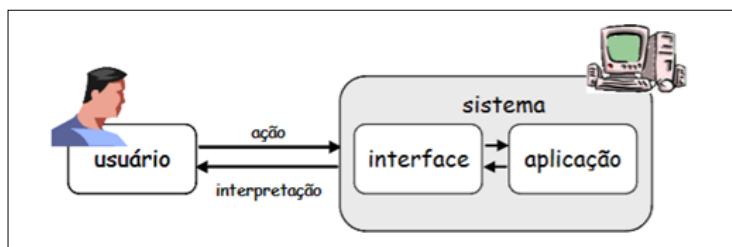
O Tainacan contribui para a preservação, e comunicação da produção cultural na Internet, por meio da gestão e compartilhamento de acervos. Além de catalogar, organizar, armazenar e compartilhar informações, ele se adapta às necessidades do usuário, permitindo que você configure e personalize suas coleções. Para isso, ele oferece uma série de recursos customizáveis, como a criação de coleções, metadados, itens, filtros e muitos outros. (Tainacan, 2025)

A interface do WordPress possui uma variedade de funcionalidades e tipos de conteúdos, tornando possível o armazenamento e a disponibilização de informações específicas que agregam conhecimento para uma determinada comunidade. Nesse sentido, o Tainacan se trata de um *plugin* para o WordPress que viabiliza a gestão e compartilhamento de acervos (Tainacan, 2025). Em suma, “em um ambiente informatizado, o objetivo da interface é: apresentar dados, informações, controles e comandos; solicitar a entrada de dados, controles e comandos; apoiar o usuário” (Batista, 2003, p. 23). Nesse processo, usuário e sistema alternam turnos, nos quais um “fala” enquanto o outro “ouve”, interpreta e executa uma ação. Essa ação pode variar desde

uma resposta imediata à interação até operações mais complexas, capazes de modificar o estado do mundo. A área de IHC estuda este processo, com foco principal na perspectiva do usuário: as ações realizadas por ele por meio da interface de um sistema e as interpretações das respostas fornecidas pelo sistema através da interface (Barbosa; Prates, 2003, p. 2)

Dessa maneira, a interface garante a tradução das ações do usuário em comandos que o sistema pode processar, gerando resultados adequados e alinhadas à interação. Assim, ao realizar uma ação, o usuário recebe do sistema uma interpretação da sua necessidade (Figura 9.2), o que possibilita uma experiência marcada por satisfação, eficiência e conforto durante a interação.

Figura 9.2 – O processo de interação humano-computador



Fonte: Barbosa e Prates (2003, p. 2).

Assim, como dito anteriormente, a web estimulou a criação e compartilhamento de informações pela internet de maneira abundante. Dessa forma,

A organização da informação em espaços virtuais acontece pela necessidade de classificação. O processo de classificar, inerente ao ser humano, mostra-se atividade imprescindível no contexto da web que, no início deste século, ao ser apresentada, já contava com mais de 1 bilhão de páginas, ainda havendo crescimento exponencial para acontecer (Ferreira; Rodrigues; Nascimento, 2023, p. 34).

Para organizar e estruturar esses ambientes digitais, a arquitetura da informação (AI) se apresenta como um modelo de gerência de informação (Alvarez; Brito; Vidotti, 2020) que pode ser caracterizado como interdisciplinar, uma vez que está presente em várias áreas do conhecimento (Silva, 2021). Para além disso, é importante salientar que a AI não busca apenas a disponibilização acessível do documento, mas torná-lo inteligível para otimizar a experiência dos usuários (Rosenfeld; Morville; Arango, 2015). No

contexto de portais web institucionais, a AI é fundamental para estruturar a informação, melhorar a navegabilidade e atender às necessidades dos usuários (Ferreira; Rodrigues; Nascimento, 2023).

Portanto, a “AI pode ser definida como a arte e a ciência de estruturar e classificar Websites e Intranets, a fim de ajudar as pessoas a encontrar e a gerenciar informação” (Silva, 2010, p. 5). A interface desempenha um papel fundamental na organização e representação da informação, pois reflete a estrutura do modelo organizacional adotado. Além de possibilitar a visualização do conteúdo de maneira sistemática, ela também é o meio que viabiliza o acesso a esses dados, facilitando sua recuperação e utilização pelos usuários (Silva, 2010).

Um dos principais problemas que a AI busca mitigar é a desorganização das informações causadas por essa superprodução de conteúdos na *web*. Para isso é necessário estruturar a informação, o que envolve diferentes tipos de sistemas que atuam interligadamente para oferecer experiências coesas e intuitivas (Rosenfeld; Morville; Arango, 2015). Segundo Rosenfeld, Morville e Arango (2015) esses sistemas podem ser agrupados em quatro componentes da AI:

- *sistemas de rotulagem*: a rotulagem consiste em definir nomes, títulos e descrições para representar conteúdo e funcionalidades. Um sistema de rotulagem eficiente ajuda os usuários a identificar rapidamente o propósito de cada elemento, promovendo clareza e acessibilidade;
- *sistemas de navegação*: orientam os usuários dentro do ambiente informacional, permitindo que descubram e acessem conteúdos de forma intuitiva. Eles incluem menus, links contextuais, *breadcrumbs* e outros mecanismos que ajudam a construir uma experiência coesa e integrada;
- *sistemas de busca*: a busca envolve a indexação de conteúdos e o fornecimento de ferramentas de consulta como barras de pesquisa e filtros. Um sistema de busca eficaz combina relevância, velocidade e apresentação clara dos resultados para atender às necessidades dos usuários;
- *sistemas de organização*: esses esquemas definem as características compartilhadas entre os elementos de conteúdo, influenciando o

agrupamento e a classificação. Exemplos incluem sistemas alfabéticos, cronológicos ou por categorias temáticas.

- *estruturas de organização*: referem-se às relações estabelecidas entre itens e grupos de conteúdo, podendo assumir formatos hierárquicos, lineares ou em rede. Essas estruturas determinam como os usuários interagem com o sistema e compreendem seu funcionamento.

Pode-se dizer que AI é arte e ciência que fórmula tanto produtos de informação quanto experiências de usuários no apoio a usabilidade e encontrabilidade de conteúdos, não se resumindo a números diante de ambiguidades e complexidades latentes, o que exige dos profissionais lançarem mão de suas experiências, intuições e criatividade. Esses três valores serão considerados na criação de um design de interface, especificamente nas interseções dos três círculos da AI, chamados de contexto organizacional (context), conteúdo (content) e usuários (users). (Rosenfeld; Morville; Arango, 2015 *apud* Silva, 2021, p. 8)

Portanto, a Figura 9.3 ilustra as interseções formadas pelos três círculos, que representam diferentes formas de captar as informações essenciais para a implementação dos quatro componentes estruturantes de websites, de maneira organizada e integrada (Silva, 2010). Entre esses componentes, este capítulo abordará o Sistema de Organização de Informação.

É intrínseco às ações humanas organizar o mundo ao seu redor, buscando compreendê-lo, explicá-lo e controlá-lo. Ao categorizar pessoas por suas profissões ou classificar um livro em um gênero, por exemplo, evidencia-se o processo de classificação de informações (Rosenfeld; Morville; Arango, 2015). No contexto da AI, o Arquiteto da Informação precisa organizar essas informações para que os usuários encontrem respostas às suas questões (Silva, 2010).

Assim, o sistema de organização “[...] pode ser definido como um componente da AI que definirá regras de classificação e ordenação das informações que serão apresentadas no site e aplicará estas regras categorizando todos os conteúdos oferecidos (Silva, 2010, p. 5).

Figura 9.3 – Círculos da arquitetura da informação



Fonte: Rosenfeld, Morville e Arango (2015, p. 32).

No entanto, Silva e Miranda (2016) apontam dificuldades para a organização da informação na *web* exemplificadas no Quadro 9.1.

Quadro 9.1 – Definição das dificuldades

Ambiguidade	Dificuldade mais comum porque a linguagem humana é ambígua, pois uma palavra pode ter vários significados.
Heterogeneidade	Diferentes tipos de conteúdos dispostos juntos, dificultando a compreensão.
Diferenças nas Perspectivas	A maneira que os arquivos e pastas são organizados pode variar de pessoa para pessoa, ocasionando confusão.
Políticas Internas	Instituições podem priorizar informações baseadas em seus interesses.
Estética	O foco na aparência pode dificultar no que tange à funcionalidade, podendo tornar a busca inacessível.

Fonte: (Silva; Miranda, 2016).

À vista disso, a solução apontada por Reis (2007) para os problemas no *design* da informação consiste nos Esquemas de Organização que dispõem de maneira clara e lógica o agrupamento de informações. Esses esquemas formam categorias que seguem regras simples para que as informações fiquem dispostas de modo previsível e segundo critérios de teor semântico. Dessa forma, o conteúdo é classificado de acordo com sua relevância ou conexão lógica.

Os esquemas de organização exatos dividem as informações de forma definida, onde cada item pode pertencer apenas a uma categoria. Assim, a ambiguidade é mitigada, pois esse tipo de esquema é objetivo e possui padrões claros. No entanto, os usuários devem saber exatamente o que

estão buscando; caso contrário, terão muita dificuldade de encontrar o que precisam (Rosenfeld; Morville; Arango, 2015).

Segundo Reis (2007), os esquemas de organização podem seguir os seguintes critérios:

- *alfabeto*: o esquema alfabético organiza informações na ordem das letras. Isso facilita a localização de itens em listas grandes, por isso é indicada para *websites* que possuem grande volume de informação. Como exemplo prático desse tipo de esquema temos os dicionários, enciclopédias, listas telefônicas e glossários *online*.
- *tempo*: indicado para apresentar cronologias de eventos e fatos. Esse esquema pode ser utilizado, por exemplo, em *feed* de notícias ou guias de TV. Outro exemplo são as redes sociais, pois as publicações são organizadas pela data de postagem de cada item.
- *localização*: esse esquema organiza as informações de acordo com as localidades geográficas específicas. São exemplos a previsão do tempo e atlas de anatomia.
- *sequência*: esquema que organiza itens por ordem de grandeza com objetivo de atribuir um valor ou peso à informação. Esse critério é usualmente empregado em esquemas como listas de preços.

Diferentemente dos esquemas exatos, os esquemas ambíguos representam a informação com métodos sem definição precisa ou regras claras. Contudo, podem ser mais úteis do que os esquemas exatos quando o usuário não sabe bem o que está buscando (Silva, 2021), pois permitem conexões e chegar em conclusões a partir da aprendizagem associativa gerada pela navegação do site (Rosenfeld; Morville; Arango, 2015; Silva, 2021). Os esquemas ambíguos podem ser definidos por:

- *assunto*: as informações são divididas em diferentes assuntos com categorias amplas de temas ou tópicos. São exemplos os editoriais de jornais, capítulos de livros, cursos acadêmicos, supermercados e a Wikipédia.
- *tarefas*: sistemas como aplicativos de edição organizam o conteúdo pelas ações e tarefas que podem ser oferecidas aos usuários, organizando pelas funções, objetivos ou processos de prioridade.
- *público-alvo*: adequado para customizar conteúdos para diferentes usuários, baseando-se em seus interesses particulares. É o caso da

plataforma Pinterest, que requer que, ao adentrar no *website*, o usuário defina interesses que gerarão um conteúdo personalizado.

- *metáforas*: orienta o usuário por meio de abordagens já conhecidas. Um exemplo é o Windows, que inclui muitos ícones que partem de seus significados (pasta, imagem, computador).
- *híbridos*: quando se misturam elementos dos esquemas anteriores. É o caso do Instagram, que organiza os conteúdos por “assuntos” (como hashtags), por “público-alvo” (com base em quem você segue) e também por “sequência” (os posts aparecem na ordem em que são feitos).

Por último, as estruturas de organização determinam como a informação será acessada e estruturada dentro de um ambiente, oferecendo diferentes abordagens para recuperação e navegação (Silva, 2021). Essas estruturas se referem às relações entre os itens e grupos de conteúdos e podem assumir três formas que “em alguns casos, faz sentido usar um ou outro. Em muitos casos, faz sentido usar todos os três de forma complementar” (Rosenfeld; Morville; Arango, 2015, p. 117, tradução nossa). Elas se dividem como:

- *hierárquica*: organiza a informação mediante taxonomias, subdividindo dados de forma ordenada. É o caso de sites institucionais, como o da Universidade de Brasília (UnB), no qual uma página principal se subdivide em outras páginas mais específicas.
- *hipertexto*: esta estrutura organiza a informação por meio da ligação de diferentes blocos de conteúdos, sejam eles textos, imagens ou vídeos. Dessa maneira, é possível navegar pelo *website* mediante a conexões realizadas.
- *modelagem (Banco de Dados, BD)*: a modelagem organiza as informações em tabelas compostas por registros nas linhas e metadados/atributos nas colunas. ?}

Nesse sentido, o Portal dos Fóruns de EJA representa um desafio complexo e articulado aos princípios da AI, pois para dar sentido a um universo informativo é necessário que as informações sejam ordenadas (Milanesi, 1986). No entanto, a versão inicial do Portal enfrentava desafios significativos na recuperação eficaz das informações disponíveis. Em outras palavras, ao buscar por um determinado assunto, poucos documentos eram facilmente localizados, e frequentemente havia dificuldades evidentes para acessar um documento específico.

Nesse contexto, a segunda versão do Portal passou por um processo de reestruturação e incorporação das ferramentas disponibilizadas pelo *plugin* Tainacan. Esse procedimento envolveu a migração dos documentos previamente inseridos na primeira versão, acompanhada por um minucioso trabalho de catalogação dos itens para a garantia de uma organização mais eficiente. Desse modo, a reestruturação ampliou a acessibilidade da informação mediante a criação de metadados e taxonomias que promovem o acesso às informações disponíveis. Assim, a construção coletiva do saber por meio da circulação da informação foi sistematicamente fomentada (Milanesi, 1986).

Em virtude da catalogação dos itens, as taxonomias auxiliam na busca por filtros (Figura 9.4) e na criação de curadorias (Figura 9.5), propiciando encontrar resultados de modo efetivo e refinado.

Figura 9.4 – Filtros da Coleção Brasil

A captura de tela mostra a interface de filtros da Coleção Brasil, organizada em três seções principais:

- Assunto:**
 - ☐ A Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (14)
 - ☐ Administrativo (12)
 - ☐ Agenda Territorial (17)
 - ☐ Analfabetismo (14)
 - ☐ Áreas do conhecimento (16)
 - ☐ CONFINTEA's (9)
 - ☐ Cultura e sociedade (60)
 - ☐ Currículo (2)
 - Ver todos
- Outros assuntos:**
 - ☐ A Educação de Jovens e Adultos no DF - Plano de Ação (2)
 - ☐ Abordagem Educativa (1)
 - ☐ Ação Educativa (1)
 - Ver todos
- Editor(a) ou instituição:**
 - ☐ 9º ENAPEGS - Encontro Nacional De Pesquisadores Em Gestão... (1)
 - ☐ Ação Educativa (3)
 - ☐ Ana Karina Brenner (1)
 - ☐ ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em... (3)
 - Ver todos

Fonte: captura de tela elaborada pelos autores (<https://forumeja.org.br/brasil/>).

Conheça algumas das nossas pautas de destaque

Movimento de Educação de Base	Paulo Freire	Trabalho
A Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (15) Áreas do conhecimento (87) CNAEJA - Comissão Nacional de Afetização e Educação de Jovens e Adultos (1) CURFITEA's (9) Cultura e sociedade (154) Currículo (68) Deficiência Intelectual (14) Direitos humanos (11) Educação (892) Educação de adultos (7) EJA - Educação de jovens e adultos (773) EJA na África (1) Eleição dos Fóruns EJA (9) Escola (12) Espelhos de Governança Global (8) Evento (284) Formação de educadores (172) Fórum EJA (124) Gênero (43) Governo (3) Governos da América Latina (4) Indígenas (9) Informação (7) Juventude (14) Leitura (13) Letramento (14) Material didático e avaliação (38) Meio Ambiente (24) Memória e história (78) Método de ensino (31) Movimento de Educação de Base (37) Movimentos sociais (177) Paulo Freire (29) Pedagogia (63) Plano Nacional de Educação (45) Política (39) Política educacional (21) Processos de negociação (10) Projetos (187) Racismo (26) Saúde e bem-estar (17) Sociedade Civil (4) Surdz (13) Tecnologia (16) Trabalho (49) Universidade (17)	Administrativo (80)	Analfabetismo (22)

[Exibir mais](#)

Figura 9.6 – Página inicial com as bandeiras dos estados brasileiros



Em suma, organizar as informações de uma maneira acessível é uma etapa imprescindível para a promoção ou encobrimento de determinados conteúdos. Dito isso, o Portal, dada a diversidade dos itens disponíveis, demandou a organização dos objetos informacionais para a garantia da sua

recuperabilidade tanto dentro do ambiente como em buscadores. Embora a organização da informação pareça, à primeira vista, uma prática puramente técnica, ela desempenha um papel crucial na dinâmica do poder e do discurso. Organizar o conhecimento é uma tarefa indispensável para promover a compreensão e a transformação social, reconhecendo necessidade de promover e assimilar mudanças (Milanesi, 1986). Assim, ao organizar e preservar os documentos, o Portal dos Fóruns de EJA demonstra essa capacidade de adaptação. Além disso, a organização da informação desempenha um papel crucial por garantir que a memória da luta seja preservada e que o Portal continue sendo um espaço de diálogo e transformação social.

Figura 9.7 – Atualizações das articulações políticas no corpo da página



Fonte: captura de tela elaborada pelos autores (<https://forumeja.org.br/>).

Organização da memória e fortalecimento da história viva dos movimentos de EJA

Como reflexo da complexidade e da diversidade dos conteúdos relacionados à Educação de Jovens e Adultos, a organização do acervo do Portal dos Fóruns de EJA é um processo dinâmico e em constante evolução. O acervo não apenas documenta a trajetória dos Fóruns de EJA, mas também é um espaço de disputa de memórias e saberes no qual a história viva dos movimentos sociais se entrelaça com a organização da informação. Nesse contexto, foram muitos os desafios e aprendizagens ao longo do desenvolvimento do Portal, desde a definição de critérios de organização até a adaptação contínua às necessidades da comunidade de usuários.

A multiplicidade de documentos, formatos e perspectivas que compõem o acervo do Portal em sua nova versão impôs desafios significativos para sua estruturação. O volume crescente de materiais provenientes das atividades dos oito segmentos da EJA (estudantes, educadores, professores e orientadores, movimentos sociais e populares, gestores públicos, Sistema “S”, Universidades e Institutos Federais e Sindicados e Organizações Não Governamentais) exigiu soluções que garantissem tanto a acessibilidade quanto a preservação da memória coletiva (Pereira; Cunha; Neves, 2021). Assim, a diversidade documental inclui desde documentos oficiais e publicações acadêmicas até relatos de experiências e registros audiovisuais, demandando abordagens flexíveis e inclusivas na organização da informação.

Além disso, a inserção contínua de novos conteúdos pelos próprios usuários do Portal gerou a necessidade de diretrizes claras para a catalogação e indexação, a fim de evitar redundâncias e garantir a coerência do acervo. Dessa forma, o desafio de manter a unidade estrutural sem comprometer a diversidade de vozes e perspectivas reforçou a importância de estratégias colaborativas e participativas na curadoria dos materiais.

A experiência de organizar o acervo do Portal revelou a importância de um processo de aprendizado contínuo. Inicialmente, foram adotadas metodologias inspiradas em padrões bibliotecários tradicionais. No entanto, à medida que as demandas dos usuários se tornaram mais evidentes, ajustes foram necessários para garantir que a organização da informação refletisse as dinâmicas dos Fóruns de EJA. A introdução de ferramentas digitais como o WordPress e o Tainacan e a aplicação da estruturação da informação já descrita anteriormente por meio da abordagem de Rosenfeld, Morville e Arango (2015) permitiram maior flexibilidade na categorização dos materiais e um aprimoramento da recuperação da informação. Assim, a interface foi ajustada para tornar a navegação mais intuitiva, favorecendo tanto usuários experientes quanto aqueles com menor familiaridade com ambientes digitais. Essas mudanças reforçaram a ideia de que a organização do acervo deve ser um processo adaptável, sempre alinhado às necessidades da comunidade.

Ao longo dos anos, a forma de conceber a organização do acervo do Portal foi sendo ressignificada para melhor atender às necessidades dos movimentos de EJA. Nesse sentido, identificou-se que o conjunto de documentos selecionados para compor o Portal em sua versão 1 absorvia a lógica

de documentos institucionais e acadêmicos, mas também tinha a intenção de abarcar a riqueza da memória dos Fóruns, presente em registros informais como depoimentos, atas de reuniões, materiais de divulgação e articulações políticas. Essa percepção levou à ampliação dos critérios de indexação, incorporando categorias e metadados que valorizam diferentes tipos de saberes e narrativas. Além disso, a interação constante com os usuários do Portal revelou a necessidade de tornar a busca mais acessível, com filtros temáticos e mecanismos que facilitassem a navegação.

O Quadro 9.2 indica os atuais metadados utilizados para descrever os conteúdos organizados e submetidos nas coleções dos Fóruns Estaduais e Nacional de EJA, que buscaram abarcar as características dos documentos resultantes das atividades do movimento, assim como da curadoria das informações realizada pelos membros dos Fóruns.

**Quadro 9.2 – Metadados das coleções de documentos
da versão 2 do Portal dos Fóruns de EJA**

Nome do metadado	Tipo de metadado	Mapeamento dos metadados em Dublin Core
Título*	Texto simples	DC Elements: dc.title
Autoria	Taxonomia (livre)	DC Elements: dc.creator
Assunto	Taxonomia	DC Elements: subject
Outros assuntos	Taxonomia (livre)	–
Ano de publicação	Taxonomia	DC Elements: dc.date
Data de publicação	Texto simples	DC Terms: dc.created
Tipo de documento	Taxonomia	DC Elements: dc.type
Coleção ou evento	Taxonomia	DC Elements: dc.relation
Outra coleção ou evento	Texto simples	–
Local de publicação	Taxonomia	DC Elements: dc.coverage
Observação sobre o local	Taxonomia (livre)	DC Terms: dc.spatial
Editor(a) ou Instituição	Taxonomia (livre)	DC Elements: dc.publisher
Descrição	Descrição principal	DC Elements: dc.description
Notas	Texto longo	–
URL	URL	DC Elements: dc.identifier
Licença	Taxonomia (campo oculto)	DC Elements: dc.right

*Único metadado de preenchimento obrigatório
Fonte: elaborado pelos autores, mar. 2025.

Os metadados apresentados no Quadro 9.2 fornecem informações estruturadas que descrevem, explicam, localizam ou facilitam a recuperação e o uso dos recursos digitais selecionados e produzidos pelo movimento.

Dessa forma, asseguram a recuperabilidade, reutilização e organização dos conteúdos dentro da lógica arquitetada para guardar e preservar o acervo do Portal.

O *Tipo de Metadado* se refere às escolhas técnicas de como aquela informação será disposta e trabalhada, pelas pessoas e pelo Tainacan, no momento de seu registro, busca e recuperação. Já o *Mapeamento dos metadados em Dublin Core* serve para padronizar a descrição dos itens do repositório, facilitando a interoperabilidade e a recuperação da informação. O Dublin Core é um conjunto de metadados amplamente utilizado para descrever recursos digitais e, no Tainacan, permite estruturar campos como título, autor, data, assunto e tipo de documento. Isso torna os acervos mais organizados, pesquisáveis e compatíveis com outros sistemas, promovendo a disseminação e o compartilhamento de informações (Alves, 2010; Hillmann, 2005).

A notícia e atualização da articulação política como acervo de memória e luta

Uma das mudanças mais significativas no processo de organização do Portal foi o reconhecimento da notícia como um elemento essencial da memória dos Fóruns de EJA. Inicialmente, os materiais jornalísticos eram considerados apenas documentos complementares, mas sua importância na construção da história viva dos movimentos se tornou evidente. Notícias sobre eventos, debates, políticas públicas e mobilizações passaram a ser tratadas como registros históricos fundamentais, contribuindo para um acervo que não apenas preserva o passado, mas também acompanha as transformações e desafios atuais da EJA.

A incorporação de notícias ao acervo exigiu ajustes na forma de indexação e recuperação da informação. Foi necessário estabelecer critérios para a seleção de conteúdos relevantes, garantindo que fossem facilmente acessíveis e contextualizados dentro da trajetória dos Fóruns de EJA. Portanto, pensou-se em ferramentas que aliassem a facilidade da dinâmica de publicação de conteúdo no WordPress – conhecida como *posts*, muito divulgada por blogs, mídias sociais e sites de notícias – com a organização e preservação de itens digitais que o Tainacan entrega, de forma que toda atualização de articulação política divulgada no Portal pudesse ser tratada como uma documentação dos Fóruns regionais e nacional da EJA: recuperáveis, reutilizáveis e orga-

nizados de maneira a fomentar a memória a continuidade do movimento. Assim, o Portal se consolidou não apenas como um repositório documental, mas também como um espaço de atualização e acompanhamento das lutas pela Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

O Quadro 9.3 descreve a estrutura, descrição e os metadados escolhidos para a organização das atualizações das articulações políticas no contexto do Portal.

Quadro 9.3 – Metadados da coleção de Atualização de Articulações Políticas/Notícias da versão 2 do Portal dos Fóruns de EJA

Nome do metadado	Tipo de metadado
Seção 1: Matéria	
Título*	Texto simples
Resumo informativo*	Descrição principal
Estado*	Taxonomia
Assunto	Taxonomia
Aprofundamento da matéria	Taxonomia
Seção 2: Evento	
Eventos	Taxonomia
Data do evento	Data
Horário do evento	Texto simples
Endereço do evento	Texto simples

*Metadados de preenchimento obrigatório
Fonte: elaborado pelos autores, mar. 2025.

Assim como no Quadro 9.2, o conjunto de metadados selecionados para descrever e organizar as informações referentes às Atualizações de Articulações Políticas/Notícias divulgadas no Portal é refletido no Quadro 9.3. Esses metadados foram definidos de forma a cobrir todos os aspectos necessários para a estruturação desse conteúdo no repositório, garantindo tanto sua recuperação como sua preservação. Essa solução mostrou a necessidade do movimento de conservar de forma estruturada todas as manifestações resultantes de suas atividades, e não somente aquelas registradas em formato de documentação, mídia, entre outros.

Desafios e aprendizagens sobre os vocabulários

A construção de vocabulários controlados para a indexação dos conteúdos do Portal foi um dos grandes desafios enfrentados. A terminologia utilizada em sistemas tradicionais de organização da informação nem sempre contem-

plava a especificidade das lutas e debates da EJA, o que demandou esforços para adaptar e criar categorias que refletissem melhor essa realidade. Muito embora o Brased, Thesaurus Brasileiro de Educação, tenha sido uma fonte de consulta para esse tratamento.

A necessidade de um vocabulário mais representativo levou a diálogos com pesquisadores, educadores e militantes, permitindo a construção de um modelo de indexação mais inclusivo e que dialoga tanto com as premissas da arquitetura da informação (Rosenfeld; Morville; Arango, 2015) como com os fundamentos de uma organização da informação mais inclusiva e dialógica (Freire, 1963; Milanesi, 1986). Essa abordagem permitiu que termos frequentemente marginalizados nos sistemas de classificação tradicionais fossem incorporados de maneira legítima e visível, reforçando o compromisso do Portal com a diversidade e a justiça informacional.

É importante salientar que essa tarefa que não se finda e que se reflete na inclusão de alguns metadados de taxonomia livre, como o *Outros assuntos*, descrito no Quadro 9.2. Esse metadado possui a intenção de deixar uma taxonomia aberta e em constante criação de manifestações genuínas e legítimas dos integrantes do movimento da EJA em descrever os itens digitais e/ou as atualizações das articulações políticas. A ideia é que essa taxonomia e vocabulário livre possam ser tratados de tempos em tempos a fim de ser incorporadas ao vocabulário controlado de assuntos do repositório, conforme Figura 9.8.

O vocabulário controlado de Assuntos descrito na Figura 9.8 revela o tratamento pelo qual os termos inseridos no repositório passaram após uma descrição livre dos integrantes dos Fóruns do Portal no momento de submissão dos documentos digitais na base. Conforme discutido, as decisões para a elaboração desse vocabulário passam pela experiência e vivência dinâmica do próprio movimento, assim como por questões técnicas analisadas pela equipe, tendo como ponto referência outros vocabulários controlados da área de educação, como por exemplo o Thesaurus Brasileiro da Educação¹ e o Vocabulário Controlado de Educação e Áreas Afins (Vocea).²

¹ Disponível em: <https://vocabularyserver.com/brased/>

² Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/vocabulario/vocab/index.php>

Figura 9.8 – Vocabulário controlado (taxonomia) de assuntos da nova versão do Portal

Termos raiz		Filhos de Educação.	
Selecionar todos os termos (50)		Selecionar todos os termos filhos (22)	
☐ Áreas do conhecimento	↳ 10	☐ Alfabetização	↳ 0
☐ CNAEJA - Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	↳ 0	☐ Alfabetização Solidária	↳ 0
☐ CONFINTEA's	↳ 0	☐ Aprendizagem	↳ 0
☐ Cultura e sociedade	↳ 14	☐ Atendimento Especializado	↳ 0
☐ Currículo	↳ 0	☐ Ciência e Educação	↳ 0
☐ Deficiência Intelectual	↳ 0	☐ Educação a Distância	↳ 0
☐ Direitos humanos	↳ 0	☐ Educação Ambiental	↳ 0
☒ Educação	↳ 22	☐ Educação básica	↳ 0
☐ Educação de adultos	↳ 0	☐ Educação de base	↳ 0

Fonte: forum.eja.org.br (mar. 2025).

A organização do acervo do Portal dos Fóruns de EJA foi um exercício constante de adaptação e aprendizado. Os desafios encontrados – desde a diversidade de conteúdos até a construção de vocabulários mais representativos – trouxeram reflexões importantes sobre o papel da organização da informação na preservação da memória e no fortalecimento das lutas sociais. Ao se tratar de um espaço vivo de memória e articulação, o Portal reafirma seu compromisso com a Educação de Jovens e Adultos, garantindo que suas narrativas e experiências sejam acessíveis e valorizadas por gerações futuras.

Conclusão

À medida que reflete as condições históricas e as possibilidades técnicas e tecnológicas de cada época, a organização do acervo do Portal dos Fóruns de EJA é um processo em constante construção. Além disso, enquanto instrumento de articulação das lutas em torno da EJA, o Portal é simultaneamente resultado e processo das relações sociais e disputas que marcam a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

O desafio de estruturar uma biblioteca digital que atendesse tanto aos princípios políticos e organizativos dos Fóruns de EJA quanto às demandas atuais da presença digital levou as propostas aqui apresentadas a dialogarem

com projetos de natureza semelhante, ampliando, assim, suas conexões originais. A adoção de ferramentas digitais, a construção de metadados adaptáveis e o desenvolvimento de um vocabulário controlado alinhado às especificidades do movimento foram passos fundamentais para garantir que o acervo não fosse apenas um registro documental, mas também um espaço vivo de memória e articulação política.

O processo de organização do acervo apoiou-se em princípios fundamentais da educação popular, voltados para a formação política e a transformação social. A estruturação das informações baseou-se em princípios técnicos das áreas do conhecimento dedicadas a essa temática, como a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. No entanto, essa aplicação técnica não foi desprovida de intenção, nem ancorada no falso pressuposto da neutralidade. Como nos ensinou Freire (2024), a competência técnica e científica é necessária, mas nunca apolítica; ela está a serviço de um projeto.

O projeto que orienta a organização das informações no Portal dos Fóruns de EJA visa a organização da própria classe trabalhadora, contribuindo para o desenvolvimento das condições para sua emancipação. Assim, a estruturação das informações promovidas por esse projeto visa auxiliar a desarticulação do sistema de exploração e opressão dos trabalhadores. Dessa forma, a organização da classe trabalhadora serve à desconstrução do sistema hegemônico e opressor e, ao mesmo tempo, à construção de outras formas de (re)organização e resistência.

Referências

- ALVAREZ, Edgar Bisset; BRITO, Jean Fernandes; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Arquitetura da informação enquanto disciplina científica: um debate ainda em aberto. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s. l.], v. 16, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1409>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- ALVES, Rachel Cristina Vesú. **Metadados como elementos do processo de catalogação**. 2010. – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103361>. Acesso em: 3 fev. 2025.
- BARBOSA, Simone Diniz Junqueira; PRATES, Raquel Oliveira. Avaliação de interfaces de usuário – conceitos e métodos. In: **XXII Jornada de Atualização em Informática, SBC**. [S. l.: s. n.], 2003. Disponível em: https://homepages.dcc.ufmg.br/~rprates/ge_vis/cap6_vfinal.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.

- BATISTA, Claudia Regina. **Desenvolvimento de interface para ambiente hiper-mídia voltado ao ensino de geometria sob a ótica da ergonomia e do design gráfico**. 2003. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/85027/197446.pdf;sequence=1>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- BURGER, Gabriela. **Ecologia da informação: como a hiperconectividade e o excesso de informação afetam a sociedade**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Tecnologia de Americana, Americana, 2014. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/1089>.
- CAMPBELL, James. **A biblioteca: uma história mundial**. São Paulo: SESC, 2015.
- CHAGAS, Fernando; CARVALHO, Cedric Luiz de; SILVA, João Carlos da. **Um estudo sobre os sistemas de gerenciamento de conteúdo de código aberto**. Goiânia: [s. n.], 2008. Disponível em: https://ww2.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF_002-08.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.
- CHOUDHURY, Nupur. World Wide Web and Its journey from Web 1.0 to Web 4.0. **International Journal of Computer Science and Information Technologies**, [s. l.], v. 5, p. 8096-8100, 2014. Disponível em: <https://ijcsit.com/docs/Volume%205/vol5issue06/ijcsit20140506265.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- FERREIRA, Carlos Alberto; RODRIGUES, Bruno da Silva Azevedo; NASCIMENTO, Bruna Silva do. Arquitetura da Informação em Portais de Institutos de Pesquisa em Saúde. **Asklepion: Informação em Saúde**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 27-37, 2023. Disponível em: <https://asklepionrevista.info/asklepion/article/view/72>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- FREIRE, Paulo. Consscientização e alfabetização – Uma nova visão do Processo. **Estudos Universitários**, [s. l.], v. 4, p. 5-23, 1963. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/254888>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 13. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2024.
- FURNER, Jonathan. Dewey deracialized: a critical race-theoretic perspective. **Knowl. Org.**, [s. l.], v. 34, n. 3, p. 144-168, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2007-3-144>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- GREEN, Rebecca. Indigenous peoples in the U.S., Sovereign Nations, and the DDC. **NASKO**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 25-40, 2017. Disponível em: <https://journals.lib.washington.edu/index.php/nasko/article/view/15178>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- HIGGINS, Molly. Totally invisible: Asian American representation in the Dewey Decimal Classification, 1876-1996. **Knowl. Org.**, [s. l.], v. 43, n. 8, p. 609-621, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2016-8-609>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- HILLMANN, Diane. **Using Dublin Core**. [S. l.], 2005. Disponível em: <https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/usageguide/2005-11-07/>. Acesso em: 3 fev. 2025.
- MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos *et al.* Uso de gerenciador de conteúdos e hipertextos: gestão na biblioteca universitária <p> The use management of contents and hypertext: management in university libraries. **Revista ACB: Biblioteconomia**

- em **Santa Catarina**, [s. l.], v. 16, p. 269, 2011. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/747>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- NEUMANN, Adrien. **O que é CMS? Para que serve? Dicas de como escolher um!**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.godaddy.com/resources/br/artigos/o-que-e-cms>.
- OLSON, Hope A. The power to name: representation in Library Catalogs. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 639-668, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3175535>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- PASCOAL, Roger. **Colaboração e cognição na World Wide Web**. 2008. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/18217>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- PEREIRA, Maria Luiza Pinho; CUNHA, Meire Cristina; NEVES, Ezequiel Antônio Rezende Pereira. O Portal dos Fóruns Estaduais e Distrital de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil – 2005-2019: origem, possibilidades e desafios no ciberespaço. In: **TRABALHO, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E TECNOLOGIAS EMANCIPATÓRIAS**. Brasília: Hildebrando Editor & Autores Associados, 2021. p. 14-63. Disponível em: https://forumaja.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/151616/451010/livro_eja.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.
- REIS, Guilherme Almeida Dos. **Centrando a arquitetura de informação no usuário**. 2007. Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-23042007-141926/>.
- ROSENFELD, Lou; MORVILLE, Peter; ARANGO, Jorge. **Information architecture: for the web and beyond**. 4. ed. Sebastopol, CA: O'Reilly Media, 2015.
- SCHONS, Claudio Henrique. O volume de informações na Internet e sua desorganização: reflexões e perspectivas. **Informação & Informação**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 50-65, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2007v12n1p50>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- SILVA, Márcio Bezerra da. O arquiteto da informação na organização e representação da informação. In: **I Encontro de Estudo sobre Ciência, Tecnologia e Gestão da Informação (ENEGI)**. [S. l.]: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347964936_O_arquiteto_da_informacao_na_organizacao_e_representacao_da_informacao.
- SILVA, Márcio Bezerra da. Organização da informação em interfaces web: sinalizações da Arquitetura da Informação aos desenvolvedores front-end. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 14, 2021. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/530>.
- SILVA, Márcio Bezerra da; MIRANDA, Zeny Duarte de. A arquitetura da informação do portal institucional BVS FIOCRUZ à luz do sistema de organização. In: **XVII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 17. Salvador: ANCIB, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/>

ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/4194/2207. Acesso em: 24 mar. 2025.

SULLIVAN, Doreen. **A brief history of homophobia in Dewey decimal classification.** [S. l.], 2015. Disponível em: <https://overland.org.au/2015/07/a-brief-history-of-homophobia-in-dewey-decimal-classification/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

TAINACAN. **Tainacan – Uma plataforma de repositórios flexível e poderosa para WordPress.** [S. l.], 2025. Disponível em: <https://tainacan.org/>.

Dados públicos sobre a EJA

MICHELLI COSTA, GABRIELA ROCHA E SUELANE SILVA

A principal característica dos dados é que eles são produtos da atividade humana. Eles correspondem a valores atribuídos a uma determinada dimensão, aspecto ou característica de um objeto ou fenômeno que se deseja descrever. No entanto, os dados não apenas capturam ou representam essas dimensões, mas também simplificam, enfatizam e podem introduzir vieses sobre determinada faceta do objeto em questão. Dessa forma, os dados podem distorcer tanto o objeto quanto a realidade que se propõem a descrever. Portanto, seus usos e implicações devem ser feitos de maneira crítica e consciente.

O uso intensificado dos dados nos processos de mediação entre humanos e o mundo deu origem à noção de dataficação da vida (Segata; Rifiotis, 2021). Nesse contexto, a dataficação transforma ações humanas em dados digitais, permitindo monitoramento e análises preditivas cada vez mais sofisticadas, impulsionadas por algoritmos e plataformas tecnológicas (Moura, 2022). Esse fenômeno se sustenta em três pilares: a conversão de expressões humanas em dados, a plataforma como meio de coleta e processamento e o agenciamento algorítmico que influencia decisões e comportamentos (Lemos, 2021). Devido à sua ampla penetração nas atividades humanas e no mundo do trabalho, a crescente influência da dataficação reforça o poder tecnocrático e fortalece o que Lemos (2021) denominou de “algocracia

epistocrática”, em que decisões fundamentais passam a ser mediadas por algoritmos e dados que carregam uma suposta e ilusória neutralidade.

As problemáticas ressaltadas são um ponto de partida para o debate sobre os dados, mas não são seu fim. Apesar de seus limites, os dados são essenciais para a descrição de fenômenos, realidades e objetos. Eles compõem parte da informação a ser produzida, transmitida e utilizada. Na atual organização e produção do conhecimento, o uso de dados desempenha um papel central na ampliação da compreensão sobre o mundo, seja por meio da dataficação do conhecimento (Lemos, 2021), da engenharia do conhecimento (Silva; Novo, 2024) ou, ainda, da predição como ferramenta de ação (Moura, 2022).

No âmbito da política governamental, os dados ganharam visibilidade e espaço como instrumentos de gestão pública e de disputa. Nesse contexto, destacam-se as reivindicações sociais por maior controle e transparência na atuação governamental, especialmente na elaboração e execução de políticas públicas. No Brasil, o debate sobre o tema se aprofundou com as mobilizações em torno da Lei de Acesso à Informação (LAI) e das discussões relacionadas à tese do governo aberto (Brasil, 2011; CGU, 2014). Entre outros objetivos, essas iniciativas buscam ampliar a participação social na gestão pública, garantindo a disponibilização aberta de informações, especialmente de dados públicos, como meio de fortalecer o acompanhamento e a tomada de decisões coletivas.

Dessa forma, o uso crítico dos dados se tornou um recurso informacional fundamental tanto para a compreensão do mundo quanto para a intervenção sobre ele. A proposta aqui desenvolvida parte de uma perspectiva crítica, que identifica contradições, mas também busca expandir as possibilidades de apropriação e uso coletivo dos dados como instrumento essencial para a produção de saberes que orientem transformações sociais.

Foi com base nesses pressupostos que surgiu, em 2005, o Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Aderindo aos princípios do *software* livre e com o objetivo de instrumentalizar a luta política dos movimentos sociais pela educação de jovens e adultos trabalhadores, o Portal se desenvolveu consolidando um acervo especializado em publicações sobre a EJA e materiais produzidos pelos próprios movimentos sociais.

O aprimoramento do Portal como fonte informacional para os atores envolvidos na luta pela EJA trouxe à tona a necessidade de acesso e análise

de dados sobre a educação e a vida dos trabalhadores. Essa demanda tem sido objeto de reflexão e ação no projeto de reestruturação do Portal, iniciado em 2023, e continua representando um desafio. Parte da complexidade dessa questão reside na apropriação de métodos e técnicas que, muitas vezes, reduzem ou mistificam as atividades humanas para que possam ser utilizadas na instrumentalização de uma luta social na qual sujeitos políticos conscientes desempenham um papel fundamental. Considerando essa problemática, este capítulo apresenta os esforços empreendidos no Portal dos Fóruns de EJA para possibilitar a compreensão e a interação com dados públicos sobre a EJA.

Portal dos Fóruns de EJA

Desde sua concepção em 2005, o Portal dos Fóruns de EJA adotou a política de adesão a *softwares* livres. A primeira versão do portal foi construída com a ferramenta Drupal, um gerenciador de conteúdo de código aberto amplamente utilizado naquele período. Na sua atualização, iniciada em 2023 a partir do Projeto Pegadas Paulo Freire, a utilização de *softwares* livres segue como princípio orientador das ações dos desenvolvedores. Desta vez, o portal foi atualizado com o gerenciador de conteúdo WordPress, no qual foi adicionado o *plugin* Tainacan, ferramenta voltada para a criação, gerenciamento e publicização de acervos multimídia.

O acervo do Portal é alimentado de forma descentralizada por representantes dos fóruns estaduais brasileiros, estabelecendo um compromisso com a preservação e disseminação de informações sobre a educação e o Movimento pela Educação de Jovens, Adultos e Trabalhadores. Com esse propósito, disponibiliza um acervo virtual multimídia composto por diversos tipos de documentos, como artigos, teses, dissertações, banners, relatórios de encontros, livros, *links*, imagens, produções em áudio e vídeos. O objetivo do acervo é atuar como uma biblioteca do movimento, fornecendo acesso a estudantes, militantes, educadores, pesquisadores e outros interessados em informações relacionadas à EJA.

Ao proporcionar a reutilização dos itens que compõem seu acervo e adotar a política de *software* livre, o portal dos fóruns de EJA se consolida como um ambiente gerador de conhecimento. Além disso, também garante o acesso a informações públicas sobre a EJA, compreendendo que os dados

são uma ferramenta essencial para o diálogo com o poder público e para o fortalecimento das políticas educacionais, especialmente frente à transformação digital da sociedade contemporânea.

Ademais, a disponibilização e análise de dados públicos são fundamentais para gerar debates, controvérsias e participação popular na gestão pública. Dessa forma, além de preservar e disseminar conteúdos sobre a EJA mediante o uso de dados, o Portal também contribui para a qualificação do debate público e a construção de políticas mais alinhadas às necessidades da sociedade.

Dados governamentais abertos

A proposta de abertura dos dados governamentais representa uma conquista dos movimentos sociais organizados que reivindicam maior transparência e acesso às informações produzidas pelo poder público. Oliveira e Silva (2024) ressaltam que o movimento em defesa do acesso aberto às publicações científicas, iniciado nos anos 2000, foi precursor dos princípios que fundamentam as demandas pela abertura dos dados governamentais. Esse movimento está diretamente relacionado às filosofias que inspiraram iniciativas em prol do *software* livre. O principal argumento dessas mobilizações é o entendimento de que o acesso à informação, seja em forma de dados ou códigos, constitui um direito daqueles que utilizam ou podem vir a utilizar esses sistemas, promovendo benefícios para um maior número de pessoas caso seu acesso seja democratizado (Costa, 2006).

As reivindicações pelo aumento do acesso à informação foram impulsionadas tanto pela insatisfação com os modelos tradicionais de comunicação, que tendem a restringir o acesso, quanto pelas novas possibilidades de compartilhamento e distribuição de informações proporcionadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). No caso específico dos dados governamentais de domínio público, que representam e resultam da gestão pública sobre a vida da população, destaca-se que sua abertura tem o potencial não apenas de conferir maior transparência às ações governamentais, mas também de ampliar a participação social e a eficiência das ações de interesse público.

A discussão sobre dados governamentais abertos esteve associada às iniciativas da Open Government Partnership (OGP), organização que reúne

diversos países em torno da agenda de governo aberto e cultura da transparência. No Brasil, um dos principais resultados dessa atuação foi a aprovação da LAI e a consolidação dos princípios de transparência, prestação de contas e participação cidadã no governo. O princípio da transparência estabelece que as informações e dados governamentais de interesse público devem ser acessíveis à população. As estratégias do governo brasileiro incluem a transparência ativa, quando dados são disponibilizados independentemente de solicitações específicas, e a transparência passiva, quando a liberação ocorre em resposta a demandas da sociedade (Braga; Costa, 2021).

No Brasil, a transparência governamental é orientada pela Controladoria-Geral da União (CGU) e fundamentada no princípio do direito de acesso às informações públicas, que garante seu livre acesso à população. Para promover essa transparência ativa, os órgãos públicos devem disponibilizar informações mesmo sem demanda explícita, seguindo diretrizes estabelecidas nos Planos de Dados Abertos (PDA). Esses planos orientam a implementação da abertura de dados na administração pública federal, assegurando padrões mínimos de qualidade para facilitar sua reutilização e apropriação (Brasil, 2016).

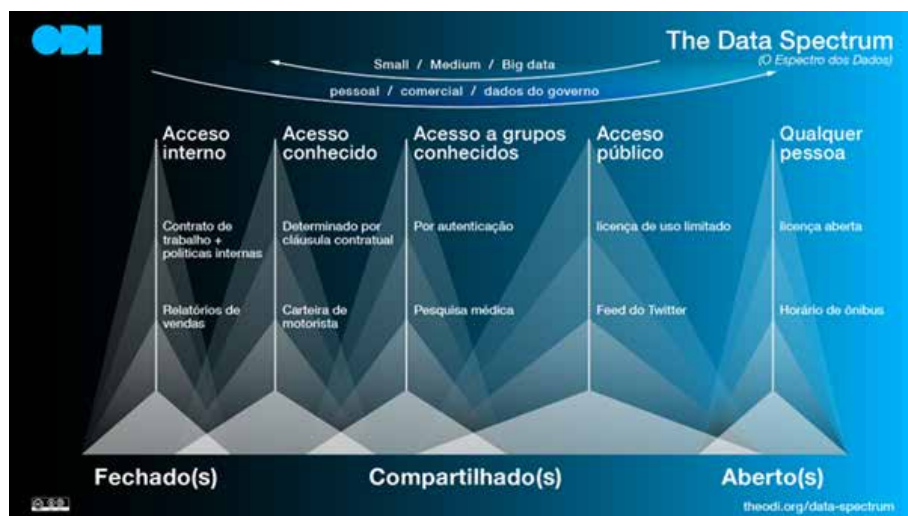
A participação social é essencial para a efetividade da abertura de dados governamentais e para sua consolidação como um direito conquistado pela sociedade. A regulamentação dos PDA determina que os órgãos públicos estabeleçam mecanismos para identificar as prioridades da sociedade, garantindo que a transparência atenda às demandas da população. Assim, os PDA devem incluir estratégias explícitas para fomentar a interação entre governo e cidadãos, fortalecendo a cultura de abertura e o compromisso com a transparência pública (Braga; Costa, 2021).

Conforme sistematizado pelo Open Data Institute (ODI), os dados podem ser classificados como pessoais, comerciais ou governamentais. Neste estudo, serão discutidos apenas os dados governamentais, que podem ser analisados em termos de volume e complexidade, classificados como grandes, médios ou pequenos, além de ser avaliados conforme o nível de acesso disponibilizado.

A Figura 10.1 apresenta uma escala de abertura dos dados, considerando níveis de acesso que vão desde o acesso interno, com maior restrição, até o acesso totalmente aberto. Este último pode ser dividido em dois níveis:

acesso público, no qual os dados são disponibilizados publicamente, mas com possíveis restrições de licenciamento, e acesso irrestrito, em que os dados possuem uma licença aberta.

Figura 10.1 – O espectro dos dados



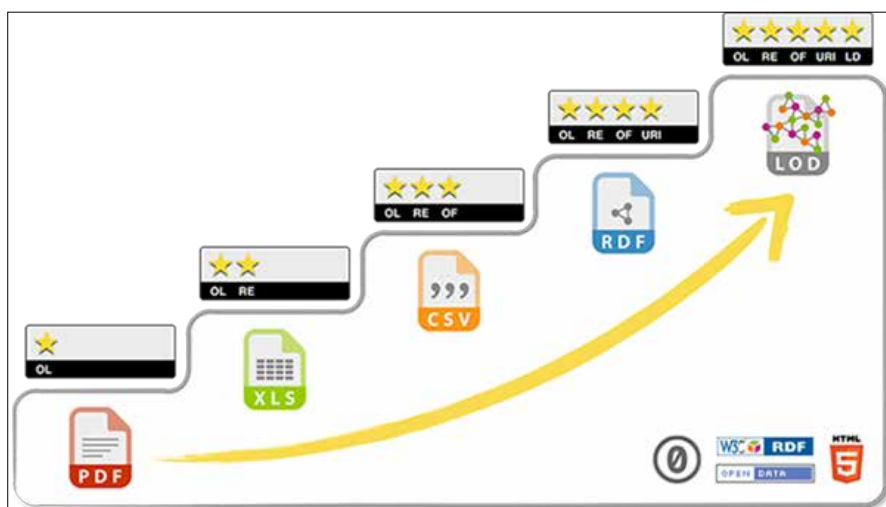
Fonte: Open Data Institute (2020).

Os dados governamentais percorrem todos os níveis do espectro de abertura, mas a análise aqui se limita aos dados abertos, ou seja, aqueles compartilhados com o grande público sob uma licença aberta de distribuição. A licença aberta deve garantir mais do que a simples disponibilidade dos dados, assegurando que eles sejam acessíveis sem necessidade de *login* específico, legíveis por máquinas e passíveis de compartilhamento para diversos usos. Considerando essas exigências, Tim Berners-Lee, criador da *web*, propôs um sistema de classificação dos dados abertos em cinco estrelas (Figura 10.2).

O primeiro nível desse sistema representa a disponibilização do recurso na *web* com uma licença aberta, independentemente do formato. O segundo nível indica que os dados estão estruturados, por exemplo, em planilhas. No terceiro nível, os dados estruturados devem estar em um formato não proprietário, permitindo sua utilização em *software* livre. O quarto nível, por sua vez, exige o uso de identificadores persistentes únicos para localização dos

recursos e seus metadados. Finalmente, no quinto nível, aplicam-se técnicas de *linked data* para conectar os dados, promovendo maior compreensão e interoperabilidade (Al-Khatib; Ali, 2021).

Figura 10.2 – Cinco estrelas para os dados abertos



Fonte: Five Star Data.

A classificação em cinco estrelas para dados abertos evidencia a complexidade envolvida na garantia de que a abertura represente não apenas a disponibilização, mas também a ampliação do uso dos dados públicos em diferentes contextos, maximizando seu impacto social. Entretanto, grande parte dos dados governamentais não atinge sequer o terceiro nível da classificação proposta, o que representa um desafio para a democratização do acesso e a sua plena utilização. Para superar parte desses desafios, sistemas de visualização e manipulação de dados públicos foram desenvolvidos ao longo do tempo. Este estudo discutirá um caso específico dessas iniciativas, considerando o contexto dos dados públicos sobre a EJA.

Dados públicos sobre EJA no Brasil

O uso de dados sobre educação é fundamental para aprimorar a qualidade das políticas públicas, monitorar investimentos, qualificar professores e acompanhar indicadores essenciais como o Índice de Desenvolvimento

da Educação Básica (IDEB). No entanto, grande parte desses dados está disponível em formato não estruturado, o que dificulta sua descrição e reutilização. Além disso, a baixa qualidade de muitos desses dados faz com que sua utilização seja custosa e onerosa (Bandeira *et al.*, 2015).

Ao procurar por dados de qualquer natureza, o primeiro passo é recorrer ao Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br), que tem como objetivo centralizar a busca e acesso a dados públicos de todo e qualquer assunto ou categoria. O Portal em questão “[...] é um serviço simplificado que organiza e padroniza o acesso aos dados públicos, primando pelo reuso dos dados e o uso de tecnologias modernas” (Brasil, 2025).

O Portal Brasileiro de Dados Abertos foi desenvolvido com o CKAN (ckan.org), um *software* de código aberto amplamente adotado em diversos países e que permite o acesso gratuito a um catálogo estruturado de dados (Penteado; Bittencourt; Isotani; 2017). Dessa forma, o portal funciona como um repositório dos dados de diversas organizações, mas não se responsabiliza pela coleta, catalogação e hospedagem dos *datasets*, funções das próprias organizações encarregadas de realizar os depósitos e fornecer as respectivas descrições (Brasil, 2025).

Contudo, o consumo dos dados abertos ainda apresenta inúmeros desafios. Penteado, Bittencourt e Isotani (2017) avaliaram *datasets* (conjuntos de dados) disponibilizados pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br) à luz da *Data on the Web Best Practices* (W3C, 2017) que constituem recomendações da W3C (*World Wide Web Consortium*, organização responsável pelos padrões da Web). A W3C promove 35 boas práticas que permitem a interação entre produtores e consumidores de dados na web, conforme mostra a Figura 10.3.

Figura 10.3 – Melhores práticas para dados na web
(W3C Recommendation, 31 de janeiro de 2017)

Best Practice 1 : Provide metadata	Best Practice 19 : Use content negotiation for serving data available in multiple formats
Best Practice 2 : Provide descriptive metadata	Best Practice 20 : Provide real-time access
Best Practice 3 : Provide structural metadata	Best Practice 21 : Provide data up to date
Best Practice 4 : Provide data license information	Best Practice 22 : Provide an explanation for data that is not available
Best Practice 5 : Provide data provenance information	Best Practice 23 : Make data available through an API
Best Practice 6 : Provide data quality information	Best Practice 24 : Use Web Standards as the foundation of APIs
Best Practice 7 : Provide a version indicator	Best Practice 25 : Provide complete documentation for your API
Best Practice 8 : Provide version history	Best Practice 26 : Avoid Breaking Changes to Your API
Best Practice 9 : Use persistent URIs as identifiers of datasets	Best Practice 27 : Preserve identifiers
Best Practice 10 : Use persistent URIs as identifiers within datasets	Best Practice 28 : Assess dataset coverage
Best Practice 11 : Assign URIs to dataset versions and series	Best Practice 29 : Gather feedback from data consumers
Best Practice 12 : Use machine-readable standardized data formats	Best Practice 30 : Make feedback available
Best Practice 13 : Use locale-neutral data representations	Best Practice 31 : Enrich data by generating new data
Best Practice 14 : Provide data in multiple formats	Best Practice 32 : Provide Complementary Presentations
Best Practice 15 : Reuse vocabularies, preferably standardized ones	Best Practice 33 : Provide Feedback to the Original Publisher
Best Practice 16 : Choose the right formalization level	Best Practice 34 : Follow Licensing Terms
Best Practice 17 : Provide bulk download	Best Practice 35 : Cite the Original Publication
Best Practice 18 : Provide Subsets for Large Datasets	

Fonte: W3C.

A análise de Penteadó, Bittencourt e Isotani (2017) revelou que a maioria das práticas recomendadas são apenas parcialmente atendidas no portal do governo. Dentre as problemáticas identificadas pelos autores, destacam-se:

- os metadados são fornecidos em parte, geralmente em formato PDF, dificultando o processamento por máquinas e a interoperabilidade;
- informação sobre a licença e a procedência dos dados está disponível, mas não de forma automática;
- a qualidade dos dados não é divulgada;
- os datasets possuem identificadores únicos, mas não trazem versões ou históricos explícitos;

- os formatos dos dados variam, com alguns em XML e JSON, enquanto outros estão compactados em CSV. Por conta disso, a negociação de conteúdo e o fornecimento de dados em múltiplos formatos não são atendidos;
- os vocabulários de dados são adotados, mas não seguem requisitos semânticos;
- o acesso aos dados é garantido para *download* em massa e API documentada, mas não para *download* parcial ou em múltiplos formatos;
- a atualização dos dados é um problema, e o feedback dos usuários não é coletado ou disponibilizado;
- o enriquecimento dos dados e a republicação responsável também não são atendidos.

Além das questões apontadas pelos autores, o presente estudo identificou que a catalogação dos conjuntos de dados dificulta a busca por termos específicos no portal de dados abertos. Em outubro de 2024, foram realizadas pesquisas por palavras-chave para encontrar dados abertos sobre a EJA, utilizando termos relacionados ao tema e órgãos reconhecidos, na prática, como responsáveis pela produção e disponibilização de informações sobre educação, como o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Naquele período, as buscas por “EJA”, “INEP EJA”, “MEC EJA”, “MEC”, “ensino” e “alfabetização” não resultaram em dados relevantes para o trabalho em desenvolvimento no Fórum EJA.

A escassez de resultados no portal de dados abertos levou à busca direta nos sites do MEC e Inep. Após a análise dos dados disponíveis nessas plataformas, constatou-se que o Censo Escolar é a fonte mais completa e adequada para subsidiar o uso de dados abertos sobre EJA. Diante dos esforços empreendidos nessa análise, ficou evidente que o Censo Escolar é a principal pesquisa estatística sobre a educação básica no Brasil, coordenada pelo Inep e realizada anualmente em colaboração com secretarias de educação estaduais e municipais. O Censo coleta dados detalhados sobre escolas públicas e privadas, incluindo informações sobre alunos, professores, infraestrutura e desempenho escolar, todos facilmente acessíveis na página de resultados. Apesar da disponibilidade dos dados, parte das problemáticas levantadas pelo Penteado, Bittencourt e Isotani (2017) também são recor-

rentes nos datasets dos Censo Escolar e, portanto, demandam tratamento e estratégias para sua visualização e manuseio.

Dados públicos sobre EJA no Portal dos Fóruns de EJA

A utilização de dados públicos no contexto do Fórum EJA tem como objetivo apoiar o debate, a pesquisa acadêmica, a formulação de políticas públicas e incentivar a apropriação desses dados na geração de conhecimento e na articulação social e política dos coletivos envolvidos. Para viabilizar tais objetivos, foi desenvolvida uma metodologia estruturada em três fases, cada qual utilizando diferentes ferramentas, conforme apresentado na Figura 10.4:

Figura 10.4 – Fases de tratamento dos dados públicos sobre a EJA no contexto do Fórum EJA



Fonte: elaborada pelos autores.

O projeto piloto de sistematização e disponibilização dos dados no Portal dos Fóruns de EJA abarcou a temática da matrícula na EJA. A seguir, apresentamos uma descrição da metodologia empregada no Portal dos Fóruns de EJA para o tratamento dos dados.

Coleta

A fase de coleta ocorreu entre os meses de dezembro de 2024 a fevereiro de 2025 e os dados de taxas de matrícula inicial foram extraídos das páginas de resultados do Censo Escolar. Armazenado no site do Inep, o órgão fornece dados de 1995 a 2025 para *download* por meio de planilhas no formato CSV.

O Inep publica os resultados do Censo Escolar em dois conjuntos de planilhas. O conjunto 1 possui dados sobre ensino regular (redes estaduais e municipais), enquanto o conjunto 2 armazena dados sobre o ensino especial, voltado para estudantes com necessidades educacionais especiais.

O projeto piloto, inicialmente concebido para analisar a série histórica das taxas de matrícula da última década, expandiu seu escopo com a divulgação dos dados de 2024. Assim, a coleta de dados abrangeu 11 anos, de 2013 a 2024, resultando em 22 planilhas: 11 sobre o ensino regular e 11 sobre o ensino especial.

Tratamento

A fase de tratamento visava a adequação dos dados para reutilização em uma ferramenta de visualização. A ferramenta escolhida deveria ser de fácil manipulação, para que seu uso fosse disseminado e perpetuado entre os gestores dos fóruns mesmo após o fim da atuação dos pesquisadores do projeto Pegadas Paulo Freire. Tendo em vista esse requisito, foi escolhido o Sistema Aberto de Observatórios para Visualização de Informações (Visão), serviço de código aberto desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (Ibict).

Para que os dados coletados na primeira fase pudessem ser reutilizados no Visão, foi necessária uma limpeza de dados. Esse procedimento teve por objetivo identificar e corrigir erros e inconsistências que podem ocorrer devido a erros de digitação, informações ausentes ou dados inválidos, garantindo assim maior qualidade e confiabilidade das informações, conforme orientou Rahm e Do (2000).

As planilhas coletadas foram tratadas para incluir apenas os dados referentes à EJA, removendo colunas relacionadas à Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Ensino Médio. A segmentação EJA Fundamental e EJA Médio, por sua vez, foi mantida. Exclusivamente nos anos de 2013 e 2014 foi necessário somar os

dados do ensino EJA parcial e integral, utilizando a fórmula =SOMA() do Google Planilhas.

A normalização dos dados seguiu os parâmetros indicados pelo Visão,¹ que utiliza dados qualitativos, quantitativos e geoespaciais para criar um mapa interativo estruturado em três tipos de informações (Visão, 2020):

- indicadores: Números quantitativos representados graficamente no mapa, colorindo regiões para ilustrar estatísticas.
- filtros: Ferramentas que refinam os indicadores, delimitando áreas no mapa com base em características específicas.
- camadas: Pontos de localização no mapa, como escolas e hospitais, que podem ser exibidos sozinhos ou combinados com indicadores.

Os dados geoespaciais podem abranger países, estados ou municípios. Para o Fórum EJA, foi estabelecido um indicador para representar as taxas de matrícula da EJA em cada município brasileiro. Para iniciar a limpeza e o tratamento dos dados do Inep, foi necessário cruzar a soma total das matrículas (incluindo Estadual Urbana, Estadual Rural, Municipal Urbana, Municipal Rural, Estadual e Municipal) com os seus respectivos municípios. Esse ajuste foi realizado organizando o conjunto de dados e reposicionando a coluna “Unidades da Federação – Municípios – Dependência Administrativa” cinco linhas acima na planilha, garantindo a correta associação das informações.

Em seguida, foi necessário preparar novos arquivos de dados, para cada ano, no formato CSV, compatível com o modelo utilizado na ferramenta Visão. Nesse arquivo, os municípios foram identificados por *geocodes*, códigos geográficos padronizados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que garantem a correta associação dos dados ao território nacional. O formato ideal desse arquivo pode ser observado na Figura 10.5.

¹ O sistema VISÃO é um software livre desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) para disponibilizar e visualizar dados abertos de forma interativa, apoiando a tomada de decisão e a elaboração de políticas públicas. Disponível em: <https://visao.ibict.br/>

Figura 10.5 – Formato dos dados para upload no Visão

geocode	valor	data
1100015	117	01/01/2024
1100379	0	01/01/2024
1100403	0	01/01/2024
1100346	77	01/01/2024
1100023	318	01/01/2024
1100452	72	01/01/2024
1100031	34	01/01/2024

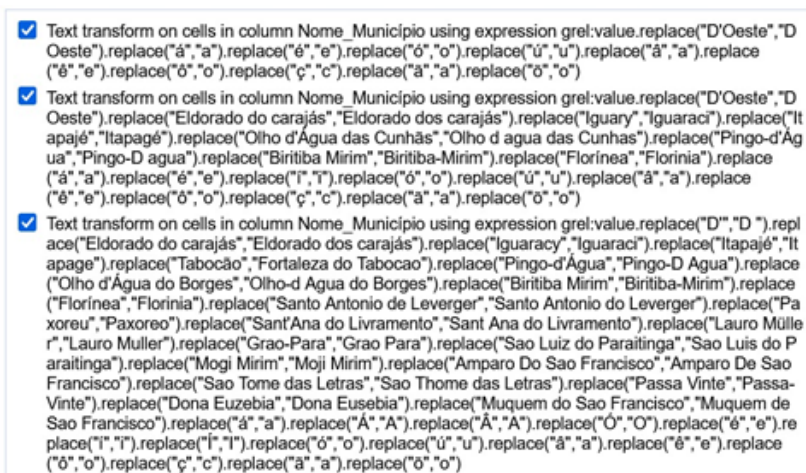
Fonte: captura de tela do Google Planilhas, elaborada pelos autores.

Para coletar os valores e associá-los ao *geocode* do município correspondente foi utilizada a função PROCV (Procura Vertical) do Google Planilhas, que permite localizar informações em uma tabela e relacionar dados de diferentes colunas. Durante esse processo, entretanto, foram identificados conflitos de correspondência, uma vez que alguns municípios presentes na lista do IBGE não foram localizados na base de municípios do Inep, em razão de diversos fatores:

- o município de código 2410306 (Serra Caiada) não possui dados disponíveis nas planilhas do Inep, portanto, foi atribuído o valor 0.
- nas planilhas de 2013, além de Serra Caiada, tampouco constam os municípios de São Sebastião do Umbuzeiro (2515203), São Vicente do Seridó (2515401) e Brazópolis (3108909). Por conta disso, também foram registrados com o valor 0 na visualização.
- como a função realiza uma pesquisa exata, acentos e sinais gráficos nos nomes dos municípios geravam erros na correspondência, exigindo sua remoção via OpenRefine (Figura 10.3).
- alguns municípios apresentavam grafia incorreta, o que demandou correção utilizando a função `value.replace` no OpenRefine (Figura 10.6).

Esses ajustes foram necessários para garantir a padronização dos dados e a correta associação entre as bases do IBGE e do Inep. Ao final desse processo, foram preparadas 44 planilhas para a criação da visualização, sendo 22 do ensino regular, divididas entre Ensino Médio e Ensino Fundamental, e 22 do ensino especial, igualmente distribuídas entre essas duas etapas de ensino. Todos os arquivos estão disponíveis na biblioteca do Fórum EJA.

Figura 10.6 – Fórmulas do OpenRefine para limpeza de dados



Fonte: captura de tela do OpenRefine, elaborada pelos autores.

Visualização

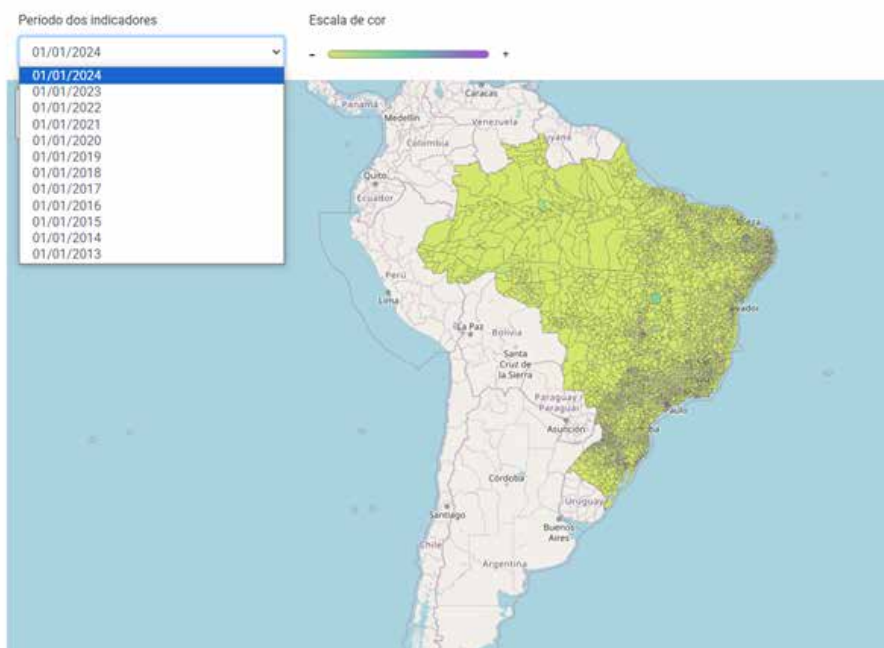
Para transformar os dados em informação e torná-los acessíveis à interpretação, elaborase uma visualização. A visualização de dados, conforme Silva (2019, p. 207) objetiva “comunicar informações ou ideias complexas de forma clara, precisa e eficiente, de uma forma que ajude os usuários a analisar e raciocinar sobre dados e evidências”.

O caráter aberto do Visão permite que a comunidade tenha a liberdade de reutilizar, modificar e complementar as informações, promovendo reflexões e debates sobre o uso de dados públicos e o fortalecimento da luta pela EJA. A ferramenta gera um mapa personalizado e adaptado às categorias de informação selecionadas pelo usuário no momento de sua criação (Visão, 2020). No mapa desenvolvido neste projeto (Figura 10.7), é possível interagir com os dados de matrícula de cada município ao longo de 11 anos, facilitando a análise e a compreensão da evolução da EJA no período selecionado.

A adoção da ferramenta Visão não apenas facilita o acesso e a interpretação dos dados sobre a EJA, mas também estimula a autonomia dos fóruns na utilização contínua dessas informações, especialmente porque as ferramentas são gratuitas, não exigem conhecimentos avançados em programação e são, em sua maioria, *softwares* livres. A possibilidade de adaptar, complementar e compartilhar dados cria utilidades para o portal Fórum EJA, promovendo

um uso crítico e colaborativo das informações públicas para fortalecer a luta e a defesa da Educação de Jovens e Adultos.

Figura 10.7 – Mapa interativo gerado pelo Visão



Fonte: captura de tela do Visão, elaborada pelos autores.

Lições aprendidas e perspectivas futuras

O acesso a dados públicos constitui um elemento importante para o monitoramento de políticas e da mobilização social. No contexto da EJA, o uso desses dados permite um entendimento mais amplo da dinâmica das matrículas em face às distribuições por regiões brasileiras e diferentes faixas temporais. A sistematização, organização e disponibilização dessas informações no Portal dos Fóruns de EJA representa a ampliação das possibilidades de uso de recursos informacionais para a instrumentalização da luta EJA e a emancipação da classe trabalhadora.

A democratização do acesso à informação traz a promessa de transparência e melhoria dos processos relacionados à tomada de decisão e do engajamento da sociedade organizada na defesa da educação como direito

fundamental. No caso da EJA, historicamente marcada por negligência política e fragilização institucional, o acesso a dados sistematizados tem o potencial para auxiliar na figuração de cenários, identificação de contradições e acompanhamento de tendências. Com base em informações públicas disponibilizadas pelas instituições do governo brasileiro, é possível visualizar parte dos resultados das políticas implementadas e articular novos meios para o questionamento das mesmas e sua ampliação e melhoria.

O Portal dos Fóruns de EJA se torna, nesse sentido, um espaço fundamental de articulação e instrumentalização das lutas sociais em prol da educação de jovens e adultos. Ao integrar tecnologias de visualização interativa como o sistema Visão, o Portal transcende a simples compilação de informações e apresenta como uma ferramenta de crítica e articulação social. Dessa forma, ele tem por objetivo contribuir com o processo social que visa uma prática educativa libertadora, engajada e alinhada aos princípios da educação popular e da justiça social.

A organização dos dados também potencializa a construção de conhecimento coletivo, incentivando pesquisas e estudos sobre a realidade da EJA no Brasil. Ao disponibilizar séries históricas de matrículas e outros indicadores, o Portal permite que acadêmicos e gestores públicos identifiquem padrões e desenhem estratégias mais eficientes para a formulação de políticas educacionais. Além disso, a visualização interativa dos dados amplia o alcance dessas informações, tornando-as mais inteligíveis e acessíveis para um público diversificado.

A compreensão da historicidade dos processos que envolvem a EJA é importante para a superação daquilo que Freire (2024) chamou de anestesia histórica para representar as dificuldades de visualizar o projeto de futuro, do amanhã. Parte dessas dificuldades decorre do desentendimento do presente como um processo construído historicamente e projetado para frente. Diante da problemática, Freire nos ensina que é necessária uma leitura complexa e rigorosa do mundo, para a qual também é necessária uma leitura complexa e rigorosa de textos. Dentre os textos relevantes podemos incluir também os dados, que retratam, ao menos em parte, os processos sociais, com seus avanços e contradições, que se desenrolam em torno da EJA.

Com isso, a visualização dos dados públicos sobre a EJA, aliada à possibilidade de manuseio desses recursos de maneira mais horizontalizada,

reforça o compromisso da articulação dos Fóruns de EJA em criar e fomentar instrumentos que contribuam para os processos de construção de uma práxis crítica. No entanto, se reconhece que não é o uso técnico dos recursos que permite o desenvolvimento da leitura crítica do mundo. Ela é parte do processo, mas é, por si só, insuficiente. Somente a leitura política dialogada com a práxis é capaz de alavancar as transformações necessárias à classe trabalhadora (Freire, 2024).

Outro aspecto relevante é a autonomia proporcionada pelo Portal aos diferentes fóruns estaduais e regionais em consonância com princípios pactuados na origem do projeto. O uso de tecnologias abertas, como o OpenRefine, planilhas csv e a plataforma Visão, aliado à metodologia de tratamento de dados desenvolvida, possibilita que diferentes coletivos se apropriem da ferramenta e sigam atualizando e alimentando o banco de informações mesmo após o término de projetos específicos. Assim, o Portal dos Fóruns de EJA não atua apenas ampliando a democratização do acesso aos dados, mas também propicia a continuidade da iniciativa, promovendo condições para uma apropriação coletiva e intencionada dos recursos do projeto.

Referência

- AL-KHATIB, B.; ALL, A. A. Linked Data: A Framework for Publishing Five-Star Open Government Data. **International Journal of Information Technology and Computer Science**, v. 13, n. 6, p. 1, 2021.
- BANDEIRA, J. *et al.* Dados abertos conectados para a educação. Em: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO (CBIE 2015) IV JORNADA DE ATUALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO. **Anais [...]**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2015, p. 47-69. Disponível em: <http://milanesa.ime.usp.br/rbie/index.php/pie/article/viewFile/3551/2937>. Acesso em: 01 abr. 2025.
- BERNERS-LEE, T. **5-star Open Data**. Disponível em: <http://5stardata.info/en/>. Acesso em: 01 abr. 2025.
- BRAGA, T. E. N.; COSTA, M. P. DA. Cultura da transparência: uma análise do Poder Executivo Federal. Em: XXI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Anais [...]**. 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/340>. Acesso em: 17 fev. 2025
- BRASIL. **Lei no 12.527, de 18 de Novembro de 2011**, 2011. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011-11-18;12527>. Acesso em: 01 abr. 2025.
- BRASIL. **Sobre o dados.gov.br**. 2025. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conteudo/sobre>. Acesso em: 01 abr. 2025.

- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia. Coordenação Geral de Tecnologias de Informação e Informática. **Workshop de apresentação do Visão**. Brasília, 2020. Disponível em: https://visao.ibict.br/wp-content/uploads/2021/07/Tutorial_Visao.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025.
- BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto no 8.777, de 11 de Maio de 2016. 11 maio 2016.
- CGU. **O que é Governo Aberto**. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-no-brasil/o-que-e-governo-aberto>. Acesso em: 01 abr. 2025.
- COSTA, S. M. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, 22 ago. 2006.
- FREIRE, P. **Política e educação**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.
- RAHM, E.; DO, Hong H. Data cleaning: problems and current approaches. **IEEE Data Eng. Bull.**, v. 23, n. 4, p. 3-13, University of Leipzig, Alemanha, 2000.
- LE MOS, A. Dataficação da vida. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, Salvador, v. 21, n. 2, p. 193-202, 2021. DOI: 10.15448/1984-7289.2021.2.39638. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/39638>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- MOURA, M. A. Colonialidade algorítmica e epistemologia de dados: desafios à mediação social da informação. In: MARTELETO, R; SALDANHA, G. (orgs). **A mediação dos saberes em perspectiva**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 415.
- OLIVEIRA, D. T. DE; SILVA, P. N. Representação e recuperação de dados governamentais abertos: uma revisão de literatura. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 22, p. e024029, 13 dez. 2024.
- OPEN DATA INSTITUTE. **The data spectrum**. Londres: ODI, 2020. Disponível em: <https://theodi.org/insights/tools/the-data-spectrum/>. Acesso em: 9 mar. 2026.
- PENTEADO, B. E.; BITTENCOURT, I. I.; ISOTANI, S. Dados abertos educacionais no Brasil e sua preparação para os dados abertos na web. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO (CBIE 2017) e XXVIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO (SBIE 2017). **Anais [...]** São Carlos, SP, Brasil, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320344888_Dados_abertos_educacionais_no_Brasil_e_sua_preparacao_para_os_dados_abertos_na_web. Acesso em: 01 abr. 2025.
- SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. Digitalização e dataficação da vida. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 21, p. 186-192, 18 out. 2021.
- SILVA, F. C. C. da. Visualização de dados: passado, presente e futuro. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 205-223, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v15i2.4812>. Acesso em 01 abr. 2025.
- SILVA, I. B. dos S.; NOVO, H. F. Engenharia do Conhecimento e Ciência da Informação aplicadas a objetos digitais imagéticos na era de dados. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, p. e051378, 2024. DOI: 10.35699/2237-6658.2024.51378. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/51378>. Acesso em: 1 abr. 2025.

Bloco 4

Experiências de formação em rede e registros de práticas emancipatórias de produção de conhecimento

Rede de Formação: Intercâmbio entre universitários do Brasil e de Cuba – aproximando José Martí e Paulo Freire

**ANABEL ANTUÑA ALFONSO, JOHANSEN EMANUEL REYES IZQUIERDO,
KAMILLA TORRES QUINTINILIA CUNHA, MARIA AUXILIADORA CÉSAR,
MARIA LUIZA PINHO PEREIRA, MILENA PEREIRA DA SILVA
E PAULO GABRIEL FRANCO DOS SANTOS**

A essência da proposta de intercâmbio tem suas raízes nos pensamentos libertários de José Martí (século XIX) e Paulo Freire (século XX) e está contida, explícita ou implicitamente a formação, nos conteúdos programáticos, nas ações, assim como nos relatórios e nas fotos de coordenadores e dos intercambistas apresentados a seguir. Esses registros expressam um processo de formação de uma rede latino-americana, iniciada por instituições cubanas e brasileiras, com o objetivo principal de aproximar os pensamentos do Herói Nacional da República de Cuba, José Martí, e do primeiro Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire.

Este capítulo aborda a Meta 3 do projeto apresentado neste livro e inicia com os antecedentes históricos das inter-relações entre instituições cubanas e brasileiras e os objetivos do intercâmbio. Em seguida apresentamos a socialização das experiências vividas ao longo do processo e as referências bibliográficas enriquecidas pelos intercambistas, como resultado do processo. O . Por fim, o capítulo é concluído com um anexo que apresenta o programa de formação em Paulo Freire desenvolvido durante o intercâmbio.

Antecedentes históricos: interrelações entre instituições cubanas e brasileiras

Embora já existissem alguns contatos prévios, a articulação sistemática entre o Núcleo de Estudos Cubanos (Nescuba¹), o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam) da Universidade de Brasília (UnB) e o Centro de Educação Paulo Freire (Cepafre) – Ceilândia/DF² vem sendo consolidada desde 2018. Essa parceria tem se desenvolvido por meio de encontros e discussões acerca da realidade cubana, além da exibição de vídeos, especialmente sobre a educação em Cuba e no Brasil.

Em 2021, no contexto da Semana Universitária da UnB, o Nescuba indicou, e o Comitê Organizador aprovou, o nome da Mestre Maria Madalena Tôrres, uma das fundadoras do Cepafre, para integrar o projeto da UnB intitulado “Histórias Cruzadas: a cidade e a Universidade”. O projeto teve como objetivo registrar por meio de fotos, narrativas e documentários as vivências e experiências de personalidades cujas histórias se entrelaçam com os caminhos da Universidade e da cidade.

Em 2022, no calor das discussões realizadas durante as reuniões no Cepafre, surgiu a proposta de promover um intercâmbio entre jovens indicados pelo Cepafre e jovens cubanos, com o objetivo de estudar os pensamentos de José Martí e Paulo Freire. A ideia foi inspirada pelas referências a alguns artigos já publicados que abordam as interseções entre os ideais libertários dos dois pensadores, um do século XIX e outro do XX.

Desde 2009, Acordos de Cooperação e Memorandos de Entendimento têm sido firmados e renovados entre a UnB (Nescuba/Ceam) e o Centro de Estudos Marianos (Cem), em Cuba. Essas parcerias têm possibilitado a realização de diversas atividades tanto em Cuba quanto no Brasil, como a participação em eventos organizados pelo Cem, a apresentação de artigos sobre diferentes temas nesses encontros e a publicação de livros. Entre as obras publicadas, destacam-se a tradução de *Nossa América*, de José Martí (edição bilíngue, Editora da UnB, 2011)

¹ Para mais informações, acesse: <https://nescuba.cdtc.unb.br>.

² Vinculado institucionalmente à Universidade de Brasília (UnB) desde 1993, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica, renovado pela última vez em 2018 (Processo n. 23106.020512/2016-85, publicado no *Diário Oficial*, ISSN 1677-7069). Para mais informações, acesse: <https://cepafre.blogspot.com/>.

e, publicado em 2024 pela mesma editora, O Partido Revolucionário Cubano de José Martí: concepção ético-política original, também em edição bilíngue. Além disso, essas colaborações incluem intercâmbios de professores e pesquisadores, bem como a fundação da Cátedra José Martí no campus da UnB em Planaltina.

Também em Cuba, em 2022 foram iniciadas as primeiras discussões entre o Rincão do Brasil em Cuba – Memorial Hélio Dutra, o Centro de Estudos Martianos (Cem) e o Centro Memorial Martin Luther King (CMLK), instituição ecumênica de inspiração cristã que conta com uma rede de educadores populares para a realização de trabalho comunitário. No Centro também há grupos de pesquisadores que se dedicam às obras de Paulo Freire, publicadas pelo Editorial Caminos, do próprio Centro.

Recentemente, foram publicados artigos de estudiosos de diferentes estados brasileiros sobre a intersecção dos pensamentos de dois ícones de processos libertários através da educação: Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, e José Martí, Herói Nacional da República de Cuba, também chamado de o Apóstolo da Revolução, dois ícones de processos libertários através da educação. Esse acúmulo de informações e produções científicas têm servido como instrumentos importantes de suporte no processo de intercâmbios de estudantes de Cuba e do Brasil.

Nos anos seguintes aos primeiros contatos de 2022, houve um aumento do número de instituições cubanas que participam do Projeto. Da parte brasileira participam, além do Cepafre (Ceilândia), o Centro Memória Viva, Faculdade UnB Planaltina (FUP), o GTPA-Fórum Educação de Jovens e Adultos do DF e o Nescuba/Ceam/UnB. Todas essas instituições fazem parte das ações relativas ao Intercâmbio de estudantes universitários, que corresponde à meta 3 do Projeto Memória e História da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores – Pegadas de Paulo Freire. Atualmente, em função da incorporação de novas demandas geradas durante o processo, o projeto recebeu o nome “Acervo Digital Memorial Paulo Freire: trajetória de luta dos movimentos sociais e populares pela Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores”, em função da incorporação de novas demandas geradas durante o processo.”.

Figura 11.1 – Reunião dos coordenadores do projeto: Paulo Gabriel Franco dos Santos, Eliene Novaes Rocha, Maria Auxiliadora César, Maria Luiza Pinho Pereira e dos intercambistas Johansen Emanuel Reyes Izquierdo (Cuba) e Milena Pereira da Silva (Brasil), 7 out. 2024



Fonte: acervo do projeto.

Objetivos do intercâmbio neste projeto

- Criar um espaço de formação permanente em rede de pessoas e coletivos que atuam nos diversos movimentos sociais com o objetivo de desenvolver práticas emancipatórias de produção de conhecimento, promover intercâmbios de experiências e pessoas e ampliar a rede nacional e internacional de educação.
- Mobilizar diferentes áreas de conhecimento, orientadas pelos referenciais freireanos, para atuar em práticas formativas de forma transdisciplinar.
- Promover intercâmbios de experiências e vivências formativas baseadas em práticas emancipatórias de educação.

Socializando experiências vividas no intercâmbio

Os relatos de experiência apresentados a seguir refletem a práxis da construção coletiva que une os ideais libertários de José Martí, e a pedagogia emancipatória de Paulo Freire. Mais do que um simples deslocamento geográfico, o intercâmbio entre jovens brasileiros e cubanos materializa o esforço das redes institucionais envolvidas, em transformar teoria política em práxis educativa. Cada narrativa expressa o amadurecimento de uma rede latino-americana que busca uma formação humana integral e decolonial.

Esta imersão cultural e formativa do intercâmbio, vinculada à Meta 3 do projeto, permitiu que os estudantes envolvidos vivenciassem as “histórias cruzadas” entre as realidades do Brasil e de Cuba. A experiência permitiu aos estudantes não apenas acessarem um vasto acúmulo de produções científicas e documentos programáticos, mas também participaram ativamente de espaços de formação permanente na universidade, nas comunidades e nos movimentos sociais e populares. Os registros que se seguem revelam a produção de conhecimentos emancipatórios.

Ao percorrer estas vivências, o leitor encontrará a socialização de trajetórias que reafirmam a educação como um instrumento de luta e transformação social. O diálogo entre as juventudes de ambos os países, mediado pelo rigor acadêmico da Universidade de Brasília e pela vivência popular revela que a unidade latino-americana é um processo vivo.

Anabel Antuña Alfonso

Anabel Antuña Alfonso, nascida em Cuba, 21 anos, graduanda em Licenciatura em Sociologia/Universidad de la Habana, militante universitária, membro da Federación Estudiantil Universitaria, presidenta da Facultad de Sociologia, militante da Unión de Jóvenes Comunistas.

Período no Brasil: 01/10 a 01/11/2023

Figura 11.2 – Anabel Antuña Alfonso participando de Círculo de Cultura coordenado pelo Cepafre – alfabetizador Goete de B. Pires. Ceilândia-DF, 30 out. 2023



Fonte: acervo do projeto.

PROGRAMAÇÃO

Visitas orientadas: UnB – percurso histórico e ao Núcleo de Estudos Cubanos – Nescuba; Esplanada dos Ministérios: biblioteca e museus; Memorial Darcy Ribeiro no campus histórico da UnB; Finatec; Acampamento 8 de Março do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST em Planaltina; Teatro para conhecer o grupo de teatro político com o musical “Gracias a la Vida”; Embaixada de Cuba no Brasil; Percurso histórico de Ceilândia, centro de memória, feira, Jovens de Expressão; Congresso Nacional; Palácio da Alvorada; Câmara de Deputados e Senado Federal; Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos e Inclusão – Secadi; Percurso histórico do Paranoá.

Encontros, rodas de conversa, reuniões: equipe de coordenação do intercâmbio para apresentação da programação e propostas de estudo; Universidade Estadual de Goiás – Formosa – Goiás sobre José Martí e História de Cuba; Intercâmbio com membros do Projeto Centro Memória Viva – CMV da Faculdade de Planaltina; Intercâmbio sobre políticas para juventudes com membros do movimento Levante Popular de Juventudes; participantes do Cepafre e estudantes bolsistas do CMV da UnB/Ceilândia; Movimento Por uma Ceilândia Melhor – MOPOCEM; círculos de cultura de alfabetização de adultos do Cepafre em Ceilândia; Cedep sobre contribuições de José Martí e Paulo Freire para as lutas populares; Escola de EJA no Paranoá; avaliação do intercâmbio na UnB.

Participação em aulas, movimentos sociais, atividades culturais, programa de TV: Conversas Pedagógicas na Faculdade de Planaltina; Vivência no Acampamento de juventudes da Via Campesina no Parque da Cidade de Brasília; estudantes de ensino médio sobre história de Cuba e aproximações entre pensamentos de José Martí e Paulo Freire; Apresentação cultural e Feijoada no Cedep Paranoá; Programa de entrevista da UnB-TV e da TV Comunitária pelo SinproDF.

Relato

“Los objetivos que se proponen con el intercambio son coherentes con las ideas que defendían los dos grandes pensadores que impulsan la creación de este proyecto, José Martí y Paulo Freire. Reconocer las experiencias de vidas de cada persona, sus saberes acumulados, sus prácticas políticas y sus aspiraciones futuras, permitió enriquecer nuestro conocimiento con ideas emancipadores y seguir apostando por una práctica transformadora. La experiencia vivencial, además de ser un principio que defiende la educación popular, demuestra una vez más que tienen un gran valor en los procesos formativos.

Poder compartir con diferentes grupos, en diversos espacios, permitió conocer diversas realidades y hacer una reflexión más amplia sobre las problemáticas que afectan hoy la región. Compartir con jóvenes del campo me hizo preguntarme por los jóvenes del campo en Cuba, me invitó a entrar en un mundo desconocido para mí por vivir en la ciudad. Compartir con diferentes movimientos y organizaciones populares me permitió aterrizar el principio latinoamericanista de Martí.

Después de compartir tiempo, sueños y lucha junto a jóvenes brasileños se hacía muy difícil no importarme sus historias, sus demandas, sus conquistas. La integración alcanzada por las estudiantes también es un elemento a resaltar, el acompañamiento mutuo que realizamos brinda un debate permanente hasta en los temas más cotidianos y un disfrute mayor de la experiencia. Importante resaltar el puente que se propone este proyecto entre lo académico y lo comunitario.

Entender la universidad no como un privilegio para intereses individuales, sino como un derecho del pueblo que debe enfocar su formación y conocimiento en función de transformar la realidad social y mejorar la calidad de vida de las personas. El intercambio conjugó el saber popular con el conocimiento académico, combinando ambos en un lenguaje popular al que todos pudieran acceder. Este vínculo entre la academia y la comunidad está marcado también por el compromiso político que acompaña al proyecto.

Construir un pensamiento emancipador, conocer la historia y volver siempre a ella, es necesario para construir bases populares que mantengan viva la lucha. Otro elemento importante que constituye una apuesta novedosa del proyecto es su énfasis en lo colectivo. Entendemos que la lucha

es colectiva y que nuestro proyecto de vida es en comunidad, por lo que las estudiantes seleccionadas no eran una representación personal, sino, representaban a las organizaciones que las acompañan en el camino y desde donde se proponen el cambio y la acción. También representan a sus países. Esta visión colectiva creó un compromiso militante donde era necesario seguir compartiendo el conocimiento cuando regresáramos a nuestro país con nuestras organizaciones y compañeros.

El período del intercambio fue más tiempo de lo que se imaginaba. El intercambio consistía en un mes en cada país, pero el acompañamiento mutuo entre las estudiantes hizo que en realidad el intercambio fuera 2 meses para cada una, pero en países diferentes. Esto resulta muy positivo porque hubo mayor tiempo para procesar información, construir conocimiento, reflexionar sobre las contradicciones, las semejanzas y diferencias que tenemos en ambos países y crear alianzas.

El programa del intercambio fue muy interesante, se propuso compartir diversos escenarios y experiencias que ponían a dialogar todo el tiempo la teoría con la práctica. La propuesta del proyecto de poner a dialogar dos figuras de tiempos y contextos diferentes resulta interesante. Ambos fueron grandes pensadores y revolucionarios adelantados a sus tiempos que regalaron grandes enseñanzas a las generaciones venideras. Esta apuesta por buscar las semejanzas entre ambos pensadores y reconocer sus diferencias nos permite iluminar el camino hacia la liberación. Cuando hacemos la lectura de ambos podemos ver las tantas ideas comunes que tienen, aun cuando no chocaron en ningún momento de sus vidas.

Esto me hace pensar en que el camino para la emancipación es solo uno y está cargado de pistas históricas que nos facilitan las reflexiones. El intercambio, sin duda, es una experiencia que constituyó un antes y un después en nuestras vidas. Tener la oportunidad de viajar a otro país, para compartir nuestro conocimiento y adquirir nuevos, apoyándonos en la educación popular como metodología de trabajo, herramienta política y filosofía de vida, es una experiencia que transforma.

El estudio de la historia es otra herramienta política necesaria que el proyecto me hizo ver su importancia. Se hace necesario saber quiénes somos y de dónde venimos para entender donde estamos y hacia donde tenemos que ir. Se hace necesaria también para construir identidad, cultura propia y

romper con las lógicas colonizadoras con las que cargamos. El intercambio significó un gran aprendizaje que permitió hacer nuevas lecturas del contexto tanto nacional como Latinoamericano.

Resalta con carácter urgente la necesidad de construir alternativas emancipadoras y trazar caminos comunes para superar las relaciones desiguales de poder existentes en el mundo y seguir los principios de Martí y Freire en la construcción del mundo mejor posible, con el que ellos también soñaron y por el que lucharon. Las dinámicas del intercambio fueron muy positivas. Desde el primer día del recibimiento los afectos y las atenciones se notaron. Siempre existió una gran preocupación por parte de la coordinación sobre mí, para que me sintiera cómoda y segura. El acompañamiento por parte de la coordinación fue muy cariñoso y amable.

Rescato una vez más, el valor de lo vivencial como parte de la praxis transformadora aprendida por Freire. Convivir con las personas en sus casas permitió crear vínculos más fuertes, pero también conocer sus estilos y dinámicas de vida. Que se pensara el intercambio rotando por diferentes lugares permitió conocer más la ciudad, pero también descubrir sus contrastes. Fue significativa en este proceso las relaciones muy buenas de amistad que surgió entre las dos estudiantes. Esto facilitó en gran medida el desarrollo de muchas actividades y que la experiencia fuera más agradable y divertida.

También hay que resaltar el recibimiento y la acogida muy cariñosa de los brasileños con los que compartí en los diferentes encuentros propuestos en el programa del intercambio. El interés por conocer sobre Cuba, su realidad y desafíos se hacía sentir, al igual que su voluntad constante para mostrarme Brasil.”

Kamilla Torres Quintanilia Cunha

Kamilla Torres Quintanilia Cunha, nascida em Aparecida de Goiás-GO, 25 anos, graduanda da Licenciatura do Campo na FUP/UnB, militante estudantil secundarista e universitária (vice-presidente da UNE), integrante do Levante Popular da Juventude e Fórum Nacional das Licenciaturas do Campo.

Período em Cuba: 01/11 a 01/12/2023

Figura 11.3 – Atividade de Kamilla Torres em Cuba, 9 nov. 2023



Fonte: acervo do projeto.

Programação

Visitas orientadas: Hotel Nacional, Patrimônio Nacional (UNESCO), parte da história de Cuba; espaço comunitário Callejón de Hamel; Caminhada pelo Centro Histórico de Havana Velha, Patrimônio Histórico da Humanidade (UNESCO); Casa das Américas, espaço latino-americano de intercâmbio entre artistas e intelectuais; cidade de Varadero e sua praia; Matanzas, conhecimento da história cultural da Província; Visita guiada por um professor de História à Universidade de Havana, protagonista de lutas revolucionárias; Cidade Escolar Liberdade (2 km), foi base militar da ditadura de Batista e ao Museu da Campanha Nacional de Alfabetização; Fábrica de Arte Cubana, espaço cultural e galeria de artes; Capitólio; Praça da Revolução e ao Memorial José Martí; Grupo de Teatro infantil La Colmenita, presença de Martí na formação de jovens artistas; Museu de Belas Artes e ao Museu Granma; Cristo de Havana e à cerimônia do Canhão na Fortaleza de São Carlos de la Cabaña; escola na área rural, guiada por dirigente da Organização de Pioneiros.

Encontros, Rodas de conversa, reuniões: intercâmbio entre brasileiros e cubanos no Rincão do Brasil em Cuba, Memorial Hélio Dutra e de recepção de Caravana de Solidariedade Brasil Cuba; equipes e coordenadores do Centro Memorial Martin Luther King – CMLK sobre o intercâmbio e sobre Paulo Freire, a conjuntura brasileira e debate sobre história e identidade latino-americana; intercâmbio com o projeto de educação popular Coloreando la Esperanza; Centro de Estudos Martianos – Cem e visita à biblioteca; projeto de jovens Nuestra América e discussão sobre organização e papel da juventude, e planejamento da Marcha por Fidel; intercâmbio com o projeto de educação popular Coloreando la Esperanza; presidente do Instituto de História de Cuba, órgão oficial responsável pela conservação da memória do patrimônio histórico de Cuba; estudantes da Universidade de Ciências Pedagógicas Enrique José Varona; Centro Fidel Castro Ruz, de história e cultura política, e reunião com o Diretor do Centro; Instituto Cubano de Amizade com os Povos – Icap; Movimento Juvenil Martiano, vinculado à UJC; Centro de Estudos da Juventude; Reunião de avaliação do intercâmbio no CMLK.

Participação em aulas, festival, marchas, atividades culturais: módulo da Escola de Formação da União da Juventude Comunista – UJC; atividade cultural na Casa da Amizade; XX Festival Nacional de Teatro de Havana; Cantata por Palestina no CMLK e culto na Igreja Ebenezer; Marcha por Palestina Livre; Marcha por Fidel; Leituras orientadas e exposição sobre o pensamento de José Martí e as aproximações dos pensamentos de Paulo Freire e José Martí; Programa de entrevista da UnB-TV e da TV Comunitária pelo SinproDF.

Relato

“Partindo da premissa da pedagogia da convivência como um princípio da educação popular e da práxis como fundamento estruturante da proposta do intercâmbio, a construção do roteiro de estudos e atividades foi desenvolvido de forma conjunta e horizontal entre as estudantes intercambistas

e a equipe coordenadora do intercâmbio. Desta maneira, o intercâmbio realizado por mim foi vivenciado tanto no Brasil, no acompanhamento de todas as fases de planejamento, execução e avaliação da vivência de Anabel (estudante Cubana) no Brasil, como Anabel acompanhou também todas as etapas da minha vivência em Cuba.

Essa dinâmica foi muito interessante para minha experiência, me permitindo, através do acompanhamento do intercâmbio da estudante cubana no Brasil, ter uma vivência da educação popular, nos encontros com entidades, participação em atividades e debates, de forma intencionalizada, construída com o intuito de proporcionar a vivência do pensamento vivo de Paulo Freire e dos desdobramentos organizativos construídos ainda hoje.

Acredito que esse aspecto tenha sido elemento importante da realização do intercâmbio, pois me proporcionou conhecer experiências que ainda não conhecia, ou não conhecia o suficiente, além de me permitir olhar, sob a luz do pensamento freiriano, experiências que já conhecia ou vivenciava. Nessas oportunidades, a troca entre as estudantes foi enriquecedora, pois tivemos a possibilidade de dialogar sobre nossa relação pessoal com Freire e Martí e a influência que essas referências têm em nossa prática militante.

Assim como a influência prática na organização e luta que estes intelectuais da classe trabalhadora exercem sobre as organizações que construímos e demais organizações de trabalhadores em nossos respectivos países. A organização metodológica do intercâmbio também me parece acertada neste sentido, por ter proporcionado, durante a intensa convivência, a criação de um laço de companheirismo e solidariedade entre as intercambistas. O convívio e o compartilhar do cotidiano das duas, a vivência e a observação da realidade vivenciada pela colega de intercâmbio na vida familiar, comunitária, acadêmica e política, me parecem ser uma metodologia inovadora em relação à organização pedagógica convencional de intercâmbio.

Concluindo: O Projeto de Pesquisa Memória e História da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores— Pegadas de Paulo Freire, através da realização do Intercâmbio Brasil x Cuba, previsto na meta 3 (três), realizou, entre outubro e novembro de 2023, a ação de caráter internacionalista que visa dialogar e vivenciar experiências sobre as aproximações do pensamento libertário de José Martí e Paulo Freire. O intercâmbio propõe uma metodologia inovadora ao ser construído, desde sua idealização até a entrega de produtos finais, de forma coletiva e acompanhada.

Com base na pedagogia da convivência, e na compreensão da indissociabilidade entre teoria e prática, o intercâmbio teve cronograma construído de forma orientada e executado junto a movimentos sociais, entidades que trabalham a educação popular, além de demais organizações da classe trabalhadora brasileira e cubana. Esta primeira experiência, avaliada como exitosa, proporcionou reflexões acerca das aproximações entre o pensamento dos referidos intelectuais, da história e identidade da América Latina e sua conjuntura política, econômica e social na atualidade.

Disto, resulta-se: a consolidação desta primeira experiência, celebrando o vínculo entre as instituições organizadoras; o aprofundamento da relação entre organizações que constroem a educação popular nos dois países; a discussão e divulgação da vida e obra de Paulo Freire e José Martí; além da execução dos produtos físicos previstos.”

Johansen Emanuel Reyes Izquierdo

Johansen Emanuel Reyes Izquierdo, nascido em Cuba, 4to año de Licenciatura em Educación em Marxismo-Leninismo e História, Universidad de Ciencias Pedagógicas Enrique José Varona.

Período no Brasil: 05/10 a 03/11/2024.

Figura 11.4 – Johansen Emanuel Reyes Izquierdo participa de roda de conversa na UnB, 16 out. 2024



Fonte: acervo do projeto.

Programação

Visitas orientadas: Caminhada pelo campus Darcy Ribeiro e seus principais espaços históricos; Nescuba, Praça Chico Mendes; Feira Central de Ceilândia com representantes de movimentos sociais da cidade; lideranças históricas de Ceilândia; Pontos históricos da luta social em Ceilândia: Quarentão, Caixa D'Água e Feira, Sol Nascente, Casa da Natureza, Lagoinha, Coletivo Mulheres do Sol, Missionárias de Jesus Crucificado (espaço laico), Instituto Cultural Menino de Ceilândia, Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD), Cozinha solidária do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Congresso Nacional – Exposição 200 anos do Senado, Câmara dos Deputados, Frente Parlamentar Brasil-Cuba; Visita ao Terreiro de Candomblé Mãe Vilcilene – Festa dos Erês (crianças) em Águas Lindas-GO; Comissão de Educação, Saúde e Cultura – CESC da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, à Central Única dos Trabalhadores – CUT e à sede do Partido dos Trabalhadores – PT; Escola Parque Anísio Teixeira de Ceilândia; Planaltina, às feiras populares, história e cultura, marcos históricos da região; Feira da Torre; pontos históricos da cidade de Planaltina; Caminhada pelo Parque Vivencial e pela cidade do Paranoá.

Encontros, rodas de conversa, reuniões: equipe de coordenação do intercâmbio para apresentação da programação e propostas de estudo; Conhecimento dos portais dos Fóruns de EJA do Brasil, DF e do Nescuba; Jovens de Expressão/Ceilândia sobre produção de audiovisuais do Projeto Vozes do Gurupi, Indígenas do Maranhão; Círculo de Cultura de alfabetização do Cepafre na Expansão do Setor O/Ceilândia; estudantes de espanhol do Centro Interescolar de Línguas/CIL de Recanto das Emas; estudantes do Ensino Médio do CEMAB/Taguatinga; Folia do Divino, celebração de origem portuguesa/Açores; Cepafre, formação continuada de educadores populares com apresentação e debate do filme “Minha primeira tarefa”; estudantes do CMV Planaltina; Conversações no Cedep Paranoá; avaliação do intercâmbio na UnB.

Participação em aulas, movimentos sociais, atividades culturais, viagens, programa de TV: Peça teatral “A aurora”, do grupo Jovem de Expressão, que fala sobre a Campanha Nacional de Alfabetização em 1961 em Cuba e no Brasil, sobre o Plano Nacional de Alfabetização de Paulo Freire em 1963; debates sobre Martí e Freire em escolas de ensino médio de Ceilândia; Acompanhamento de atividades no Centro de Educação Paulo Freire – Cepafre e do Centro Memória Viva (CMV); Centro de Ensino Médio 02 da Ceilândia, estudantes do 3º ano sobre história de Cuba e aproximações do pensamento de Martí e Freire; Viagem para Pirenópolis-GO: pontos históricos; Entrevista gravada na LUMI TV Web PROMOVEDF CAST Episódio Intercâmbio Brasil/Cuba; Viagem a Olhos D’água-GO para encontrar liderança da luta popular de Ceilândia Eurípedes Camargo, ex-deputado distrital e ex-senador suplente do PT; Jogo de futebol; Orientação para o relatório; aula do curso do Nescuba; Festival de Cinema de Planaltina e outras atividades culturais.

Relato

“Los tiempos actuales demandan, junto a la digitalización de las relaciones interpersonales, mayor integración social, de convivencia grupal, de solidaridad, cooperación y conservación del medio ambiente. Se precisa una educación integral y de calidad que responda a las necesidades de las sociedades contemporáneas. Ello solo es posible si se piensan y se articulan la formación humana y la emancipación como procesos que discurran desde lo colectivo, pero con un fuerte componente de expresión y desarrollo de las individualidades han podido constatar la necesidad de la formación humana en diferentes niveles de enseñanza, tomando como punto de partida y llegada el pensamiento y la vida de José Martí.

En el acercamiento realizado en este intercambio a la vida y obra de Paulo Freire, he comprendido la necesidad de la realización del estudio y lecturas de sus obras y realizar actividades creativas para lograr el abordaje de la formación en los niños y jóvenes, así como la comprensión de la importancia del diálogo de saberes intergeneracional y la emancipación humana como

procesos de transformación social. Este fabuloso intercambio de estudiantes no solo ha servido para realizar lazos de magníficas amistades y poder conocer, ya considero como mi segunda patria Brasil.

He podido contactar la valerosa labor que realizan nuestros hermanos brasileños de NesCuba, Cepafre, y movimientos sociales, el partido para llevar a cabo la tarea de construir un mundo mejor. En mi profesión como profesor de Historia de Cuba y Contemporánea, el intercambio realizado me ha aportado de muchos conocimientos que podré aplicar con mis estudiantes, al igual que en mi acción de día a día ideológica y política que realizo en las actividades del Movimiento Juvenil Martiano. Estoy eternamente agradecido de esta posibilidad, la cual fortalece el trabajo de ser emancipadores de los ideales de José Martí y Paulo Freire.”

Milena Pereira da Silva

Milena Pereira da Silva, nascida em Ceilândia/DF, 21 anos, graduanda da Licenciatura de História da Universidade de Brasília

Período no Brasil: 03/11 a 03/12/2024

Figura 11.5 – Milena Pereira da Silva participando de Oficina na Associação Yoruba sobre Direitos Humanos e Racismo, em Cuba, 29 nov. 2024



Fonte: acervo do projeto.

Programação

Visitas orientadas: caminhada pelo Centro Histórico de Havana Velha, Patrimônio Histórico da Humanidade (UNESCO); Capitólio e ao Parque da Fraternidade; Oficina do Programa Martiano; Centro de Estudos Marianos e conversa sobre o intercâmbio; Museu da Campanha Nacional de Alfabetização na Cidade Liberdade; Fragua Martiana, na antiga pedreira de San Lázaro, onde o jovem Martí, de 17 anos, teve que realizar trabalhos forçados em seu período no presídio político; Centro Fidel Castro Ruz, de história e cultura política; Museu Napoleônico e participação na Tarde Cultural do museu; Memorial da Denúncia, onde se encontram expostos os inúmeros atentados dos EUA contra Cuba e que causaram vítimas; Grupo de Teatro infantil La Colmenita, presença de Martí na formação de jovens artistas.

Encontros, rodas de conversa, reuniões: Intercâmbio com professores da Cátedra Latino-americana Paulo Freire, criada na UCPEJV; coordenação e membros do Rincão do Brasil em Cuba, Memorial Hélio Dutra; Encontro com estudantes do 3º ano de Biologia para falar sobre Paulo Freire; Encontro sobre elaboração de currículos na UCPEJV, onde se discutiu o pensamento de Paulo Freire; Encontro com estudantes de História na UCPEJV; Encontro de avaliação do intercâmbio na UCPEJV, com participação de organizações estudantis de Cuba e Movimento Juvenil Martiano.

Participação em aulas, trabalho voluntário, movimentos sociais, atividades culturais, viagens, programa de TV: Entrevista gravada na LUMI TV Web PROMOVEDF CAST Episódio Intercâmbio Brasil/Cuba; Trabalho voluntário com estudantes da Universidade de Ciências Pedagógicas Enrique José Varona (UCPEJV) e militares para recolhida de árvores e limpeza, após passagem de furacão; aulas e discussões no curso UCPEJV sobre História de Cuba e Marxismo, Leninismo e História, nos quais se informava sobre Paulo Freire; Minga ecumênica, encontro de caráter comunitário com participação de pessoas de diferentes denominações religiosas, que recepcionou grupos do CMLK de várias províncias de Cuba; ato

em homenagem aos estudantes de medicina assassinados em 1871, durante o regime colonial espanhol; Oficina sobre Direitos Humanos e Racismo na Associação Yoruba, em Havana Velha.

Relato

“Em suma, o intercâmbio proposto, com a colaboração de diversas instituições brasileiras e cubanas, se consolidou como uma importante experiência de troca de saberes e práticas educativas. Ao aproximar os pensamentos de Paulo Freire e José Martí, e ao proporcionar vivências em diferentes contextos sociais e políticos, o projeto não apenas reforçou os ideais de educação popular e emancipatória, mas também fortaleceu redes de apoio e colaboração entre movimentos sociais nos dois países.

Através das etapas de preparação, recepção e execução, foi possível integrar teoria e prática, promovendo a construção de uma práxis transformadora que se estende além das fronteiras nacionais. O impacto desse intercâmbio, tanto na formação dos participantes quanto na expansão dos ideais libertários de Freire e Martí, representa um passo significativo para a continuidade da educação como ferramenta de transformação social e empoderamento coletivo.”

Aproximações entre José Martí e Paulo Freire com base nos aprofundamentos de Johansen e Milena

Figura 11.6 – Intercâmbio de aproximações entre Paulo Freire e José Martí com Johansen e Milena entre colaboradores, em Cuba, 18 nov. 2024



Fonte: acervo do projeto.

Johansen

“El continente latinoamericano ha tenido grandes humanistas a lo largo de los últimos siglos. Cada uno, en su contexto y en su momento histórico, ha realizado su contribución al mejoramiento de los pueblos latinoamericanos. Unos han sido inspiración para otros. Freire reconocería entre sus influencias a Martí: héroe nacional cubano, uno de los pensadores y pedagogos imprescindibles en la historia de las ideas, la cultura y la educación del siglo XIX maestro y americano. Martí es considerado el autor intelectual de la Revolución cubana, el apóstol de la independencia.

Una vez le preguntaron a Freire si él se había inspirado en Martí y este afirmó que todo el que lee a Martí queda inspirado y llega de alguna manera a interiorizarlo (Lado, 2007) Martí poseía, al igual que Freire, una ética cristiana muy enfocada en la justicia social y el apoyo a los desposeídos. Ambos ponderaban el desarrollo de la espiritualidad humana como uno de los objetivos más importantes de la educación. El mérito de la obra de Freire confluye con el de Martí, pues ambos parten de un carácter concreto al tener en cuenta los contextos reales del devenir social.

A la par, defendían los valores universales como parte de la formación humana y alternativa de la praxis política, cuya función esencial sería la liberación social del hombre y el libre ejercicio de sus ideales. Existe un gran acercamiento en común entre José Martí y Paulo Freire y sus aportes a la educación son muchísimas, empezando destacando, la educación popular que ambos tuvieron en común. En Maestros Ambulantes del Ideario Pedagógico se aprecia como nuestro Héroe Nacional abordó que era necesario llevar la educación a todos los rincones del mundo, hasta los rincones más remotos.

Paulo Freire abordó que la educación popular, tenía que ser más allá de la libreta, el libro y la pizarra, sino llevarlas a un contexto que tenga mayor relación con los medios que rodean a los estudiantes como pueden ser el medio ambiente, las nuevas tecnologías, también llevarlos a museos, galerías, usar en las clases recursos didácticos (como juegos didácticos, medios audiovisuales, láminas, fotografías, *softwares* entre otros más), todo para lograr como principal objetivo estimular el proceso de enseñanza-aprendizaje, no solo de Historia, sino en todas las asignaturas.

La concepción pedagógica martiana tiene un fundamento humanista y una dimensión político-social al estar estrechamente relacionada con la

legítima cultura latinoamericana. Las ideas pedagógicas martianas tuvieron poca repercusión en su tiempo, pero las nuevas generaciones las retomaron como arma de lucha para el progreso social y constituyen en la actualidad un sólido pilar de la educación revolucionaria. El proyecto educativo que concibe Martí para América Latina en la segunda mitad del siglo XIX tiene una óptica de futuro y se ha materializado en el sistema educativo no solo en Cuba, en Latinoamérica y en Brasil lo he podido conocer con este intercambio, las principales perspectivas que existen en común entre José Martí y Paulo Freire y sus aportes a la educación son numerosas, empezando con el proceso de alfabetización lugar importante en los dos países y para ambos maestros.

Al igual la importancia de la Escuela Nueva, a tono al desarrollo del mundo existente, la educación científica, y el vínculo de la interrelación del estudiante con la tecnología y el avance. Utilizar todos los medios audiovisuales y software al proceso de enseñanza y diferentes recursos y medios, con los cuales los estudiantes aprendan de forma amena y no sea fatígal (entre ellos los juegos didácticos).

Paulo Freire introdujo en el año 1968, el concepto de educación bancaria ,en que igualaba a los profesores con trabajadores del banco, La educación bancaria es una metáfora que utiliza Paulo Freire para denominar la concepción según la cual el estudiante es visto como si fuera un banco adonde se va a depositar dinero, que en su caso lo que se deposita es conocimiento para que lo memoricen y acumulen, como en una cuenta bancaria, y luego lo repitan sin grandes razonamientos. A diferencia de ella, la teoría de la educación que Freire enarbola y el quehacer práctico que despliega, se basan en el papel activo del estudiante, el estímulo de ese activismo por parte del educador y el diálogo entre ambos.

Al igual que Martí se situaba en total contradicción con la enseñanza memorística. Se encuentra en él una concepción bastante revolucionaria acerca de la educación: La educación es como un árbol, se siembra una semilla y se abre en muchas ramas. Sea la gratitud del pueblo que se educa árbol protector, en las tempestades y las lluvias de los hombres que hoy les hacen tanto bien! Hombres recogerá quien siembre escuelas (Martí, 2009b, p. 290).

Por otra parte, Freire a la educación bancaria, que es una constante en toda su obra, en Pedagogía del oprimido (1970). Freire considera la educación

bancaria como un instrumento de opresión. De este modo, la educación bancaria será domesticadora, los educandos serán meros depositarios de contenidos, con mayor facilidad se adaptarán al mundo y más lejos estarán de transformar la realidad. Esta actitud no fomenta la creatividad en el alumnado, sino que provoca en el propio alumnado el hábito de la pasividad y la indiferencia.

Como alternativa a la educación bancaria, Freire propone y defiende la “educación problematizadora” superando así la contradicción educador-educando. Desde esta concepción de la educación se entiende que los educandos, como sujetos activos y por tanto en proceso de construcción de la historia, son capaces de problematizar la realidad—mirar críticamente—y cambiar el mundo que les rodea.

Uno de los puntos teóricos más reconocidos en Freire es su distinción entre una educación bancaria de otra transformadora. Su intención no era la de clasificar los tipos de comportamientos que realizan los educadores, sino describir el sustrato experiencial que subyace tras ellos, así como los tipos de concientización por los cuales pasan los sujetos, en lo individual y colectivo, desde etapas ingenuas a otras liberadoras (Freire, 1967).

La comprensión acerca del aprendizaje como experiencia progresiva debe partir desde una curiosidad ingenua (sustentada en la experiencia cotidiana del individuo) a una curiosidad epistemológica rigurosa. En este camino resulta esencial el rol del educador para evitar conocimientos preestablecidos y/o memorísticos que no contribuyen a la superación por parte del estudiante de su ingenuidad. En este sentido, las reflexiones de Freire sugieren la imagen de un estudiante cuyo cerebro pasivo espera recibir un torrente de conocimientos digeridos por otros.

Frente a ello, el pedagogo brasileño provoca a los maestros sobre la necesidad de crear situaciones de aprendizaje que permitan vivenciar y construir un pensamiento crítico, activo y riguroso; que allanen el desarrollo de un conocimiento más cabal de la realidad, potencialmente transformador. La necesidad de la formación para alcanzar el goce de la libertad humana es también clave en la pedagogía freiriana cuando señala que la existencia, en su dimensión humana, no puede ser muda, ni nutrirse de falsas palabras sino de palabras verdaderas con las cuales transformar el mundo; porque

pronunciar el mundo es transformarlo cuando se problematiza a los sujetos pronunciadores y se exige de ellos un nuevo pronunciamiento (Freire, 1971).

Freire desarrolló un enfoque en la educación que vincula la identificación de problemas con la acción positiva para el cambio y el desarrollo al igual se centró en la alfabetización de adultos, señalaba la educación basada en la interacción de educar y aprender. Propone además la teoría dialógica, que parte de la toma de conciencia de la situación opresora y a su vez, el reconocimiento de los saberes de los oprimidos, siendo lo dialógico el camino para la liberación de la injusticia y la opresión.

Existe aproximación entre las ideas pedagógicas de José Martí y Paulo Freire. Ambos han contribuido a la construcción de un pensamiento crítico y liberador que, por su humanismo radical, cruza las fronteras de lo latinoamericano y abarca la dimensión de pluralidad de la universalidad. Considerando la distancia temporal entre José Martí (siglo XIX) y Paulo Freire (XX), la geografía ética que recorre el espacio educativo en el contexto latinoamericano sigue padeciendo una profunda similitud entre el ayer y el hoy.

Para Freire y para Martí la educación es una forma de intervención en el mundo, para ambos, el reconocimiento de la diversidad y la integración cultural es un principio que contribuye a la abolición de las desigualdades y desarticula las estructuras de poder que fomentan prácticas xenofóbicas y racistas. Paulo Freire propone un modelo centrado en la comunicación dialógica, donde la curiosidad profunda y reflexión crítica se constituyen como principales métodos de conocimientos. En cuanto a la educación liberadora destaca la propuesta de Freire para que los seres humanos aprendieran a leer no solamente la "palabra" sino también leer el "mundo".

Esto implica el desarrollo del conocimiento crítico, potenciar el pensamiento, auspiciar la reflexión del individuo. La producción teórica en los escritos de Martí y Freire, se enfoca en revelar una realidad cargada de injusticias y asumir caminos alternativos para construir un mundo más humano y creativo."

Milena

"Paulo Freire e José Martí, apesar de separados por contextos históricos e geográficos distintos, compartilham uma visão profundamente humanista

e transformadora da educação como ferramenta de emancipação. Ambos se posicionam como ícones intelectuais em suas respectivas culturas e influenciaram de maneira significativa o pensamento educacional e político da América Latina. Freire, com sua pedagogia crítica, e Martí, como apóstolo da independência cubana e defensor do ensino como alicerce da liberdade, oferecem contribuições que convergem em vários aspectos, especialmente na valorização da educação popular como meio de transformação social. José Martí (1853-1895) é amplamente reconhecido como o “Apóstolo da Independência Cubana”, título que demonstra sua liderança intelectual e moral na luta contra a dominação colonial espanhola. Escritor, poeta, jornalista e político, Martí dedicou sua vida à causa da liberdade de Cuba e à promoção de ideais republicanos, democráticos e igualitários. Sua obra literária e filosófica não se limita somente ao contexto de sua época, defendendo a educação como o principal pilar de uma sociedade justa e autônoma. Para Martí, a verdadeira independência não poderia ser alcançada apenas pela força militar, mas exigia também a formação de cidadãos conscientes, livres e moralmente preparados para construir uma nação soberana.

Por sua vez, Paulo Freire (1921-1997) foi um educador e filósofo brasileiro que revolucionou o campo da pedagogia ao propor uma educação crítica e libertadora. Sua obra mais conhecida, *Pedagogia do Oprimido* (1970), rejeita a visão tradicional da educação como um processo de transmissão de conhecimento básico de gramática – que ele denominou “educação bancária” – e defende um modelo dialógico, no qual educadores e educandos constroem juntos o saber. Freire via a educação como um ato político e como a principal ferramenta para superar as estruturas de opressão social.

Uma das principais aproximações entre Martí e Freire é a crença de que a educação deve ser acessível e inclusiva, permitindo que os setores mais marginalizados da sociedade se tornem protagonistas de sua própria história. Martí afirmou que “ser culto é o único modo de ser livre”, destacando a educação como pré-requisito para a emancipação pessoal e coletiva. Da mesma forma, Freire enxergava a alfabetização como um ato político que permite aos indivíduos reconhecerem e superarem as condições de opressão. Ambos compreendiam que a ignorância não é apenas uma falha individual, mas uma condição perpetuada por estruturas sociais que beneficiam as elites dominantes.

Outro ponto de convergência é o papel atribuído ao diálogo e à empatia na construção do conhecimento e na transformação social. Martí acreditava que “não há verdadeira liberdade sem justiça social”, enfatizando a necessidade de compreender e respeitar as condições de vida dos oprimidos para construir uma sociedade equitativa. Essa visão se alinha à pedagogia freiriana, que coloca o diálogo no centro do processo educativo, permitindo a troca de experiências e a construção coletiva do saber.

Em ambas as perspectivas, a educação não é uma imposição de valores externos, mas um processo de reconhecimento mútuo e de valorização das experiências dos educandos. A valorização da cultura popular é outro aspecto que aproxima Freire e Martí. Enquanto Freire defendia que a educação deve partir da realidade concreta dos educandos, utilizando sua linguagem e cultura como ponto de partida para o aprendizado, Martí destacava a importância de uma cultura nacional enraizada nos valores e tradições do povo. Ele também rejeitava a imitação cega de modelos estrangeiros, acreditando que a independência cultural era tão vital quanto a independência política. Essa ênfase no protagonismo do povo como agente histórico ecoa na pedagogia de Freire, que enxerga os oprimidos como sujeitos ativos na transformação social.

A dimensão política da educação também é central em ambos os pensamentos. Martí via o conhecimento como uma arma poderosa contra a opressão colonial e a tirania, insistindo que a educação deveria formar cidadãos capazes de participar ativamente na construção de uma república justa e solidária. Freire, por sua vez, entendia que o ato de educar é intrinsecamente político, pois sempre implica uma escolha entre perpetuar as condições de opressão ou contribuir para sua superação. Ambos interpretavam a educação como um instrumento não apenas de desenvolvimento pessoal, mas também de mobilização coletiva e de resistência contra a dominação.

No contexto cubano contemporâneo, as ideias de Martí permanecem profundamente enraizadas na cultura e na política da ilha, sendo estudadas desde os primeiros anos de escolarização. Sua visão de uma educação comprometida com a justiça social e a soberania nacional influencia diretamente o sistema educacional cubano, que valoriza o acesso universal ao ensino e a formação de uma consciência crítica. Embora Paulo Freire não seja uma figura tão amplamente conhecida entre todos os estudantes cubanos, sua

metodologia de educação popular encontra ressonância nas práticas pedagógicas da ilha, especialmente em programas voltados para comunidades marginalizadas.

É importante destacar, no entanto, que enquanto Martí é uma figura quase universalmente reverenciada em Cuba, Freire enfrenta o desafio de ser mais plenamente compreendido e incorporado. Muitos estudantes cubanos conhecem aspectos de sua metodologia, mas não estão familiarizados com a totalidade de sua obra ou com a profundidade de seu pensamento. Esse cenário sugere que a integração das ideias de Freire no sistema educacional cubano pode oferecer um espaço de diálogo enriquecedor entre esses dois pensadores, fortalecendo ainda mais o compromisso da educação com a emancipação.

Por fim, as aproximações entre os pensamentos de José Martí e Paulo Freire refletem um compromisso comum com a educação como um ato de libertação e transformação social. Ambos defenderam a necessidade de uma pedagogia que valorizasse o diálogo, a cultura popular e o protagonismo dos oprimidos, oferecendo caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. No contexto cubano, a combinação das ideias desses dois gigantes do pensamento latino-americano pode continuar a inspirar práticas educativas que promovam a autonomia, a consciência crítica e a justiça social, reafirmando a educação como a mais poderosa ferramenta de emancipação humana.”

Reflexões finais

O intercâmbio de estudantes cubanas(os) e brasileiras(os) tem possibilitado a criação de redes, com a continuidade de atividades de iniciativa dos estudantes intercambistas que, nesse processo, são apoiados pelos profissionais das instituições às quais estão vinculados, em Cuba e no Brasil.

Citamos dois exemplos: o primeiro diz respeito a atividades de apresentação de jogos didáticos para crianças e adolescentes, que auxiliam o processo de ensino-aprendizagem, estimulam o processo de socialização e melhoram atividades cognitivas, por meio de um tabuleiro. Neste caso, o jogo teve José Martí como tema e seus participantes vão, ao mover as peças com fotos e informações, descobrindo sua história, suas contribuições para

a educação e para o caminho que percorreu visando alcançar uma sociedade justa e igualitária.

O intercambista cubano apresentou os jogos didáticos em duas situações: em Havana, uma em novembro de 2024, no Taller de Transformación del Barrio Jesús María, em Centro Havana, para grupo da comunidade, como atividade do Rincão Brasil em Cuba; a outra, em janeiro de 2025, na VI Conferência pelo Equilíbrio do Mundo, em homenagem a José Martí. Tais apresentações se desdobraram em proposta, em andamento, da elaboração de jogos didáticos sobre Paulo Freire, cujos subsídios deverão ser orientados pelo grupo do Centro de Educação Paulo Freire – Cepafre/Ceilândia,³ a ser utilizados nos próximos programas de intercâmbio.

O segundo exemplo, do lado brasileiro, refere-se à estudante intercambista que, desde 2024, continua como bolsista do Centro Memória Viva de Ceilândia e mantém articulações importantes com outros bolsistas, além de inserção importante nas atividades do GTPA-Fórum EJA/DF.

Por fim, ao longo de dois anos, a busca pela realização de rede de formação pelo intercâmbio entre universitários do Brasil e de Cuba, aproximando José Martí e Paulo Freire, e mantendo-se como processo de construção coletiva, já revela seu potencial de desenvolvimento “emancipatório” para além das fronteiras, em três aspectos:

- dimensão formativa: em diferentes momentos, os intercambistas estiveram envolvidos em contextos formativos diversos, constituídos por pessoas, perspectivas e sentidos plurais, cujos eixos centrais diziam respeito à alfabetização, à educação popular, à educação de jovens e adultos, ao sentido emancipatório da formação e à superação das desigualdades e mazelas produzidas por sistemas produtivos baseados na superexploração e na dependência. No Brasil, o estudante cubano pôde aprofundar-se no pensamento freireano, além de ocupar-se de outros temas como as lutas periféricas, os movimentos populares, a educação de jovens, adultos e idosos trabalhadores, bem como aná-

³ Pereira, Maria Luíza Pinho; Tôres, Maria Madalena. Relações entre a Universidade de Brasília e o movimento social – Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização (GTPA/DF)/Fórum de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do DF – Tensões e desafios de um longo e permanente caminho de lutas. In: Rêses, Erlando da Silva (org.). *Universidade e movimentos sociais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 63-86.

lises sobre raça, gênero e classe. Em Cuba, as estudantes brasileiras envolveram-se no forte senso revolucionário inspirado pelos ideais de José Martí, bem como conheceram de maneira próxima e vivida as lutas para a consolidação e sustentação de uma sociedade socialista à revelia de todas as pressões econômicas, políticas, sociais e culturais produzidas pelo centro do imperialismo. Fundamentos como revolução, emancipação, articulação coletiva, práxis educativa/política, superação de marcas coloniais como o racismo, entre tantos outros elementos, compuseram a experiência de intercâmbio dos jovens universitários em ambos os países;

- instituições mobilizadas: diversas instituições nacionais e internacionais foram mobilizadas direta e indiretamente no contexto do desenvolvimento do intercâmbio. Em Cuba, nomeamos: Universidad de Ciencias Pedagógicas Enrique José Varona; Rincón do Brasil em Cuba – Memorial Helio Dutra; Federación de Estudiantes Universitarios (FEU); Unión de Jóvenes Comunistas (UJC); Movimiento Juvenil Martiano (MJM); Centro Martin Luther King; escolas públicas. No Brasil, por sua vez, nomeamos: Universidade de Brasília; Faculdade UnB Planaltina; Centro Memória Viva – Paranoá, Ceilândia e Planaltina; integrantes do Movimento Brasileiro de Solidariedade a Cuba; Núcleo de Estudos Cubanos (Nescuba), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam); Núcleo de Estudos, Organização e Difusão do Conhecimento sobre Literatura Marginal (Neolim); escolas públicas; Centros Interescolares de Línguas;
- sentidos emancipatórios das ações: estreitamento das relações de amizade entre Brasil e Cuba e da solidariedade ao povo cubano frente às pressões internacionais; possibilidades intelectuais, contestadoras e de mobilização política da juventude; dialogicidade, organização coletiva e internacionalismo como princípios fundamentais das lutas pela emancipação por meio da educação na América Latina e no Caribe; articulação entre instituições educativas e movimentos sociais populares e sindicais para a promoção de processos formativos com sentido emancipatório.

Referências

Propostas pelo Edital de Seleção dos intercambistas

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GIOVANAZ, D. Há cem anos, nascia Paulo Freire: conheça a trajetória do patrono da educação brasileira. *Brasil de Fato*, [s. l.], [2021]. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/19/ha-cem-anos-nascia-paulo-freire-conheca-a-trajetoria-do-patrono-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 27 dez. 2025.
- MARTÍ, José. *Nossa América*. Tradução de Maria Auxiliadora César, Dionísio Poey Baró e Pablo Saínz Fuentes. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. Edição bilíngue.

Novas leituras identificadas pelos intercambistas

- Jonhansen Emanuel Reyes Izquierdo
- ALMENDRO HERMIDIO, Jonhansen. *Ideário pedagógico de José Martí*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2015.
- BETTO, Frei. Cuba e Paulo Freire. *Correio da Cidadania*, [s. l.], 2007. Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/colunistas/frei-betto/283-09-05-2007-cuba-e-paulo-freire>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- CENTRO DE ESTUDIOS MARTIANOS. *Acercamientos necesarios sobre José Martí*. La Habana: MINED, [s.d.].
- CHÁVEZ, J. [título não informado]. [S. l.: s. n.], 1990.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia del oprimido*. Bogotá: Editorial América Latina, 1968.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia del oprimido*. 21. ed. Madrid: Siglo XXI, 1970.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia de la esperanza: un reencuentro con la pedagogia del oprimido*. 7. ed. Madrid: Siglo XXI, 1993.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia de la autonomia: saberes necesarios para la práctica educativa*. 11. ed. Madrid: Siglo XXI, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. Disponível em: https://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia de la tolerancia*. México: Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y en el Caribe (CREFAL), 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia de la indignación*. 3. ed. Madrid: Ediciones Morata, 2010.
- FREIRE, Paulo. *Cartas a quien pretende enseñar*. Título original: Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. Tradução: Stella Mastrangelo. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2012.
- GADOTTI, Moacir. *La escuela y el maestro: Paulo Freire y la pasión de enseñar*. [S. l.: s. n.], 2007.
- HABEL, Janette; LÖWY, Michael. Ernesto Che Guevara: pensar em tempos de revolução. *A Terra é Redonda*, [s. l.], 8 ago. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/ernesto-che-guevara-pensar-em-tempos-de-revolucao/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

- LADO, M. La pedagogía de la revolución: entrevista a la presidenta de la Asociación de Pedagogos de Cuba, Nydia González. *Insurgente*, [s. l.], mayo 2007. Disponível em: <http://www.insurgente.org/>. Acesso em: 9 jan. 2026.
- MARTÍ, José. Asgartha. In: *Obras completas*. La Habana: Ciencias Sociales, 1975a. Tomo 19, p. 362-371.
- MARTÍ, José. Con todos y para el bien de todos. In: *Antología mínima*. La Habana: Ciencias Sociales, 1975b. Tomo 1, p. 89-101.
- MARTÍ, José. Educación popular. In: *Obras completas*. La Habana: Ciencias Sociales, 1975c. Tomo 22, p. 306-308.
- MARTÍ PÉREZ, José. Cuadernos de apuntes. In: *Obras completas*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 1983. Tomo 21.
- MARTÍ, José. *Ismaelillo*. La Habana: Pueblo y Educación, 1990.
- MARTÍ, José. *La Edad de Oro*. La Habana: Gente Nueva, 1998.
- MARTÍ, José. Los pobres de la tierra. In: CENTRO DE ESTUDIOS MARTIANOS (comp.). *Obras completas*. La Habana: Centro de Estudios Martianos; Karisma Digital, 2001a. v. 3, p. 303-305. CD-ROM.
- MARTÍ, José. Revista Literaria Dominicense. In: CENTRO DE ESTUDIOS MARTIANOS (comp.). *Obras completas*. La Habana: Centro de Estudios Martianos; Karisma Digital, 2001b. v. 5, p. 468-471. CD-ROM.
- MARTÍ, José. Nuestra América. In: CENTRO DE ESTUDIOS MARTIANOS (comp.). *Obras completas*. La Habana: Centro de Estudios Martianos; Karisma Digital, 2001c. v. 6, p. 15-23. CD-ROM.
- MARTÍ, José. Guatemala. In: CENTRO DE ESTUDIOS MARTIANOS (comp.). *Obras completas*. La Habana: Centro de Estudios Martianos; Karisma Digital, 2001d. v. 7, p. 113-158. CD-ROM.
- MARTÍ, José. A José Joaquín Palma. In: *Obras completas*. Edición crítica. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2009a. Tomo 5, p. 319-325.
- MARTÍ, José. Guatemala. In: *Obras completas*. Edición crítica. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2009b. Tomo 5, p. 285-293.
- MORÁN BELTRÁN, Lilia. Pablo Freire: educación y emancipación. *Encuentro Educativo*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 69-82, 2012.
- PACHECO GONZÁLEZ, María Caridad; PUPO PUPO, Rigoberto. *José Martí: la educación como formación humana*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2012.
- PÉREZ CRUZ, Felipe. Paulo Freire y la Revolución cubana: 1959-1997: de la historia intelectual a la social. *Revista del IICE*, La Habana, n. 48, p. 13-30, 2020.
- SILVA, Maria Aparecida. A fundamentação teórica de Paulo Freire e a possibilidade de uma predominância. *Revista Educação*, [s. l.], v. 40, n. 3, p. 543-554, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/23053>. Acesso em: 15 dez. 2024.

Milena Pereira da Silva

- BETTO, Frei. Cuba e Paulo Freire. *Correio da Cidadania*, [s. l.], 2007. Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/colunistas/frei-betto/283-09-05-2007-cuba-e-paulo-freire>. Acesso em: 1 dez. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. Disponível em: https://www.lettras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

HABEL, Janette; LÖWY, Michael. Ernesto Che Guevara: pensar em tempos de revolução. *A Terra é Redonda*, [s. l.], 8 ago. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/ernesto-che-guevara-pensar-em-tempos-de-revolucao/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SILVA, Maria Aparecida. A fundamentação teórica de Paulo Freire e a possibilidade de uma predominância. *Revista Educação*, [s. l.], v. 40, n. 3, p. 543-554, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/23053>. Acesso em: 15 dez. 2024.

Cuba é líder isolada na América Latina e Caribe. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff10129833.htm>. Acesso em: 23 dez. 2024.

Anexo – Programa de Formação em Paulo Freire

Intercâmbio Brasil (Paulo Freire)/Cuba (José Martí)
 Programa de Formação – Paulo Freire
 Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR)
 Professores da UnB: Paulo Gabriel Franco dos Santos (FUP), Maria Auxiliadora César (Nescuba-Ceam), Maria Luiza Pinho Pereira (FE)
 Estudante: Milena Pereira da Silva – História
 Atualizado em: 27 set. 2024

Nº	Data	Temáticas/Atividades (10h às 12h)
01	11 set. 2024 (quarta-feira) Presencial – Nescuba	Apresentação do Programa Resultado da pesquisa sobre a “mais-valia” do trabalhador-padeiro. Exposição dialogada sobre temas: Método Materialista Histórico Dialético; Guerra híbrida-multipolaridade da geopolítica; Teoria revolucionária: estratégia e táticas de luta; Práxis nos locais de moradia, trabalho, escola, movimento popular, sindicato, partido político, lazer e outros. Atividade preparatória do próximo encontro Pesquisar em livros ou online biografias de Paulo Freire em textos, vídeos, lives, identificando no contexto histórico as escolhas significativas de Paulo Freire, citando fontes de consulta. Escrever sua própria história, identificando no contexto histórico suas escolhas significativas (formulário linha do tempo 7/7 anos).

02	12 set. 2024 (quinta-feira) Presencial – Nescuba	Análise dialogada da história de vida de Paulo Freire Contexto histórico brasileiro, latino-americano, africano e mundial, influências marcantes, experiências e escolhas significativas, conceitos fundamentais: educação libertadora, consciência de classe, teoria dialógica, cultura, práxis (política-pedagógica). Compartilhamento das escolhas significativas na história de vida de cada participante como base para exposição dialogada sobre ciclos vitais, integração dos veículos físico-emocional-mental, níveis de consciência e condições socioambientais como classe trabalhadora. Atividade preparatória do próximo encontro Ler o livro Pedagogia do oprimido (1968), manuscrito de Paulo Freire (2018), indicando 3 citações e justificando sua escolha em relação à sua práxis. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/media/PDF/pdf_5661.pdf https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/20738/9332 Identificar a página 387 no manuscrito preservado e publicado, que foi omitida na publicação em outras línguas e brasileira. Ver slides: http://forumeja.org.br/node/1477 Vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=_i6rQ4-QaDM (FE – 27 maio 1988).
03	18 set. 2024 (quarta-feira) Virtual	Introdução sobre o contexto das ditaduras no Brasil e no Chile Produção e publicações do livro Pedagogia do oprimido, em 1968, e o manuscrito publicado, em 2018. Análise dialogada sobre as 3 citações justificadas com aprofundamento das referências conceituais e autores citados por Paulo Freire, contextualizando. Atividade preparatória do próximo encontro Visonar o vídeo ou ler o livro O povo brasileiro de Darcy Ribeiro (1995) e escrever 3 destaques significativos para aprofundamento, tendo como referência a formação do povo brasileiro: a identidade, o pertencimento e a soberania no século XXI. Visonar Roda Viva com Darcy Ribeiro: 1988: https://www.youtube.com/watch?v=6r7QDo9yHJk 1991: https://www.youtube.com/watch?v=gS6No7WBJFg 1995: https://www.youtube.com/watch?v=AAfzOemlAbg Visonar e ler Prof. Amon Pinho (Universidade Federal de Uberlândia): https://www.youtube.com/watch?v=1guVjzMS_JU https://bocadoceu.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Boca-do-Ceu-Texto-para-publicacao-no-site-versao-final-diagramado-4.pdf Aprofundar a formação do povo brasileiro na região do Distrito Federal, lendo no livro de BERTRAN, Paulo. História da Terra e do Homem no Planalto Central – Eco-história do Distrito Federal – Do Indígena ao Colonizador as seguintes páginas: Cap. I (p. 3-6); Cap. IV (p. 31-37); Cap. XI (p. 105-127); Cap. XVI (p. 183-201) e relacionar com a história do DF, em particular, Ceilândia. Disponível em: https://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/bitstream/123456789/1718/1/Texto%20integral%20%28PDF%29

04	25 set. 2024 (quarta-feira) Virtual	Compartilhamento dos 3 destaques sobre “O povo brasileiro...” Também no DF e, em particular, na Ceilândia, indicando possíveis aprofundamentos. Atividade preparatória do próximo encontro Ler o Caderno Alfabetizar é Libertar de Estrela D., Nascimento, G. e Törres, M. Disponível em: https://cepafre.blogspot.com/2020/09/caderno-alfabetizar-e-libertar.html Propor 3 destaques significativos sobre Círculo de Cultura, relacionando com a leitura do livro Pedagogia da autonomia. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/issue/view/218 http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/20874?locale=en Livro Universidade e movimentos sociais. Identificar toda a obra de Paulo Freire e escolher uma para ler e expor 3 destaques para dialogar e da leitura de José Martí indicar aproximações com Paulo Freire.
05	2 out. 2024 (quarta-feira) Presencial – Nescuba	Análise dialogada dos 3 destaques significativos em relação ao conceito de Círculo de Cultura em Paulo Freire no Caderno Alfabetizar é libertar de Estrela,D, Nascimento,G e Törres,M., relacionando com Pedagogia da Autonomia e a Escola pública popular/Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores EJA/IT/EPT emancipadora Expor 3 destaques da obra escolhida para dialogar e destacar da leitura de José Martí indicar aproximações de Paulo Freire Avaliação: itens para aprofundar em outubro
Opcional	A definir em outubro	Exposição preliminar sobre Materialismo Histórico Dialético Diálogo com destaque para as descobertas ao longo dos visionamentos e das leituras indicadas (Socialismo democrático/Ecossocialismo). Atividade preparatória do próximo encontro: Estudar o Materialismo Histórico Dialético a partir dos visionamentos e leituras indicadas a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=LmusMTZJ4k8 http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Zizek,%20Slavoj/Mao%20Tse-Tung%20-%20Sobre%20a%20pratica%20e%20a%20Contradicao.pdf https://www.youtube.com/watch?v=4a4XBSaNTBQ https://www.marxists.org/portugues/mao/obras/40.pdf http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/le000004.pdf https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/dialetica/int_dialetica.htm

Reciclando Memórias do Movimento de Educação e Cultura da Estrutural

MARIA ABADIA TEIXEIRA DE JESUS, DEUZANI CANDIDO NOLETO,
MARIZA LENE ARAÚJO, LUNDE BRAGHINI JUNIOR
E VANDERLINA RIBEIRO DE ABREU

Este relato é uma contribuição do Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (Mece) para o Projeto de Extensão Centro Memória Viva, Documentação e Referência em Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais do DF, responsável por organizar, junto ao Iphan, um *e-book* coletivo sobre acervos de memória e história das lutas pela educação de trabalhadores e trabalhadoras do Distrito Federal (DF).

O Mece é um movimento popular de luta e resistência pelo direito à educação, cultura, moradia, transporte, saúde e trabalho. Sua principal missão é mobilizar moradores e moradoras da região administrativa de Vila Estrutural – DF. Com isso, o movimento busca o fortalecimento integral e libertador da população nos âmbitos econômico, social, ambiental, político, cultural e ético.

Nossos objetivos são contribuir com:

- a formação cultural, econômica e política da comunidade;
- a defesa da educação, do direito à memória, da saúde e da formação política;
- o bem-estar da coletividade, monitorando o cumprimento dos direitos da população, prioritariamente das crianças, dos adolescentes, das mulheres e dos idosos;
- a defesa do direito ou interesse difuso a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, com foco na sua proteção, na responsabilização dos destruidores e na indenização às vítimas;

- a defesa e proteção do patrimônio público, com ênfase na defesa da memória social, do patrimônio material, imaterial, cultural, artístico e paisagístico da Estrutural e do Distrito Federal, assim como dos bens e direitos de valor estético e histórico.

A oportunidade de realizar este relato e contribuir com esta publicação coletiva, tão importante para a preservação das lutas pela educação dos trabalhadores e trabalhadoras do DF, também representa a possibilidade de rever nossa trajetória, que sempre buscou se orientar pelos princípios da Educação Popular:

- respeito aos saberes e à diversidade;
- solidariedade;
- autonomia política;
- combate a todas as formas de opressão e discriminação de gênero, raça, etnia;
- autogestão colegiada;
- libertação e autonomia das camadas populares como resultado da prática educativa.

Histórico

O Mece nasce em 2003 com a alfabetização de jovens e adultos da Vila Estrutural (DF), região situada à beira de um lixão a poucos quilômetros do centro do poder nacional. A maior parte da população da Estrutural é composta por catadores de materiais recicláveis, dentre os quais impera um grande índice de analfabetismo.

A história da Vila Estrutural remete à própria construção de Brasília, que não previa lugar para os trabalhadores e trabalhadoras que a construíram e tampouco para o lixo que a cidade produziria.

Sucessivamente, os depósitos de lixo da Capital foram mudando várias vezes de endereço e muitas pessoas que eram tratadas também como uma espécie de “dejetos sociais” acabaram encontrando sua fonte de sobrevivência reciclando os materiais descartados, em processo em tudo semelhante àquele narrado por Carolina Maria de Jesus no livro *Quarto de despejo*.

Em um dos últimos endereços, que hoje abriga a chamada Cidade do Automóvel, às margens da Via Estrutural, formou-se a Vila Estrutural,

cujos moradores tiveram que travar lutas épicas para se fixarem no local, enfrentando o poder do Estado.

Em 2003, a Vila Estrutural não tinha escolas, apenas uma de educação infantil, construída com placas de lata. O poder público não era presente e se fazia urgente uma ação de alfabetização por parte do movimento popular. Neste momento, o Círculo Operário do Cruzeiro, um movimento de uma cidade vizinha, entrou em contato com moradores da Vila e tomou conhecimento de que a Educação de Jovens e Adultos na Estrutural iniciou por volta de 1999 por um grupo ecumênico chamado Anjo Gabriel, com o intuito de ensinar pessoas próximas a ler e escrever, numa parceria com a Universidade Católica.

O que antes era só uma ideia se transformou em algo grandioso, com formação de 15 alfabetizadores pelo método “Dom Bosco”. Em 2003 aconteceu a parceria com o Círculo Operário do Cruzeiro com a proposta de promover a alfabetização mediante uma exigência: a de que fossem os próprios moradores os alfabetizadores. Então, Antônio Francisco e Vanderlina, do grupo Anjo Gabriel, aceitaram a proposta de alfabetizar e foi realizada uma formação pelo Círculo Operário do Cruzeiro, na proposta de Paulo Freire, com pessoas da Estrutural. Foram abertas, no mesmo ano, nove turmas que funcionavam nas casas das alfabetizadoras e alfabetizadores e nas igrejas.

Estas turmas faziam parte do Programa do Governo Federal Brasil Alfabetizado, em parceria com o Centro Paulo Freire – Cepafre da Ceilândia, e os alfabetizadores(as) recebiam uma bolsa e material para os alfabetizandos. Em 2004, o movimento conseguiu que a Regional de Ensino liberasse a escola de lata, que ficava fechada à noite, para funcionarem as turmas de alfabetização. O pessoal aprendia a ler, mas não conseguia dar continuidade aos estudos e permanecia nas turmas de alfabetização. Foi necessário criar turmas que ensinavam o conteúdo de primeira à quarta série, que foram chamadas de “Escola Livre”. Foram cinco anos de um trabalho árduo e realizador, com muitas pessoas alfabetizadas que, a partir da leitura formal, passaram a ter mais informações sobre os direitos de ter um lugar decente para morar, com água, luz, arborização, praças, escolas, cultura, saúde – lugar sonhado pelos alfabetizandos.

Como resultado da luta, conseguimos trazer para a Estrutural uma audiência da Câmara Distrital que debateu a situação da educação na Estru-

tural. Então, a partir de 2008, a Vila entrou em processo de regularização, com a implementação de redes de esgoto e pluvial, duas escolas infantis, um centro de ensino fundamental e, mais tarde, um centro de ensino médio.

Com a construção das escolas, o Mece passou a lutar junto com a comunidade para a implantação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas públicas. Realizamos uma campanha junto à comunidade para que fizessem matrícula para a EJA, inclusive passando carros de som para alertar a população, que tinha dificuldade de acessar o número 156, que fazia a matrícula.

Uma das atividades da alfabetização era os alfabetizandos escreverem bilhetes e cartas e também sobre a sua história e a da cidade. A partir daí surgiu a vontade e a necessidade de contar a história da cidade pela ótica dos moradores, uma vez que esta história era sempre contada com a versão do governo, da polícia e da imprensa.

Em 2006, aconteceu o Curso de Formação Política numa parceria com o Instituto Agostín Castejon (IAC).

Maria Abadia Teixeira de Jesus e suas irmãs Bianca e Jeruza iniciam na década de 1990 uma biblioteca comunitária a partir de livros catados no lixão, que hoje tem o nome de Biblioteca Comunitária Catando Palavras, que, além de livros, abriga o acervo do Ponto de Memória, da Editora Abadia Catadora e do Banco Comunitário Estrutural.

Figura 12.1: Matéria publicada no Jornal Correio Braziliense



Fonte: recorte de jornal, acervo do Mece

Figura 12.2: Festejando o Ponto de Memória da Estrutural



Fonte: acervo do Ponto de Memória da Estrutural (Mece)

Em 2009, o Mece entrou no Programa Pontos de Memória do Ibram e, em 2011, inaugurou o Ponto de Memória da Estrutural, que vem trabalhando na construção da história local através das narrativas e memórias de antigos moradores.

À época, foram realizadas duas exposições no âmbito do projeto Pontos de Memória: “Movimentos da Estrutural: Luta, Resistência e Conquistas”; e “A Mulher e a Cidade”.

Em 2012, com o intuito de fortalecer a Economia Solidária local, criou-se um empreendimento cultural de economia solidária, a Editora Popular Abadia Catadora, que editou livros de Brecht (em tradução de Vitor Pordeus), Carlos Rodrigues Brandão e Almir Gomes, autor da própria Cidade Estrutural, entre outras obras.

Nesse mesmo ano, foi criado o Banco Comunitário Estrutural, cuja entidade gestora é o Mece. Os bancos comunitários são uma estratégia de Economia Solidária no campo das Finanças Solidárias. O Banco Comunitário foi criado através da consulta popular, escolhendo o nome do Banco e da moeda social, que passou a se chamar Conquista.

Desde 2013, o MECE se constituiu juridicamente como associação sem fins lucrativos e prosseguiu no caminho de realizar projetos voltados para a memória e atuação social na Estrutural.

Entre os projetos que foram realizados nesta linha, se destacam:

- o Inventário Cultural da Estrutural (2016), possibilitado com recursos do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal;
- a execução do Projeto Fundo Socioambiental Casa, denominado “Banco Comunitário Estrutural: inclusão financeira digital e soluções sustentáveis para a economia local”, de formação em economia solidária (2018 e 2019);
- a exposição digital “Movimentos da Estrutural: prevenção da dengue, zika e chikungunya” (2020 e 2021), que tem versão 360° e versão 2D;
- a elaboração e execução do projeto “A construção de capacidades sociais para o enfrentamento da pandemia e suas consequências nos territórios”, com recursos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), para mitigar os efeitos da pandemia junto a populações em situação de vulnerabilidade socioambiental;
- o projeto “Depois das Cidades”, em parceria com a Universidade de Brasília e o Tribunal de Contas da União (2023), que levou à realização de uma exposição que recupera a saga da cidade que nasceu em torno do chamado “Lixão” de Brasília e o protagonismo dos moradores na luta por direitos fundamentais;
- a formalização, em 2023, do Fundo de Resiliência Solidário, uma relevante iniciativa em rede com abrangência para todo o Distrito Federal, que envolve o MECE e várias associações de economia solidária de Ceilândia (Movimento pró-Ceilândia Melhor – Mopocem), São Sebastião (Nação Zumbi), Santa Maria (Família Hip Hop), Riacho Fundo (Mulheres da Quebrada), Planaltina (Instituto entre Nós) e Paranoá (Centro de Desenvolvimento do Paranoá – Cedep);
- participação, em 2024, no projeto Memoráveis do Brasil – Vítimas da Covid, uma iniciativa do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim (CE), reunindo 12 Pontos de Memória, pelo qual vítimas fatais da Covid na Estrutural tiveram suas histórias levantadas e contadas por Mariza Lene Araújo;
- participação, desde 2024, em projeto com o Coletivo de Mulheres do Calafate (BA), com o CFEMEA (DF) e com o Movimento Moleque (RJ), destinado a pensar Territórios de Cuidado, Luta e Sustentação da Vida.

Todas estas ações, naturalmente, geram “acervo” – e acervos requerem espaços adequados para sua manutenção e para a promoção de sua acessibilidade. Cerca de 10 anos após iniciar as atividades de alfabetização na Estrutural, o Mece elaborou a proposta de criação de um Centro Cultural, que chegou a ser desenhado graças a um então estudante de arquitetura que fez o projeto como trabalho de conclusão de curso.

Este Centro poderia ter sido construído, mas uma emenda parlamentar que facultaria esta construção foi “devolvida” por uma das sucessivas gestões conservadoras da Administração da Estrutural, num ato de improbidade administrativa, cuja memória também é guardada por nós.

Considerações finais

Tendo iniciado suas atividades com alfabetização de adultos feita pelas próprias moradoras, na perspectiva de Paulo Freire, o Mece diversifica sua atuação em outras frentes populares, como a museologia social e a economia solidária, sempre numa perspectiva coletiva e cidadã.

O artigo de abertura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define a educação num sentido bastante amplo: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Esta definição, explicitamente, contempla a atividade educativa dos movimentos sociais e é até certo ponto afinada com uma perspectiva freireana, apesar de não sinalizar que estes “processos formativos” (informais e formais) devem ter uma orientação de emancipação das dominações de classe, raça e gênero.

Esta enumeração dos projetos e tarefas em que o Mece se envolveu mostra o quanto “movimento” tem a ver com pessoas “em movimento” e “em ação”, procurando refletir conscientemente sobre o que é necessário fazer para que suas ações tenham sucesso, fortalecendo a consciência e a mobilização das pessoas, principalmente nas periferias, onde se arca com todo o peso de não ter direitos atendidos ou respeitados.

Todavia, a movimentação contínua do Mece ao longo de mais de vinte anos sempre ocorreu em condições difíceis, num contexto em que os “corações e mentes” das pessoas nas áreas periferizadas foram sendo disputados

pelo grande crescimento de organizações religiosas que ajudaram a cimentar um ódio político contra todas as pessoas de esquerda ou que almejam um mundo mais humano.

Afinadas com essas iniciativas desmobilizadoras, a cultura do empreendedorismo afasta as pessoas de pensar que o empreendedorismo não só pode como deve ser algo benéfico socialmente, também demonizando as pessoas que investem seu tempo em “perder tempo” com coletivos que se propõem a criar uma outra sociedade.

Uma consequência disso é que até hoje a Estrutural carece de equipamentos culturais como um cinema, um teatro ou um espaço público cultural. Temos escolas, mas não é suficiente. No campo cultural, os jovens e as jovens ficam entregues àquilo que o mundo digital oferece – pois o celular também “educa”, mas não como e nem na direção que emancipa.

A práxis no CMV de Goiás: na luta em defesa da EJA

MARIA MARGARIDA MACHADO, RONES DE DEUS PARANHOS
E SANDRA VALÉRIA LIMONTA

Talvez este momento, em que o debate e a prática sobre documentação escapam do “arquivo morto”, não consiga ainda seduzir o tanto que deveria, contudo, sem dúvida iniciamos uma saída coletiva do escuro de lugares danosos que armazenam documentos com insetos, umidade e inseticidas. Talvez iniciemos a saída da monopolização do documento, sensibilizando, por um lado aqueles que, sob diferentes argumentos, tomam os documentos públicos como privados (inclusive mantendo-os em suas casas) e também, por outro lado, aqueles que, percebendo a importância dos documentos para a crítica da história, retiram-nos dos baús e armários privados e disponibilizam-nos para pesquisas, tornando-os públicos. Pode ser que assim estejamos próximos de mais escritas de outras histórias da educação, seja das instituições formais, seja de outros espaços em que o saber chegava sob diferentes formatos.

(Valdez *et al.*, 2015, p. 9)

Esta epígrafe retirada da Introdução do primeiro livro publicado pelo Centro Memória Viva – Documentação e referência em EJA, educação popular e movimentos sociais de Goiás (CMV/GO), em 2015, expressa bem o sentimento das pesquisadoras que sistematizaram os resultados daqueles cinco anos de pesquisa no CMV/GO.¹ De fato, nos deparávamos

¹ Na origem do projeto que cria o CMV/GO, as duas professoras responsáveis foram Maria Margarida Machado e Maria Emilia de Castro Rodrigues (in memoriam). Ao longo destes 15

com a instigante oportunidade de acessar documentos armazenados em depósitos sem qualquer cuidado de preservação e com os depoimentos de servidores públicos que, temendo o desaparecimento das fontes, guardavam em suas casas documentos oficiais que contam a história da EJA de Goiás. No entanto, também vivenciávamos a oportunidade de reunir memórias e histórias de outros espaços formativos cujos processos político-pedagógicos contribuíram para a experiência educativa de movimentos sociais.

Passados quinze anos deste processo, o aceite para participar deste livro do CMV/DF nos coloca diante da oportunidade de ampliar nossa própria visão sobre os sentidos produzidos por estas experiências de pesquisa e atuação militante dos pesquisadores envolvidos no CMV/GO. Portanto, este capítulo registra a práxis do CMV/GO, coordenado pela Faculdade de Educação da UFG, no período de 2010 a 2025. Esta práxis se materializou em ações e reflexões realizadas em atividades de ensino, pesquisa e extensão, com o portal do Fórum Goiano de EJA sendo parte constituinte e constitutiva desse processo.

Inicialmente são apresentadas as bases teóricas e metodológicas que têm fundamentado as pesquisas do CMV/GO, desde os níveis de orientação em iniciação científica até a chegada ao pós-doutorado. Em seguida, compartilhamos os usos e reflexões do campo da formação de professores, especialmente no Curso de Pedagogia da FE/UFG, com as experiências das disciplinas de núcleo livre e estágio supervisionado na EJA, registradas no portal do Fórum Goiano de EJA pelos pesquisadores, estudantes e professores do CMV/GO. Por fim, apresentamos a relação entre teoria e prática das investigações em EJA voltadas ao ensino de Ciências da Natureza, evidenciada tanto no uso das fontes históricas alojadas no portal do Fórum Goiano de EJA quanto na atuação dos pesquisadores deste fórum.

anos, vários outros colegas da FE/UFG e de outras unidades estiveram vinculados ao CMV/GO desenvolvendo suas pesquisas. Atualmente estão na coordenação das pesquisas no CMV/GO a professora da FE/UFG Sandra Valéria Limonta (que coordena o diretório do CMV no CNPq e responde pelo projeto de extensão do Fórum Goiano de EJA na UFG); a professora aposentada da FE/UFG Maria Margarida Machado e o professor do Instituto de Ciências Biológicas da UFG (ICB/UFG) Rones de Deus Paranhos (coordenador da Rede de Pesquisa em Ensino de Ciências na EJA – Repec-EJA). Os professores são orientadores de Iniciação Científica em suas unidades acadêmicas e atuam na orientação de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UFG.

Bases teóricas e metodológicas que fundamentam as pesquisas do CMV/GO

[...] é na reflexão crítica da ambiguidade da prática educativa experimentada, que o pesquisador educacional, comprometido com o processo de transformação social, enquanto participante de um esforço coletivo e interdisciplinar, encontrará o desafio da “re-visão” necessária dos fundamentos epistemológicos e teóricos supostamente consistentes.

(Angelim, 1988, p. 5)

Para compreender as bases teóricas e metodológicas das pesquisas realizadas no CMV/GO, tomamos como ponto de partida o desafio frequentemente destacado por Maria Luíza Pinho Pereira, tanto em sua dissertação de mestrado, quanto em sua atuação cotidiana à frente das lutas em defesa de direitos no Distrito Federal, especialmente como militante da EJA e integrante do CMV/DF. A noção de “re-visão” dos fundamentos epistemológicos e teóricos proposta por Pinho Pereira tem orientado nosso percurso e pode ser interpretada como “ver novamente”, “enxergar sob outras perspectivas” ou “revisitar continuamente”. Esta abordagem implica, de igual maneira, a adoção de uma atitude de ação coletiva e a disposição ao diálogo interdisciplinar.

Assim, é possível afirmar que “a reflexão crítica da ambiguidade da prática educativa experimentada” (Angelim, 1988, p. 5) esteve presente nas reflexões que antecederam a própria criação do CMV/GO. Já no início dos trabalhos, professoras da Faculdade de Educação se depararam com uma distância, muitas vezes incompreensível, entre os discursos proclamados na formação de professores da instituição e a realidade vivenciada nos sistemas públicos de ensino no Estado de Goiás. Tendo acumulado experiência em escolas públicas e na EJA, as autoras do projeto, Maria Margarida Machado e Maria Emilia de Castro Rodrigues, se propuseram a manter esse vínculo e fortalecer a atuação coletiva e interdisciplinar. Atuando em diferentes áreas – uma no Departamento de Fundamentos da Educação e a outra no Departamento de Didática e Prática de Ensino –, buscaram vivenciar, em suas práxis, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, os fundamentos epistemológicos e teóricos que orientam metodologicamente nosso trabalho na FE/UFG são anteriores à origem do CMV/GO. Destacam-se desta anterioridade as reflexões pautadas nos referenciais freireanos de construção coletiva do conhecimento, diálogo como princípio pedagógico e educação como busca pela autonomia dos sujeitos (Freire, 1987; 1992 e 1997). Essas noções embasaram as formações dos alfabetizadores populares dos Círculos de Cultura praticados pela rede municipal de educação de Goiânia, bem como as ações de formação continuada dos professores de EJA dessa mesma rede, realizadas pelo Grupo de Estudos de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (Geaja).²

A influência do pensamento e ação de Antonio Gramsci (2024) em nossas ações de ensino, pesquisa e extensão também é anterior a 2010. O legado deste intelectual militante contribui com nossas práxis voltadas para a educação das classes trabalhadoras, especialmente por meio de sua concepção de Estado integral, que nos auxilia na identificação dos papéis assumidos pela sociedade política e sociedade civil na disputa por um projeto hegemônico de educação e de EJA. Um exemplo emblemático desta disputa é a luta histórica em defesa do direito universal à educação pública, laica, gratuita e socialmente referenciada, travada pelo movimento dos Fóruns de EJA do Brasil, onde o Fórum Goiano atua. Além disso, destacam-se as categorias gramscianas de trabalho como princípio educativo e de formação integral humana, fundamentais para a “re-visão” dialética tanto dos currículos de formação de professores quanto dos currículos aplicados nas experiências pedagógicas e políticas da EJA.

Entre as inúmeras contribuições destes dois referenciais, Paulo Freire e Antonio Gramsci, que nos oferecem suporte epistemológico e político e nos orientam teórica e metodologicamente nas ações de ensino, pesquisa e extensão, destacamos uma ideia síntese de Gramsci sobre o conceito de trabalho que dialoga com o pensamento de Freire:

O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola [...] cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto

² Disponível em: https://forumeja.org.br/index.php/goias/?perpage=12&view_mode=masonry&paged=1&order=ASC&orderby=title&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=&search=GEAJA.

de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo, para a compreensão do movimento e do devir, para a avaliação da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro. (Gramsci, 2024, p. 1651)

A percepção de que todos estamos imersos em alguma atividade teórico-prática – ou seja, em algum tipo de trabalho – é o que define o princípio educativo como algo inerente à escola. A escola é concebida ponto de partida para a formação ou o aprofundamento de uma intuição que impulsiona a busca pela libertação das diversas amarras que nos constituem. Trata-se, portanto, de um ponto de partida, e não de chegada. Isso porque não se deve atribuir à escola ou ao conhecimento nela mediado um caráter salvacionista, mas sim reconhecer sua importância e seu valor para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica e crítica da realidade. Essa reflexão está em plena sintonia com a perspectiva freireana de educação como prática da liberdade (Freire, 1967), entendida não como liberdade em si, mas como processo.

Desdobra-se, ainda, desta reflexão de Gramsci (2024), a percepção dos pesquisadores do CMV/GO sobre as relações entre passado, presente e futuro. Compreender a atualidade como síntese, e não como mera reprodução do passado, exige de nós a busca por uma compreensão desse passado – não como algo que simplesmente ficou para trás, mas como aquilo que constitui a realidade presente e que depende deste presente para ser desvelado. Parte deste esforço por manter a preocupação com passado, presente e futuro se expressa no registro incansável daquilo que se faz, aprendizado inspirado nos referenciais freireanos e gramscianos. São inúmeras memórias de reuniões, encontros e seminários; muito relatórios de projetos de pesquisa e extensão; registros didáticos em cadernos que contêm planos de aula e atividades pedagógicas. Esses materiais que vêm se consolidando como um acervo de memória e história das práticas em prol da EJA na FE/UFG.

Partindo dessas referências iniciais, voltamos à afirmação de que a nossa experiência e reflexão crítica sobre a ambiguidade da prática educativa (Pereira, 1988) também nos levou a leituras mais específicas do campo da memória e história. Essas leituras chegaram a nós por influências prove-

nientes do debate nacional de criação dos Centros de Referência em EJA, uma proposta articulada entre sociedade política e sociedade civil no contexto do segundo mandato do Governo Lula, em 2010. Como informa o documento a seguir,

a DPEJA vem desde 2009 estabelecendo contatos para a constituição de uma rede de articulação de ações com os núcleos e grupos de estudos de Educação de Jovens e Adultos existentes nas IES, a fim de promover a criação de Centros de Referência de Educação de Jovens e Adultos – que se constitua como espaço de organização de documentação e memória histórica e recente sobre EJA que abrigue acervos de documentos e memórias, através de catálogos e sistemas de consulta, e disponibilização em meios digitais ou virtuais, que estimule a produção de conhecimento sobre a História da EJA no Brasil e atue na formação de docentes.

Os Projetos dos Centros de Referência estão fundamentados em conceitos de gestão descentralizada, redes não-hierárquicas, autonomia didático-científica, flexibilidade, interoperabilidade dos bancos de dados, a partir de padrões que poderão ser assegurados democraticamente, por um Comitê de Gestão Interinstitucional a ser criado com representação das instituições cooperantes. (Brasil, 2010, s.p.)³

As formas de articulação e organização desses centros de referência em EJA foram diversas. Na região centro-oeste nos constituímos como Centro Memória Viva, reunindo as universidades federais dos três estados e do DF. No projeto original apresentado à Secad/MEC, em 2010, constam concepções de história, do papel do historiador e da relação entre passado e presente que foram retomadas em vários aprofundamentos posteriores do CMV:

Escrever sobre o passado, há muito tempo deixou de ser uma narrativa pura e reconhecida como ‘verdadeira’, pois o passado não está pronto e acabado esperando o historiador contá-lo, assim como, o documento não desvenda o passado de forma direta e transparente. A história e o passado são plurais, um conjunto de valores construídos, socializados, significados e legitimados pelos homens para explicar um tempo e uma sociedade. (UFG, 2010, p. 4)

³ Esse texto foi elaborado por Paulo Mello, um consultor Unesco, atuando naquele contexto na Divisão de Políticas de EJA (DPEJA), da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC), com contribuições e incorporações de outros textos e documentos dos participantes dos encontros dos Centros de Referência de EJA; portanto, é lido por nós como um relatório oficial do processo de construção dessa rede de pesquisadores em EJA.

Partindo deste contexto inicial, demos sequência a leituras e reflexões que nos levaram ao exercício de constituir esboços biográficos de figuras como Alistair Thomson, Éclea Bosi, Henrique Bergson, Jacques Le Goff, Lucien Febvre, Marc Bloch, Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Peter Burke e Pierre Nora, pesquisadores do campo da memória e história. Para pensar os conceitos de memória individual e coletiva, história, esquecimento, bem como as relações intrínsecas entre eles, lemos e discutimos no grupo de estudos do CMV/GO os trabalhos de Halbwachs (2006), Hobsbawm (1998), Le Goff (2003) e Ricoeur (2007). Outra importante referência metodológica do campo da memória foi Bosi (1994).

Algumas pesquisas desenvolvidas no grupo requeriam de insumos para pensar questões relacionadas à reconstituição de experiências de vida. Estes trabalhos centrados em narrativas biográficas e autobiográficas foram fortemente influenciados pela obra de González-Monteagudo (1996, 2004a, 2004b, 2004c, 2007, 2011), a partir da qual chegamos a autores, como Mills (1959), Ferrarotti (1990; 2010) e Bertaux (1989a, 1989b), que discutiam a relação e a não relação das pesquisas realizadas no âmbito das ciências humanas e exatas. Um aprofundamento dessas contribuições nos estudos do CMV/GO podem ser acessados no capítulo intitulado: Aprendendo com histórias de vida – um estudo sobre biografias e autobiografias (Machado, 2024).⁴

Por último, os trabalhos de Luciano Mendes de Faria Filho (Faria Filho, 2000) e José de Assunção Barros (Barros, 2019a; 2019b; 2020) também foram importantes referenciais teóricos e metodológicos das pesquisas no CMV/GO. Enquanto o primeiro contribuiu com as reflexões sobre arquivo e fontes na história da educação, o segundo entrega elementos para refletir sobre as fontes históricas em geral.

Formação de educadoras e educadores da EJA no curso de Pedagogia da FE/UFG: abrindo espaços curriculares e formativos (im)possíveis

Esta seção do capítulo explicita a relação entre a concepção do processo formativo de educadoras e educadores no Curso de Pedagogia da FE/UFG

⁴ O capítulo “Aprendendo com histórias de vida – um estudo sobre biografias e autobiografias” (Machado, 2024) apresenta algumas das contribuições destes autores nos estudos do CMV/GO.

e a EJA defendida pelo CMV/GO. Para tanto, cabe destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996 (Brasil, 1996) estabeleceu que a formação para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental deverá se dar nos cursos de licenciatura em Pedagogia. Além disso, em 2006, após longo e intenso debate com a sociedade civil pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a Pedagogia se consolidou como licenciatura nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que definem os princípios, conhecimentos e habilidades necessárias para a formação das pedagogas e pedagogos (Cruz, 2011).

Segundo essas diretrizes, o curso deve ter duração mínima de quatro anos e deve ser organizado em torno de três eixos principais, dos quais trataremos a seguir.

O primeiro deles é Fundamentos da Educação, que fornece aos futuros pedagogos uma base teórica para compreender o fenômeno educativo em suas múltiplas dimensões. Partindo de disciplinas como filosofia, sociologia, história e psicologia da educação, esses conhecimentos são essenciais para que os professores possam refletir criticamente sobre o papel da escola na sociedade e sobre as práticas pedagógicas adotadas em sala de aula.

O segundo eixo é Didática e Metodologias de Ensino, onde os estudantes são introduzidos às técnicas e estratégias de ensino e adquirem conhecimentos sobre como planejar aulas, elaborar projetos pedagógicos, avaliar o aprendizado dos alunos e utilizar tecnologias educacionais. Considerando que a pedagoga e o pedagogo trabalham com todos os componentes curriculares da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, incluída a modalidade EJA (primeiro segmento), este eixo é fundamental para garantir que os futuros professores estejam preparados para enfrentar os desafios do cotidiano escolar.

Por fim, o terceiro eixo reúne temas vinculados à Gestão Educacional. Além de formar professores, o curso de Pedagogia também prepara os estudantes para atuar na gestão das instituições educativas, seja como diretores, coordenadores ou supervisores. Esse eixo inclui disciplinas que abordam temas como administração escolar, políticas públicas em educação, planejamento educacional e financiamento da educação.

Além desses eixos, o Curso de Pedagogia prevê a realização de estágios supervisionados, parte essencial da formação. Os estágios permitem que os

estudantes vivenciem a realidade das escolas, aplicando os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula e refletindo sobre sua prática pedagógica. Essa articulação entre teoria e prática é um dos pilares da formação docente, pois é nesse momento que os futuros professores começam a construir sua identidade profissional. Considerando a complexidade da formação docente no Curso de Pedagogia, não é difícil compreender nossa luta para que a EJA possa ocupar um espaço curricular e formativo no curso.

Nesse sentido, o trabalho do CMV/GO foi fundamental para que a EJA fosse inserida como componente curricular e campo de estágio no projeto político-pedagógico e nas ações de pesquisa e extensão na FE/UFG. O reconhecimento da importância dos estudos e atividades pedagógicas sobre a EJA foi uma conquista do trabalho das professoras Maria Emilia de Castro Rodrigues (*in memoriam*) e Maria Margarida Machado na formação de pedagogas e pedagogos da FE e se materializou, não sem constante luta, em diferentes momentos de reformulação do projeto político-pedagógico e do currículo do curso.

Até 2017, a EJA ocupava um pequeno espaço curricular como disciplina de caráter eletivo inserida num grande conjunto denominado, na UFG, de “núcleo livre”. De acordo com o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da universidade, o núcleo livre visa “ampliar e diversificar a formação do estudante, promover a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, possibilitar o aprofundamento de estudo em áreas de interesse do estudante e viabilizar o intercâmbio entre estudantes de diferentes cursos da UFG” (Resolução Cepec n. 1122 de 9/11/2012).

As disciplinas de núcleo livre podem ser modificadas, extintas e criadas de acordo com a avaliação dos estudantes sobre o andamento do projeto do curso e do movimento da pesquisa dos professores. Os estudantes podem cursá-las a qualquer momento e em qualquer faculdade ou instituto da UFG. Assim, o objetivo é proporcionar, ao longo da formação, momentos de ampliação para além do currículo dos cursos e para além dos muros das faculdades. Cada projeto pedagógico institui a carga horária de núcleo livre que considera mais adequada à formação. No caso de Pedagogia, prevê-se uma carga horária de 256 horas de núcleo livre ao longo dos quatro anos.

Em 2017, houve uma reformulação do projeto do curso de Pedagogia em que foi proposta a substituição de cinco disciplinas de núcleo livre por

três disciplinas obrigatórias e duas disciplinas optativas. As novas disciplinas obrigatórias inseridas no currículo foram Fundamentos Teóricos e Práticos da Educação Infantil, Fundamentos da Produção Acadêmico-Científica e Libras. As disciplinas optativas ofertadas, por sua vez, foram Fundamentos Teóricos e Práticos da Educação de Jovens e Adultos, Fundamentos Teóricos e Práticos da Educação Especial e Inclusão Escolar, Educação e Cultura Corporal e Educação das Relações Étnico-Raciais. Dentre as quatro disciplinas do núcleo optativo, cada estudante deverá escolher duas.

A mudança da EJA de disciplina de núcleo livre para disciplina optativa abriu um espaço maior e deu mais visibilidade para a modalidade na FE/UFG. No entanto, como destaca a pesquisa de Camargo (2023), na maioria dos cursos de Pedagogia no Brasil, a EJA ou é invisibilizada ou ocupa espaços marginais e secundários no currículo (no ensino), na pesquisa e na extensão.

A formação docente no Curso de Pedagogia, como já dissemos, é complexa e enfrenta uma série de desafios. Um dos principais é a necessidade de superar a dicotomia entre teoria e prática. Nesse sentido, o estágio supervisionado é um momento privilegiado de formação:

o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (Brasil, 2000, p. 56)

A EJA atende a um público heterogêneo, composto por jovens, adultos e idosos com histórias de vida, motivações e necessidades educacionais diversas. Muitos desses alunos enfrentam desafios como longas jornadas de trabalho, responsabilidades familiares e baixa autoestima em relação aos estudos. Diante dessa realidade, o professor da EJA precisa de uma formação que vá além dos conhecimentos teóricos e didáticos que compõem a formação (Gadotti, 2011).

O estágio supervisionado é um componente curricular obrigatório e fundamental no Curso de Pedagogia no Brasil, atuando como eixo estruturante da formação dos futuros professores e pedagogos. Ele representa o momento

em que os estudantes têm a oportunidade de vivenciar a prática educativa em contextos reais, articulando os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso com as demandas e desafios do cotidiano escolar. Conforme destacam Pimenta e Lima (2012), o estágio supervisionado não é apenas uma etapa de aplicação de teorias, mas um espaço de reflexão crítica sobre a prática, que contribui para a construção da identidade docente e para o desenvolvimento de competências pedagógicas essenciais.

O estágio supervisionado é um espaço de aprendizagem e experimentação, onde os estudantes de Pedagogia podem colocar em prática os conceitos estudados em sala de aula. Ele é regulamentado pelas DCNs/2006 para o curso de Pedagogia, que estabelecem que o estágio deve ser realizado em diferentes contextos educativos, como Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e gestão escolar. Essa diversidade de experiências permite que os futuros pedagogos compreendam as especificidades de cada etapa da educação e desenvolvam uma visão ampla e crítica sobre o sistema educacional.

No estágio é possível levar as futuras pedagogas/os a compreender as particularidades do público da EJA e conhecer as histórias de vida dos alunos e suas motivações para retomar os estudos; desenvolver metodologias adequadas; criar estratégias de ensino que respeitem o ritmo e as necessidades dos alunos; promover a inclusão e a cidadania e compreender a potência da educação escolar como um instrumento de transformação social. Estes são apenas alguns dos desafios lançados ao Curso de Pedagogia na formação das educadoras e educadores da EJA. No caso do estágio, também buscamos assegurar um espaço dedicado à EJA, inicialmente construído e defendido pela professora Maria Emilia. Persistimos em mantê-lo mesmo diante do desmonte da EJA que temos vivenciado tanto no Brasil quanto no município de Goiânia, onde nossas e nossos estudantes de Pedagogia realizam seus estágios.

De acordo com Libâneo (2010), o estágio supervisionado é um momento privilegiado para a formação docente pois permite a compreensão da realidade social e escolar em sua complexidade e inicia as futuras professoras e professores na tomada de consciência de suas capacidades e possibilidades de intervir, de forma consciente e crítica, no processo educativo. Além disso, o estágio é mediado por um professor supervisor e pelo professor da escola,

que acompanham o estagiário e orientam seu processo de aprendizagem da profissão, garantindo que ele reflita sobre sua prática e identifique os desafios enfrentados pelos professores e pelas escolas.

Segundo Pimenta e Lima (2012), o estágio supervisionado é composto por diferentes etapas. A primeira delas é a de observação, em que o estudante observa as dinâmicas da sala de aula e da escola buscando compreender como os professores organizam seu trabalho, como os alunos interagem e como a instituição funciona como um todo. A observação é um momento importante para que o estagiário se familiarize com o contexto educativo e identifique aspectos que podem ser melhorados.

Após essa primeira fase, o estudante começa a atuar diretamente em sala de aula, planejando e ministrando aulas, desenvolvendo atividades pedagógicas e interagindo com os alunos. É aí que começa a intervenção, a etapa mais desafiadora do estágio, pois exige que o estagiário coloque em prática seus conhecimentos teóricos e adapte suas estratégias de ensino às necessidades dos alunos.

Por fim, no momento de avaliação, o estagiário reflete sobre sua prática avaliando os resultados alcançados e identificando pontos de melhoria. Essa avaliação é feita em conjunto com o professor supervisor e pode incluir a elaboração de relatórios, a participação em seminários ou a apresentação de portfólios que documentem a experiência do estágio.

O estágio é o espaço privilegiado de síntese da formação e de consolidação da identidade docente. Segundo Freire (1996), essa formação não pode se limitar à aquisição de técnicas de ensino, mas deve incluir a construção de uma ética e de uma visão crítica de educação comprometida com a formação da classe trabalhadora pela transformação social. Estar na escola, no estágio, é uma forma de auxiliar a ou o estudante da licenciatura a se reconhecer como professora ou professor e a refletir sobre seu papel na sociedade, como pessoa e como profissional. Nesse sentido, o estágio supervisionado é uma experiência (trans)formadora.

Figura 13.1 – Coordenadora pedagógica da EM Jesuina de Abreu (Goiânia-GO) conversa com os trabalhadores estudantes sobre um curso de informática realizado em parceria com o IFG



Fonte: imagem registrada por Sandra Valéria Limonta, acervo do CMV (2025).

Um dos principais desafios do estágio na EJA é lidar com a heterogeneidade da turma. Os alunos têm idades, histórias de vida e níveis de escolaridade variados, o que exige do estagiário uma postura flexível e criativa. É necessário adaptar o planejamento das aulas para atender às diferentes necessidades dos estudantes, utilizando metodologias que promovam a participação ativa e a construção coletiva do conhecimento. Outro desafio é a motivação dos alunos. Muitos deles enfrentam dificuldades como longas jornadas de trabalho, falta de apoio familiar e baixa autoestima em relação aos estudos. Assim, estagiário precisa desenvolver estratégias para manter o interesse dos alunos, criando um ambiente acolhedor, estimulante e que valorize suas experiências e conhecimentos prévios (Pereira e Nogueira, 2019).

Graças ao movimento que temos conseguido fazer entre ensino, pesquisa e extensão ancorados no CMV/GO, o estágio supervisionado FE/UFG implica o exercício de uma prática reflexiva, comprometida, com sentido e intencionalidade. Os saberes necessários à formação de educadoras e educadores para a EJA decorrem dessa práxis social, histórica, intencionada e coletiva que nos ajuda a abrir espaços (im)possíveis de formação.

Outra grande contribuição do CMV/GO para a formação de educadoras e educadores de EJA no curso de Pedagogia da FE/UFG é manter vivo e presente o estudo sobre o legado de Paulo Freire, referência fundamental

para a EJA. Infelizmente, sua vida, obra e legado são pouco estudados nas licenciaturas brasileiras. Sua pedagogia crítica e humanista oferece bases teóricas e práticas preciosas para o trabalho pedagógico na EJA e mais uma vez precisamos fazer menção ao trabalho de ensino, pesquisa e extensão realizado pela professora Maria Emilia no CMV/GO e à frente do Fórum Goiano de EJA, destacando a importância deste importante pensador brasileiro para a EJA.

Alguns dos principais conceitos freireanos que podem orientar a formação docente são o diálogo – a compreensão da educação como um processo dialógico entre professor e aluno, na qual ambos aprendem e ensinam; a promoção da autonomia dos educandos, incentivando-os a ser sujeitos de sua própria aprendizagem; a necessidade de relacionar os conteúdos escolares com a realidade dos educandos, tornando a aprendizagem significativa; a conscientização, considerando a educação como um dos instrumentos de transformação social, que permite aos educandos refletirem sobre sua realidade e agirem para mudá-la (Freire, 1996).

A pesquisa sobre o ensino de Ciências da Natureza no âmbito do CMV/GO

Esta seção se ocupa da reflexão sobre a relação entre o ensino de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) e EJA, tendo em vista as práticas desse ensino nas escolas brasileiras. Como já destacado neste capítulo, enquanto modalidade da educação básica prevista na Lei n. 9.394/1996, a EJA vai além do processo de alfabetização e contempla também a possibilidade de acesso ao conhecimento sistematizado de diferentes áreas. Embora no Brasil a alfabetização ainda seja uma necessidade real, é igualmente importante reconhecer que os educandos da modalidade podem e têm o direito de continuar suas trajetórias de formação no ensino fundamental (2º segmento) e médio.

Diante do marco legal vigente e da necessidade de repensar os aspectos pedagógicos relacionados ao ensino de Ciências da Natureza na modalidade EJA, emergem alguns desafios que envolvem tanto a concepção de educação que estrutura essa modalidade quanto as formas já instituídas de ensino desses componentes nos ensinos fundamental e médio. Este último aspecto impõe aos/as professores(as) da modalidade, pesquisadores/as e membros

dos Fóruns de EJA a tarefa de refletir sobre as especificidades do ensino de Ciências da Natureza no contexto da EJA. Ainda que pareça elementar, essa necessidade constitui o ponto de partida para uma série de estudos, alguns dos quais desenvolvidos, direta ou indiretamente, no âmbito do CMV/GO. Antes de abordar aspectos desses estudos, é importante desenvolver melhor a dimensão política que envolve o desenvolvimento dessas pesquisas.

No campo da pesquisa, contemplar a relação entre ensino de ciências e EJA implica considerar as práticas já desenvolvidas no chão da escola. Isso, por sua vez, exige que tais práticas sejam analisadas tendo em vista que, nos movimentos sociais ligados à modalidade, há uma defesa contundente da concepção de educação como direito. No entanto, a garantia desse direito está no e para além do acesso à escola. É essencial que, na instituição escolar, as práticas pedagógicas estejam alinhadas à compreensão de que os educandos da EJA têm o direito de aprender os conceitos de diferentes áreas do conhecimento, dentre elas a Biologia, a Física e a Química.

Logo, em maior ou menor grau, as investigações precisam ter essa premissa como horizonte. Dessa constatação, decorre também uma implicação fundamental: os(as) pesquisadores(as) que tomam a modalidade EJA como objeto de estudo precisam estar implicados com o tema, e não apenas dissertar sobre ea EJA em suas investigações (iniciação científica, mestrado e doutorado).

Implicar-se com a EJA não significa apenas ter vínculos diretos com a modalidade (gestão, docência, por exemplo). Apontamos o caminho do movimento social (Fóruns de EJA) como uma via interessante e necessária. Inicialmente, podemos apresentar os seguintes questionamentos: de que forma a participação nesse movimento qualifica a discussão sobre o desenvolvimento das pesquisas? Quais são as relações diretas e/ou indiretas entre a prática da pesquisa e a atuação no movimento social?

Uma análise aligeirada dessa possibilidade de implicação pouco revelaria sobre as potencialidades envolvidas em ambos os lados. No entanto, compreendemos que a participação nas ações dos Fóruns de EJA pode qualificar politicamente tanto o sentido quanto a própria existência da pesquisa. Por outro lado, a sistematização teórica construída ao longo das pesquisas também tem o potencial de fortalecer e dar densidade teórico-política às ações do movimento social.

É fundamental compreender que o movimento social não possui um “objeto de pesquisa”, mas sim um objeto de luta. Ainda assim, esse objeto de luta pode ser ressignificado e promover saltos qualitativos na compreensão dos objetos pesquisados pelos sujeitos envolvidos com a luta do movimento social. O contrário também nos parece plausível: ao se relacionar com o objeto de luta, as compreensões desenvolvidas por esses sujeitos podem oferecer avanços qualitativos na dimensão política das pesquisas acadêmicas.

Com essa postura, um coletivo de pesquisadores na Universidade Federal de Goiás tem se dedicado a compreender a relação entre a Educação em Ciências⁵ e EJA. A criação deste grupo deve-se, basicamente, a três fatores: a) a pesquisa desenvolvida por Paranhos (2017); b) a institucionalização de um projeto de pesquisa na UFG⁶ (Repec – EJA); c) vínculos à pós-graduação⁷ e ao CMV/GO.

A tese defendida por Paranhos (2017) apresenta uma análise sobre o ensino de Biologia na EJA⁸ a partir de uma amostra da produção científica da disciplina (28 artigos, 54 dissertações e 2 teses). O estudo partiu do questionamento sobre quais particularidades do ensino de Biologia permitiram ao público da EJA uma compreensão mais ampla da realidade à luz dos conceitos científicos próprios da disciplina. A pesquisa evidenciou que a Educação em Ciências se ancora na compreensão de que essa especificidade reside no aspecto metodológico desse ensino. No entanto, essa abordagem carece de uma análise mais profunda sobre como a modalidade foi se engendrando no contexto brasileiro e de uma concepção de educação como direito.

A institucionalização do projeto da Repec – EJA tem possibilitado, desde 2017, de pesquisas que buscam dar continuidade às análises da produção científica brasileira sobre Ensino de Ciências (Biologia, Física e Química)

⁵ “A Educação em Ciências é um campo investigativo específico e sua particularidade reside no fato dela possuir zonas fronteiriças com outras áreas do conhecimento, ou seja, com as ciências de referência (biologia, física e química) e outros campos investigativos que fornecem conceitos para a compreensão do processo ensino-aprendizagem e suas implicações” (Paranhos, 2017, p. 81).

⁶ Ensino de ciências para jovens e adultos trabalhadores – Rede de Pesquisa em Ensino de Ciências na EJA (Repec – EJA), coordenado pelo prof. dr. Rones de Deus Paranhos.

⁷ Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFG) e Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM-UFG).

⁸ Tese intitulada *O ensino de Biologia na Educação de Jovens e Adultos: o pensamento político-pedagógico da produção científica brasileira*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, no ano de 2017.

na EJA. Além disso, promoveu estudos sobre o currículo das ciências da natureza para EJA, a formação de professores de Ciências para a modalidade e o processo de ensino-aprendizagem dos conceitos científicos (ciências da natureza). Ao mesmo tempo, o Repec – EJA também promoveu estudos de iniciação científica (Prolicen e Pibic) e a elaboração de dissertações e teses do PPGECEM – UFG.

O vínculo com o CMV/GO configurou uma nova possibilidade de estudos ligados à EJA, especialmente sob a perspectiva do resgate da memória e história da educação de adultos no contexto goiano, aspecto que será aprofundado em seguida. O Quadro 1 apresenta um demonstrativo dos trabalhos que abordam a relação entre a Educação em Ciências e EJA desenvolvidos nos últimos 7 anos.

Quadro 1 – Estudos que relacionam o ensino de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) com a Educação de Jovens e Adultos

Pesquisa(autoria, ano) ⁹		Produção	Ano
1	Ensino de biologia na Educação de Jovens e Adultos – o pensamento político-pedagógico da produção científica brasileira (Paranhos, 2017)	Tese	2017
2	As concepções de Educação de Jovens e Adultos presentes nas pesquisas sobre o ensino de química (Rodrigues, 2021)	Dissertação	2021
3	O ensino de biologia na Educação de Jovens e Adultos – a perspectiva histórico-cultural como princípio da organização do ensino-aprendizagem (Avelar, 2022)	Dissertação	2022
4	Tendências da pesquisa em ensino de física na Educação de Jovens e Adultos – um panorama de teses e dissertações (1997 – 2019) (Moreira <i>et al.</i> , 2022)	Artigo	2022
5	Saúde e meio ambiente em materiais didáticos das campanhas e movimentos de Educação Popular (1947 – 1967) (Rocha, 2023)	Dissertação	2023
6	Os conteúdos da física na trajetória dos Exames Supletivos no estado de Goiás (1973 – 1988) (Moreira, 2023)	Dissertação	2023
7	“Eu não sou tarefa!” – tarefas de articulação didática para a organização histórico-crítica do ensino de biologia com a Educação de Jovens e Adultos (Avelar, 2023)	Tese	2023
8	Os conteúdos de biologia em materiais didáticos do MOBREAL e da Fundação Educar (Santos; Almeida; Paranhos, 2025)	Capítulo de livro	2025
9	Materiais didáticos para o ensino de ciências e matemática no Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (Gomes <i>et al.</i> , 2025)	Capítulo de livro	2025

Fonte: elaborado pelos autores.

⁹ Todos os(as) autores(as) tiveram e/ou ainda têm envolvimento direto com o Fórum Goiano de EJA.

A dissertação de Rodrigues (2021) investigou quais concepções de EJA estão presentes nas produções científicas dedicadas à pesquisa sobre o ensino de Química nessa modalidade. Ficou evidenciado que, no campo da Educação em Ciências, mais especificamente no recorte do ensino de Química na EJA, predominam concepções vinculadas ao assistencialismo-compensatório.

Ainda considerando a produção científica como objeto de estudo, Avelar (2022) analisou trabalhos sobre o ensino de Biologia na EJA. Seu foco, no entanto, foi problematizar o modo como a perspectiva Histórico-Cultural (HC) tem sido empregada em pesquisas sobre o tema. Avelar (2022) constatou que o emprego da HC ocorre de modo superficial e em conjunto com outros referenciais teóricos que possuem bases epistemológicas diferentes, além de reproduzir os fundamentos das pedagogias do “aprender a aprender”.

Ao examinar a produção científica sobre o ensino de Física, Moreira *et al.* (2022), identificaram como eixo temático central as questões metodológicas e o emprego de recursos didáticos. Os autores também ressaltaram a escassez de estudos sobre a relação dos educandos da EJA com os conceitos da Física. Essa ênfase no ensino, voltada para metodologias e materiais, converge com as constatações de Paranhos (2017) e Rodrigues (2021).

Com o objetivo de compreender como materiais didáticos publicados entre 1947 e 1967 exploraram os conceitos de saúde e meio ambiente, Rocha (2023) investigou a abordagem de temáticas relacionadas à saúde e meio ambiente nos materiais ligados aos movimentos e campanhas de alfabetização. O estudo evidenciou a perspectiva higienista presente nos materiais elaborados pela elite brasileira para “civilizar” a nação, ao passo que os materiais didáticos produzidos pelos movimentos de educação popular partiam da realidade para problematizá-la, possibilitando que os educandos pudessem compreender as condições às quais estavam submetidos. Essa pesquisa inaugurou uma abordagem metodológica voltada para a análise de documentos e materiais didáticos disponíveis no Portal do Fórum EJA Brasil.¹⁰

¹⁰ Os documentos e materiais didáticos ligados às campanhas e movimentos de alfabetização foram sistematizados a partir de uma pesquisa coordenada pelo prof. dr. Osmar Fávero (Universidade Federal Fluminense). Os documentos podem ser acessados pelo link: <https://forumeja.org.br/osmar-favaro/>.

A base documental organizada pelo professor Osmar Fávero também apoiou o desenvolvimento da tese de Avelar (2023), que objetivou discutir o ensino de biologia para a EJA, visando a superar uma concepção mercadológica. Parte da tese, à luz de uma análise historiográfica, evidenciou que o ensino de biologia para EJA tem sido atravessado, ao longo dos anos, por concepções em disputa, sendo elas: higienista-civilizatória, técnico-instrumental e educação popular crítica.

As pesquisas de Rocha (2023) e Avelar (2023) representaram uma virada metodológica, pois, anteriormente, o foco estava centrado na produção científica como objeto de estudo. Agora, as investigações se voltam para outras possibilidades, especialmente o uso de documentos de natureza histórica. Essa mudança configurou novos objetivos investigativos voltados à compreensão do passado da educação de adultos, com o intuito de oferecer sinalizações para o presente, identificando elementos ainda reproduzidos tanto no campo da pesquisa quanto na implementação de políticas voltadas para a modalidade EJA.

A consolidação dessa virada metodológica nos modos de fazer a pesquisa deste pequeno coletivo (Quadro 1) se deu com a dissertação de Moreira (2023). Nessa pesquisa, a autora investigou os Exames Supletivos aplicados no estado de Goiás, como foco específico nas provas de Física, adotando um recorte temporal de 1973 a 1988. Embora o interesse central da pesquisa estivesse nas provas de Física, ao ter acesso aos documentos da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc/GO), a autora pôde consultar diversos documentos relacionados aos Exames Supletivos. Entre eles, estavam os cadernos de provas do 1º Grau (Ciências da Natureza) e 2º Grau (Ciências Físicas e Biológicas).

Valendo-se de uma postura de trabalho coletivo, a pesquisadora digitalizou todas essas provas e, com isso, constituiu um acervo valioso que poderá subsidiar futuras investigações. Esse acervo amplia as possibilidades de compreensão dos Exames Supletivos, especialmente no que diz respeito ao ensino das Ciências da Natureza na educação de adultos daquela época, considerando as determinações do contexto histórico analisado. A partir da relação todo-parte, a autora sistematizou a trajetória dos Exames Supletivos em Goiás, levando em conta os aspectos administrativos, pedagógicos e legais (Moreira, 2024). É importante destacar que a pesquisa de Moreira (2023)

inaugurou uma relação mais direta com o CMV/GO, sendo inteiramente desenvolvida nesse espaço.

O CMV/GO é um espaço plural, tanto pelas trajetórias diversas de seus pesquisadores quanto pelos interesses investigativos que os movem. Reúne pessoas em diferentes etapas de formação acadêmica, da iniciação científica ao doutorado, incluindo também as ações de pós-doutorado. Essa característica favorece o diálogo entre os(as) pesquisadores(as) com experiências e enfoques variados, possibilitando trocas em torno de seus objetos de estudo.

Dito isto, é válido destacar o desenvolvimento de duas pesquisas de iniciação científica por estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, da Universidade Federal de Goiás. A primeira que analisou materiais didáticos de ciências (Biologia) utilizados em programas e ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), além de materiais da Fundação Educac. Essas investigações problematizaram diferentes aspectos desses materiais, e os resultados foram publicados em um capítulo (Santos; Almeida e Paranhos, 2025) do livro organizado por Machado e Paranhos (2025). A segunda no estudo de Gomes *et al.* (2025), que ao mapear a presença de materiais didáticos de Ciências da Natureza e Matemática, revelou que o Portal dos Fóruns EJA do Brasil constitui-se também como um espaço de suporte didático-pedagógico para professores(as) e educandos da modalidade.

Os objetos de investigação das pesquisas desenvolvidas por Avelar (2023), Moreira (2023), Santos, Almeida e Paranhos (2025) exigiram dos integrantes do coletivo uma aproximação com referenciais teóricos que discutem o uso de documentos enquanto fontes históricas. Nesse sentido, foi tomado como base o livro de José D'Assunção Barros, *Fontes Históricas e seus usos historiográficos*, e a obra *Fonte histórica e o seu lugar de produção*. Os estudos desenvolvidos no contexto do CMV/GO, a partir desse referencial, ampliaram as compreensões do coletivo de pesquisadores(as) sobre o uso de documentos enquanto fonte histórica.

A partir desse novo olhar, compreende-se que o documento é pluriterminado e atravessado por intencionalidades, construídas em seu contexto histórico de produção. Essa perspectiva tem possibilitado que as pesquisas em desenvolvimento reconheçam a importância de analisar o documento não apenas por seu conteúdo explícito, mas também como uma síntese de

múltiplas determinações, influenciada por interesses político-formativos, especialmente no campo da educação de adultos ao longo do tempo.

Algumas reflexões provisórias a partir desse contexto de quinze anos do CMV/GO

Consideramos que o compartilhamento das ações e reflexões apresentadas no capítulo contribuam para que os leitores compreendam a relação intrínseca entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, executadas pelos pesquisadores do CMV/GO, na sua relação dialética com os desafios postos pelo Fórum Goiano de EJA, na defesa de uma educação de qualidade para trabalhadores e trabalhadoras em Goiás.

Dito isto, entendemos que a constituição do CMV/GO e a atuação de seu coletivo com o Fórum Goiano de EJA nos mostram que defender uma causa com compromisso real é, para nós, uma exigência tanto na pesquisa quanto na prática profissional. Qual seria o sentido de desenvolver um trabalho, especialmente no campo da educação, sem envolvimento direto? Sem implicação ética e política com aquilo que se propõe transformar? Um(a) professor(a) ou pesquisador(a) que atua de forma distanciada, apenas cumprindo rotinas, acaba por reforçar a lógica burocrática e conformista que permeia parte da produção acadêmica. O campo da Educação historicamente abriga as críticas mais profundas ao sistema, mas que por vezes se acomoda à sua reprodução.

Lidar com temas e recortes marginalizados, como é o caso da EJA, exige um posicionamento claro. É preciso reconhecer que, no interior do sistema capitalista, determinados conhecimentos são sistematicamente silenciados ou empurrados para as margens. Por isso, não basta pesquisar sobre os temas, é necessário estar comprometido com eles. Iniciativas como os Fóruns de EJA e pesquisas voltadas à Educação Básica são tentativas de romper com esse ciclo e devolver à sociedade aquilo que lhe foi negado: o direito ao saber que liberta. Inspirados em pensadores como Paulo Freire e Antonio Gramsci, reconhecemos a urgência de um compromisso ético-político com a causa e com o conhecimento que produzimos.

No que diz respeito à formação de educadoras e educadores para a EJA no Curso de Pedagogia, reiteramos que se trata de um desafio complexo, mas essencial para garantir o direito à educação e promover a inclusão social. É

necessário que os cursos de licenciatura e as políticas públicas priorizem a formação específica para a EJA, oferecendo aos professores os conhecimentos, habilidades e recursos necessários para atuar nessa modalidade de ensino.

Reiteramos que a discussão sobre a relação entre o ensino de ciências e a educação de jovens e adultos foi inaugurada no âmbito do CMV/GO por um coletivo de professores de Biologia, Física e Química, pertencentes também ao Fórum Goiano de EJA. Os estudos desse coletivo têm desvelado os projetos hegemônicos de formação veiculados também pelos componentes das ciências da natureza (Biologia, Física e Química) quando ensinados ao público da EJA.

A formação continuada tem também um papel importante na formação das professoras e professores da EJA, uma vez que, como problematizamos neste texto, a formação inicial não oferece espaço para a discussão e apropriação de conhecimentos pedagógicos desta modalidade. A formação inicial não é suficiente para preparar as professoras e os professores para os desafios da EJA. É essencial que haja programas de formação continuada nas redes de ensino e nesse sentido, o CMV/GO tem um papel de destaque na promoção de diversas ações e cursos de formação continuada.

Outra questão importante é a aproximação da escola com a comunidade, a EJA não pode se limitar os muros da escola e muito menos à sala de aula. A formação deve preparar os as professoras e professores para trabalhar em parceria com a comunidade, envolvendo famílias, organizações sociais e outros atores no processo educativo. A EJA não é apenas uma modalidade de ensino, mas um espaço de transformação social, onde a educação pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, apesar dos muitos desafios aqui destacados e reiterados nas pesquisas do CMV/GO, reiteramos que o estágio supervisionado na EJA nos cursos de licenciaturas oferece inúmeras possibilidades de aprendizado para os futuros professores. Ao trabalhar com jovens e adultos, as licenciandas e os licenciandos têm a oportunidade de refletir sobre a função social da escola e o papel da educação na transformação das realidades sociais. Eles aprendem a valorizar as histórias de vida dos alunos, utilizando-as como ponto de partida para o processo de ensino e aprendizagem. É ainda, por fim, uma oportunidade para repensar a escola como um espaço de acolhimento, diálogo e construção de novos conhecimentos, onde todos têm o

direito de aprender e se desenvolver, independentemente de sua idade ou trajetória de vida.

Referências

- ANGELIM, Maria Luiza Pereira. *Educar é descobrir – Um estudo observacional exploratório*. 1988. Vol. 1. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. 1988.
- AVELAR, Lucas Martins de. *O ensino de Biologia na educação de jovens e adultos: a perspectiva histórico-cultural como princípio da organização do ensino-aprendizagem*. 2022. 351 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.
- AVELAR, Lucas Martins de. “Eu não sou tarefa!” – tarefas de articulação didática para a organização histórico-crítica do ensino de biologia com a Educação de Jovens e Adultos. 2023. 431 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.
- BARROS, José D’Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019a.
- BARROS, José d’Assunção. Fontes históricas. In: ANAIS DO 2º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH) (HISTÓRIA E PARCERIAS), 2019, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2019b. Disponível em: https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anaais/11/hep2019/1569693608_ARQUIVO_bd3da9a036a806b478945059af9aa52e.pdf. Acesso em: 1 maio 2024.
- BARROS, José D’Assunção. *A fonte histórica e seu lugar de produção*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BERTAUX, D. Los relatos de vida en el análisis social. *Historia y Fuente oral*, [s. l.], n. 1, 1989a.
- BERTAUX, D. Les récits de vie comme forme d’expression, comme approche et comme mouvement. In: PINEAU, G.; JOBERT, G. (coord.). *Histoires de vie*. Paris: L’Harmattan, 1989b. t. 1: Utilisation pour la formation, p. 17-38.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Divisão de Políticas de Educação de Jovens e Adultos. *Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos: pesquisa, documentação, memória e formação – trajetória em construção*. Brasília, DF: MEC, 2010.
- CAMARGO, Sandra Almeida Ferreira. *Formação docente para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos: tendências e perspectivas da produção acadêmica*. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

- CRUZ, Giseli Barreto da. *Curso de Pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais*. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- FERRAROTTI, Franco. *La historia e lo cotidiano*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1990.
- FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (org.). *O método (auto)biográfico e a formação*. Natal; São Paulo: EDUFERN; Paulus, 2010. p. 31-57.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Cortez, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. *Qualidade na educação: uma nova abordagem*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.
- GADOTTI, Moacir. *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta*. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOMES, Grazielle Aparecida Fraga Ramos; ROCHA, Camila Di Paiva Malheiros; MOREIRA, Ana Santana; PARANHOS, Rones de Deus. Materiais didáticos para o ensino de ciências da natureza e matemática no Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos. In: MACHADO, Maria Margarida; PARANHOS, Rones de Deus (org.). *As diferentes expressões da educação de pessoas trabalhadoras em Goiás*. Goiânia: Cegraf UFG, 2025. p. 359-390. Disponível em: <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/671/643/2663>. Acesso em: 5 maio 2025.
- GONZÁLEZ MONTEAGUDO, Jose. Las historias de vida. Aspectos históricos, teóricos y metodológicos. *Revista Cuestiones Pedagógicas*, Sevilla, n. 12, p. 223-242, 1996.
- GONZÁLEZ MONTEAGUDO, Jose (coord.). *Historias de vida y educación de adultos*. Número monográfico da *Revista Diálogos. Educación y formación de personas adultas*, Barcelona, año X, n. 38, 2004a.
- GONZÁLEZ MONTEAGUDO, Jose. Historias de vida y teorías de la educación: tendiendo puentes. *Encounters on Education*, [s. l.], v. 8, p. 85-107, 2007.
- GONZÁLEZ MONTEAGUDO, Jose. Sobre el amplio paisaje de las historias de vida. *Diálogos. Educación y formación de personas adultas*, Barcelona, año X, n. 38, p. 97-101, 2004b.
- GONZÁLEZ MONTEAGUDO, Jose. Sobre el amplio paisaje de las historias de vida (bibliografía comentada). *Diálogos. Educación y formación de personas adultas*, Barcelona, año X, n. 38, p. 97-101, 2004c.
- GONZÁLEZ MONTEAGUDO, Jose. As histórias de vida em educação: entre formação, pesquisa e testemunho. In: SOUZA, E. C. (org.). *Memória, (auto)biografia e diversidade: questões de método e trabalho docente*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 59-96.

- GRAMSCI, Antonio. *Coleção Cadernos do Cárcere* [livro eletrônico]. Tradução de IGS/Brasil. Rio de Janeiro: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/8b7824d91b934722a91965268bb21142?fileName=Cole%C3%A7%C3%A3oCadernosdoC%C3%A1rcere.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2026.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2010.
- MACHADO, Maria Margarida. Aprendendo com histórias de vida: um estudo sobre biografias e autobiografias. In: ALVES, Wanderson Ferreira; CUNHA, Daisy Moreira (org.). *Vida, trabalho e formação humana: o aporte dos estudos biográficos*. Goiânia: Cegraf UFG, 2024.
- MACHADO, Maria Margarida; PARANHOS, Rones de Deus (org.). *As diferentes expressões da educação de pessoas trabalhadoras em Goiás*. Goiânia: Cegraf UFG, 2025. Disponível em: <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/671/643/2663>. Acesso em: 5 maio 2025.
- MILLS, C. W. *La imaginación sociológica*. México: F.C.E, 1959.
- MOREIRA, Ana Santana. *Os conteúdos da física na trajetória dos exames supletivos no estado de Goiás (1973–1988)*. 2023. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.
- MOREIRA, Ana Santana; AVELAR, Lucas Martins de; PARANHOS, Rones de Deus; GUIMARÃES, Simone Sendin Moreira. Tendências da pesquisa em ensino de física na educação de jovens e adultos (1997–2019). *Revista de Educação, Ciências e Matemática*, [s. l.], v. 12, n. 3, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/recm/article/view/6868>. Acesso em: 5 maio 2025.
- PARANHOS, Rones de Deus. *Ensino de biologia na Educação de Jovens e Adultos: o pensamento político-pedagógico da produção científica brasileira*. 2017. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.
- PEREIRA, André L. dos S.; NOGUEIRA, Micheline da S.; CAVALCANTE, Maria Marina D. O estágio supervisionado e Paulo Freire: contribuições para a formação do pedagogo. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 6., 2019, Fortaleza. *Anais [...]*. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2019>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROCHA, Camila Di Paiva Malheiros. *Saúde e meio ambiente em materiais didáticos das campanhas e movimentos de educação popular (1947-1967)*. 2023. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

- RODRIGUES, Bruno César dos Reis. *As concepções de educação de jovens e adultos presentes nas pesquisas sobre o ensino de química*. 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.
- SANTOS, Jonas Rodrigues dos; ALMEIDA, Ana Lígia Alves de; PARANHOS, Rones de Deus. Os conteúdos de biologia em materiais didáticos do Mobral e da Fundação Educar. In: MACHADO, Maria Margarida; PARANHOS, Rones de Deus (org.). *As diferentes expressões da educação de pessoas trabalhadoras em Goiás*. Goiânia: Cegraf UFG, 2025. p. 391-425. Disponível em: <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/671/643/2663>. Acesso em: 5 maio 2025.
- UFG. Universidade Federal de Goiás. Projeto Centro Memória Viva – Documentação e referência em EJA, educação popular e movimentos sociais de Goiás. Goiânia: UFG, 2010.
- VALDEZ, Diane; FERREIRA, Maíra Soares; RODRIGUES, Maria Emilia de Castro; MACHADO, Maria Margarida. *A história guardada no Centro Memória Viva: Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Movimentos Sociais*. Goiânia: Cànone Editora, 2015.

Bloco 5

Sonho possível de um memorial Paulo Freire no Distrito Federal

Projeto de arquitetura do Memorial Paulo Freire

FÉLIX ALVES DA SILVA JÚNIOR E RENAN DO NASCIMENTO BALZANI

Este documento apresenta as atividades desenvolvidas para o estudo preliminar do projeto de arquitetura do Memorial Paulo Freire. O objeto arquitetônico desenvolvido deverá ser construído no campus da UnB da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e terá como finalidade abrigar e organizar o acervo acumulado durante a passagem de Paulo Freire pelo Distrito Federal. Além da produção do educador, o memorial também abrigará o centro de pesquisa José Martí e seu acervo.

O relatório detalha o processo de projeto arquitetônico participativo e os fundamentos teóricos que o orientaram. Para definir a solução arquitetônica do processo participativo foram realizados encontros em que foram ouvidos ex-alunos de programas de alfabetização para jovens e adultos criados por Paulo Freire, pesquisadores do trabalho de Freire e profissionais que atuaram junto ao educador durante sua passagem pelo DF. O contato entre a equipe de projeto arquitetônico e educadores, ex-alunos e pesquisadores foi fundamental para a definição do programa de necessidades e do partido arquitetônico proposto para o memorial.

Além desta introdução, este documento apresenta os seguintes pontos: objetivos geral e específicos da Meta 4; fundamentação teórica, onde se discutem os conceitos de Projeto Participativo, Realidade Virtual e Fabricação Digital; metodologia, que apresenta o percurso metodológico utili-

zado; Resultados Alcançados, que indica quais os produtos desenvolvidos; e conclusão, que trata das contribuições acadêmicas do trabalho e aponta os encaminhamentos para as etapas seguintes. O documento inclui, ainda, anexos com a lista de presença dos encontros realizados, imagens de registro e as peças gráficas arquitetônicas do edifício Memorial Paulo Freire.

Objetivo geral

Desenvolver um estudo preliminar para o Memorial Paulo Freire (MPF), projetado para ser edificado no campus da Faculdade UnB Planaltina (FUP), tendo o referencial freireano como base para a definição do partido arquitetônico e constituição do espaço.

Objetivo específicos

- organizar encontros com a comunidade discente/docente da FUP e representantes de centros comunitários de Ceilândia e Paranoá diretamente influenciados pela metodologia freireana de ensino e acolhimento;
- definir um programa de necessidades a partir do processo de escuta realizada nos encontros com os representantes dos centros comunitários que contaram com a atuação direta de Paulo Freire durante sua passagem pelo Distrito Federal;
- desenvolver um estudo preliminar de solução arquitetônica para o Memorial Paulo Freire por meio do uso de tecnologias e processos de desenvolvimento de projeto Building Information Modeling (BIM) [Modelagem da Informação da Construção];
- desenvolver estudos de maquetes produzidas com impressoras 3D (Prototipagem Rápida – PR) que servirão de suporte para a apresentação das soluções arquitetônicas e garantirão a plena compreensão das propostas projetuais;
- produzir maquetes com tecnologia de PR (impressão 3D) para apresentar o projeto à comunidade;
- criar experiências imersivas em Realidade Virtual para apresentar as soluções de projeto para os usuários finais da construção.

Fundamentação teórica

Projeto e partido arquitetônico e o processo participativo

O projeto arquitetônico corresponde ao planejamento prévio e intencional da configuração espacial a ser tomada por uma edificação com a finalidade de abrigar um conjunto de atividades humanas específicas. A atividade de projeto está associada à produção de artefatos, e por isso a arquitetura e a engenharia são Ciências do Artificial que têm como objetivo a construção de artefatos que contribuam para a qualidade de vida humana (Simon, 1981).

A solução arquitetônica é resultado da conjunção de aspectos sociais, culturais, estéticos, tecnológicos, financeiros, ambientais etc. (Silva, 1998). O projeto arquitetônico, por sua vez, pode ser compreendido como o meio pelo qual se produz a Arquitetura. Segundo Lemos (2007), a arquitetura consiste em qualquer intervenção no meio ambiente que crie espaços, quase sempre com uma intenção plástica e de atenção às necessidades imediatas. Nesse contexto, a definição de um partido arquitetônico depende da tarefa do arquiteto de equalizar estes fatores com as atividades abrigadas pela edificação e os anseios dos usuários.

Para Lemos (2007), o partido arquitetônico é a consequência formal derivada de um conjunto de condicionantes que irão resultar na edificação. O partido arquitetônico pode ser compreendido como a ideia preliminar do edifício graficamente registrada. Esta ideia é desenvolvida a partir da síntese entre as informações necessárias para a realização da proposta, por um lado, e os procedimentos necessários para implementação do partido, pelo outro (Neves, 2011). Assim, a definição do partido arquitetônico depende da identificação de um programa de necessidades ou programa arquitetônico que contenha o conjunto de ambientes e compartimentos previstos no edifício (ABNT, 1994).

A etapa de proposta para o Memorial Paulo Freire consistiu na definição do programa de necessidades, do partido arquitetônico e do estudo preliminar. De acordo com a NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura, este último consiste no estudo de viabilidade de um programa e do partido arquitetônico a ser adotado para a apreciação e aprovação pelo cliente. Os clientes deste trabalho foram, por sua vez, os pesquisadores do

projeto de pesquisa e os coletivos que atuam com a educação para jovens e adultos e na preservação do acervo de Paulo Freire no DF.

A estratégia de projeto participativo foi escolhida para orientar a definição do partido arquitetônico e do programa de necessidades. Neste tipo de estratégia, os futuros usuários da edificação atuam ativamente na definição do processo por meio do compartilhamento de suas expectativas em relação aos espaços e seus usos. Assim, o projeto participativo é uma abordagem que busca a convergência entre as soluções de projeto e as demandas dos usuários (Battaus, 2014).

Christopher Alexander discorreu, já na década de 1970, sobre a importância de que a participação do usuário fosse incorporada não apenas como uma boa prática de projeto, mas como ferramenta essencial para o sucesso de uma edificação. Segundo o arquiteto e matemático, “... é virtualmente impossível construir uma edificação que seja bem adaptada às necessidades se as pessoas que serão os usuários finais não a projetarem” (Alexander, 1975, p. 38, tradução nossa).

A qualidade do projeto e dos espaços edificados é importante para garantir a economia dos recursos empenhados na construção e contribuir para a qualidade de vida dos usuários finais. Assim, o ato de projetar tem como objetivo transformar situações existentes em situações preferidas ou ideais (Simon, 1981). Assim, a participação do usuário final na definição do programa de necessidades e no processo de validação do partido arquitetônico é fundamental para garantir que o projeto gere espaços que atendam às pretensões de qualidade e utilização do usuário final.

Projeto participativo e tecnologias de realidade virtual e prototipagem rápida

A falta de comunicação entre a equipe técnica e os indivíduos que ocuparão a edificação é uma das principais barreiras para a efetiva participação do usuário final na definição e avaliação das soluções arquitetônicas. A representação arquitetônica é composta, principalmente, por peças gráficas (plantas baixas, cortes, fachadas etc.) associadas a imagens fotorrealistas e a modelos reduzidos. Estes produtos de comunicação técnica possuem uma linguagem específica e de difícil assimilação para pessoas que não lidam constantemente com projetos de arquitetura e engenharia. Nesse sentido, tecnologias como a Realidade Virtual (RV) e Prototipagem Rápida (PR),

que não requerem conhecimento especializado, contribuem para facilitar a comunicação entre projetistas e usuários, uma vez que permitem que este último possa interagir com a edificação antes de sua construção.

As tecnologias de RV facilitam a visualização dos dados de funções industriais antes da sua implementação, o que reduz o tempo de configuração destes sistemas de produção (Khan *et al.*, 2020). A RV, por sua vez, corresponde ao processo de inserção do usuário em ambiente digital interativo produzido por um sistema computacional. Em uma experiência de RV, a visão e audição do indivíduo são artificialmente estimuladas para que a informação virtual seja interpretada como verdadeira (Lavalle, 2023).

A Fabricação Digital (FD) é o processo de produção de artefatos com diferentes escalas e complexidades via associação entre ferramentas CAD/CAM. Para gerar um fluxo de dados entre o projeto e as ferramentas de fabricação, a FD requer informações de projeto precisas e da integração entre sistemas (Ng; Graser; Hall, 2021). Neste tipo de fabricação, os arquivos digitais são enviados diretamente para máquinas de corte ou de prototipagem rápida (impressoras 3D) que, ao garantir a produção de vários protótipos, em menor tempo e com maior precisão, tornam o processo mais ágil e barato. Assim, a utilização de técnicas digitais reduziu a distância entre a representação de projeto e objeto construído (Iwamoto, 2009). Além disso, a produção de objetos diretamente de informações digitais tem alterado as atividades projetuais na medida em que permite que o profissional acesse todo o ciclo de vida do artefato, de sua concepção ao produto acabado (Dunn, 2012).

As maquetes de trabalho, por sua vez, são ferramentas utilizadas para visualizar como a edificação projetada atende às expectativas dos projetistas e dos usuários (Knoll; Hechinger, 2007), permitindo um rápido entendimento do projeto arquitetônico e viabilizando um debate rico sobre possibilidades e pontos a serem melhorados. Assim, pessoas sem experiência na interpretação de representações técnicas conseguem visualizar as propostas e perceber a volumetria, a relação de luz e sombra e os materiais propostos (Warnier *et al.*, 2014).

Metodologia

Segundo as bases do Design Science Research, os projetos seguem processos metodológicos cujo objetivo é identificar problemas e prescrever

possíveis resoluções mediante a criação de novos produtos (Dresch; Lacerda; Antunes, 2020). Assim, no caso deste trabalho, a etapa de projeto arquitetônico se valeu de métodos que permitiram a identificação e prescrição de ações que atenderão a problemas de arquitetura previstos no estudo preliminar (Neves, 2011).

Para a definição do problema de pesquisa, por outro lado, foram realizadas pesquisas bibliográficas que tiveram como enfoque a metodologia de trabalho apresentada no livro *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire, bem como temas relacionadas aos de projeto participativo, realidade virtual e prototipagem rápida.

O estudo preliminar do projeto arquitetônico do MPF, por sua vez, foi desenvolvido nas seguintes fases:

- fase 1: organização e realização de reuniões abertas com os usuários finais da edificação e pesquisadores que atuam em pesquisas sobre Paulo Freire.
- fase 2: estabelecimento do programa de necessidades do MPF e as funções a serem desempenhadas na edificação mediante o processo de escuta dos usuários finais.
- fase 3: desenvolvimento do partido arquitetônico e do estudo preliminar composto pelo conjunto de peças gráficas (plantas baixas, cortes e perspectivas, entre outros). Além disso, nessa etapa também foram realizados modelos tridimensionais em BIM, visualizações em realidade virtual e modelos produzidos com prototipagem rápida (impressoras 3D).
- fase 4: apresentação da proposta e dos produtos desenvolvidos e sua posterior validação pela equipe de projeto e pelos usuários finais.

Resultados alcançados

Projeto participativo e definição do programa de necessidades

Ao longo do trabalho, foram realizadas três reuniões abertas com movimentos que seguem a abordagem freireana. Estes encontros foram fundamentais para a definição do programa de necessidades e do partido arquitetônico para o edifício Memorial Paulo Freire. O contato da equipe com os integrantes dos centros comunitários de Ceilândia e do Paranoá e com

a comunidade discente/docente da FUP/UnB permitiu uma compreensão precisa das expectativas em relação à edificação, além do impacto do trabalho de Paulo Freire em sua metodologia e visão de ensino e acolhimento.

Figura 14.1 – Primeira reunião no Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (Cedep), Paranoá-DF, 17 nov. 2023



Fonte: Leila Maria de Jesus (2023)

As reuniões e os debates públicos foram o principal instrumento de inserção do usuário final na definição do partido arquitetônico. Durante os encontros foram debatidos o trabalho de Paulo Freire e suas repercussões para além do campo da educação, bem como de que modo estas práticas poderiam se refletir no futuro espaço. Estas contribuições foram realizadas de modo livre, permitindo que todos os presentes discorressem sobre suas expectativas em relação à organização, espaços e usos do edifício, além dos materiais que seriam utilizados.

A equipe de projeto participou das reuniões com o intuito de realizar a escuta ativa dos futuros usuários e registrar os elementos materiais e imateriais que caracterizariam o memorial. Assim, o registro das expectativas dos membros das comunidades dos três centros subsidiou a definição do programa de necessidades expresso na Tabela 14.1.

Tabela 14.1 – Programa de necessidades construído

Setor	Nº	Ambiente	Área (m²)	Descrição
Acervo e espaços de convívio	1	Acervo	48,06	Espaço destinado a abrigar o acervo de Paulo Freire e as atividades de pesquisa e ensino de jovens e adultos.
	2	Pátio coberto	98,63	Espaço de convívio, exposição e projeção.
Setor educacional	3	Sala 1	41,53	Espaço de uso múltiplo, com função principal de espaço de ensino e formação política e educacional.
	4	Sala 2	41,18	
Setor de serviço	5	Banheiro	29,84	Unidades sanitárias comuns e acessíveis, lavatórios e armário de materiais de limpeza.
Setor administrativo	6	Administração	16,15	Espaço de administração e apoio às atividades do centro.
Área total				275,39 m²

Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Durante os encontros foi possível identificar que o Memorial deveria abrigar o acervo e as atividades de pesquisa e que fosse um local de formação educacional e política para jovens e adultos. Outro aspecto ressaltado foi a necessidade de que a solução arquitetônica priorizasse espaços e visuais abertos, facilitando o encontro, a manifestação e a expressão da comunidade. Com o intuito de atender a essas expectativas e orientar o desenvolvimento do projeto, foram definidos os seguintes setores:

- setor de acervo e convívio: define os espaços que concentram o local de trabalho dos grupos de pesquisa, o acervo e a sua zona de acesso ao público. Este setor é composto, ainda, por áreas livres cobertas que podem servir como pontos de encontro, formação, exposição e contemplação.
- setor educacional: contempla as salas de múltiplos usos, dirigidas à formação política de jovens educadores.
- setor de serviço: corresponde aos banheiros e espaços que garantem o funcionamento cotidiano do prédio, incluindo áreas para abrigar as instalações elétricas e hidrossanitárias da edificação.
- setor administrativo: constitui espaço de gestão e apoio às atividades desenvolvidas no MPF.

O processo de escuta permitiu determinar que o setor de acervo e convívio e o setor educacional eram os espaços que despertavam maior interesse por parte dos usuários finais. Deste modo, estas áreas ocupam a maior parte da edificação. Assim, o processo participativo permitiu identificar prioridades

e teve um impacto direto no partido arquitetônico elaborado com base na setorização e no programa de necessidades (Tabela 14.1).

*Desenvolvimento do partido arquitetônico
e consolidação do estudo preliminar*

O partido arquitetônico e o estudo preliminar para o Memorial Paulo Freire foram definidos de acordo com a setorização e o programa de necessidades resultante do processo participativo apresentado na Tabela 14.1. Assim, o projeto teve como premissa resgatar as características arquitetônicas dos edifícios mais antigos da UnB, tais como o Instituto Central de Ciências (ICC). Além disso, os espaços também buscam refletir os anseios de esperança e prosperidade que a atuação de Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, grandes pensadores da vida pública brasileira, expressaram em seus trabalhos.

A proposta apresenta como inspirações dois livros de Paulo Freire: *Pedagogia da Autonomia*, publicado pela primeira vez em 1996, e *Pedagogia do Oprimido*, de 1972. No primeiro, Freire define que os estudantes precisam ter liberdade para construir seus saberes e que os professores devem ser agentes de transformação:

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (Freire, 2021, p. 22)

Em *Pedagogia do Oprimido*, por sua vez, Freire postula que a educação e o conhecimento devem ser libertadores. Para o autor, a educação deve favorecer a formação de indivíduos capazes de transformar positivamente a humanidade. Em sua concepção, uma educação que não é pensada para libertar gera, no oprimido, o sonho de se tornar opressor, o que deve ser combatido:

E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. (Freire, 2014, p. 41.)

Estes dois conceitos nortearam a definição do partido arquitetônico, projetado para que os usuários finais possam utilizar o espaço de forma

livre. Deste modo, os espaços poderão adquirir usos e significados de acordo com sua ocupação pelos usuários. Outra premissa importante foi dar preferência a áreas abertas e que preservassem a visão dos demais espaços do campus. Mesmo ambientes mais protegidos ou enclausurados, como a área do acervo físico e digital de Paulo Freire, preservam a visualização dos espaços exteriores por meio de grandes aberturas (Figura 14.2).

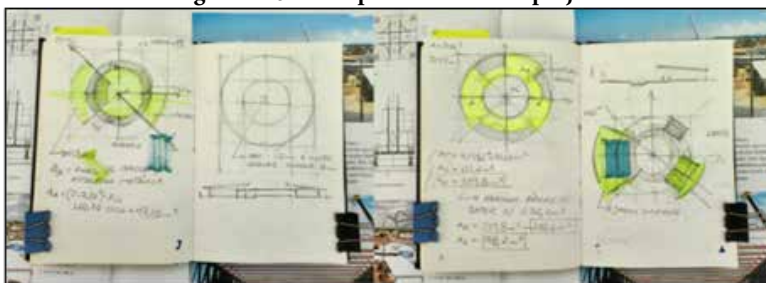
Figura 14.2 – Vista exterior do acesso ao MPF e da área de acervo



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

A distribuição circular dos espaços também foi uma solicitação dos usuários manifestada em todas as reuniões. Esta configuração remete a espaços de encontro e reproduz espacialmente a lógica da “roda de conversa”, onde todos podem se enxergar e ouvir. Esta premissa deu origem a um pátio central protegido, área destinada ao convívio, sem funções rígidas e em que atividades lúdicas facilitam a vivência em comunidade e a exploração e experimentação do processo de construção de conhecimento e da cidadania (Azevedo; Rheingantz; Tangari, 2017).

Figura 14.3 – Croquis de estudo do projeto



Fonte: Renan Balzani (2024).

As premissas identificadas no processo participativo deram início ao desenvolvimento do partido arquitetônico. Assim, a construção da solução de projeto foi desenvolvida pelo uso integrado de processos projetuais tradicionais e de tecnologias como a realidade virtual, a prototipagem rápida e Building Information Modeling (BIM).

O BIM é uma metodologia colaborativa de desenvolvimento de projetos que simula a edificação digitalmente e em tempo real, integrando processos que envolvem o ciclo de vida e a gestão dos sistemas de uma edificação e facilitando a comunicação entre projetistas e construtores (Forcael *et al.*, 2020). Nesse sentido, o BIM oferece uma representação digital das características físicas e funcionais de uma edificação, fornecendo informações que dão suporte às atividades do ciclo de vida da edificação (Sacks *et al.*, 2018).

A escolha da metodologia se deu pelos benefícios que esse conjunto de processos e tecnologias proporcionam ao projeto e à manutenção e operação da edificação. Outro aspecto determinante foram as políticas governamentais de disseminação do BIM no Brasil, consolidadas nos seguintes decretos:

- DECRETO N. 11.888, DE 22 DE JANEIRO DE 2024: Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling no Brasil – Estratégia BIM BR e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling – BIM BR.
- DECRETO N. 10.306, DE 2 DE ABRIL DE 2020: Estabelece a utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling – Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto n. 9.983, de 22 de agosto de 2019.

A proposta foi desenvolvida para futuramente ser construída com um sistema de vigas e pilares em concreto armado e vedação em alvenaria de blocos cerâmicos. Os ambientes de trabalho e acervo estão posicionados em direção a leste, recebendo o sol da manhã. As janelas das salas de aula, por sua vez, são protegidas por cobogós, elementos vazados em concreto. Por fim, o óculo, abertura central do pátio do Esperançar (nome dado pela

equipe ao pátio de convívio e manifestações públicas),¹ é protegido por uma cobertura de material translúcido a ser especificado (Figura 14.4).

Figura 14.4 – Vista da edificação e do cobogó de proteção das salas



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

A proposta apresenta energia fotovoltaica e sistemas de reuso de águas, soluções que contribuirão para a eficiência energética da edificação. Além disso, foram escolhidos materiais de fácil manutenção e sistemas construtivos de uso corrente na Universidade de Brasília, como o concreto armado aparente (Figura 14.4). A concepção do partido arquitetônico, alinhada ao respeito pelas características específicas do local, configura-se como uma meta essencial para as futuras edificações do campus FUP (Keeler; Burke, 2015).

O estudo das soluções arquitetônicas da edificação foi desenvolvido com tecnologias de fabricação digital. A fabricação de maquetes com prototipagem rápida (impressão 3D) permitiu a criação de modelos físicos de forma rápida e barata (Warnier *et al.*, 2014). Os modelos de estudo e visualização permitiram aos projetistas estudar as potencialidades e fragilidades da proposta arquitetônica para o Memorial (Figura 14.5).

¹ Esperançar é um neologismo utilizado com frequência pelos grupos impactados pelas práticas educacionais ou pela própria vivência com Paulo Freire. Assim, o nome foi adotado pela equipe de projeto para ajudar na conceituação e desenvolvimento da proposta da edificação.

Figura 14.5 – Maquete de estudo gerada a partir do modelo BIM



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

O processo foi organizado com o uso associado das plataformas Microsoft Teams e Office 365 (Figura 14.6) e ferramentas de projeto de uso comercial como FormIt, para a modelagem 3D de estudo, e Revit, ferramenta de projeto BIM da empresa Autodesk.

Figura 14.6 – Organização do projeto executada na plataforma Microsoft Teams



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Foram utilizadas, ainda, ferramentas com licença de código aberto ou livre, ou seja, disponibilizadas gratuitamente por comunidades de desenvolvedores ou por empresas que obtêm lucros com outros produtos feitos com suas ferramentas, como o software Blender (Figura 14.7).

Figura 14.7 – Imagem dos softwares Formit, Blender e Unreal Engine



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Partido arquitetônico

O partido arquitetônico do Memorial é caracterizado por uma edificação térrea de formato circular. O acesso se dá pelo átrio formado pelas paredes de cobogó que direcionam os usuários para o pátio central e para as salas de aula, à esquerda, e para o acervo, à direita (Figura 14.8).

Figura 14.8 – Acesso à edificação e ao pátio central



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Os ambientes foram distribuídos ao redor de um pátio central que, ao permitir a visualização dos espaços externos, funciona como espaço de encontro, contemplação e exposição. (Figura 14.9).

Figura 14.9 – Vista interna do pátio central



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

O pátio é um espaço coberto por uma marquise que cobre a zona circular de acesso aos ambientes do Memorial. Ao centro da estrutura, optou-se por uma cobertura transparente que permite que os usuários da edificação possam ver o céu (Figura 14.10).

Figura 14.10 – Cobertura do pátio central



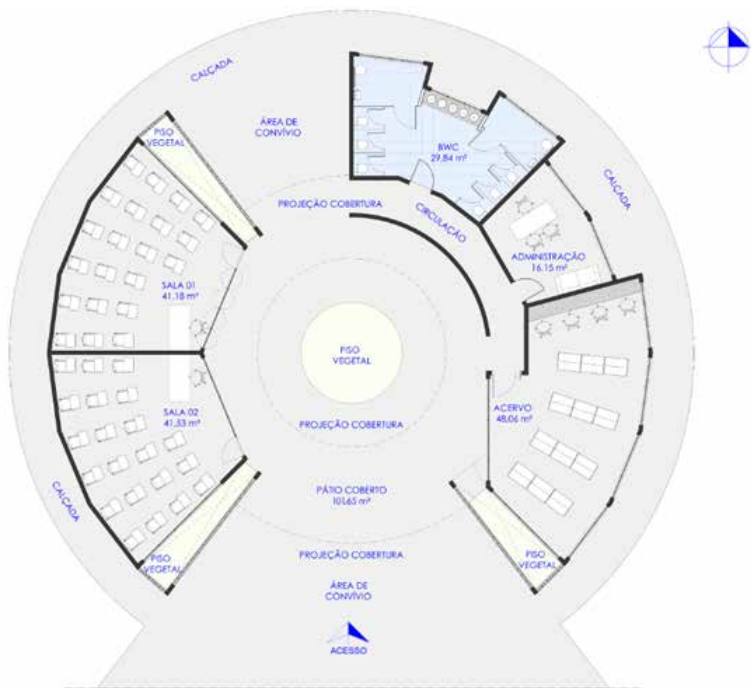
Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Os setores ao redor do pátio central foram distribuídos de modo que, uma vez dentro do edifício, os usuários possam visualizar todos os ambientes e o exterior composto pelo cerrado natural e as demais edificações do campus.

A sudeste da edificação está localizado o acervo, equipado com janelas que abrem para o exterior e para os cobogós que delimitam uma área verde. A nordeste da edificação estão localizados a sala de administração e o conjunto de sanitários (Figura 14.11). Na porção oeste do edifício, por sua vez,

estão localizadas as duas salas de aula multiuso com aberturas protegidas pelas paredes de cobogó (a norte e a sul).

Figura 14.11 – Planta baixa de *layout*



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

A altura interna dos espaços varia entre 2,52 m, na área de circulação externa do pátio coberto, e 3,18 m no caso do acervo e das salas de aula. Esta altura foi definida para receber as instalações complementares e para garantir a manutenção dos visuais externos (Figura 14.12).

Figura 14.12 – Corte transversal da edificação



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Apresentação da proposta

As reuniões de projeto foram realizadas após a definição do partido arquitetônico e dos produtos técnicos do estudo preliminar (desenhos técnicos, maquetes e visualização em realidade virtual). A primeira reunião de apresentação do projeto ocorreu na sala de reuniões da ADUnB, no campus Darcy Ribeiro, em 15 de fevereiro de 2024. Nela, estiveram presentes professores que coordenam o projeto de pesquisa Pegadas Paulo Freire, representantes da comunidade e Félix Alves e Renan Balzani, professores arquitetos responsáveis pelo projeto (Figura 14.13).

Figura 14.13 – Reunião de apresentação intermediária



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Para a apresentação foram produzidas maquetes físicas e modelos tridimensionais de visualização com o Meta Quest 2, óculos de realidade virtual. O uso de modelos digitais buscou garantir a compreensão da espacialidade arquitetônica proposta e a análise das soluções de projeto (Figura 14.14).

O partido arquitetônico foi aprovado na primeira reunião com poucos pedidos de alteração. Entre as demandas da comunidade constaram elementos como a ampliação da área dos banheiros, do acervo e dos espaços de circulação do pátio central (Esperançar). Outra solicitação foi a instalação de uma cobertura transparente que permitisse o uso da área abaixo do óculo central independentemente do clima (Figura 14.15).

Figura 14.14 – Visualização da proposta do MPF em Realidade Virtual



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Figura 14.15 – Primeira versão inicial do pátio central, sem a cobertura e com circulação reduzida

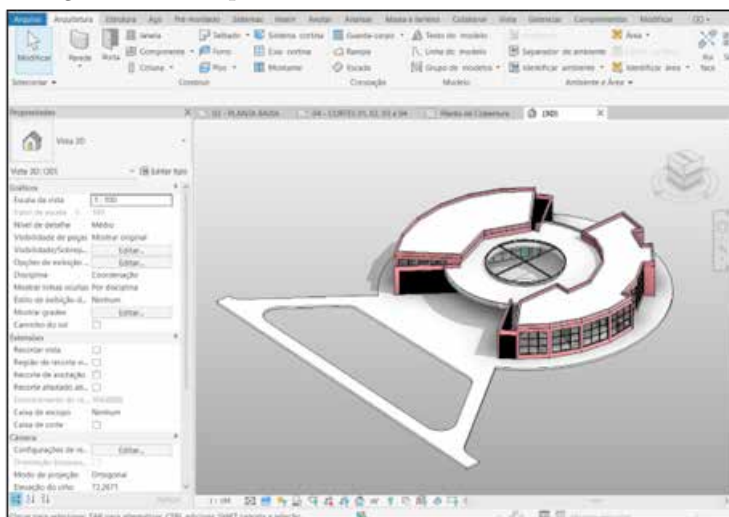


Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Para a apresentação final do projeto, as mudanças solicitadas foram realizadas utilizando BIM, que permitirá a extração de informações de orçamento e a compatibilização dos projetos de arquitetura, estrutura, sistema elétrico e sistema hidrossanitário nas etapas seguintes (Figura 14.16).

Posteriormente à realização das modificações, o modelo BIM foi utilizado como base para os modelos de realidade virtual. Nesta etapa, a equipe de projeto fez ajustes e melhorias nos modelos de visualização em realidade virtual com o auxílio dos pesquisadores do LAPIS (FAU/UnB) Rodrigo Freire Rodrigues e Elias Matheus Ferreira da Costa (Figura 14.17).

Figura 14.16 – Proposta desenvolvida no software Autodesk Revit



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Figura 14.17 – Pesquisadores do LAPIS (FAU) testam o modelo virtual para apresentação de projeto



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Após as alterações, o estudo preliminar foi novamente submetido à aprovação dos pesquisadores do projeto Pegadas Paulo Freire, representantes das comunidades envolvidas e o Secretário de Infraestrutura da UnB, Augusto César. A reunião começou às 16h30 do dia 3 de abril de 2024 e foi encerrada às 18h. Nela foram discutidos aspectos referentes à legislação,

modificação de áreas e o planejamento da elaboração do projeto executivo e projetos complementares.

Na reunião de aprovação, o secretário Augusto César sugeriu que os cobogós, peças de fechamento das laterais da edificação, fossem objeto de concurso aberto aos estudantes da Universidade de Brasília. Os projetistas se comprometeram a avaliar a solicitação de produzir um cobogó específico para a edificação e, eventualmente, organizar um concurso para os estudantes (Figura 14.18).

Figura 14.18 – Augusto César, Secretário de Infraestrutura da UnB, apresenta solicitações de revisão à equipe de projeto



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Na Figura 14.19, é possível observar o Secretário de Infraestrutura da UnB utilizando óculos de realidade virtual para visualizar o modelo e avaliar a solução. O dispositivo possibilitou que os presentes visualizassem a proposta para o Memorial Paulo Freire e pudessem simular a ocupação da edificação em ambiente digital.

A proposta final foi aprovada, condicionada à realização de alguns ajustes para o início do desenvolvimento do projeto executivo. Dentre as alterações solicitadas, destaca-se a separação do banheiro para pessoas com deficiência (PCD) do banheiro unissex. A versão da proposta apresentada durante a reunião está disponível nos anexos deste documento.

Figura 14.19 – Augusto César visualiza a proposta no ambiente de Realidade Virtual



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Conclusão

A escuta das expectativas e recomendações dos usuários finais orientou o partido arquitetônico e foram fundamentais para sua aprovação sem muitas alterações. Além disso, a utilização integrada entre BIM, realidade virtual e a prototipagem rápida também constituiu um elemento central nos debates de aprovação das soluções projetuais adotadas.

O projeto do Memorial foi desenvolvido com o objetivo de aplicar, de modo integrado, diversas tecnologias de desenvolvimento de projeto e demonstrar como estas ferramentas podem contribuir para o processo participativo. Esta abordagem foi uma referência para o uso integrado de BIM, realidade virtual e prototipagem rápida no desenvolvimento de projetos arquitetônicos e como estratégia para viabilizar a efetiva participação do usuário final no desenvolvimento do partido arquitetônico e na definição dos espaços construídos. Assim, é esperado que os processos e métodos desta etapa sejam melhorados e adaptados às especificidades da etapa de projeto executivo, garantindo que a construção e execução da obra possam ocorrer de forma eficiente.

Referências

- ABNT –ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura*. 1994.
- ALEXANDER, Christopher. *The Oregon Experiment*. [s. l.]: Center for Environmental Structure, 1975.

- AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen; RHEINGANTZ, Paulo Afonso; TANGARI, Regina. *O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres: uso, forma e apropriação*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2017.
- BATTAUS, Danila Martins de Alencar. Processos participativos na arquitetura e urbanismo de Christopher Alexander. In: *Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo. XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Brasília: Editora FAU–UnB, 2014. Disponível em: <https://shcu2014.com.br/discurso%20profissional/098.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES, José Antonio Valle Antunes Júnior (Junico). *Design Science Research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia*. Porto Alegre: Bookman Editora, 2020.
- DUNN, Nick. *Digital Fabrication in Architecture*. [S. l.]: Hachette UK, 2012.
- FORCAEL, Eric *et al.* Construction 4.0: A Literature Review. *Sustainability*, [s. l.], v. 12, n. 22, p. 9755, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- IWAMOTO, Lisa. *Digital Fabrications: Architectural and Material Techniques*. New York: Princeton Architectural Press, 2009.
- KEELER, Marian; BURKE, Bill. *Fundamentals of Integrated Design for Sustainable Building*. [S.l.]: John Wiley & Sons, 2015.
- KHAN, W. Z *et al.* Industrial internet of things: Recent advances, enabling technologies and open challenges. *Computers & Electrical Engineering*, [s. l.], v. 81, 2020.
- KNOLL, Wolfgang; HECHINGER, Martin. *Architectural Models: Construction Techniques*. [S. l.]: J. Ross Publishing, 2007.
- LAVALLE, Steven M. *Virtual Reality*. [S. l.]: Cambridge University Press, 2023.
- LEMOES, Carlos A. C. *O que é arquitetura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- NEVES, Laert P. *Adoção do partido na arquitetura*. Salvador: Edufba, 2011.
- NG, Ming Shan; GRASER, Konrad; HALL, Daniel M. Digital fabrication, BIM and early contractor involvement in design in construction projects: a comparative case study. *Architectural Engineering and Design Management*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 39-55, 2021.
- SACKS, Rafael *et al.* *BIM Handbook: A Guide to Building Information Modeling for Owners, Designers, Engineers, Contractors, and Facility Managers*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2018.
- SILVA, Elvan. *Uma introdução ao projeto de arquitetura*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.
- SIMON, Herbert A. *As ciências do artificial*. 2. ed. Coimbra: Universidade Nova de Lisboa, 1981.
- WARNIER, C. *et al.* *Printing Things: Visions and Essentials for 3D Printing*. 1. ed. [S. l.]: Gestalten, 2014.

Anexo I: Proposta final apresentada na reunião de 3 abr. 2024

Figura 14.20 – Planta de situação



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Figura 14.21 – Planta de locação e diagrama de cobertura



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Figura 14.22 – Planta de setorização



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Figura 14.23 – Planta baixa de layout, pavimento térreo



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Figura 14.24 – Corte transversal



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Figura 14.25 – Acesso ao MPF



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Figura 14.26 – Acesso aproximado ao MPF



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Figura 14.27 – Vista do pátio central 01



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Figura 14.28 – Vista do pátio central 02



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Figura 14.29 – Vista noturna do MPF



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Dados das autoras e dos autores

Aimê Fernandes Monteiro

Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo (UnB)

E-mail: fernandesaime03@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0008-9496-1174>

Allani Sousa Reis

Graduanda em Biblioteconomia (UnB)

E-mail: sousallani13@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0009-8612-7830>

Ana Beatriz Berto de Oliveira

Graduanda em Biblioteconomia na Faculdade de Ciência da Informação (UnB)

E-mail: anabeatrizberto@outlook.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0008-0022-8511>

Ana Flávia Lucas de Faria Kama

Bibliotecária da Biblioteca Central (UnB)

Doutora em Ciência da Informação (UnB)

E-mail: anakama@unb.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8228-5892>

Anabel Antuña Alfonso

Professora da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Programa Cuba

Licenciada em Sociologia pela Universidad de La Habana (UH)

E-mail: antubell.01@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0000-3916-6778>

Beatriz Miranda Gomes

Professora substituta da Universidade de Brasília (UnB) e doutoranda em Educação na Universidade de São Paulo (USP). Atuou como coordenadora da Meta 1 do Projeto de Pesquisa Pegadas Paulo Freire entre 2/2022 e 1/2025.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6890942869658626>.

E-mail: beatriz.gomes@unb.br

Dalton Lopes Martins

Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal, Instituto Brasileiro de Museus, Ministério da Cultura

Doutor em Ciência da Informação (USP)

E-mail: daltonmartins@unb.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6244-6791>

Deuzani Candido Noleto

Integrante do Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (MECE)

Arquivista formada pela Universidade de Brasília (UnB)

E-mail: deuzani@yahoo.com.br

Eliane de Jesus Pereira da Cunha

Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo (UnB)

E-mail: elianedejesuscunha@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0002-2510-2241>

Eliene Novaes Rocha

Professora associada (UnB)

Professora no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC)

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), campus UnB Planaltina (FUP/UnB)

Doutora em Educação (UnB)

E-mail: elienenovaes@unb.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6878-9034>

Ezequiel Antonio Rezende Pereira Neves

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Graduação em Pedagogia (UnB)

Pós-graduação em Coordenação Pedagógica e Planejamento, Educação no Campo e Educação Profissional e Tecnologia (Faculdade Iguaçu)

E-mail: tielneves25@gmail.com; ezequielneves@ibict.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5837-4094>

Félix Alves da Silva Júnior

Professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Faculdade de Tecnologia (UnB)

Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UnB)

E-mail: felix.alves@unb.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3871-903X>

Flávia Fernandes de Moraes

Graduanda em Museologia e Arquivologia (UnB)

E-mail: flaviafdem@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0009-7975-8327>

Gabriela Melo Rocha

Mestranda em Ciência da Informação (UnB)

Bacharela em Biblioteconomia (UnB)

E-mail: gabrielamelorochoa2014@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0005-8695-4044>

Geovana Ramos de Oliveira

Graduanda em Museologia e Arquivologia (UnB)

E-mail: geovana.ramosx@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0007-1345-1598>

Johansen Emanuel Reyes Izquierdo

Professor da Universidad de Ciencias Pedagógicas Enrique José Varona

Licenciado em Marxismo-Leninismo e História

E-mail: johansenreyes309@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0001-3236-0460>

Kamilla Torres Quintinilia Cunha

Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo (UnB)

E-mail: kamillatquintanilia@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0004-4227-5296>

Karla dos Santos Marques

Graduanda em Bacharelado em Serviço Social (UnB)

E-mail: karlamarques20618@gmail.com; 241030766@aluno.unb.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0004-3822-4365>

Leila Maria de Jesus Oliveira

Professora na SEEDF

Educadora popular no Cedep

Membro do Centro Memória Viva do DF

Mestre em Educação (UnB) e doutora em Educação (PPGE/UFG)

E-mail: leiladejesus@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1741-3835>

Letícia Marta de Oliveira Edwards

Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo (UnB)

E-mail: edwardsleticia4@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0000-7012-4816>

Livia Florêncio de Lima Lopes Pereira

Graduanda em Bacharelado em Serviço Social (UnB)

E-mail: flolipelili@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0008-9497-336X>

Lunde Braghini Junior

Membro do Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (MECE)

Bacharel em Jornalismo (UnB) e mestre em Comunicação (UnB)

E-mail: lunde.jornalista@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0001-5990-6873>

Magnólia Pereira de Moura

Coordenadora do Centro Memória Viva, polo Ceilândia

Graduada em Pedagogia das Séries Iniciais e Administração Escolar

Pós-graduação em Gestão e Orientação Educacional (Faculdade Unisaber)

E-mail: magnoliamoura@hotmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0009-6713-8657>

Marco Aurélio Pereira da Silva Santos

Graduando em Licenciatura em Educação do Campo (UnB)

E-mail: mpereiradasilvasantos268@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0000-4964-9343>

Maria Abadia Teixeira de Jesus

Educadora popular, militante e liderança social

Dirigente do Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (MECE),

da Editora Abadia Catadora e do Ponto de Memória da Estrutural

E-mail: meceestrutural@gmail.com

Maria Auxiliadora César

Professora emérita aposentada (UnB)

Fundadora do Nescuba/CEAM/UnB

Coordenadora do Rincão do Brasil em Cuba, Memorial Hélio Dutra

E-mail: maria.dorita51@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0003-6027-1531>

Maria Clara Alves do Nascimento

Estagiária no Senado Federal

Graduanda em Ciência Política (UnB)

E-mail: mariaclara11060@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0003-9166-5621>

Maria Luiza Pinho Pereira

Professora aposentada do Magistério Superior na Faculdade de Educação (UnB)

Mestre em Educação Brasileira (UnB)

E-mail: mlpp1242@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0003-1794-1026>

Maria Margarida Machado

Maria Margarida Machado

Professora no PPGE/UFG

Professora Titular (UFG)

Doutora em Educação (PUC-SP)

E-mail: mmm2404@ufg.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5036-4334>

Mariza Lene Araújo

Educadora popular, militante e liderança social

Membro do Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (MECE), da

Editora Abadia Catadora e do Ponto de Memória da Estrutural

E-mail: meceestrutural@gmail.com

Michael Costa França do Nascimento

Graduando em Psicologia na Universidade Paulista/DF

E-mail: mm8114223@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0009-9188-0704>

Michelli Pereira da Costa

Docente (UnB)

Doutora em Ciência da Informação (UnB)

E-mail: michelli@unb.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4789-7623>

Milena Pereira da Silva

Graduanda em Licenciatura em História (UnB)

E-mail: milenapereira034@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0005-0725-7276>

Paulo Gabriel Franco dos Santos

Professor do campus UnB Planaltina

Doutor em Educação para a Ciência (Unesp) com pós-doutorado na Universidad de La Habana (UH)

E-mail: paulosantos@unb.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8151-5334>

Rafael Barcelos Santos

Bibliotecário da Faculdade UnB Planaltina (FUP)

Graduado em Biblioteconomia (UnB)

Mestre em Ciência da Informação (UnB)

E-mail: rafaelsantos@unb.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6914-2507>

Renan do Nascimento Balzani

Professor do Departamento de Projeto, Expressão e Representação em Arquitetura e Urbanismo (UnB)

Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UnB)

E-mail: renan.balzani@unb.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6301-837X>

Ricardo Gonçalves Pacheco

Professor na SEEDF e formador na Escola de Aperfeiçoamento de Professores

Doutor em Educação (UnB)

E-mail: prof.ricardopacheco@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5014-2929>

Rodrigo Freire de Oliveira

Apoio administrativo II, Coordenação-Geral de Sistemas de Informação
Museal, Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

Bacharel em Biblioteconomia (UnB)

E-mail: rodrigofreiredeoliveira11@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0005-0683-377X>

Rones de Deus Paranhos

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e
Matemática (UFG) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFG)

Doutor em Educação (UnB)

E-mail: paranhos@ufg.br; paranhos.rones@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2661-1235>

Sandra Valéria Limonta

Professora associada da Faculdade de Educação (UFG)

Doutora em Educação (UFG)

E-mail: sandralimonta@ufg.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9143-4802>

Suelane Silva Ramos dos Santos

Graduanda em Biblioteconomia na Faculdade de Ciência da Informação
(UnB)

E-mail: suelanesilva707@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0000-8153-8045>

Vanderlina Ribeiro de Abreu

Educadora popular, militante e liderança social

Membro do Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (MECE), da
Editora Abadia Catadora e do Ponto de Memória da Estrutural

E-mail: vanderlinabt@gmail.com



UnB | FUP

expressão
POPULAR



UnB | FUP



PPG-MADER



INCUBADORA
DE PROJETOS
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL